

GREGG R. ALLISON

50 VERDADES CENTRAIS DA FÉ CRISTÃ

UM GUIA PARA COMPREENDER
E ENSINAR TEOLOGIA


VIDA NOVA

VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM



Esse livro é um recurso muito necessário para todo o corpo de Cristo, mas especialmente para para os novos convertidos ou aqueles que ainda não mergulharam em “todo o desígnio de Deus”. Gregg Allison trata de cada assunto com muito discernimento e faz um trabalho notável na articulação de múltiplas interpretações. Apresenta de forma equilibrada as evidências e os argumentos defendidos por diferentes correntes de pensamento, demonstrando o amor cristão e a clareza que se esperam de tudo o que escreve. Aos que se sentem desanimados diante dos espessos volumes de teologia sistemática: esse livro foi feito para vocês. E aos que desejam algo além de um tratamento raso e superficial de importantes doutrinas bíblicas e teológicas, esse livro também foi feito para vocês. Não há nenhum outro autor em quem eu confie mais para escrever um livro como esse do que Gregg Allison. De agora em diante, toda vez que alguém me perguntar: “No que os cristãos acreditam? Como posso escolher entre tantas vertentes? E por que eu deveria me importar com isso?”, vou recomendar que leia esse excelente trabalho de Gregg Allison.

Sam Storms, pastor líder de pregação e visão na igreja Bridgeway Church e autor de *Escolhidos* (Vida Nova)

Livros de teologia sistemática costumam ser verdadeiros “pesos de porta”: servem tanto para instruir os fiéis quanto para evitar que a porta bata em cima da gente. Precisamos dos longos compêndios, mas precisamos também das versões mais breves. O novo livro de Gregg Allison nos dá uma dose reforçada de sã doutrina, mas em um formato fácil de digerir. É um ótimo livro para pequenos grupos, para os que estão em relacionamentos de discipulado e para qualquer um que esteja cansado de palavras brandas e generalidades. Um dos principais teólogos do evangelicalismo prestou um grande serviço ao corpo de Cristo.

Owen Strachan, professor adjunto de Teologia Cristã do Midwestern Baptist Theological Seminary e coautor de *O pastor como teólogo público* (Vida Nova)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Allison, Gregg R.

50 verdades centrais da fé cristã : um guia para compreender e ensinar teologia / Gregg R. Allison ; tradução de Lucília Marques. — São Paulo: Vida Nova, 2021.

ISBN 978-85-275-1005-9

Título original: 50 core truths of the Christian faith: a guide to understanding and teaching theology

1. Teologia dogmática 2. Fé 3. Cristianismo I. Título II.

Marques, Lucília

19-2849 CDD 282

Índices para catálogo sistemático

1. Teologia dogmática

GREGG R. ALLISON



TRADUÇÃO
DE GREGG R. ALLISON

VOZES

©2018, de Gregg R. Allison

Título do original: *50 core truths of the Christian faith: a guide to understanding and teaching theology*,
edição publicada por BAKER BOOKS (Grand Rapids, Michigan, Estados Unidos).

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA
Rua Antônio Carlos Tacconi, 63, São Paulo, SP, 04810-020
vidanova.com.br | vidanova@vidanova.com.br

1.^a edição: 2021

Proibida a reprodução por quaisquer meios,
salvo em citações breves, com indicação da fonte.

Todas as citações bíblicas sem indicação da versão foram traduzidas diretamente da
English Standard Version. As citações com indicação da versão *in loco* foram extraídas
diretamente da Nova Versão Internacional (NVI) e da Almeida Revista e Corrigida (ARC).

DIREÇÃO EXECUTIVA
Kenneth Lee Davis

GERÊNCIA EDITORIAL
Fabiano Silveira Medeiros

EDIÇÃO DE TEXTO
Norma Braga
Ubevaldo G. Sampaio

PREPARAÇÃO DE TEXTO
Virginia Neumann
Marcia B. Medeiros

REVISÃO DE PROVAS
Gustavo N. Bonifácio

GERÊNCIA DE PRODUÇÃO
Sérgio Siqueira Moura

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Reis Oliveira

CAPA
OM Designers Gráficos

Conversão para ePub
SCALT Soluções Editoriais

Este livro é dedicado à liderança, aos funcionários e ao corpo docente do Southern Baptist Theological Seminary. Pelo fato de me incentivarem constantemente para que eu escrevesse, por valorizarem a publicação para que seu corpo docente possa estender sua influência a todo o mundo e por me concederem anos sabáticos periódicos, eles proporcionam um ambiente criativo que possibilita o surgimento de livros como *50 verdades centrais da fé cristã*.

Quero expressar minha gratidão especial ao conselho administrativo, ao diretor, R. Albert Mohler, ao superintendente, Randy Stinson, aos deães, Greg Wills e Adam Greenway, aos coordenadores do programa de doutorado Michael Wilder e Jonathan Pennington, à equipe administrativa e aos meus colegas professores. Trabalhamos juntos para treinar, instruir e preparar ministros do evangelho para que possam prestar um serviço ainda mais fiel a Jesus Cristo, nosso Senhor, e à sua igreja em todas as partes do mundo.

Com gratidão e profundo respeito, dedico este livro a vocês.

SUMÁRIO

Agradecimentos

Prefácio

Introdução à doutrina cristã

primeira parte

A doutrina da Palavra de Deus

1. A inspiração da Escritura
2. A veracidade (inerrância) da Escritura
3. A autoridade da Escritura
4. A suficiência e a necessidade da Escritura
5. A clareza da Escritura
6. O poder transformador da Escritura
7. A canonicidade da Escritura

segunda parte

A doutrina de Deus

8. A cognoscibilidade e a incompreensibilidade de Deus
9. Os atributos incommunicáveis de Deus
10. Os atributos comunicáveis de Deus
11. A Trindade
12. Criação
13. Providência

terceira parte

A doutrina das criaturas de Deus

14. Anjos, Satanás e demônios

15. Seres humanos criados à imagem de Deus
16. Natureza humana
17. Pecado

quarta parte

A doutrina de Deus Filho

18. A Pessoa do Filho de Deus
19. Os ofícios do Filho de Deus
20. A obra do Filho de Deus
21. Ressurreição, ascensão e exaltação

quinta parte

A doutrina de Deus Espírito Santo

22. A Pessoa do Espírito Santo
23. A obra do Espírito Santo
24. Os dons do Espírito Santo

sexta parte

A doutrina da salvação

25. Graça comum
26. Eleição e reprovação
27. União com Cristo
28. Regeneração
29. Conversão
30. Justificação
31. Adoção
32. Batismo com o Espírito Santo
33. Santificação
34. Perseverança (com segurança da salvação)

sétima parte

A doutrina da igreja

35. A igreja: natureza e marcas
36. Pureza e unidade da igreja
37. Disciplina na igreja
38. Ofícios da igreja
39. Governo da igreja
40. Batismo
41. A ceia do Senhor
42. Adoração
43. Missão e ministério

oitava parte

A doutrina das coisas futuras

44. A morte e o estado intermediário
45. A volta de Jesus Cristo
46. O milênio
47. A ressurreição
48. O juízo final
49. O castigo eterno
50. O novo céu e a nova terra

Leituras complementares

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Baker Books e em especial a três pessoas. Brian Vos é meu amigo e foi o editor que primeiro me procurou para falar desse projeto. Foi uma grande fonte de encorajamento e apoio durante o período em que eu estava projetando, organizando e escrevendo *50 verdades centrais da fé cristã*. James Korsmo, que conheci quando ele editou *The Baker compact dictionary of theological terms* [Dicionário compacto Baker de termos teológicos],¹ transformou esse projeto em um livro publicável por meio de sua edição meticulosa e das perguntas que me fazia sobre minhas formulações e posições teológicas. Robert Banning, que realizou o árduo trabalho de copidesque do meu volumoso *Historical theology: an introduction to Christian doctrine*,² mais uma vez usou seu talento para dar forma a *50 verdades centrais da fé cristã*.

Este material contém partes extraídas de *The Baker compact dictionary of theological terms* e desenvolve definições ali apresentadas. Para um estudo mais aprofundado do desenvolvimento histórico dessas cinquenta doutrinas centrais, veja meu livro *Historical theology*.

¹Gregg R. Allison, *The Baker compact dictionary of theological terms* (Grand Rapids: Baker, 2016).

²Gregg R. Allison, *Historical theology: an introduction to Christian doctrine* (Grand Rapids: Zondervan, 2011) [edição em português: *Teologia histórica: uma introdução ao desenvolvimento da doutrina cristã*, tradução de Daniel Kroger; Thomas de Lima (São Paulo: Vida Nova, 2017)].

PREFÁCIO

Em 2015, pediram-me que escrevesse uma proposta de livro capaz de apresentar as doutrinas essenciais da teologia cristã num formato claro e fácil para o leitor. Atender a esse pedido e escrever o livro ocupou grande parte do meu tempo e energia por um ano, e o resultado foi *50 verdades centrais da fé cristã*.

Há 23 anos que ensino teologia cristã, de modo que esse trabalho é fruto de uma vida inteira de estudos e prática docente. Atualmente, sou professor de Teologia Cristã no Southern Baptist Theological Seminary, em Louisville, no estado de Kentucky, nos Estados Unidos. Sou também pastor da igreja Sojourn Community Church.

Este livro aborda a teologia cristã de forma singular. Embora os livros de educação cristã expliquem teologia, metodologia e técnicas didáticas e os currículos de escola dominical forneçam o material didático, *50 verdades centrais da fé cristã* destaca-se pelo fato de orientar como se deve ensinar cada doutrina cristã. Até onde sei, não há nenhum outro livro que faça isso.

Explico como ensinar teologia cristã na igreja. Especificamente, o público-alvo é composto de: pastores que desejam pregar sermões doutrinários, professores de escola dominical que estão ensinando doutrinas cristãs básicas, líderes de pequenos grupos que precisam tratar de questões doutrinárias com membros de seu grupo, membros da igreja envolvidos no ensino da fé em classes de catecúmenos, programas de treinamento de líderes e educação para adultos, educadores que trabalham em escolas cristãs ministrando aulas de doutrina cristã, entre outros.

O livro está dividido em cinquenta capítulos. Cada capítulo começa com um pequeno resumo dos principais pontos em que cremos e uma lista dos “Temas principais” da doutrina abordada. Segue-se uma lista de “Passagens-chave”, em que são apresentadas as passagens bíblicas que dão apoio à doutrina. Ao pregar ou ensinar essas passagens, pode se fazer referência à doutrina e, se o tempo permitir, abordá-la com mais profundidade. A primeira

divisão importante, “Entendendo a doutrina”, explica os temas principais como afirmações essenciais que precisam ser feitas no desenvolvimento da sã doutrina. Esse item também enfoca o suporte bíblico daquela doutrina e os principais erros a ser evitados. A seção de ensino também inclui uma lista de questões recorrentes e assuntos difíceis, cujo objetivo é chamar a atenção dos mestres para temas que podem ser de suma importância para os participantes; essas questões são apresentadas do ponto de vista de um participante. Cada capítulo contém também um esboço de plano de ensino que pode ajudar o professor a estruturar sua própria apresentação do material.

Além de desenvolver a doutrina na seção “Entendendo a doutrina”, cada capítulo contém uma seção denominada “Aplicando a doutrina” e outra seção intitulada “Ensinando a doutrina”. A seção sobre aplicação faz a ponte entre o tema e a vida diária, tanto dos indivíduos quanto das igrejas. A seção sobre o ensino orienta a transmissão da doutrina ao público de hoje.

Para ajudar o leitor a ter um entendimento ainda mais completo de cada uma das doutrinas essenciais, incluí uma lista de “Recursos” em cada capítulo. Essas listas apresentam as discussões relevantes (quando for o caso) contidas em sete obras que abrangem toda a gama de temas tratados em *50 verdades centrais da fé cristã*. Selecionei essas referências especificamente porque tratam esses temas de forma mais aprofundada, ou apresentam panoramas que resumem as ideias principais, ou mostram perspectivas evangélicas mais amplas que complementam o meu ponto de vista. Muitas outras referências poderiam ter sido incluídas nessa lista. Incentivo leitores e professores a usarem os recursos teológicos preferidos — autores prediletos, obras renomadas de suas denominações, livros que abordem assuntos específicos em profundidade — quando estiverem estudando essas doutrinas ou se preparando para ensiná-las. A lista de recursos é composta destas sete obras:

1. Gregg R. Allison. *The Baker compact dictionary of theological terms* (Grand Rapids: Baker, 2016).
2. Walter A. Elwell, org. *Evangelical dictionary of theology*. 2. ed. (Grand Rapids: Baker Academic, 2001).
_____. *Enciclopédia histórico-teológica*. (São Paulo: Vida Nova, 2009). Tradução de: *Evangelical dictionary of theology*.
3. Millard J. Erickson. *Christian theology*. 3. ed. (Grand Rapids: Baker Academic, 2013).
_____. *Teologia sistemática*. Tradução de Robinson Malkomes; Valdemar Kroker; Tiago Abdala Teixeira Melo (São Paulo: Vida Nova, 2015). Tradução de: *Christian theology*.
4. Stanley J. Grenz. *Theology for the community of God* (Nashville:

Broadman & Holman, 1994; ed. em brochura, Grand Rapids: Eerdmans, 2000).

5. Wayne Grudem. *Systematic theology: an introduction to biblical doctrine* (Grand Rapids: Zondervan, 1994).
_____. *Teologia sistemática*. Tradução de Norio Yamakami et al. (São Paulo: Vida Nova, 2003). Tradução de: Systematic theology.
6. Michael Horton. *Pilgrim theology: core doctrines for Christian disciples* (Grand Rapids: Zondervan, 2011).
_____. *Doutrina da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*, publicada pela Cultura Cristã em 2018, que é a versão ampliada de *Pilgrim theology*. Para benefício do leitor, indicaremos também essa edição, quando for o caso, juntamente com *Pilgrim theology*.]
7. Erik Thoennes. *Life's biggest questions: what the Bible says about the things that matter most* (Wheaton: Crossway, 2011).

O formato deste livro é fruto de minha convicção de que doutrina é tanto crença correta quanto prática correta e de que a doutrina deve ser confessada pela igreja e transmitida de geração em geração. A exemplo de Paulo, exorto cada cristão a ser “treinado nas palavras da fé e da boa doutrina que tens seguido” (1Tm 4.6). Oro de todo o coração para que esse recurso teológico possa ajudar a formar crentes na sã doutrina e a transformar a vida de cada um deles para a glória de Deus.

INTRODUÇÃO À DOCTRINA CRISTÃ

Em seu sentido mais elementar, doutrina cristã é a crença cristã baseada na Bíblia. Como exemplo, podemos citar as crenças de que Deus é triúno (Deus é três Pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo), Jesus é, ao mesmo tempo, totalmente Deus e totalmente homem e a salvação é pela graça divina. A doutrina reflete em forma resumida o que as Escrituras afirmam e aquilo em que a igreja deve crer.

Sã doutrina é o oposto de falsa doutrina, uma crença espúria que interpreta a Escritura de forma errada ou despreza algumas de suas afirmações. Exemplos desse tipo de heresia são o unitarismo (segundo o qual Deus é uma Pessoa, e não três), o arianismo (Jesus não é plenamente Deus) e o legalismo (a salvação é pelo esforço humano). A igreja deve rechaçar a heresia e corrigir seus erros.

A DOCTRINA CRISTÃ EM SUAS QUATRO APLICAÇÕES

A doutrina é crida. *Ortodoxia* é crença correta, ou doutrina.

A doutrina é praticada. *Orthopraxia* é prática correta, ou vida santa.

A doutrina é confessada. *Confissão* é a declaração pública da fé cristã.

A doutrina é ensinada. *Ensino* (a palavra “doutrina” vem do latim *docere*, “ensinar”) é a transmissão fiel da crença cristã de uma geração para outra.

Assim, deve-se crer na doutrina, praticá-la, confessá-la e ensiná-la. Ela é fé cristã que envolve não apenas o intelecto, mas todo o nosso ser: mente, emoções, vontade, motivações, atitudes, intenções, comportamento, palavras e instrução.

DOUTRINA CRISTÃ COMO FÉ E PRÁTICA

A doutrina cristã como fé e prática é importante por várias razões. A Bíblia associa a sã doutrina à maturidade cristã e às responsabilidades da liderança. Quanto ao primeiro ponto, a ideia bíblica de ter crentes maduros em igrejas maduras tem este objetivo: “para que não sejamos mais crianças, levados de lá para cá por ondas e carregados por cada vento de doutrina, pelo ardil dos homens, por sua astúcia em esquemas enganosos” (Ef 4.14). A maturidade cristã visa à adoção da sã doutrina e à rejeição de falsas doutrinas e, pelo menos em parte, é avaliada por esse critério.

Igrejas e cristãos maduros são caracterizados por boa teologia.

Quanto às responsabilidades da liderança, a Escritura descreve bons servos de Jesus Cristo como discípulos que são “treinado[s] nas palavras da fé e da boa doutrina que [têm] seguido” (1Tm 4.6). O presbítero, /pastor ou /ministro deve “apegar-se firmemente à palavra fiel tal como ensinada, para que seja capaz tanto de instruir de acordo com a doutrina quanto de convencer os que a contradizem” (Tt 1.9). Os líderes da igreja devem adotar e praticar uma doutrina sólida, além de serem capazes de refutar os que se opõem a ela.

Os líderes da igreja são caracterizados por boa teologia.

Usando um contraste negativo, podemos dizer que alguém alheio à fé cristã “ensina outra doutrina e discorda das sãs palavras de nosso Senhor Jesus Cristo e da doutrina que é de acordo com a piedade” (1Tm 6.3). Aliás, ao final de uma longa descrição de tipos ímpios — “transgressores e desobedientes, irreverentes e pecadores, ímpios e profanos [...] mentirosos, perjuros” —, Paulo indica que a lista continua ao acrescentar um tipo de “etc.”: “e [...] tudo o que se opõe à sã doutrina” (1Tm 1.9,10). Falsa doutrina ou heresia é o oposto de sã doutrina. Devemos rejeitar a primeira e nos agarrar à última.

Os que não pertencem à fé são caracterizados por teologia falsa.

Portanto, a doutrina cristã como fé e prática é importante.

DOUTRINA CRISTÃ COMO CONFISSÃO E ENSINO

A doutrina cristã como confissão e ensino é importante por várias razões. As passagens bíblicas que acabamos de ler enfatizam a importância de reter com firmeza a boa teologia e transmiti-la. Em muitas ocasiões e épocas, a igreja confessou publicamente aquilo em que crê. Aqui está um trecho de um credo da igreja primitiva acerca de Jesus Cristo — uma confissão encontrada no Novo Testamento (1Tm 3.16):

Evidentemente, grande é o mistério da piedade:

Ele foi manifestado na carne,
ustificado pelo Espírito,
contemplado por anjos,
pregado entre as nações,

crido no mundo,
recebido na glória.

Cada um dos credos da igreja primitiva expressava, de forma resumida, a sã doutrina que a igreja confessava. O Credo dos Apóstolos, por exemplo, afirma: “Creio em Deus Pai todo-poderoso [...] e em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor [...] e no Espírito Santo”.

A igreja confessa boa teologia publicamente.

A igreja ensina sã doutrina. Desde o início, a igreja tem a tradição de transmitir sua fé — aquilo em que ela crê — a seus novos membros. Às vezes nos referimos a isso como transmitir uma *tradição* (lat., *traditio*, “entrega”). Cristãos mais velhos — particularmente os líderes cristãos — instruem os novos crentes na sã doutrina, a qual, por sua vez, eles põem em prática em sua vida, servindo de modelo. Aliás, o discípulo (lat., *discipulus*, “estudante”) é um estudante de boa teologia que se torna cada vez mais conforme à imagem de Jesus Cristo. Sem minimizar a importância do papel que escolas, faculdades, universidades e seminários cristãos desempenham no ensino da teologia, a igreja não deve abdicar jamais de sua posição como principal transmissora da sã doutrina.

A igreja transmite boa teologia de geração em geração.

Portanto, a doutrina cristã como confissão e ensino é importante.

DOUTRINA CRISTÃ COMO SABEDORIA ANTIGA PARA A IGREJA DE HOJE

Há quase dois mil anos, a igreja vem construindo sã doutrina com base nas Escrituras. Como a Bíblia é a Palavra de Deus escrita e, portanto, a suprema autoridade a respeito daquilo em que a igreja deve crer e de como deve viver, ela constitui a base da boa teologia. Embora constantemente desafiada por falsas doutrinas tendo sucumbido algumas vezes à heresia, a igreja desenvolveu um consenso teológico a respeito de muitas de suas crenças. De forma bem ampla e com importantes discrepâncias em muitos detalhes, essas crenças incluem o seguinte:

- inspiração, autoridade, veracidade, poder e centralidade da Bíblia como revelação divina;
- existência, cognoscibilidade e natureza/atributos de Deus;
- a Trindade (Deus como Pai, Filho e Espírito Santo);
- criação e providência divinas;
- realidade e operação dos seres espirituais (anjos, demônios, Satanás);
- dignidade dos seres humanos como portadores da imagem de Deus;
- depravação dos seres humanos como seres que caíram em pecado (incluindo o pecado original e os pecados cometidos);
- divindade e humanidade de Jesus Cristo (incluindo seu nascimento virginal);

- obra de salvação de Jesus Cristo (p. ex., encarnação, morte, sepultamento, ressurreição, ascensão);
- a Pessoa e a obra do Espírito Santo;
- aplicação da salvação (p. ex., perdão dos pecados, regeneração, justificação) como obra da graça de Deus da qual nos apropriamos pela fé;
- a igreja como o povo de Deus, o corpo de Cristo, o templo do Espírito Santo;
- a igreja como una, santa, católica (universal) e apostólica;
- meios da graça (p. ex., batismo e ceia do Senhor) por intermédio da igreja;
- escatologia pessoal: morte e estado intermediário;
- escatologia cósmica: a volta de Cristo, a ressurreição, o juízo final e o castigo eterno;
- novo céu e nova terra como suprema esperança.¹

Muitos fatores contribuem para esse extraordinário consenso teológico, e entre os mais importantes estão a Palavra de Deus, sobre a qual o consenso se fundamenta, e o Espírito de Deus, que guia a igreja à sã doutrina. Essa herança é um tesouro de sabedoria teológica que ajuda a igreja contemporânea a construir sua doutrina.

Em algumas igrejas, um lema popular é: “Nenhum credo, exceto a Bíblia”. Se esse sentimento tem o propósito de ressaltar a suprema autoridade das Escrituras, não poderia estar mais certo. Contudo, se rejeita o legado do consenso teológico apresentado acima, impede que a igreja receba a sã doutrina. Além disso, é ingênuo, já que a igreja foi e continua a ser auxiliada por fatores extrabíblicos. Por exemplo, quando a igreja afirma a doutrina da Trindade e confessa que o Filho é “da mesma essência” do Pai, está usando termos (nesses casos, a palavra latina *Trinitas* e a palavra grega *homoousios*) que não se encontram na Bíblia para expressar sua sã doutrina.

Quando a igreja crê, pratica, confessa e ensina a sã teologia, ela é auxiliada pela sabedoria teológica do passado.

Resumindo: doutrina cristã é fé cristã com base na Bíblia. À igreja cabe a responsabilidade principal de construir e transmitir boa teologia, com o auxílio essencial da sabedoria teológica acumulada através dos anos. Essa sã doutrina é crida, praticada, confessada e ensinada.

Essa é a convicção de *50 verdades centrais da fé cristã*.

¹Essa lista foi extraída de Gregg R. Allison, “The *corpus theologicum* of the church and presumptive authority”, in: Derek J. Tidball; Brian S. Harris; Jason S. Sexton, orgs., *Revisioning, renewing, rediscovering the triune center: essays in honor of Stanley J. Grenz* (Eugene: Cascade, 2014), p. 324.



1

A INSPIRAÇÃO DA ESCRITURA



RESUMO

Toda a Escritura é divinamente inspirada, pois o Espírito Santo supervisionou os autores bíblicos enquanto compunham seus escritos — a Palavra de Deus.

TEMAS PRINCIPAIS

- O autor da Escritura é Deus.
- A Escritura foi também redigida por autores humanos, sob a orientação do Espírito Santo.
- Toda a Escritura é inspirada por Deus.
- A inspiração se estende às palavras da Escritura.
- O Espírito e os autores humanos escreveram juntos.
- Foram usados vários modos de inspiração.
- Em consequência de sua inspiração, a Escritura é verdadeira e tem autoridade.

PASSAGENS-CHAVE

Mateus 19.4,5; João 10.35; Atos 4.24-26;
1Coríntios 2.10-12; 2Timóteo 3.16,17;

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Como a própria Bíblia afirma: “Toda a Escritura é inspirada por Deus” (2Tm 3.16, NVI). Historicamente, a palavra “inspiração” tem sido usada para definir essa doutrina, referindo-se à orientação divina dos escritores da Bíblia pelo mover do Espírito de Deus. Mas nós deveríamos também pensar no processo como uma “expiração” (exalação): a Escritura é fruto da expiração criativa de Deus.

O Espírito Santo foi particularmente responsável pela inspiração da Bíblia: os autores bíblicos “falaram da parte de Deus, conduzidos pelo Espírito Santo” (2Pe 1.21). Ele supervisionou Moisés, Isaías, Lucas e todos os outros, enquanto compunham seus escritos. Embora esses autores empregassem suas próprias personalidades, perspectivas teológicas, seus estilos pessoais e assim por diante, o Espírito assegurou que o que eles escrevessem fosse o que Deus queria que escrevessem: a Palavra de Deus, dotada de autoridade divina e totalmente verdadeira.

Em algumas ocasiões, a igreja enfatizou mais a autoria divina da Escritura, chegando até a desprezar sua autoria humana. Aliás, o papel do Espírito Santo em relação aos autores bíblicos foi ilustrado pela analogia com um músico que tange seu instrumento de corda ou uma flautista que toca sua flauta. A igreja também já defendeu a ideia do ditado mecânico. Mas a doutrina da inspiração da Escritura afirma a participação integral tanto de seu autor divino — o Espírito Santo — quanto de seus autores humanos. Moisés, Jeremias, Mateus, Paulo e os outros estavam totalmente envolvidos no processo de composição do texto. Consultaram escritos anteriores, fizeram entrevistas, selecionaram as narrativas que desejavam incluir, refletiram cuidadosamente, compuseram seus escritos e tudo o mais que se fez necessário — sempre sob a orientação do Espírito Santo.

A inspiração é *plenária*: toda a Escritura é inspirada por Deus (2Tm 3.16). A inspiração não se restringe apenas às partes “importantes” da Escritura, às passagens que guiam as pessoas à salvação ou instruem sobre a fé e a obediência necessárias para agradar a Deus. Ao contrário, suas referências históricas (p. ex., Adão e Eva, a arca de Noé, Jonas e o grande peixe), suas afirmações sobre o mundo (p. ex., a criação a partir do nada, o surgimento do Sol e da Lua como dois grandes luminares), as genealogias etc., tudo o que há nela foi inspirado pelo Espírito. A tendência moderna de atribuir inspiração a algumas partes da Escritura, mas não a sua totalidade, deve-se, em parte, a determinado constrangimento em face de passagens como os salmos imprecatórios e a ordem divina para que Israel destruísse seus inimigos. Mas as dificuldades encontradas na Escritura não são motivo para descartar sua

inspiração plenária. Os leitores da Bíblia podem achar que partes dela são mais inspiradoras e outras menos, dependendo da época e do lugar, mas *toda* a Escritura é divinamente inspirada.

A inspiração é *verbal*: estende-se às *palavras* da Escritura. Esse é o sentido da declaração de Paulo, “toda a *Escritura* é inspirada por Deus”, já que o termo “Escritura” se refere às palavras propriamente ditas. Como a Escritura é verbalmente inspirada, Jesus constrói seu argumento sobre a ressurreição dos mortos sobre um verbo no tempo presente, confrontando seus críticos: “Não lestes o que vos foi dito por Deus: Eu *sou* o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó? Ele não é Deus de mortos, mas de vivos” (Mt 22.31,32, citando Êx 3.6; grifo do autor). Do mesmo modo, Paulo defende sua tese da existência de um único herdeiro das promessas abraâmicas com base em um substantivo no singular: “Assim, as promessas foram feitas a Abraão e a seu descendente. A Escritura não diz ‘a teus descendentes’, como se falasse de muitos, mas como quem se refere a um só: ‘E a teu descendente’, que é Cristo” (Gl 3.16, citando Gn 12.7). Portanto, embora a inspiração certamente se aplique aos autores bíblicos, à medida que foram movidos pelo Espírito Santo enquanto escreviam, aplica-se também às próprias palavras da Escritura.

A inspiração é *concursiva e convergente*: o Espírito e os autores humanos *escreveram juntos*. A obra do Espírito não foi apenas a influência de cuidado providencial ou orientação de que todos os cristãos desfrutam quando andam com Deus. A inspiração também não foi apenas algo que fez crescer a consciência religiosa, nem se restringiu somente aos pensamentos ou às ideias que povoaram a mente dos autores humanos. Essa obra particular do Espírito Santo foi realizada unicamente nos profetas e apóstolos, enquanto eles e o Espírito escreviam colaborativamente a Palavra de Deus. Consequentemente, Jesus considerava que as palavras ditas por Moisés tinham sido ditas pelo próprio Deus (Mt 19.4,5, citando o comentário de Moisés sobre o casamento [Gn 2.24] e atribuindo-o ao “Criador” — isto é, Deus).

Embora a Escritura seja inspirada, as maneiras pelas quais essa inspiração ocorreu são basicamente um mistério. Incluem a pesquisa histórica (Lc 1.1-4), a observação da vida (Ec), a memória assistida pelo Espírito (Jo 14.26), a revelação milagrosa (2Co 12.1-4), ocasionalmente o ditado (Ap 2 e 3) e o bom conselho (1Co 7.25,26,39,40).

Em consequência de sua inspiração, a Escritura é verdadeira. Tem autoridade e o direito tanto de ordenar o que os crentes devem fazer quanto de proibir o que não devem fazer. Além disso, tudo o que a Escritura afirma corresponde à realidade, e ela nunca afirma coisa alguma que contrarie os fatos.

Base bíblica

A doutrina da inspiração da Escritura é evidente nos escritos do Antigo Testamento. “Moisés falou aos israelitas conforme tudo o que o SENHOR lhe deu como mandamento para eles” (Dt 1.3). Os profetas declararam a respeito

de suas instruções: “Assim diz o SENHOR” (p. ex., Is 66.1). No entanto, a inspiração divina daqueles primeiros escritos é apresentada de forma mais completa no Novo Testamento. Paulo enfatizou a inspiração plena (2Tm 3.16,17). Pedro ressaltou a colaboração entre o trabalho de supervisão do Espírito Santo e o trabalho humano de redigir a Escritura (2Pe 1.16-21). Os primeiros cristãos atribuíram as palavras de um salmo de Davi ao “Soberano Senhor, [...] que, pelo Espírito Santo, disseste pela boca de nosso pai Davi...” (At 4.24-26, citando Sl 2.1,2). Jesus enfatizou a infalível autoridade até mesmo das menores frases do Antigo Testamento: “A Escritura não pode ser quebrada” (Jo 10.35, referindo-se a Sl 82.6). Aliás, ele repreendeu os que pensavam que tinha vindo para revogar a Escritura. Na verdade, sua intenção era cumprir cada uma de suas palavras (Mt 5.17,18).

Quanto à inspiração dos escritos do Novo Testamento, o próprio Jesus prometeu o Espírito Santo como garantia de que tudo aquilo que os apóstolos ensinassem e escrevessem fosse um testemunho fidedigno e oficial a respeito de si mesmo e de sua obra (Jo 14.26; 16.13). Portanto, o Espírito Santo, conhecendo completamente as coisas de Deus, revelou-as aos apóstolos e supervisionou seu trabalho redacional (1Co 2.10-13). Paulo escreveu com a convicção de que suas instruções eram dadas “pelo Senhor Jesus” (1Ts 4.2). De fato, aliás, o evangelho por ele transmitido era a verdadeira palavra de Deus (1Ts 2.3). Mesmo quando não podia referir-se a um ensinamento específico de Jesus sobre determinado tópico, Paulo sentia que tinha o Espírito de Deus ao apresentar sua opinião sensata (1Co 7.25,26,39,40). Pedro considerava que os escritos de Paulo tinham o seu lugar com as “demais Escrituras” — isto é, faziam parte do conjunto de textos inspirados, junto com os escritos do Antigo Testamento (2Pe 3.15,16).

Principais erros

1. *A negação da obra de supervisão do Espírito Santo.* Essa posição descarta qualquer ação divina no processo de redação da Bíblia, reduzindo-a a um livro meramente humano. Esse ponto de vista despreza as afirmações da própria Bíblia acerca de si mesma e demonstra certa reserva quanto à ação divina entre os seres humanos.

2. *A negação da autoria humana das Escrituras.* A teoria do ditado mecânico considera os autores bíblicos como meros secretários passivos, sem nenhuma participação significativa e intencional no processo de escrita. Deus simplesmente ditou sua Palavra, e eles a escreveram. Essa posição não consegue explicar as diferentes personalidades, perspectivas teológicas, estilos e outras características que se evidenciam claramente nos textos bíblicos. Algumas pessoas negam o papel humano na escrita da Bíblia por temerem que, se os seres humanos realmente a escreveram, e se “errar é humano”, a Escritura possa conter erros. Esse temor ignora a operação de supervisão do Espírito Santo, que protegeu a Palavra de Deus do erro humano.

3. *A negação da inspiração plenária.* Essa posição considera que algumas

partes da Bíblia são inspiradas, mas outras não, contrariando o que a própria Bíblia afirma sobre sua inspiração. Um dos grandes problemas dessa ideia é a necessidade de estabelecer um critério confiável para decidir quais partes são inspiradas e quais não são.

4. *A negação da inspiração verbal.* Essa posição afirma que o Espírito orientou os pensamentos dos autores bíblicos enquanto escreviam, mas essa inspiração não se estende às palavras que eles utilizaram. Esse ponto de vista nega o que a Bíblia afirma sobre sua inspiração.

APLICANDO A DOUTRINA

Por ser inspirada por Deus, a Bíblia tem autoridade divina. A igreja deve fazer o que ela ordena, evitar o que ela proíbe, prestar atenção às suas advertências, crer nas suas promessas e assim por diante. Além disso, a Escritura inspirada é totalmente verdadeira. A igreja deve confiar em tudo o que ela afirma. Isso vale quando a Bíblia aborda questões de salvação, fé e obediência, vida consagrada e adoração a Deus. Também vale quando ela aborda história, criação e providência de Deus, genealogias e outros assuntos. Toda a Escritura é inspirada por Deus, inspirada pelo Espírito Santo!

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Por que a doutrina da Escritura é tão essencial para a fé cristã?**
- **Algumas passagens bíblicas (p. ex., suas genealogias, as listas de pessoas a quem Paulo envia saudações) não parecem muito inspiradoras; então, por que a inspiração é importante?**
- **Parece que a única maneira de Deus garantir que os autores humanos escrevessem fielmente a sua Palavra seria ditando tudo para eles.**
- **Será que Deus realmente inspirou as partes da Escritura que narram o massacre dos cananeus pelos israelitas e as que trazem orações pela**

destruição dos inimigos?

- **Se somente algumas partes da Escritura foram inspiradas por Deus, quais são os critérios que nos permitem identificar essas partes?**
- **Como a igreja pode afirmar que somente o seu livro sagrado (a Bíblia) vem de Deus? E quanto ao Alcorão, dos muçulmanos, e aos Vedas, dos hindus?**
- **De que modo a inspiração ressalta a autoridade e a veracidade da Bíblia?**

Como os não cristãos ainda não creem em Jesus Cristo para a salvação, a igreja organiza missões para comunicar-lhes o evangelho. Para a igreja, a Palavra de Deus, inspirada por ele, é “o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê” (Rm 1.16). À medida que as pessoas se tornam crentes, a igreja se encarrega de seu discipulado e cuida delas por meio da pregação e do ensino das Escrituras inspiradas.

O que está em jogo nessa doutrina? O que está em jogo é a relação entre Deus e as Escrituras. Se a Bíblia é inspirada por Deus, então ele tem a relação mais próxima possível com ela. Aliás, isso significa que ele está totalmente envolvido em sua Palavra, agindo por meio dela para salvar e transformar a igreja. Se isso não é verdade, a Bíblia começa a se parecer com um livro humano como qualquer outro, cheio de leis, provérbios, histórias comoventes, mitos etc. No entanto, sendo inspirada por Deus, a Bíblia é a fiel Palavra de Deus, com toda autoridade.

ENSINANDO A DOUTRINA

Um bom ponto de partida é um estudo bíblico enfocando a postura de Jesus em relação à Bíblia. O objetivo desse estudo é entender qual era a visão do Senhor a respeito das Escrituras e mostrar que ele acreditava que a Bíblia era a Palavra de Deus, totalmente inspirada pelo Espírito Santo, e, portanto, fidedigna e dotada de autoridade. Uma vez demonstrado esse ponto, a confrontação é clara: Se Jesus tinha essa visão a respeito da Escritura e se nós afirmamos que Jesus é o nosso Senhor, será que não temos a obrigação de ter a mesma visão que ele? Essa questão vai pôr em cheque os cristãos que têm dificuldade de aceitar a inspiração das Escrituras e encorajar os que a aceitam.

O próximo passo é ensinar usando as passagens bíblicas mais importantes sobre o tema (2Tm 3.16; 2Pe 1.16-21 etc.). À medida que afirmações importantes sobre a autoria divina, a autoria humana e outras afirmações são

feitas, elas podem ser combinadas para formar uma sólida definição de inspiração. Definições detalhadas dos conceitos de inspiração plenária, verbal e inspiração concursiva, ajudarão a esclarecer essa doutrina e evitar mal-entendidos. Os principais erros também precisam ser apresentados e discutidos. Ratificar a veracidade dessa doutrina faz com que os cristãos acatem a autoridade da Escritura e creiam que ela é a fidedigna Palavra de Deus.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. A expressão “inspirada por Deus” e uma breve explicação
2. Estudo bíblico: a visão de Jesus sobre a Bíblia
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Autoria divina
 - B. Autoria humana (com rejeição do ditado mecânico)
 - C. Inspiração plenária
 - D. Inspiração verbal
 - E. Inspiração concursiva
 - F. Modos de inspiração
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Negação do trabalho de supervisão do Espírito Santo
 - B. Negação da autoria humana da Escritura
 - C. Negação da inspiração plenária
 - D. Negação da inspiração verbal
5. Aplicando a doutrina
 - A. Autoridade e veracidade da Escritura
 - B. Compartilhando o evangelho

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “inspiration”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “Bible, inspiration of”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Bíblia, inspiração da”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 8.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 8.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 14.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 4.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 4.

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 2.

_____. *Doutrina da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 4.

A VERACIDADE (INERRÂNCIA) DA ESCRITURA



RESUMO

A veracidade (inerrância) é um atributo da Escritura que garante que tudo o que ela afirma corresponde à realidade e que ela não afirma nada que contrarie os fatos. Também significa que a Escritura nunca se contradiz.

TEMAS PRINCIPAIS

- Veracidade: a Escritura corresponde à realidade.
- Inerrância: a Escritura não contém erros.
- A inerrância é compatível com os fenômenos da Escritura.
- Infalibilidade significa que a Escritura não falha.
- Por causa de sua veracidade, a Escritura é fidedigna.

PASSAGENS-CHAVE

Números 23.19; Salmos 12.6; 18.30; 19.8;
Provérbios 30.5; João 10.35; 14.26; 16.13;
17.17; Hebreus 6.18

Afirmações principais

Em sua oração ao Pai, Jesus afirmou: “A tua palavra é a verdade” (Jo 17.17). *Veracidade* significa correspondência com a realidade. Por exemplo, a Escritura afirma que Deus criou tudo o que existe a partir do nada. Essa afirmação corresponde ao fato de que Deus não trouxe o Universo à existência combinando materiais pré-existentes, mas, sim, criando do nada os próprios materiais. Outro exemplo é a afirmação bíblica de que Cristo ressuscitou dos mortos no terceiro dia, o que corresponde ao fato de que, no domingo de Páscoa, o túmulo de Cristo estava vazio e Jesus apareceu, vivo, a várias pessoas.

Dito de outro modo, *inerrância* significa que a Escritura nunca afirma coisa alguma que contrarie os fatos. A inerrância é uma característica de toda a Escritura, não apenas das partes que dizem respeito a salvação, fé e doutrina. Inerrância também significa que a Escritura nunca se contradiz; tem coerência interna. Por exemplo, ao afirmar que Jesus Cristo é totalmente Deus, essa afirmação não contradiz sua afirmação de que ele é totalmente homem. Ele é tanto Deus quanto homem.

Refletindo a Declaração de Chicago sobre a Inerrância Bíblica, Paul Feinberg apresenta sua definição de inerrância: “Inerrância significa que, quando todos os fatos são conhecidos, as Escrituras, em seus autógrafos originais e corretamente interpretadas, mostraram-se inteiramente verídicas em tudo o que afirmam no que diz respeito a doutrina, moralidade e ciências sociais, físicas ou biológicas”.¹

Os críticos que rejeitam a inerrância da Bíblia muitas vezes entendem mal o conceito. A inerrância é compatível com os fenômenos da Escritura — isto é, com as variadas técnicas de redação empregadas pelos autores humanos. Aqui estão cinco exemplos:

1. *Linguajar comum.* A Escritura não usa linguagem técnica, precisa, mas, sim, um linguajar comum, do dia a dia. Quando narra a criação dos dois grandes luminares em Gênesis 1.16-18, Moisés não está compondo um texto científico (tecnicamente, o Sol é uma fonte de luz, mas a Lua é só um refletor), mas utiliza linguagem popular, do mesmo modo como falamos hoje quando, por exemplo, dizemos que o sol se *levanta* e se *põe*. A inerrância é compatível com o uso do linguajar comum.
2. *Citações livres.* Às vezes, os escritores do Novo Testamento citam o Antigo Testamento de forma exata, palavra por palavra (p. ex., Hb 1.7 cita Sl 104.4). Outras vezes, usam paráfrases, resumem ou aludem a essas passagens (p. ex., Hb 3.2 alude a Nm 12.7). A inerrância não impede o uso de nenhum desses recursos estilísticos.
3. *Traduções das palavras de Jesus.* Como Jesus ensinou em aramaico e o

Novo Testamento foi escrito em grego, há muito poucos registros de suas palavras exatas (Mc 5.41; 7.34; 15.34). Em vez disso, temos o registro exato da voz de Jesus; isto é, as traduções em grego de seus ditos em aramaico são versões fiéis do que Jesus realmente disse. E Jesus, de fato, proferiu aquelas palavras. Não foram inventadas por seus discípulos e postas na boca de Jesus quando os evangelhos foram escritos. A inerrância é compatível com as traduções das palavras de Jesus, encontradas na Escritura.

4. *Diferenças na ordem dos acontecimentos.* Por exemplo, Mateus apresenta a sequência real das tentações de Jesus (Mt 4.1-11), enquanto Lucas as apresenta fora da ordem cronológica (Lc 4.1-13). Essas duas formas de narrar as tentações não são contraditórias, porque Mateus tem um objetivo ao escrever (narrar as tentações na ordem em que Jesus as enfrentou), enquanto Lucas tem outro (mostrar três tentações, sem pretender narrá-las sequencialmente). A inerrância é compatível com as diferentes ordens em que eventos são apresentados nas Escrituras.
5. *Relatos divergentes sobre um mesmo evento.* Alguns relatos narram o mesmo evento, mas o fazem com diferenças significativas. Nos Evangelhos, por exemplo, o milagre da alimentação dos cinco mil é narrado de formas diferentes pelos quatro autores. Como explicar essas diferenças? Uma versão pode apresentar um resumo de um acontecimento, enquanto outra dá mais detalhes. Por exemplo, Mateus 8.5-13 dá menos detalhes do que Lucas 7.1-10, ao narrar o evento em que Jesus cura o escravo do centurião. Também ocorre de uma narrativa contar parte de um episódio, enquanto outra narrativa conta uma parte diferente. Por exemplo, Judas se enforcou (Mt 27.1-10) e seu corpo caiu e se rompeu (At 1.15-19). A inerrância é compatível com a existência de narrativas variantes nas Escrituras.

O ponto importante a ressaltar aqui é que a inerrância da Escritura é compatível com essas várias convenções da linguagem escrita.

Agostinho (354-430) trouxe uma importante contribuição a essa doutrina quando ousou imaginar qual seria a consequência da existência de um único erro na Escritura: isso não significaria que toda a Escritura está errada, mas geraria a suspeita de que qualquer parte poderia estar errada. À igreja restaria apenas uma fútil avaliação subjetiva da Escritura para discernir quais partes são verdadeiras e quais contêm erro.

Relacionada a essa discussão, está a questão da *infallibilidade*, que significa que a Escritura não está sujeita a falhas, mas sempre cumpre o propósito que Deus lhe designou. Falando sobre a palavra que sai de sua boca, Deus nos garante: “Não voltará para mim vazia, mas cumprirá o propósito que lhe atribuo” (Is 55.11).

Ao longo da maior parte da história da igreja, os termos “infallibilidade” e “inerrância” significavam a mesma coisa e referiam-se à veracidade da

Escritura. Infelizmente, o último século testemunhou a dissociação dos dois termos. Infa-libilidade passou a se restringir a questões concernentes a salvação, fé e vida consagrada. Mas essa ideia deixa aberta a possibilidade — aliás, a realidade — da existência de erros quando a Escritura aborda assuntos como história, genealogia, geografia e ciência. Além disso, erro foi redefinido como engodo *intencional*. Dada essa definição, os críticos podiam afirmar a total inerrância da Escritura — a qual significa que seus autores nunca enganaram propositadamente os leitores — e, ao mesmo tempo, continuar defendendo a tese de que a Escritura contém erros.

É preciso rejeitar essas novidades. A própria Escritura não faz nenhuma distinção entre partes “mais importantes” que seriam inspiradas e, portanto, inerrantes, e partes “menos importantes” que não teriam sido escritas sob a orientação do Espírito, podendo conter erros. A Palavra de Deus é verdadeira (inerrante) e infalível, não contém erro e não está sujeita a falha.

Base bíblica

A doutrina da veracidade e inerrância da Escritura está presente no Antigo Testamento (Sl 12.6; 18.30; 19.8; Pv 30.5). Em consonância com esse alto conceito da Escritura, Jesus afirmou que a Palavra de Deus “é a verdade” (Jo 17.17) que “não pode ser quebrada” (Jo 10.35). Ele sempre recorria confiantemente a exemplos do Antigo Testamento, como Adão e Eva (Mt 19.3-6), o Dilúvio na época de Noé (24.36-39), a autoria mosaica do Pentateuco (Jo 5.45-47) e Jonas e o grande peixe (Mt 12.40). Para Jesus, essas narrativas eram verdadeiras, correspondentes à realidade.

Quanto à veracidade do Novo Testamento, Jesus prometeu a seus discípulos que lhes enviaria o “Espírito da verdade”, ratificando-os assim como suas fiéis testemunhas: tudo o que eles iriam pregar (e que alguns registrariam por escrito) garantia o testemunho preciso das palavras e obras de Jesus (Jo 14.26; 16.13). Como o Espírito Santo, o Espírito da verdade, supervisionava todos os escritos daqueles discípulos, a veracidade do Novo Testamento estava garantida (1Co 2.10-13).

Uma observação de caráter teológico confirma a veracidade da Escritura: Deus sempre fala a verdade; aliás, ele não mente nem pode mentir (Nm 23.19; Hb 6.18). Como a Escritura é inspirada por Deus (2Tm 3.16), ela sempre diz a verdade e nunca mente. Portanto, a inerrância é um corolário da inspiração da Escritura por Deus, que sempre diz a verdade.

Principais erros

1. *A negação da inspiração e, portanto, da inerrância das Escrituras.* Essa posição rejeita a ideia de que o Espírito Santo supervisionou a escritura da Bíblia, reduzindo-a a um mero livro humano. Todos os textos produzidos por seres humanos contêm erros; portanto, segundo essa perspectiva, a Bíblia também contém. Esse ponto de vista não dá crédito às afirmações da própria Escritura

sobre sua veracidade e pressupõe um conceito muito pobre da ação divina entre os seres humanos.

2. *A oposição entre infalibilidade e inerrância.* Além de divergirem da equivalência histórica desses dois termos, seus proponentes redefinem erro como engodo *intencional*. Dada essa definição, eles afirmam a total inerrância da Escritura — a qual significa que seus autores nunca enganam propositadamente os leitores — e, ao mesmo tempo, defendem a tese de que a Escritura contém erros. Essa posição separa o que a igreja tradicionalmente considerou unido. Além disso, é uma forma fraudulenta de defender a inerrância bíblica da boca para fora, mas, na verdade, negá-la.

3. *A afirmação de que há centenas de erros na Bíblia.* Na verdade, quando todos os supostos erros são listados, eles não passam de sessenta e poucos. Assim, a afirmação é exagerada e, embora alguns dos problemas sejam mais graves que outros, a solução ou pode ser apresentada, ou não precisa ser apresentada. Por quê? Em alguns casos, estamos atrasados milhares de anos para resolver os problemas. Além disso, às vezes a evidência bíblica é tão limitada que não dispomos de informações suficientes para chegar a uma solução. Ademais, os mesmos problemas rondam todos os escritos sem causar nenhuma suspeita de erro que nos impeça de ir em frente. Portanto, a igreja, sem ignorar essas passagens problemáticas, pode abordá-las, uma a uma, com uma postura de fé, sem cair no desespero nem na incredulidade.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Por que a doutrina da Escritura é tão essencial para a fé cristã?**
- **Como podemos afirmar a total veracidade da Bíblia diante de um mundo que alega que ela está cheia de erros?**
- **Se errar é humano e seres humanos escreveram a Bíblia, como ela pode ser isenta de erro?**
- **Parece que a única maneira de Deus garantir que os autores humanos escrevessem fielmente a sua Palavra seria ditando tudo para eles.**

APLICANDO A DOCTRINA

Por ser inspirada por Deus, ou seja, a revelação daquele que sempre diz a verdade e não pode mentir, a Escritura é verdadeira. A igreja deve confiar em tudo o que ela afirma: criação a partir do nada, o cuidado providencial de Deus, os milagres de Jesus Cristo, as instruções sobre a sexualidade humana e o casamento, a salvação pela fé somente e tudo o mais. Além disso, a infalibilidade da Escritura estimula a igreja a manter a esperança enquanto aguarda pacientemente que as promessas de Deus sejam cumpridas: a resposta positiva de algumas pessoas ao evangelho que transmitimos, a futura libertação do sofrimento e da morte, a volta de Cristo, o novo céu e a nova terra, e outras.

E quanto aos cristãos que acham que a Bíblia contém erros? Peça que apontem quais são esses erros. Se eles dizem que Jesus é o Senhor deles, e Jesus afirmava a inerrância das Escrituras, exorte-os a serem coerentes e adotar a mesma visão que o Senhor tinha a respeito da Escritura.

ENSINANDO A DOCTRINA

Um bom ponto de partida é um estudo bíblico enfocando a postura de Jesus em relação a diversas narrativas do Antigo Testamento que são alvo de ataques ferozes: Adão e Eva (Mt 19.3-6), o Dilúvio na época de Noé (24.36-39), a autoria mosaica do Pentateuco (Jo 5.45-47), Jonas e o grande peixe (Mt 12.40). O objetivo desse estudo é entender qual era a visão do Senhor a respeito das Escrituras, mostrando que ele acreditava que ela é a verdadeira e inerrante Palavra de Deus. Isso se aplica particularmente às narrativas bíblicas que os críticos dizem conter erros. Uma vez demonstrado esse ponto, o desafio fica claro: Se Jesus tinha essa visão a respeito da Escritura e se nós afirmamos que Jesus é o nosso Senhor, será que não temos a obrigação de ter a mesma visão que ele? Isso vai confrontar os cristãos que têm dificuldade de aceitar a veracidade das Escrituras e encorajar os que aceitam a sua inerrância.

O próximo passo é ensinar a veracidade das Escrituras por meio das afirmações bíblicas, prosseguindo-se com a defesa teológica tradicional de sua inerrância. Ressalte-se o fato de que a atual rejeição dessa doutrina contraria a posição histórica da igreja. Examinar detidamente a definição de Feinberg, junto com uma cuidadosa explanação de que a inerrância é compatível com os fenômenos da Escritura, pode ser uma estratégia muito produtiva. Quando entrar na discussão das diferenças na ordem dos eventos e das divergências entre narrativas paralelas, peça aos participantes que “apertem os cintos”, pois a turbulência vai aumentar. O objetivo aqui não é abalar a confiança deles na veracidade das Escrituras, e sim prepará-los para responder a ataques contra a inerrância bíblica quando outras pessoas perguntarem em tom desafiador: “Você sabia que a Bíblia está cheia de erros?”.

1. Resumo
2. Estudo bíblico: a visão de Jesus sobre a veracidade da Bíblia
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Veracidade
 - B. Inerrância
 - C. Compatibilidade da inerrância com os fenômenos da Bíblia
 - D. Infalibilidade
 - E. O problema da oposição entre inerrância e infalibilidade
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Negar a inspiração e, portanto, a inerrância da Escritura
 - B. Opor infalibilidade e inerrância
 - C. Afirmar que há centenas de erros na Bíblia
5. Aplicando a doutrina
 - A. Confiar em toda a Escritura
 - B. Contestar a ideia de que a Escritura contém erros

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “Chicago Statement on Biblical Inerrancy”, “inerrancy”, “infallibility of Scripture”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “Bible, inerrancy and infallibility of”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Bíblia, inerrância e infalibilidade da”.

ERICKSON. *CHRISTIAN THEOLOGY*. CAP. 9.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 9.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 14.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 5.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 5.

HORTON. *Pilgrim theology*. p. 57, 58.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 4.

¹Paul Feinberg, “The meaning of inerrancy”, in: Norman L. Geisler, org., *Inerrancy* (Grand Rapids: Zondervan, 1980), p. 294 [edição em português: *A inerrância da Bíblia: uma sólida defesa da infalibilidade das Escrituras*, tradução de Antivan Mendes (São Paulo: Vida, 2003)].

3

A AUTORIDADE DA ESCRITURA



RESUMO

A autoridade da Escritura é a propriedade que lhe dá, como Palavra inspirada do Deus soberano, o direito de ordenar aquilo em que os cristãos devem crer e o que devem fazer e ser, bem como de proibir aquilo em que eles não devem crer e o que não devem fazer e ser.

TEMAS PRINCIPAIS

- A autoridade bíblica está ligada à prerrogativa que a Bíblia tem de ordenar ou proibir crenças, atos e traços de caráter.
- A autoridade da Escritura é um corolário de sua inspiração.
- A autoridade é uma propriedade intrínseca da Escritura.
- A autoridade da Escritura foi um dos debates cruciais da Reforma (sola Scriptura, somente a Escritura).

PASSAGENS-CHAVE

Deuteronômio 30.15-18; Mateus 5.17,18;
1Coríntios 2.10-13; 14.37;

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

A autoridade da Escritura é a propriedade que lhe dá a prerrogativa de ordenar aquilo em que o povo de Deus deve crer e o que deve fazer e ser, bem como de proibir aquilo em que ele não deve crer e o que não deve fazer e ser. Ela é um subconjunto da autoridade divina em geral, o direito que Deus tem de estabelecer leis, dar ordens, exigir obediência, determinar crenças e outras coisas mais.

A Escritura revela a verdade sobre Deus e seus caminhos. Por ter autoridade, a Escritura exige que os cristãos creiam na sã doutrina e que não acreditem em falsas doutrinas. Além disso, a Escritura estabelece as leis e exigências morais de Deus. Também, em função de sua autoridade, a Escritura exige que o povo de Deus obedeça aos seus mandamentos e os proíbe de desobedecê-los. A Escritura também estabelece outras proibições. Em função de sua autoridade, proíbe aos cristãos as atitudes pecaminosas e as más ações. Finalmente, revela o que significa ser um portador da imagem de Deus salvo por sua graça. Por sua autoridade, a Escritura exige que o povo de Deus reflita a imagem divina em sua humanidade redimida.

A autoridade bíblica é um corolário de sua inspiração: como o autor da Escritura é Deus, ela tem autoridade divina. Isso está representado no diagrama a seguir.

Autor divino
autoridade divina

A Escritura tem autoridade porque foi inspirada por Deus. Essa afirmação é diferente de muitas concepções contemporâneas da autoridade da Escritura:

1. A autoridade da Escritura é *funcional*. Ela tem autoridade porque funciona de uma determinada maneira — a Escritura mostra o caminho da salvação, capacita os crentes a viverem uma vida consagrada e instrui os cristãos na sã doutrina.
2. A autoridade da Escritura é *instrumental*. Ela tem autoridade porque Deus a utiliza como um meio para se revelar ao seu povo — a Escritura é um meio divino de comunicação.
3. A autoridade da Escritura é *conferida*. Ela tem autoridade porque a igreja lhe concede autoridade — a igreja reconhece e proclama que a

Bíblia tem autoridade.

4. A autoridade da Escritura é *tradicional*. Ela tem autoridade porque sempre ocupou uma posição da mais alta honra no cristianismo — a Escritura é o livro sagrado que constitui o alicerce do cristianismo e sempre esteve no centro da liturgia da igreja.

Em certo sentido, essas concepções têm um fundo de verdade: a autoridade bíblica é funcional, instrumental, conferida e tradicional. Contudo, tanto individualmente quanto em conjunto, essas ideias são incompletas. A autoridade bíblica é antes de mais nada uma questão ontológica: ela diz respeito à própria natureza da Escritura.

Deus mantém a relação mais próxima possível com sua Palavra. Consequentemente, obedecer à Palavra de Deus é obedecer ao próprio Deus. Desobedecer à Palavra de Deus é desobedecer ao próprio Deus. Confiar na Palavra de Deus é confiar no próprio Deus. Não crer na Palavra de Deus é não crer no próprio Deus. “Deus se *identificou* de tal maneira com suas palavras que qualquer coisa que alguém faça às palavras de Deus [...] estará fazendo diretamente ao próprio Deus.”¹ Essa afirmação não iguala Deus à sua Palavra, mas deixa claro que o mesmo Deus a quem pertence toda a autoridade para ordenar o que os crentes devem fazer e crer, e proibir o que eles não devem fazer e crer, esse mesmo Deus está por trás da autoridade de sua Palavra.

A autoridade da Escritura foi uma das doutrinas mais contestadas da Reforma. Na verdade, o princípio formal do protestantismo foi *sola Scriptura*: só a Escritura é a autoridade suprema da igreja. Ela é o árbitro supremo nas questões de doutrina e prática cristãs, estando acima de todos os escritos e tradições humanas, concílios da igreja e tudo mais. Ela é a pedra de toque em relação à qual todo o resto é avaliado. Além disso, qualquer coisa que não tenha a chancela bíblica não pode ter sua autoridade sobre a igreja. Nenhuma crença ou prática sem apoio bíblico pode obrigar a consciência dos cristãos. Somente a Escritura tem a prerrogativa de determinar doutrina e prática.

Esse princípio contrariava a posição católica romana de que a autoridade é constituída de Escritura, tradição e Magistério da igreja. A tradição é composta dos ensinamentos não escritos que Cristo transmitiu oralmente a seus apóstolos, os quais, por sua vez, transmitiram a seus sucessores, os bispos da Igreja Católica, que cuida desse ensino. Sendo um modo de revelação divina, a tradição teria autoridade equivalente à Escritura. O Magistério, ofício responsável pelo ensino na Igreja Católica, é composto pelo papa e os bispos, que são os únicos autorizados a interpretar a Escritura e a sancionar a tradição. Portanto, a Igreja Católica nega *sola Scriptura*, já que a Escritura, a tradição e o Magistério constituem sua autoridade. As igrejas evangélicas defendem *sola Scriptura*, discordando da suposta base bíblica da tradição e do Magistério e divergindo também da alegação de que a história da igreja indica o desenvolvimento precoce dessas duas autoridades.

Base bíblica

Ao dar os toques finais em seu texto da Palavra de Deus, Moisés ressalta a autoridade bíblica: “Se obedeceres aos mandamentos do SENHOR, teu Deus [...], de andar nos seus caminhos e de guardar os seus mandamentos, seus estatutos e seus preceitos, viverás e te multiplicarás, e o Senhor teu Deus te abençoará [...]. Mas, se o teu coração se desviar, e não quiseses ouvir, e fores seduzido para adorar e servir outros deuses, [...] certamente serás destruído” (Dt 30.16-18). A autoridade da Escritura é sua prerrogativa de ordenar aquilo em que o povo de Deus deve crer e o que deve fazer e ser, bem como de proibir aquilo em que ele não deve crer e o que não deve fazer e ser.

Essa autoridade é inerente à própria Escritura, não uma mera autoridade funcional, instrumental, conferida e tradicional. Isso se deve ao fato de que a Trindade está no cerne da revelação divina. Quatro pontos são importantes aqui:

1. Jesus afirmou que nada fazia em sua própria autoridade. Como corolário, ele negou que proferisse suas palavras segundo sua própria autoridade (Jo 8.28; 14.10).
2. Jesus afirmou que o Pai estava nele e fazia a sua obra. Em consonância, Jesus enfatizou que suas palavras não eram suas, mas do Pai, que o enviara (Jo 7.16-18; 14.10,24; 12.49). As palavras de autoridade que Jesus dizia eram as palavras de autoridade do Pai.
3. Sobre o que estava por vir, Jesus afirmou que o Espírito Santo “não falará em sua própria autoridade, mas dirá o que tiver ouvido” (Jo 16.13). Como corolário, Jesus prometeu que o Espírito tomaria suas palavras (de Jesus) e as declararia aos discípulos (v. 15). No entanto, como as palavras de Jesus não eram suas próprias, mas do Pai, o Espírito, na verdade, tomaria as palavras do Pai por intermédio das palavras de Jesus e as revelaria.
4. Essa obra do Espírito foi sua inspiração das Escrituras enquanto orientava o trabalho dos apóstolos durante o processo de escrita do Novo Testamento. As palavras inspiradas por Deus que eles empregam, portanto, são as palavras de autoridade do Pai, ditas por meio das palavras de autoridade de Jesus e ensinadas pelo Espírito (1Co 2.10-13).

Esses quatro pontos dão ênfase à natureza trinitária da revelação divina. Como essa revelação tem autoridade divina, a própria Escritura, como Palavra de Deus, tem autoridade.

A base teológica dessa doutrina vem do fato de que a autoridade bíblica é uma consequência da inspiração da Escritura. Essa doutrina, com vasto apoio bíblico (2Tm 3.16; 2Pe 1.19-21), já foi estudada (cap. 1, “A inspiração da Escritura”).

A Escritura afirma sua própria autoridade. No Antigo Testamento, os profetas falavam e escreviam com autoridade divina. Por exemplo, “Moisés falou aos israelitas conforme tudo o que o SENHOR lhe dera como mandamento para eles” (Dt 1.3). Em nenhuma outra parte isso é mais claro do que na abertura de muitas proclamações proféticas: “Assim diz o SENHOR” (p. ex., Is 66.1). A autoridade das Escrituras do Antigo Testamento é atestada por Cristo e pelos apóstolos. Jesus não veio “abolir a Lei ou os Profetas [...] mas cumprir” (Mt 5.17,18), advertindo que “a Escritura não pode ser quebrada” (Jo 10.35). Os apóstolos que escreveram o Novo Testamento constantemente citavam, parafraseavam, resumiam e aludiam à Escritura do Antigo Testamento por causa de sua autoridade.

A autoridade das Escrituras do Novo Testamento foi prevista por Jesus Cristo e reconhecida por seus autores apostólicos. Conforme discutido anteriormente, o próprio Jesus prometeu que enviaria o Espírito Santo como uma garantia de que tudo o que os apóstolos ensinassem e escrevessem desse um testemunho fidedigno e autorizado a respeito dele e de sua obra (Jo 14.26; 16.13).

O apóstolo Paulo escreveu com a convicção de que suas instruções eram dadas “pelo Senhor Jesus” (1Ts 4.2), “mandamento do Senhor” (1Co 14.37) que deveria ser obedecido (2Ts 2.15; 3.14). Aliás, o evangelho que ele transmitia era a própria palavra de Deus (1Ts 2.13). O apóstolo Pedro considerava que os escritos de Paulo estavam junto com “as demais Escrituras” — isto é, faziam parte do corpo de escritos autoritativos, assim como os textos do Antigo Testamento (2Pe 3.15,16).

Principais erros

1. *Rejeitar a inspiração da Escritura, o que leva à negação da autoridade intrínseca da Bíblia.* Um autor afirma: “A autoridade da Bíblia [...] repousa na própria engenhosidade e irresistibilidade das experiências que ela descreve, e não no fato de Deus ser o autor”.² Esse ponto de vista contradiz tanto a própria afirmação das Escrituras quanto a posição histórica da igreja.

2. *Desprezar ou negar o princípio sola Scriptura.* Os que defendem essa posição põem outra autoridade junto com a Bíblia e consideram essa outra autoridade tão importante quanto a Escritura ou mais importante do que ela. Um exemplo disso é a Igreja Católica Romana com a tradição e o Magistério. Outro exemplo é dar caráter de autoridade a palavras proféticas e outras revelações pessoais. Um terceiro exemplo é a experiência pessoal. Infelizmente, quando se colocam outras fontes de autoridade no mesmo patamar, ou até acima, da Escritura, essas outras autoridades inevitavelmente acabam diminuindo a autoridade bíblica. Todas as estruturas com múltiplas autoridades são inerentemente instáveis.

Em uma época e em uma sociedade que cada vez mais rejeitam a autoridade, a igreja não pode mais presumir que incrédulos, e até alguns crentes, respeitarão as Escrituras. Também não se deve pressupor que, uma vez apresentadas evidências que comprovam a autoridade bíblica, as pessoas responderão com respeito e reconhecimento. Essa realidade ressalta a importância da doutrina da autoridade.

Nessa situação, é imperioso que a igreja demonstre, na prática, crer na autoridade bíblica. Não basta simplesmente afirmar a crença na autoridade das Escrituras. Devemos também demonstrar essa crença submetendo-nos pessoalmente e com alegria à Palavra, seja em nossa família, seja em nosso trabalho, seja entre nossos amigos e vizinhos. A igreja deve demonstrar obediência alegre, vivendo sua profissão do evangelho, que transforma sua adoração, seus relacionamentos, sua disciplina, seu cuidado, sua misericórdia e sua missão. É muito comum ouvir a acusação terrível de que a igreja é hipócrita: diz acreditar em uma coisa, mas age de forma contrária à sua crença. Embora a submissão concreta à autoridade bíblica não seja a única resposta para essa acusação, já será um longo caminho para a resolução do problema.

ENSINANDO A DOUTRINA

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Considerando-se que sempre há a possibilidade de abuso de autoridade, não seria perigoso estabelecer uma autoridade bíblica?**
- **Penso que a Escritura é autoridade para os cristãos, mas há outros livros sagrados que são autoridade para outras religiões.**
- **Quando Deus fala comigo diretamente, sinto nisso muito mais autoridade do que na Bíblia.**
- **Não gosto da ideia de me submeter a autoridade alguma, seja à Escritura, seja a qualquer outra coisa.**

Um bom ponto de partida é um estudo sobre a visão de Jesus acerca da Escritura. O objetivo é familiarizar os participantes com passagens que falam

sobre a autoridade da Escritura e ajudá-los a descobrir o alto conceito que Jesus tinha a respeito da autoridade bíblica. Entre os exemplos de passagens que devem ser estudadas estão o apelo de Jesus à Escritura para defender sua alegação de divindade (Jo 10.30-36), sua repreensão “Não lestes/Nunca lestes?” dirigida aos que o criticavam (Mt 12.1-8; 19.3-6; 21.14-16,42-44; 22.21-33), sua citação da Escritura quando tentado (Lc 4.1-13), sua leitura da Escritura (4.16-21) e seu cumprimento da Escritura (24.44-49). Mostre aos alunos que Jesus acreditava que a Palavra de Deus tinha total autoridade.

Esforce-se para mostrar a íntima conexão entre Deus e sua Palavra. A autoridade da Escritura não é nenhum poder mítico que emana de suas páginas. Em vez disso, seu autor divino a investiu de autoridade divina. Assegure-se de que os participantes entendam que, quando eles leem, estudam, memorizam e meditam na Escritura, estão lidando com o próprio Deus e sua autoridade.

Uma vez que *sola Scriptura* é um dos pilares do protestantismo/evangelicalismo, você precisará entender o debate em torno desse tema, mostrando de que forma são apresentados desafios à autoridade bíblica. Envolver os participantes na discussão desses desafios (os que mencionamos e outros, como profecias e experiências pessoais), ajudando-os a enxergar quão perigoso é colocar outras instâncias de autoridade ao lado ou acima da autoridade bíblica.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Estudo bíblico: a visão de Jesus sobre a autoridade da Bíblia
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A autoridade da Escritura como consequência de sua inspiração
 - B. A autoridade intrínseca da Escritura
 - C. *Sola Scriptura* e detratores da autoridade bíblica
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Rejeição da inspiração da Escritura, levando à negação da autoridade bíblica intrínseca
 - B. Desprezo ou negação do princípio *sola Scriptura*
5. Aplicando a doutrina
 - A. Enfrentando a rejeição da autoridade bíblica
 - B. Vivendo na prática a autoridade bíblica

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “authority of Scripture”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “Bible, authority of”.

- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Bíblia, autoridade da”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 10.
- _____. *Teologia sistemática*. cap.10.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 14.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 4.
- _____. *Teologia sistemática*. cap.4.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 2.
- _____. *Doutrina da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap.4.
- THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 4.

¹Timothy Ward, *Words of life: Scripture as the living and active Word of God* (Downers Grove: IVP Academic, 2009), p. 27 (grifo do original) [edição em português: *Teologia da revelação: as Escrituras como palavras de vida*, tradução de A. G. Mendes (São Paulo: Vida Nova, 2017)].

²John Killinger, *Ten things I learned wrong from a conservative church* (New York: Crossroad, 2002), p. 20.

A SUFICIÊNCIA E A NECESSIDADE DA ESCRITURA



RESUMO

A suficiência é um atributo da Escritura que a descreve como capaz de prover tudo aquilo de que as pessoas necessitam para serem salvas e tudo de que os cristãos precisam para agradar a Deus plenamente. A necessidade é um atributo da Escritura segundo o qual ela é essencial para se conhecer o caminho da salvação, crescer em santidade e discernir a vontade de Deus.

TEMAS PRINCIPAIS

- A doutrina da suficiência da Escritura afirma que Deus provê toda a revelação que deseja apresentar a suas criaturas humanas.
- A suficiência e o princípio protestante sola Scriptura (só a Escritura) estão relacionados.
- A doutrina da necessidade da Escritura afirma que o povo de Deus precisa conhecer a Escritura e viver por ela, pois, sem ela, não pode haver salvação, santificação nem conhecimento da vontade de Deus.

- Essas duas doutrinas contradizem a insistência da Igreja Católica Romana em afirmar que sua tradição faz parte da revelação divina.
- Como resultado de sua suficiência e necessidade, a Escritura capacita totalmente o povo de Deus a agradá-lo.

PASSAGENS-CHAVE

Deuteronômio 4.2; Salmos 19.7-11;
Provérbios 30.6; Mateus 4.4; Romanos
10.13-17; 2Timóteo 3.15-17; 1Pedro 2.1-3;
Apocalipse 22.18,19

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Tanto em sua forma escrita quanto na transmissão oral (p. ex., quando pregada na igreja ou lida em culturas ágrafas), a Escritura é suficiente e necessária. A suficiência, como atributo da Escritura, indica que nela os não cristãos são providos de tudo de que precisam para serem salvos. Ela é a revelação do evangelho da morte e ressurreição de Cristo para o perdão dos pecados, juntamente com a explicação de como se apropriar da salvação. É esse evangelho, recebido pela fé somente, que salva. Além disso, a Escritura fornece tudo de que os cristãos precisam para agradar plenamente a Deus. Quando chama os cristãos a realizarem uma obra, Deus os equipa completamente de modo a poderem cumprir sua vontade, e ele faz isso por meio de sua Palavra (e, certamente, com a capacitação do Espírito).

A Escritura não é suficiente de uma forma absoluta. Aliás, há muita coisa sobre Deus e seus propósitos que ele preferiu não revelar (Dt 29.29). A suficiência da Escritura se limita ao seu propósito, que é instruir os que não creem a respeito do caminho da salvação e preparar os crentes para toda boa obra, de modo que possam agradar plenamente a Deus.

A igreja primitiva acatava a suficiência da Escritura como o único padrão de fé e prática cristãs. Uma crença verdadeira deve ser estabelecida a partir dela, e qualquer crença que contradiga a Escritura é heresia. A prática correta tem de ser com base nela, e qualquer prática que esteja em conflito com a Escritura constitui pecado. A igreja primitiva também estabeleceu um papel para a tradição (p. ex., seus primeiros credos) na defesa de suas doutrinas contra heresias como o gnosticismo. Mas essa tradição não era considerada um complemento da Escritura.¹

Infelizmente, a Igreja Católica Romana medieval acrescentou tradição às Escrituras e declarou que as duas são modos da única revelação divina. Essa tradição inclui os ensinamentos não escritos de Cristo, que ele comunicou

oralmente aos seus apóstolos, os quais, por sua vez, comunicaram aos seus sucessores, os bispos da Igreja Católica, que zela por esses ensinamentos. Ela incluiu também o ensino dos concílios gerais da igreja. Ao considerar a tradição como um modo de revelação divina, a Igreja Católica negou que a Escritura seja suficiente para a salvação e a vida piedosa. Há doutrinas em que se precisa crer e comportamentos e boas obras que precisam ser praticados, os quais são revelados na tradição, e não encontrados nas Escrituras.

Contrariando essa insistência na tradição da Igreja Católica, os reformadores formularam o princípio protestante *sola Scriptura*: a Escritura, e somente a Escritura, capacita completamente as pessoas a conhecerem a Deus e a cumprirem plenamente a vontade dele. Esse princípio não implicava nenhum desprezo pela sabedoria do passado da igreja. Contudo, essa tradição, como o Credo dos Apóstolos, é ministerial, servindo, mas nunca complementando a Escritura, que é a autoridade suprema da igreja.

A necessidade, como atributo da Escritura, indica que o evangelho é essencial para o conhecimento do caminho da salvação. Por ser o poder de Deus para o resgate dos pecadores, o evangelho deve ser comunicado — lido, pregado, transmitido, narrado e muito mais. Somente ouvindo a Palavra de Deus é que as pessoas podem invocar Jesus Cristo e serem salvas. Além disso, a Escritura é necessária para progredir em santidade. Ela revela todas as ordens e proibições, todas as advertências e promessas, todas as narrativas e canções, todas as profecias e todos os provérbios pelos quais o povo de Deus pode se tornar cada vez mais semelhante a Cristo. Além disso, a Escritura é essencial para discernir a vontade de Deus. Em termos de conteúdo, nada que esteja fora das Escrituras é necessário para formular a sã doutrina, comunicar aquilo em que se deve crer, vetar o que é proibido e ordenar o que deve ser obedecido.

A Escritura não é necessária de forma absoluta. A bem da verdade, antes que a Escritura fosse escrita, pessoas como Abraão, Isaque e Jacó tinham relacionamento com Deus, andavam com ele e conheciam sua vontade. A necessidade da Escritura é condicionada pelo prazer de Deus em revelar a si mesmo e seus caminhos por meio de uma Palavra escrita. Como Deus quer revelar sua verdade dessa maneira, a Escritura se torna necessária para a salvação, a santificação e o conhecimento de sua vontade.

A igreja primitiva afirmava a necessidade da Escritura. Por causa dessa necessidade, os cristãos precisam ler e meditar na Bíblia diariamente. Sua revelação necessária os guarda da heresia, do pecado, da vida negligente e do trabalho sem propósito.

Infelizmente, a Igreja Católica Romana medieval acreditava que a revelação divina consistia tanto da Escritura quanto da tradição. Essa posição significava que a Escritura não é necessária para a existência da igreja, mas apenas para o seu bem-estar. Assim, a Escritura poderia ser perdida ou desaparecer, mas a igreja continuaria a existir com base em sua tradição. Os reformadores insistiram que a Escritura é necessária: sem a Palavra de Deus, a

igreja não ficaria apenas mancando; ela perderia o rumo.

Além disso, os reformadores recorreram à necessidade das Escrituras contra os fanáticos. Esses místicos alegavam que o Espírito de Deus fala diretamente com os crentes, independentemente da Palavra de Deus. Os reformadores reprovaram essa ideia, insistindo em que o Espírito exerce seu ministério de ensino nos crentes por intermédio da Escritura, que só pode ser compreendida com a ajuda do Espírito.

Base bíblica

Comentando sobre a inspiração da Escritura, “as sagradas letras” (o Antigo Testamento da igreja), Paulo destaca o atributo da suficiência: a Escritura é suficiente para tornar alguém “sábio para a salvação, pela fé que há em Cristo Jesus” — isto é, para prover tudo o que os incrédulos precisam saber para serem resgatados do pecado. Além disso, para os crentes, a Escritura é suficiente para “ensinar”, ou transmitir a sã doutrina; “repreender”, ou apontar que as pessoas estão indo na direção errada; “corrigir”, ou guiar as pessoas de volta ao caminho certo; e “instruir em justiça”, ou moldar as pessoas para serem semelhantes a Cristo. Ou seja, os que derem ouvidos às Escrituras estarão “plenamente equipados para toda boa obra” — não apenas para algumas ou muitas (2Tm 3.15-17). A Escritura é suficiente.

Essa afirmação da suficiência da Escritura reflete a perspectiva do Antigo Testamento. Ao descrever a utilidade da Palavra de Deus, o salmista menciona os benefícios de restaurar a alma, dar sabedoria aos simples, alegrar o coração, iluminar os olhos, advertir sobre o pecado e recompensar a obediência (Sl 19.7-11). A Escritura é suficiente para realizar todos esses benefícios.

Em três momentos, encontramos advertências nas Escrituras sobre acrescentar ou retirar elementos da Palavra de Deus. Uma dessas advertências encontra-se no último livro do Pentateuco (Dt 4.2), a primeira parte das Escrituras. Uma segunda advertência é encontrada em Provérbios 30.6: os sábios não acrescentam nada às palavras de Deus. Um aviso final encontra-se em Apocalipse 22.18,19. Embora se refira ao livro que João escreveu, providencialmente ele aparece na última parte das Escrituras: não adicione nada a esse escrito completo nem subtraia nada dele. No início, no final e no livro sobre a sabedoria, a Escritura enfatiza sua integridade e proíbe enfaticamente a alteração por adição ou subtração. Ela é suficiente.

A Bíblia também se vê como a revelação necessária de Deus. Ao enfrentar terríveis tentações, o próprio Jesus vivenciou o fato de que “nem só de pão o homem viverá, mas de toda palavra que sai da boca de Deus” (Mt 4.4, citando Dt 8.3). Paulo enfatizou que a fé em Cristo, o único meio pelo qual as pessoas podem ser salvas, vem do conhecimento do evangelho (Rm 10.13-17). Para progredir na fé é preciso alimentar-se da Palavra de Deus (1Pe 2.1-3). Como Jerônimo, um dos pais da igreja, observou muito bem: “ignorar as Escrituras é ignorar Cristo”. A Escritura é necessária.

Principais erros

1. *A ênfase excessiva no Espírito de Deus, em detrimento da Palavra de Deus.* Essa posição extrema resulta em subjetivismo, zelo sem conhecimento, emocionalismo e caos. Ela minimiza a exortação da Escritura — ou não dá atenção à ela — e da igreja histórica para que sejamos guiados pela autoridade da Escritura.

2. *A ênfase excessiva na Palavra de Deus, em detrimento do Espírito de Deus.* Essa posição extrema resulta em insensibilidade espiritual, conhecimento sem paixão e intelectualismo estéril. Ela despreza a orientação do Espírito (que é uma promessa bíblica) e a absoluta necessidade da iluminação do Espírito para compreender a Escritura, em primeiro lugar.

3. *A usurpação da autoridade suprema da Escritura por alguma outra fonte.* Essa fonte pode ser a tradição da Igreja Católica, que inclui a crença na transubstanciação, a concepção imaculada e a ascensão corpórea de Maria, a infalibilidade papal, o purgatório e muito mais. Podem ser escritos extrabíblicos, como o Livro de Mórmon ou o livro *Science and health with key to the Scriptures*, de Mary Baker Eddy,² que afirmam complementar o cânone fechado da Bíblia. Essa fonte pode ser, também, uma tradição própria de uma igreja, que persiste teimosamente, sufocando as Escrituras. Também pode ser uma profecia ou revelação pessoal considerada superior à autoridade bíblica. Todas essas fontes diminuem ou destroem a suficiência e necessidade da Escritura.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Por que essas doutrinas da Escritura são tão essenciais para a fé cristã?**
- **Se a Escritura contém tudo o que os cristãos precisam saber para agradar plenamente a Deus, que papel desempenham os fatores a seguir no esforço para discernir a vontade de Deus: aconselhamentos, sermões, nossa consciência, nossos sentimentos, a orientação do Espírito Santo, mudanças nas circunstâncias e profecias?**
- **O que a suficiência da Escritura tem a dizer sobre a**

- imposição, por parte de meus amigos, minha igreja ou até por decisão própria, de alguma crença, regra ou proibição que não esteja na Bíblia?**
- **O que a suficiência da Escritura tem a dizer sobre a ênfase, por parte de meus amigos, minha igreja ou até por decisão própria, em determinados assuntos que não recebem muita atenção na Bíblia?**
 - **Tenho dificuldade para ler, memorizar e estudar a Bíblia e pareço estar indo bem sem dar muita atenção a isso; eu apenas oro e peço a Deus que me guie e me abençoe.**

Observação: alguns desses pontos foram adaptados de Grudem, *Systematic theology*, p. 135.

APLICANDO A DOUTRINA

Há muitas aplicações práticas decorrentes do fato de a Escritura ser suficiente. Por exemplo, não devemos acrescentar nada a ela, nem devemos considerar quaisquer outros escritos como sendo de valor igual às Escrituras. Além disso, Deus não exige que acreditemos em qualquer coisa a respeito dele ou de sua obra de salvação e santificação que não se encontre nas Escrituras. Mais ainda, nenhuma profecia ou revelação pessoal vinda de Deus pode ser colocada no mesmo nível de autoridade que a Escritura. Acrescente-se, ainda, que nada que não seja proibido pelas Escrituras é pecado. Finalmente, Deus não exige nada de nós que não seja ordenado nas Escrituras.

Da necessidade da Escritura surgem outras importantes aplicações. Por exemplo, devemos nos alimentar diariamente da Palavra de Deus, lendo-a, memorizando-a, orando, aplicando-a e meditando nela. Além disso, a Escritura deve ocupar o lugar central de todo ministério da igreja: adoração, pregação, evangelismo, discipulado, grupos comunitários, cuidado pastoral, misericórdia etc.

ENSINANDO A DOUTRINA

Depois de definir essas duas doutrinas, o estudo das passagens bíblicas chaves (2Tm 3.16; Sl 19.7-11; Mt 4.4 etc.) mostrará que estão fundamentadas na própria Escritura e ressaltará sua suficiência e necessidade. As posições que contrariam essas doutrinas mostram por que ambas são tão importantes. A tradição da Igreja Católica oferece um claro embaraço contra a suficiência da Escritura e o princípio protestante *sola Scriptura*. Como os participantes do estudo costumam estar familiarizados com histórias de atividade profética, use-as como exemplo para mostrar como casos extremos de fato contradizem a suficiência das Escrituras. Contudo, use-as também para discutir como uma abordagem mais equilibrada pode confirmar a suficiência e, ao mesmo tempo, dar espaço para a orientação individual do Espírito.

Exemplos de pessoas que confiam no Espírito de Deus, mas negligenciam a Palavra de Deus, fornecem uma clara evidência para a necessidade da Escritura. Em vez de uma atitude desdenhosa em relação a esses casos extremos, é preciso demonstrar tristeza e compaixão pelas pessoas cujas vidas são destruídas por essas ideias erradas. Use esses casos como uma oportunidade para incentivar os participantes a lerem a Escritura diariamente e aplicá-la em seu viver diário.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Suficiência
 - B. *Sola Scriptura*
 - C. Necessidade
 - D. Argumentos contra a suficiência e a necessidade da Escritura
 - E. A posição histórica da igreja protestante
3. Principais erros a serem evitados
 - A. Enfatizar o Espírito de Deus e negligenciar ou descartar a Palavra de Deus
 - B. Enfatizar a Palavra de Deus e negligenciar ou descartar o Espírito de Deus
 - C. Permitir que outra fonte usurpe a autoridade suprema da Escritura
4. Aplicando a doutrina
 - A. Recusar-se a ir além da Escritura
 - B. Pôr em prática a Escritura na nossa vida diária e nos ministérios de nossa igreja

RECURSOS

Scripture”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 7.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 7.

GRUDEM. *Systematic theology*. caps. 7 e 8.

_____. *Teologia sistemática*. caps. 7 e 8.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 4.

¹Gregg R. Allison, *Historical theology: an introduction to Christian doctrine* (Grand Rapids: Zondervan, 2011) p. 82 [edição em português: *Teologia histórica: uma introdução ao desenvolvimento da doutrina cristã*, tradução de Daniel Kroger; Thomas de Lima (São Paulo: Vida Nova, 2017)].

²Boston: The first Church of Christ, Scientist, c. 1995 [edição em português: *Ciência e saúde com a chave das Escrituras* (s.l.: s.n., 1990)].

A CLAREZA DA ESCRITURA



RESUMO

A Bíblia é escrita de maneira que possa ser compreendida pelo povo de Deus.

TEMAS PRINCIPAIS

- A doutrina da clareza (ou perspicuidade) da Escritura enfoca a sua inteligibilidade.
- Para entender a Escritura é necessária a comum capacidade adquirida de ler ou compreender a comunicação oral.
- A compreensão da Escritura não depende de gênero, idade, experiência, educação ou contexto cultural.
- A própria Escritura se caracteriza pelo pressuposto de inteligibilidade contínua.
- A clareza da Escritura anda de mãos dadas com a iluminação do Espírito Santo.
- Um erro muito comum é pensar que clareza significa que a Bíblia é fácil de entender.
- Essa doutrina é assegurada no contexto da Igreja.
- A clareza da Escritura exige uma

aplicação concreta de tudo o que é entendido apropriadamente.

- Até mesmo os incrédulos podem alcançar um entendimento geral da Escritura.

PASSAGENS-CHAVE

Deuteronômio 29.29; 30.11-14; 31.9-13;
Neemias 8; Atos 17.10-12; Romanos
4.22-24; 10.6-10; 15.4; 1Coríntios 2.14-16;
10.6-11; 1Timóteo 4.13; 1Pedro 2.1-3

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

“As coisas secretas pertencem ao SENHOR, nosso Deus, mas as reveladas pertencem a nós e a nossos filhos para sempre” (Dt 29.29). Embora haja muita coisa a respeito de Deus e seus caminhos — “as coisas secretas” — que seu povo não consegue compreender, “as reveladas”, que incluem a Escritura, são acessíveis e inteligíveis para nós.

O único pré-requisito para a compreensão das Escrituras é a capacidade normalmente adquirida de ler (quando existe uma Bíblia disponível para pessoas alfabetizadas) ou de entender a comunicação oral (quando a Escritura é lida em voz alta ou transmitida por áudio). Isso significa que entender as Escrituras não depende de gênero: homens e mulheres podem entendê-la. Não depende da idade: pessoas jovens, de meia-idade e idosas conseguem compreendê-la. Não depende da experiência: novos cristãos e crentes experientes podem entendê-la. Compreender a Bíblia não depende de grau de instrução: tanto quem nunca foi à escola quanto os eruditos conseguem compreendê-la. Não depende do contexto cultural: diferentes etnias, raças e grupos linguísticos são capazes de compreendê-la.

A própria Escritura é caracterizada pelo pressuposto de sua contínua inteligibilidade: ela pressupõe que as pessoas serão capazes de entendê-la, mesmo que estejam em contextos muito distantes das configurações originais nas quais ela foi escrita. É importante ressaltar esse ponto quando pessoas afirmam que, por ser um livro muito antigo, a Bíblia não pode ser compreendida hoje. Os leitores contemporâneos, segundo esse argumento, estão a anos-luz de distância dos tempos e das experiências das pessoas retratadas nas Escrituras. Como é possível que o homem de hoje entenda um livro desatualizado?

Como acabei de dizer, esse livro supostamente “atrasado”, ultrapassado, tem a perspectiva positiva de que as pessoas sejam capazes de compreendê-lo em circunstâncias drasticamente diferentes das que existiam quando ele foi escrito. Em parte, essa confiança se deve ao fato de que as Escrituras abordam

realidades comuns a todas as pessoas, em todas as épocas e em todos os lugares. Além disso, a clareza da Escritura está ligada à iluminação do Espírito Santo, que é o ministério por meio do qual ele ajuda os cristãos na compreensão adequada da Escritura, que em si mesmo já é clara.

A clareza das Escrituras não deve ser confundida com a ideia de que ela é “fácil de entender”. Embora algumas passagens sejam óbvias, nem todas são. Os leitores e ouvintes da Escritura estão bem conscientes da diferença de inteligibilidade entre “Deus amou tanto o mundo que deu o seu Filho unigênito” (Jo 3.16) e a discussão sobre a pregação de Jesus “aos espíritos em prisão [...] que nos tempos antigos não obedeceram [...] enquanto a arca era preparada” (1Pe 3.18-20). Clareza não se traduz em facilidade de compreensão.

O próprio Deus ajuda nessa tarefa: essa doutrina é afirmada no contexto da igreja, em que Deus instalou um ofício de ensino (1Tm 5.17). Pastores e mestres têm a responsabilidade de ajudar os membros da igreja a compreender e a aplicar melhor a Escritura. Esses líderes podem mapear o fluxo de uma narrativa, observar a progressão de um argumento, esclarecer conceitos teológicos e prestar outros tipos de auxílio. Além disso, suas vidas também fornecem modelos de como aplicar as Escrituras.

A respeito desse último ponto, a clareza da Escritura exige que o que é corretamente entendido seja aplicado concretamente. Dependendo do texto da Escritura, essa aplicação apropriada pode ser obediência aos seus mandamentos, confiança em suas promessas, confissão de pecado e coisas semelhantes. A clara Escritura prende o coração de seus leitores e exige uma resposta pessoal.

A clareza da Escritura também é benéfica para os incrédulos. Com certeza, os que estão sendo auxiliados pelo Espírito Santo enquanto se encaminham para a salvação ganham entendimento do evangelho. O que antes lhes parecia tolice passa a fazer sentido. Em geral, mesmo os incrédulos conseguem entender alguma coisa da clara Escritura. Mesmo que acabem rejeitando a verdade da qual já têm algum entendimento, eles têm conhecimento intelectual desses assuntos.

Base bíblica

As Escrituras afirmam diretamente sua própria clareza: “As coisas secretas pertencem ao Senhor, nosso Deus, mas as reveladas pertencem a nós e a nossos filhos para sempre” (Dt 29.29). Muitas coisas sobre Deus e seus caminhos estão além da compreensão humana. Nós não compreendemos essas coisas secretas — na verdade, não temos condição de compreender. Embora as Escrituras não sejam as únicas dentro da categoria de coisas “reveladas”, elas certamente estão dentro do escopo dessa categoria. As coisas reveladas pertencem ao povo de Deus por serem acessíveis e inteligíveis. Se a Escritura faz parte das coisas reveladas, então também é acessível e inteligível para o povo de Deus.

Quando estava terminando de escrever o Pentateuco, Moisés explicou: “Este mandamento que hoje te ordeno não é difícil demais, nem está fora do teu alcance” (Dt 30.11). Não há necessidade de ir para o céu para trazer para baixo a Palavra de Deus nem de atravessar o mar para aproximá-la. “A palavra está muito perto de ti. Está na tua boca e no teu coração, para que a cumpras” (v. 12-14). A Escritura não é um livro obscuro. Quando os pais se sentam na cama com seus filhos e contam uma história bíblica ou quando amigos consolam uns aos outros com passagens que sabem de cor, a clara Palavra de Deus não está “fora do alcance”, mas “muito perto”.

A clareza das Escrituras levou Moisés a entregar seus escritos aos líderes de Israel, junto com esta ordem: “Ao fim de cada sete anos [...] tu lerás esta lei diante de todo o Israel, para que todos a ouçam. Reuni o povo, homens, mulheres e crianças, e os estrangeiros dentro das vossas cidades, para que ouçam, aprendam e temam o SENHOR, vosso Deus” (Dt 31.9-12). Moisés esperava que seus escritos continuassem a ser inteligíveis para o povo de Israel, mesmo quando lidos em contextos muito diferentes daqueles em que ele os escrevera. Para onde as pessoas estavam indo, Moisés não sabia. Mas ele sabia que seus escritos continuariam claros no futuro.

Relembrando quatro histórias que Moisés narrou nesses escritos, Paulo tinha uma perspectiva semelhante (1Co 10.1-11). Ele mencionou episódios em que os israelitas praticaram idolatria (Êx 32), envolveram-se em imoralidade sexual (Nm 25.6-9), tentaram ao Senhor (21.4-9) e resmungaram (Nm 14), bem como o julgamento de Deus sobre esses pecados. Ele esperava que os coríntios — cristãos gentios de fala grega — aprendessem com essas histórias, e, assim, evitassem cometer os mesmos pecados e incorrer na mesma condenação: “Essas coisas aconteceram como exemplo *para nós*, a fim de que não cobicemos as coisas más, como eles cobiçaram” (1Co 10.6; grifo do autor). Da mesma forma, Paulo usou o fato de que Abraão foi contado como justo (Gn 15.6) como o exemplo máximo da justificação pela fé (Rm 4.22-25). Aliás, “tudo o que foi escrito no passado foi escrito para nossa instrução” (Rm 15.4). Antigas passagens da Escritura continuariam a ser claras no presente.

Um erro que as pessoas cometem com frequência é igualar clareza com “facilidade de compreensão”. A referência de Pedro às cartas de Paulo é instrutiva: “Há coisas nelas que são difíceis de entender” (2Pe 3.16); não todas as cartas de Paulo, mas algumas. Mesmo essas coisas complicadas não são impossíveis de entender, mas, sim, difíceis. Não há desestímulo ou proibição de ler as Escrituras aqui; apenas uma observação de que algumas passagens exigem grande esforço para serem entendidas. As Escrituras mostram exemplos de líderes que ajudavam o povo de Deus a entender a palavra de Deus. Por exemplo, Esdras e outros sacerdotes “trouxeram a Lei perante a comunidade, constituída de homens, mulheres e todos os que podiam entender o que ouviam [...] Eles leram a partir do livro, a partir da Lei de Deus, de modo claro, entregando o sentido para que o povo entendesse a leitura” (Ne 8.2,8). Presbíteros (1Tm 5.17) ou pastores-mestres (Ef 4.11)

desempenham essa função na igreja, ajudando os membros a entender e aplicar corretamente as Escrituras.

Principais erros

1. *Negar que os leitores contemporâneos possam entender a Bíblia porque é um livro ultrapassado que apresenta uma visão de mundo antiquada.* Essa perspectiva ignora o próprio pressuposto de inteligibilidade contínua da Escritura e o fato de que a peculiaridade da Escritura abordar realidades comuns a todas as pessoas, em todas as épocas e em todos os lugares.

2. *Entregar a responsabilidade de interpretar as Escrituras a uma determinada casta de pessoas — o clero católico, os pastores protestantes, os estudiosos da Bíblia e outros.* Essa posição negligencia a responsabilidade de todos os membros da igreja quanto a alimentar-se da Palavra de Deus (1Pe 2.1-3) e usá-la para ensinar a todos (Cl 3.16).

3. *Preguiça ou desânimo em aplicar-se pessoalmente à leitura da Bíblia.* Essa disciplina espiritual já quase desapareceu. Além disso, quando as pessoas chegam a partes difíceis das Escrituras, elas não percebem o trabalho árduo que é necessário para compreender aquela passagem ou se sentem mal-preparadas para fazer um estudo aprofundado. Com isso, ficam desanimadas e desistem. Pessoas que pensam assim não pedem ajuda de pastores e professores da igreja.

APLICANDO A DOUTRINA

Como a Escritura é clara, devemos ler com a expectativa de compreendê-la. Essa doutrina acaba com a preguiça, o desânimo e a falta de hábito de ler a Bíblia. Da mesma forma, devemos encorajar outros cristãos a se aproximarem da Bíblia com a mesma postura.

Toda leitura da Escritura deve começar com a oração pela iluminação do Espírito Santo, que auxilia tanto na compreensão quanto na aplicação: obediência, confiança, louvor e arrependimento. Quando surgirem passagens difíceis, deve-se pedir ajuda de pastores e professores. À medida que compartilhamos o evangelho com os incrédulos e o Espírito Santo os leva à salvação, podemos esperar que as boas-novas se tornem inteligíveis para eles.

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **Se essa doutrina é verdadeira, por que existem tantas interpretações diferentes da Escritura?**
- **Se a Escritura é realmente clara, então parece que ela**

- **deveria ser fácil de entender.**
- **Acho mais fácil esperar que Deus fale comigo diretamente do que consultar a Bíblia para tentar descobrir o que ele quer que eu faça.**
- **Quando meu pastor prega, muitas vezes menciona palavras em hebraico e grego e explica aspectos culturais que formam o pano de fundo das passagens. Então, se é disso que se precisa para entender a Bíblia, eu nunca vou entender.**

O que está em jogo nessa doutrina é a capacidade que Deus tem de revelar-nos a si mesmo e aos seus caminhos, pois precisamos desesperadamente dessa revelação para sermos salvos e transformados. Se a Bíblia é clara, isso significa que Deus procurou adequar-se ao nível da compreensão humana, e seu povo pode confiar que será capaz de entender o que ele disse.

ENSINANDO A DOUTRINA

Um bom ponto de partida é conduzir um estudo bíblico, demonstrando assim que a Escritura pode ser compreendida. Não se trata de ensinar a Bíblia nem de apresentar princípios de interpretação. Ao contrário, o estudo deve se basear em perguntas cuidadosamente escolhidas para incentivar os participantes a interpretar o texto.

Um excelente texto para isso é a história de Filipe e do eunuco etíope (At 8.26-40). Elabore um diagrama do fluxo narrativo e faça perguntas sobre a caracterização (Quem são os personagens e o que eles fazem? [v. 26-28]), a ação ascendente (Que crise ocorre? [v. 29-34]), o clímax (Como a crise é resolvida? [v. 35]), o declínio da ação (Que nova tensão ocorre? [v. 36-39a]) e a resolução (Como a história termina? [v. 39b,40]). A autodescoberta das Escrituras estimulará os cristãos a aceitarem sua clareza.

O ensino por meio das principais passagens bíblicas é o próximo passo. Pergunte quais implicações e aplicações podem ser extraídas desses textos em relação à doutrina da clareza. É importante ressaltar a atitude da Escritura em relação a si mesma: o pressuposto de continuidade da inteligibilidade. Ao enfatizar a iluminação do Espírito Santo, evite minimizar o estudo cuidadoso da Bíblia. Incentive as pessoas a fazerem duas coisas: pedir ajuda aos pastores e

mestres da igreja e aplicar pessoalmente os pontos compreendidos. A aceitação dessa doutrina faz com que os cristãos leiam as Escrituras com a expectativa de entender o que a Palavra de Deus lhes diz.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. A palavra “clareza” (ou perspicuidade) e resumo
2. Estudo bíblico: Atos 8.26-40 (ou algum outro texto)
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A Escritura foi feita para ser entendida
 - B. A própria Escritura supõe que continuará a ser inteligível
 - C. O Espírito Santo ilumina a mente dos cristãos à medida que eles leem
 - D. Clareza não significa facilidade
 - E. Os cristãos devem pedir ajuda a pastores e mestres
 - F. O entendimento da Escritura implica exigência de sua aplicação
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Dizer que os leitores contemporâneos não podem entender a Bíblia porque ela é um livro ultrapassado que apresenta uma visão de mundo antiquada
 - B. Entregar a responsabilidade de interpretar as Escrituras a uma determinada casta de pessoas — o clero católico, os pastores protestantes, os estudiosos da Bíblia e outros
 - C. Ser preguiçoso ou desanimado na leitura pessoal da Bíblia
5. Aplicando a doutrina
 - A. Ler a Bíblia com expectativa
 - B. Orar pela iluminação do Espírito Santo
 - C. Pedir ajuda a pastores e mestres

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “perspicuity of Scripture”.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 6.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 6.

HORTON. *Pilgrim theology*. p. 61-2.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 4.

6

O PODER TRANSFORMADOR DA ESCRITURA



RESUMO

O poder transformador da Escritura é o efeito multifacetado que Deus, seu autor, gera por meio de sua Palavra.

TEMAS PRINCIPAIS

- O foco da doutrina do poder da Escritura está em seus efeitos.
- Esse poder não é nenhum efeito mágico das palavras (escritas ou faladas) da Escritura, mas o efeito de Deus falando por meio de sua Palavra.
- A Escritura pode atuar unilateralmente com seu poder transformador, mas em geral é preciso que os leitores/ouvintes da Escritura confiem, obedeçam e deem ouvidos à Palavra de outras formas cabíveis.
- Como a Escritura é inspirada e iluminada pelo Espírito Santo, seu efeito transformador está particularmente associado a ele.
- A Escritura é infalível, ou seja, nunca deixa de cumprir o propósito de Deus (embora seus efeitos imediatos possam não ser visíveis).

Salmos 19.7-11; 107.20; Jeremias 23.29;
 Romanos 10.17; 1 Tessalonicenses 2.13;
 2 Timóteo 3.16; Hebreus 4.12; 1 Pedro
 1.23-25; 2.2

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Deus mantém o relacionamento mais íntimo possível com sua Palavra; está totalmente envolvido em sua Palavra. Não há dúvida, Deus age no mundo por intermédio de sua Palavra.

A Escritura é mais do que meras palavras escritas em uma página ou faladas/lidas em voz alta. É mais que discurso. Na verdade, é ato de fala, porque Deus faz coisas com suas palavras. Deus faz mais do que proclamar palavras por intermédio das Escrituras. Ele realiza certas coisas com suas palavras; realiza atos de fala que produzem um efeito neste mundo. De fato, “as palavras da Bíblia são um aspecto significativo da *ação de Deus* no mundo” (grifo do autor).¹

Um ato de fala é um enunciado que consiste em três partes: (1) a *locução*, o conteúdo que é comunicado; (2) a *ilocução*, força ou intenção com que é comunicado; e (3) a *perlocução*, a resposta (pretendida) do ouvinte ao ato de fala.² Por exemplo, “agora, eu vos declaro marido e mulher” (locução) é uma declaração (ilocução) que une legalmente um homem e uma mulher em casamento (perlocução). Esse ato de fala casa aquele homem com aquela mulher. Existem muitos tipos de atos de fala: declarações, ordens, promessas, afirmações, advertências, repreensões, correções e muito mais.

As Escrituras consistem em atos de fala divinos em que Deus faz coisas com suas palavras. Por exemplo, uma carta de Paulo contém a locução: “Não andeis ansiosos por coisa alguma”. Sua força ilocucionária é uma ordem, e a resposta que se espera é a obediência expressa em cessar a preocupação a respeito de uma determinada situação. Outro exemplo é a passagem em que João retrata Jesus acalmando seus discípulos com as palavras: “Virei outra vez”. Sua força ilocucionária é uma promessa, e a resposta esperada é a confiança em meio a muita angústia pessoal.

Ver a Escritura como atos de fala divinos nos permite entender seu poder transformador. Não é nenhum efeito mágico das meras palavras (escritas ou faladas) das Escrituras. Pelo contrário, o poder é o efeito do Deus das Escrituras fazendo coisas com suas palavras. Além disso, embora Deus possa agir unilateralmente, em geral seus atos de fala envolvem seus receptores em algum tipo de resposta apropriada. Ele declara, e os ouvintes expressam seu louvor. Deus ordena, e obediência é esperada. Ele promete, e a fé se inflama. Deus afirma, e a sã doutrina é confessada. Ele adverte, e o perigo é evitado.

Deus repreende, e as pessoas arrependem-se. Ele corrige, e planos são alterados.

Intimamente associado com o poder transformador da Escritura está aquele que a inspirou, agindo em seus autores à medida que escreviam, e que a ilumina, auxiliando seus leitores e ouvintes a entendê-la corretamente. O Espírito de Deus e a Palavra de Deus estão intimamente ligados na regeneração, na justificação, na santificação e em muito mais.

A infalibilidade da Escritura está intimamente relacionada com seu poder transformador: ela nunca deixa de cumprir o propósito intencionado por Deus. Segundo a teoria dos atos de fala, a falta de resposta ou uma resposta errada (perlocução) não nega a eficácia do conteúdo (locução) e da força (ilocução) de um ato de fala. Embora seu efeito imediato possa não ser visto, a Escritura, quando lida ou ouvida, sempre cumpre o objetivo que Deus designou para ela.

Base bíblica

De certa forma, como o Deus onipotente é o autor da Escritura, tem-se por pressuposto que o poder transformador de Deus opera por meio de sua Palavra. Ainda assim, a Escritura fornece muitos exemplos desse efeito.

No princípio da criação, “Disse Deus: Haja luz. E houve luz” (Gn 1.3). A frase “Disse Deus” ocorre dez vezes em Gênesis 1, indicando claramente que Deus criou o Universo por seus atos de fala (Sl 33.6; Hb 11.3). Depois da Queda, Deus pronunciou uma maldição sobre a serpente, com consequências para a mulher e para o homem. Outra maldição foi pronunciada sobre o solo, que se tornou ruim. Assim, Deus amaldiçoou a Terra e tudo o que nela havia por meio de seus atos de fala (Gn 3.14-19).

Quando Deus falou com Abrão, ele ordenou que Abrão deixasse seu país, amigos e família e fosse para uma terra desconhecida. Abrão partiu e empreendeu sua jornada. Deus deu uma ordem a Abrão por meio de um ato de fala, e Abrão obedeceu (Gn 12.1-4). Deus também prometeu que faria de Abrão um grande homem, o patriarca de uma nação poderosa. Essa mesma palavra foi repetida mais tarde, quando Abrão vacilou pensando que Eliézer seria a provisão divina de um herdeiro. A palavra de Deus assegurou a Abrão que seu próprio filho seria o herdeiro. Mais uma vez, Deus falou: “Olha para o céu e conta as estrelas, se é que consegues contá-las”. A promessa ecoou: “Assim será a tua descendência”. “E Abrão creu no SENHOR; e o SENHOR atribuiu-lhe isso como justiça”. Deus prometeu a Abrão por meio de um ato de fala; Abrão creu e foi justificado pela fé (Gn 15.1-6).

Exemplos assim são inúmeros. De fato, “Deus se *investiu* em suas palavras”.³ Deus não apenas proclama, mas também realiza seus poderosos atos de criar, prometer, comandar, advertir e muito mais, por intermédio de suas palavras, que são atos de fala divinos.

A Escritura apresenta o poder transformador das palavras de Deus. Especificamente, “a palavra de Deus é viva e ativa, mais cortante que qualquer

espada de dois gumes” (Hb 4.2). Esse poder está no cerne da pergunta feita por Deus: “Não é a minha palavra como fogo, diz o SENHOR, e como martelo que despedaça a rocha?” (Jr 23.29).

Os efeitos transformadores específicos das Escrituras incluem restaurar a alma, dar sabedoria aos simples, alegrar o coração, iluminar os olhos, advertir sobre o pecado e recompensar a obediência (Sl 19.7-11), curar e livrar da destruição (Sl 107.20). Ainda mais, a Escritura inspirada por Deus é “proveitosa”, pois comunica a sã doutrina, sinaliza o caminho errado, mostra o caminho certo por onde se deve andar e produz o crescimento em santidade (2Tm 3.16,17).

A estreita conexão entre o Espírito de Deus e a Palavra de Deus é afirmada pela Escritura. Por exemplo, o evangelho é “a palavra de Deus, que opera em vós, os que credes” (1Ts 2.13), pois provoca a fé, já que “a fé vem pelo ouvir, e o ouvir, pela palavra de Cristo” (Rm 10.17). A fé também é associada ao Espírito, sem o qual “ninguém pode dizer: Jesus é Senhor” (1Co 12.3). Um segundo exemplo: os incrédulos “nascem de novo não de semente perecível, mas imperecível, pela palavra de Deus, que vive e permanece. [...] E essa palavra é a boa-nova que vos foi pregada” (1Pe 1.23,25). A regeneração também está ligada à “renovação [realizada] pelo Espírito Santo” (Tt 3.5; veja tb. Jo 3.1-8). Um terceiro exemplo: a justificação, o ato de fala divino que declara que “não há condenação alguma” para os que estavam condenados e que eles agora são “justos” (Rm 8.1; 4.1-6), é realizada por meio do Espírito de Deus (1Co 6.11). Finalmente, a santificação, pela qual o Espírito Santo é particularmente responsável (2Ts 2.13; 1Pe 1.1,2), está relacionada de modo especial com a Palavra (1Pe 2.2). Essa Palavra de Deus, que transforma poderosamente, está intimamente ligada ao Espírito de Deus, que transforma poderosamente (2Co 3.18).

A infalibilidade da Escritura é expressa por meio de um paralelo com a eficácia das precipitações atmosféricas: “Assim como a chuva e a neve [...] regam a terra, para que dê semente ao semeador e pão ao que come, assim será a palavra que sair da minha boca; não voltará para mim vazia, mas cumprirá o meu intento e será bem-sucedida no propósito para o qual eu a enviei” (Is 55.10,11). Sem falhar, e mesmo quando seu efeito não é detectável, a Escritura cumpre a vontade de Deus.

Principais erros

1. *Rejeitar a inspiração da Escritura, o que leva à negação de que o poder divino opera por meio dela.* Esse ponto de vista contradiz tanto a própria afirmação da Escritura quanto a posição histórica da igreja.

2. *Negar a autoridade e a suficiência da Escritura, o que resulta na exaltação de outros “atos de fala” como supostos agentes de transformação.* Entre os exemplos disso estão a tradição da Igreja Católica Romana e seu Magistério, palavras proféticas ou revelações e experiência pessoal. Quando esses outros atos de fala ascendem a um nível de autoridade maior que o das Escrituras, seu “poder

transformador” eclipsa o da Escritura. Contudo, a grande questão é se o efeito deles corresponde à vontade e à revelação de Deus.

3. *Qualquer falha em responder corretamente à locução e à ilocução dos atos de fala de Deus nas Escrituras.* Se Deus ordena e não há resposta de obediência, ou se a resposta é a desobediência, estamos desagradando a Deus. Se Deus promete e não há resposta de confiança, ou se a resposta é a desconfiança, Deus se enfurece. Muitas vezes, essas falhas ocorrem porque a Escritura é vista, erradamente, como simples palavras escritas numa página ou sons que ecoam no ar. Na verdade, ela consiste nos atos de fala de Deus.

APLICANDO A DOUTRINA

Essa doutrina nos lembra de que Deus está constantemente nos envolvendo com sua Palavra, exigindo uma resposta pessoal. Aliás, ele nos desafia à transformação. Por exemplo, se nos engajamos com sucesso em alguma atividade ministerial e, com arrogância, passamos a achar que somos um presente de Deus para o mundo, sua Palavra nos confronta com o fato de que somos pecadores e nada podemos fazer sem ele. Em um exemplo totalmente oposto, se sentimos uma sensação de fracasso e inutilidade, a Palavra de Deus nos conforta com o fato de que Deus tem prazer em nós por sermos seus filhos redimidos. Nesse sentido, a Escritura é nossa adversária, sempre nos confrontando com seus atos de fala. Não podemos tratá-la como apenas mais um livro, como um objeto de estudo, como algum texto em que temos de nos tornar peritos.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Parece que, quando leio a Bíblia, nunca extraio nada dela.**
- **Se a Escritura é tão importante, eu não deveria me concentrar em ler o máximo possível?**
- **Quando Deus fala comigo diretamente, eu me sinto pronto a confiar e obedecer, muito mais do que quando leio ou escuto a Bíblia.**
- **Eu escuto tantos sermões durante a semana que fico tonto só de tentar contar todas as aplicações que eu deveria implementar na vida.**

Com essa atitude em relação à Escritura, podemos nos aproximar dela com ardente expectativa de que Deus nos transforme. Podemos repetir as palavras de Jeremias: “Quando as tuas palavras foram encontradas, eu as comi; e elas eram para mim o gozo e o deleite do meu coração” (Jr 15.16).

ENSINANDO A DOUTRINA

Como os participantes já experimentaram o poder transformador da Escritura, peça-lhes que contem algumas mudanças específicas que Deus produziu neles por meio dela. Antecipando a explicação dos atos de fala, identifique o tipo de ato de fala — uma ordem, uma promessa, um aviso, uma declaração, uma correção — que efetuou essa transformação em particular. Exemplos vívidos do efeito poderoso da Escritura sobre os participantes os ajudarão a compreender concretamente essa doutrina.

Embora possa parecer complicado, a teoria específica é bastante simples e muito prática. Não se esquivie desse ensino. Use exemplos comuns, como a ilustração do casamento. Em seguida, apresente alguns exemplos bíblicos para demonstrar que a Escritura consiste em atos de fala divinos.

Fique atento à perspectiva muito comum de que a Escritura é um livro mágico, cujas palavras funcionam como encantamentos de efeito místico. Por exemplo, o cristão pode ler a Bíblia por quinze minutos todos os dias, não para prestar atenção em Deus, mas porque ele trata as Escrituras como um amuleto da sorte, na esperança de apaziguar a Deus e afastar o mal. Para corrigir esse equívoco típico, ressalte o relacionamento muito próximo entre Deus e sua Palavra. Ele está completamente investido nela, e é Deus aquele com quem devemos lidar quando lemos e meditamos na Palavra. Isso não elimina o mistério, mas tira a Escritura da esfera da magia e a coloca no reino de Deus e em sua obra poderosa, que é o seu lugar.

Ao ensinar sobre o estreito vínculo entre a Palavra e o Espírito, incentive os participantes a orarem pela iluminação do Espírito quando forem ler, estudar, memorizar e meditar nas Escrituras. O trabalho de iluminação do Espírito os guiará a um entendimento sadio e os preparará para responder corretamente com louvor, gratidão, arrependimento, confiança, obediência e muito mais.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Exemplos concretos do poder transformador da Escritura
3. Introdução aos atos de fala
4. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A íntima relação entre Deus e a sua Palavra
 - B. O poder transformador

- C. A íntima ligação entre a Palavra e o Espírito Santo
 - D. A infalibilidade da Escritura
5. Principais erros a serem evitados
- A. Rejeitar a inspiração da Escritura, o que leva à negação de que o poder divino opere por meio dela
 - B. Negar a autoridade e a suficiência da Escritura, o que resulta na exaltação de outros atos de fala que, supostamente, provocam transformação
 - C. Não responder corretamente à locução e à ilocução de atos de fala divinos encontrados na Escritura
6. Aplicando a doutrina
- A. Ver a Escritura como um adversário que nos desafia
 - B. Esperar que a Escritura nos transforme

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “infallibility of Scripture”, “speech-act theory”.
 GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 14.

¹Timothy Ward, *Words of life: Scripture as the living and active Word of God* (Downers Grove: IVP Academic, 2009), p. 12 (grifo do original) [edição em português: *Teologia da revelação: as Escrituras como palavras de vida*, tradução de A. G. Mendes (São Paulo: Vida Nova, 2017)].

²J. L. Austin, *How to do things with words* (Cambridge: Harvard University Press, 1962) [edição em português: *Quando dizer é fazer: palavras e ação*, tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho (Porto Alegre: Artes Médicas, 1990)]; Kevin Vanhoozer, *First theology: God, Scripture and hermeneutics* (Downers Grove: InterVarsity, 2002), caps. 5-6 [edição em português: *Teologia primeira: Deus, Escritura e hermenêutica*, tradução de Rogerio Portella; Regina Aranha (São Paulo: Shedd, 2016)]; Ward, *Words of life*, p. 56-60.

³Ward, *Words of life*, p. 27 (grifo do original).

A CANONICIDADE DA ESCRITURA



RESUMO

O cânon da Escritura, ou a lista dos escritos que fazem parte da Palavra de Deus inspirada, é composto de 66 livros.

TEMAS PRINCIPAIS

- A doutrina da canonicidade da Escritura diz respeito à lista dos escritos que fazem parte da Palavra de Deus inspirada.
- O cânon da Bíblia protestante consiste em 39 livros no Antigo Testamento e 27 no Novo Testamento.
- O cânon da Bíblia católica romana contém material adicional — os escritos apócrifos — no Antigo Testamento; o Novo Testamento é idêntico ao da Bíblia protestante.
- De modo geral, a Bíblia ortodoxa oriental contém até mais material adicional no Antigo Testamento que a católica romana; o Novo Testamento é idêntico ao da Bíblia católica romana e ao da Bíblia protestante.
- A Bíblia hebraica nunca conteve os escritos apócrifos. Portanto, a Bíblia de

Jesus e dos apóstolos era igual à Bíblia protestante.

- Antes de Agostinho, a igreja não aceitava os escritos apócrifos.
- Os reformadores protestantes rejeitaram os escritos apócrifos, retornando ao cânon da Bíblia de Jesus e dos apóstolos e à tradição da igreja primitiva.
- O Concílio de Trento, convocado pela Igreja Católica Romana, proclamou oficialmente os escritos apócrifos como canônicos e condenou a sua rejeição por parte dos protestantes.
- Os escritos apócrifos desenvolvem a ideia de purgatório, orar pelos mortos e salvação por mérito.

PASSAGENS-CHAVE

Lucas 24.44; 2Timóteo 3.14-17; 2Pedro 3.15,16; Apocalipse 22.18

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Quais escritos pertencem à Bíblia? Essa é uma questão crucial da canonicidade da Escritura. A palavra “cânon”, usada metaforicamente, significa “lista”. O cânon bíblico, então, é a lista dos livros que Deus queria que fossem incluídos em sua Palavra inspirada e dotada de autoridade.

Uma das principais diferenças entre a Igreja Católica Romana e as igrejas protestantes é o cânon das Escrituras. Essa diferença não diz respeito ao Novo Testamento; as tradições têm os mesmos 27 livros. A divergência surge com relação ao cânon do Antigo Testamento: a Bíblia protestante consiste em 39 escritos, enquanto a Bíblia católica romana contém, além desses 39 livros, alguns materiais adicionais. Esse material adicional é composto dos escritos apócrifos, ou, simplesmente, os Apócrifos: sete livros extras — Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico (observe que o final da palavra é diferente), Baruque e 1 e 2Macabeus — e acréscimos a Ester e Daniel.

A igreja herdou suas “sagradas letras” (2Tm 3.15) dos judeus, e a Bíblia hebraica era composta dos mesmos livros encontrados no Antigo Testamento protestante. Em comparação com o Antigo Testamento protestante, o modo como esses escritos são agrupados e a ordem na qual aparecem é diferente na Bíblia hebraica, mas o conteúdo é idêntico.

Numa época anterior ao nascimento de Cristo, a Bíblia hebraica foi traduzida para o grego — a Septuaginta, também conhecida pela abreviação

LXX — e continha escritos não incluídos nas Escrituras hebraicas. Assim, uma versão mais longa do Antigo Testamento acabou circulando na igreja primitiva, cujos membros, em sua maior parte, falavam a língua grega. Os líderes da igreja faziam distinção entre os livros canônicos e esses livros adicionais. Na verdade, muitas das listas das Escrituras canônicas do Antigo Testamento que a igreja primitiva produziu incluem apenas os escritos encontrados na Bíblia hebraica e negam explicitamente que os Apócrifos façam parte do cânon.

Comissionado em 382 para produzir uma nova tradução latina da Bíblia, Jerônimo (c. 345-420) trabalhou a partir da Bíblia hebraica, e não da Septuaginta. Sua lista de escrituras canônicas do Antigo Testamento incluía apenas os escritos da Bíblia hebraica. Ao considerar os escritos apócrifos como não canônicos, Jerônimo alertou que, embora os escritos apócrifos possam ser lidos para a edificação da igreja, não devem ser usados para formulação doutrinária.

A intervenção de Agostinho foi decisiva. Ele considerou os Apócrifos como canônicos porque o Espírito Santo havia falado por meio dos escritores da Bíblia hebraica e dos tradutores da Septuaginta. Assim, as duas versões eram divinamente inspiradas e tinham autoridade. A posição de Agostinho prevaleceu sobre a de Jerônimo quanto a traduzir os escritos apócrifos da Septuaginta e incluir essas traduções na Vulgata latina. Esse Antigo Testamento, juntamente com a tradução latina do Novo Testamento feita por Jerônimo, circulou e tornou-se amplamente conhecido. Desse modo, os escritos apócrifos foram incluídos no cânon da Bíblia da igreja. Essa Vulgata latina expandida seria a Bíblia da igreja durante os mil anos seguintes.

Quando se reuniam para adorar, os primeiros cristãos liam não apenas as “sagradas letras” dos judeus — as Escrituras originais da igreja —, mas também os escritos dos apóstolos. Quatro relatos da vida e do ministério de Jesus, uma história da igreja apostólica, cartas e um apocalipse (visão do futuro) foram tidos em alta consideração durante as primeiras décadas da igreja. Por fim, 27 desses textos foram reconhecidos como os escritos inspirados e dotados de autoridade do Novo Testamento.

Para reconhecer a correta pertinência desses escritos canônicos, a igreja foi auxiliada por dois critérios:

1. Apostolicidade: o autor desse texto foi um apóstolo (p. ex., Mateus, João) ou alguém associado com um apóstolo (p. ex., Lucas em parceria com Paulo, Marcos em parceria com Pedro)?
2. Antiguidade: a igreja, historicamente, reconheceu a voz de Deus falando nesse escrito? A maioria dos escritos no Novo Testamento em formação teve sua canonicidade reconhecida desde o princípio, e a primeira lista de todos os 27 escritos data de 367.

Assim, por meio de um processo histórico relativamente longo, o Antigo

Testamento e o Novo Testamento se tornaram a Palavra de Deus para a igreja.

A questão do cânon da Escritura ressurgiu na Reforma. Os protestantes insistiam que o Antigo Testamento da igreja deveria corresponder à Bíblia hebraica mais curta, não à Septuaginta, com seus escritos apócrifos adicionais. Um ponto crucial para essa posição era o fato de que a Bíblia de Jesus e dos apóstolos era a Escritura judaica. Além disso, os Apócrifos não haviam sido considerados canônicos pela igreja primitiva. Também, seguindo a distinção de Jerônimo, os reformadores exortaram a igreja a recorrer apenas às Escrituras canônicas para formular suas doutrinas oficiais. Consequentemente, os protestantes rejeitavam o purgatório e a prática de orar pelos mortos, pois se baseavam em um escrito apócrifo (2Mc). Além disso, os reformadores modificaram ou aboliram certas práticas da igreja, como o sacramento da penitência, porque se baseavam numa tradução inferior da Vulgata latina e não tinham apoio no Novo Testamento grego.

A Igreja Católica Romana condenou essa afronta protestante às suas Escrituras canônicas. No Concílio de Trento, proclamou a Vulgata latina como sua versão oficial da Bíblia e reafirmou que os escritos apócrifos pertencem ao Antigo Testamento canônico.

Portanto, um dos principais pontos de divisão entre católicos romanos e protestantes é o cânon das Escrituras.

Base bíblica

Quando terminou de escrever a lei, Moisés “a entregou aos sacerdotes, filhos de Levi, que levavam a Arca da Aliança do SENHOR, e a todos os anciãos de Israel” (Dt 31.9). Assim começou o processo de reunir as “sagradas letras” de Israel, uma coleção que foi encerrada vários séculos antes da vinda de Cristo. Foi a essa coleção que Paulo se referiu quando descreveu a Escritura como “divinamente inspirada” (2Tm 3.14-17).

O cânon da Bíblia hebraica consistia de 22 escritos agrupados em três divisões (observe como alguns escritos aparecem juntos e são contados como um único livro).

1. A Lei: os cinco livros de Moisés
2. Os Profetas: os treze livros proféticos, a saber, Josué, Juízes (incluindo Rute), Samuel (um livro), Reis (um livro), Jeremias (incluindo Lamentações), Ezequiel, Isaías, os doze Profetas Menores (um livro), Jó, Daniel, Esdras-Neemias (um livro), Crônicas (um livro) e Ester
3. Os Escritos: os quatro livros restantes, a saber, Salmos, Provérbios, Eclesiastes e Cantares

O Novo Testamento refere-se a essa divisão tríplice como “Lei de Moisés, [...] Profetas e [...] Salmos” (Lc 24.44); mais comumente, a designação é “a Lei e os Profetas” (Mt 7.12; Rm 3.21). Um comentário de Jesus mostra que a

sequência dos livros na Bíblia hebraica era diferente da que encontramos no Antigo Testamento hoje, pois começava com Gênesis e terminava com Crônicas (Mt 23.35). Era com essa Escritura judaica que Jesus ensinava na sinagoga (Lc 4.16-21). Aliás, Jesus fez frequentes citações e alusões às Escrituras durante todo o seu ministério de três anos: ela era a Palavra de Deus inspirada e autorizada.

Algumas décadas após a morte e ressurreição de Jesus, escritos que agora fazem parte do Novo Testamento circulavam entre as primeiras igrejas. Pedro ressalta o status canônico dos escritos de Paulo, falando deles no contexto das “demais Escrituras” — isto é, os escritos do Antigo Testamento (2Pe 3.15,16). O encerramento do cânon do Novo Testamento é reconhecido enfaticamente no final do último livro (Ap 22.18).

Principais erros

1. *Negar a canonicidade do Antigo Testamento.* Essa perspectiva incorre em três erros: ignora a visão de Jesus sobre as Escrituras hebraicas; despreza a insistência da igreja primitiva na unidade entre o Antigo e o Novo Testamentos e na necessidade dos dois para entender a identidade e a missão de Jesus Cristo; desdenha do reconhecimento por dois mil anos do Antigo Testamento como parte do cânon da Bíblia cristã.

2. *A suspeita de que livros bíblicos que incluem reivindicações de autoria (p. ex., as Cartas Pastorais reivindicam a autoria paulina) não foram de fato escritos por esses autores.* Essa suspeita pode levar à negação da inspiração da Escritura. No entanto, essa perspectiva ignora as sólidas evidências internas e externas para a autoria desses livros bíblicos e rejeita a afirmação da própria Escritura de que é inspirada e, portanto, a Palavra de Deus.

3. *A ideia de que o processo de reconhecimento do cânon bíblico pela igreja foi uma atividade meramente humana, realizada sem a ajuda de Deus.* Essa posição nega a ação providencial de Deus no mundo. Ele não só guiou os autores bíblicos enquanto escreviam (2Pe 1.19-21) e inspirou os escritos (2Tm 3.14-17; 1Co 2.10-16) mas também orientou a igreja primitiva para que ela pudesse reconhecer quais escritos ele queria que fossem incluídos em sua Bíblia.

APLICANDO A DOUTRINA

Embora seja legítimo ler os livros apócrifos por causa das encorajadoras histórias de sabedoria, fé, coragem e esperança, a igreja não deve consultá-los ao formular sua doutrina. Quanto às Escrituras canônicas, sua rica variedade de gêneros — narrativas, profecias, poemas, leis, provérbios, apocalipses, cartas e Evangelhos — traz profundidade e amplitude à revelação divina. A igreja deve apreciar essa maravilhosa diversidade da escrita bíblica, que tem como objetivo estimular nossa mente, coração, emoções, motivações e vontade — todos os aspectos do nosso ser. Ainda assim, em meio a essa ampla

variedade de gêneros, a Bíblia é um livro que tem uma unidade: as boas-novas da obra de Deus por meio de Cristo no Espírito Santo em prol da salvação e do progresso de seu povo.

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **Sempre tive receio de ler os Apócrifos porque eles são católicos, e não protestantes.**
- **Parece que o reconhecimento do cânon da Bíblia foi, em grande parte, o resultado de um processo histórico; mas será que o Espírito Santo também atuou, ajudando a igreja a conduzir esse processo?**
- **Se Deus permitiu que a igreja considerasse os escritos apócrifos como parte da Bíblia do século 5 ao 16, como nós, protestantes, podemos ter certeza de que agora temos o cânon correto do Antigo Testamento?**

O que está em jogo nessa doutrina? A pergunta crucial é: Quais escritos realmente fazem parte da Bíblia? Os protestantes rejeitam os escritos apócrifos, que estão incluídos no Antigo Testamento católico romano, por várias razões importantes. Também está em jogo o que Deus requer das pessoas para que sejam salvas. Alguns dos escritos apócrifos incluem as doutrinas e práticas relacionadas ao purgatório, à oração pelos mortos e à busca por mérito diante de Deus. Mas os protestantes negam que as almas precisam ir para o purgatório após a morte a fim de serem limpas da mancha do pecado perdoado, um processo temporal que pode ser encurtado pela oração de seus entes queridos para que suas almas sejam libertadas do purgatório. E a ideia de que pessoas redimidas possam merecer qualquer favor de Deus contradiz o evangelho da graça somente pela fé exclusiva em Cristo.

ENSINANDO A DOUTRINA

Um bom ponto de partida é comparar um exemplar da Bíblia católica romana (p. ex., a Bíblia de Jerusalém) com um da Bíblia protestante [A21, NVI, ARC]. Deve-se chamar a atenção para a inclusão dos escritos apócrifos na

primeira Bíblia e a ausência desses escritos na segunda. Em seguida, leia uma seção dos Apócrifos (um bom texto é “Bel e o dragão”, capítulo 14 do livro de Daniel ampliado) e peça aos participantes que digam o que acham do texto. Para ressaltar o ponto-chave de que alguns dos escritos apócrifos contêm doutrinas e práticas de que os protestantes discordam, leia e discuta a seção sobre o purgatório e a oração pelos mortos em 2Macabeus 12.38-46.

Não há como evitar o fato de que a maior parte do ensino referente à doutrina da canonicidade é uma apresentação do desenvolvimento histórico do cânon. Forneça detalhes suficientes, mas não sobrecarregue nem canse os participantes. Enfatize também que Deus orientou continuamente esse processo histórico para que pudéssemos ter a certeza de que temos o cânon da Escritura que ele quer que tenhamos.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. A palavra “canonicidade” e breve explicação
2. A diferença entre o cânon católico romano, o cânon ortodoxo e o cânon protestante da Escritura
3. Leitura de texto(s) extraído(s) dos Apócrifos
4. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A Bíblia de Jesus e de seus apóstolos: a Bíblia hebraica sem os Apócrifos
 - B. Desenvolvimento histórico do cânon do Antigo Testamento
 - C. Desenvolvimento histórico do cânon do Novo Testamento
5. Principais erros a serem evitados
 - A. Negar a canonicidade do Antigo Testamento
 - B. Duvidar de que livros bíblicos que incluem reivindicações de autoria tenham realmente sido escritos por esses autores
 - C. Enxergar o processo de reconhecimento do cânon bíblico por parte da igreja como uma atividade meramente humana desempenhada sem a assistência de Deus
6. Aplicando a doutrina
 - A. Ler os escritos apócrifos por seus exemplos encorajadores
 - B. Não aceitar que os escritos apócrifos sejam usados como base para doutrinas e práticas da igreja

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “canon of Scripture”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “Bible, canon of”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Bíblia, cânon da”.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 3.



A COGNOSCIBILIDADE E A INCOMPREENSIBILIDADE DE DEUS



RESUMO

Por causa de sua autorrevelação, Deus pode ser conhecido, mas nunca plenamente compreendido, por suas criaturas humanas.

TEMAS PRINCIPAIS

- Tanto a revelação geral quanto a especial são meios pelos quais Deus se manifesta.
- Como portadores da imagem divina, os seres humanos são capazes de conhecer a Deus.
- Essa cognoscibilidade não é total, mas é real e suficiente, adequada à capacidade humana.
- Incompreensibilidade não significa que Deus seja totalmente ininteligível, mas, sim, que nós não podemos jamais compreendê-lo totalmente.

PASSAGENS-CHAVE

Deuteronômio 29.29; Jó 11.7,8; Salmos

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Por causa de sua autorrevelação, Deus pode ser conhecido por suas criaturas humanas. Essa cognoscibilidade se baseia em dois fatos: (1) a decisão espontânea de Deus quanto a tornar-se conhecido por meio da revelação geral e da especial, e (2) a capacidade que Deus deu aos seres humanos, como portadores da imagem divina, de conhecê-lo. Conhecer a Deus pessoalmente é o maior privilégio e orgulho dos crentes. Trata-se da própria vida eterna e vem somente por meio da revelação de Deus no Filho. Ainda assim, os incrédulos têm algum conhecimento de Deus, mas o reprimem para sua própria destruição.

A revelação geral é a revelação de Deus a todos os povos em todos os tempos e em todos os lugares. Ocorre por meio da criação, da consciência, do cuidado providencial de Deus e de um senso inato de Deus que todas as pessoas possuem. Os receptores da revelação geral sabem que Deus existe e conhecem alguns de seus atributos divinos e os princípios básicos de sua lei moral. A revelação especial é a revelação de Deus a determinadas pessoas, em momentos específicos e em lugares específicos. Ocorre por meio de eventos históricos, de sonhos e visões, do discurso divino direto, da encarnação e da Escritura. Os receptores da revelação especial conhecem o caminho da salvação e sabem como andar com Deus de modo a agradá-lo plenamente.

O conhecimento de Deus que as pessoas possuem não é um conhecimento exaustivo, mas é real (é conhecimento genuíno do Deus criador-redentor) e suficiente, divinamente adaptado à capacidade humana limitada. Em outras palavras, Deus é incompreensível. Se pensarmos em um dos sentidos do termo, “incompreensível” significa que algo é completamente ininteligível, do qual nada se pode saber. Não é nesse sentido que Deus é incompreensível. O sentido aqui é que Deus nunca pode ser completamente compreendido: embora seja cognoscível, à medida que se revela e do modo como se revela, Deus nunca pode ser plenamente compreendido. Inclusive, nem mesmo um único aspecto de Deus — conhecimento, poder, caminhos, justiça etc. — pode ser totalmente compreendido. Essa limitação se deve a dois fatores: criaturas finitas não podem jamais entender completamente o Deus infinito, e as criaturas humanas padecem dos efeitos noéticos (intelectuais) da Queda, de tal forma que sua compreensão de Deus é distorcida.

Alguns cristãos acrescentam a essa discussão as provas tradicionais da existência de Deus. Os argumentos ontológicos (gr., *ontos*, “ser”) dizem respeito ao ser de Deus. São argumentos *a priori*, ou seja, anteriores à

experiência humana. Assim, seu foco está em pensar sobre o conceito de Deus sem recorrer a nenhum conhecimento experiencial dele. Os argumentos cosmológicos (gr., *kosmos*, “mundo”) dizem respeito a este mundo. Sendo argumentos *a posteriori*, baseiam-se na experiência, mais especificamente na causação. Para que este mundo exista, como de fato existe, deve ter havido alguma causa, que é Deus. Os argumentos teleológicos (gr., *telos*, “propósito”) dizem respeito ao *design* que se evidencia neste mundo. Sendo argumentos *a posteriori*, baseiam-se na experiência de desígnio e propósito. Argumentos morais dizem respeito ao senso humano de certo e errado. Sendo argumentos *a posteriori*, baseiam-se na experiência moral humana.

Os cristãos não têm uma opinião unânime a respeito da solidez e eficácia desses argumentos racionais para a existência de Deus.

Base bíblica

Desde sua primeira página, a Escritura tem como pressuposto que Deus é cognoscível. Aliás, a Escritura é a forma escrita, divinamente inspirada, da revelação de Deus aos portadores de sua imagem, cujo objetivo é permitir que eles possam conhecê-lo. Como Jeremias ressalta: “Assim diz o SENHOR: Não se glorie o sábio na sua sabedoria, nem o forte na sua força, nem o rico nas suas riquezas. Mas quem se gloriar, glorie-se nisto: em me entender e me conhecer, pois eu sou o SENHOR, que pratico amor inabalável, justiça e retidão na terra” (Jr 9.23,24). O único motivo que um humano pode ter para se gloriar é o fato de conhecer o Deus vivo.

A Bíblia mostra cinco modos de revelação especial, que é a comunicação entre Deus e pessoas específicas escolhidas por ele. (1) A *Escritura* conduz à fé em Cristo para salvação e capacita os crentes para toda boa obra (2Tm 3.15-17). Outros modos são: (2) *acontecimentos históricos* (p. ex., o Êxodo), pelos quais Deus manifestou poder, justiça e ira; (3) *sonhos e visões* (p. ex., para Abraão e José), comunicações internas pelas quais Deus revelou sua vontade; (4) *pronunciamento divino direto* (p. ex., a comunicação de Deus com Moisés), por meio do qual ele expressou seus mandamentos e promessas; e (5) a *encarnação*, pela qual o Filho de Deus se tornou homem e revelou as palavras, as obras e a natureza de Deus. Certas pessoas, em determinados momentos e em determinados lugares, recebem revelações especiais que lhes permitem conhecer pessoalmente a Deus, seus caminhos e sua vontade.

Independentemente da Escritura, mas confirmada por ela, a revelação geral é o meio pelo qual Deus se revela universalmente. Essa revelação ocorre de quatro modos: (1) a *criação*, que revela o Deus criador (Rm 1.18-25; Sl 19.1-4); (2) a *consciência humana*, pela qual todas as pessoas conhecem algo dos padrões divinos de certo e errado e que, portanto, revela Deus como o legislador moral (Rm 2.12-16); (3) a *providência divina*, a obra contínua de Deus, pela qual ele sustenta a criação existente, revelando, assim, sua bondade e cuidado (At 14.8-18); e (4) um *senso inato de Deus*, uma consciência, divinamente implantada, de que Deus existe e merece ser adorado (At

17.22-31). Todos os povos, em todas as épocas e em todos os lugares, recebem a revelação geral, pela qual sabem que ele existe, conhecem alguns de seus atributos e sabem alguma coisa de sua lei moral.

Embora a revelação geral realmente manifeste Deus, ela não é suficiente para fazer com que as pessoas tenham um conhecimento pessoal de Deus que leve à adoração sincera e à dependência dele. O problema não está na revelação geral em si, mas nos receptores pecaminosos, que não conseguem ver essa revelação como deveriam. Ao rejeitarem a revelação geral, eles são indesculpáveis (Rm 1.20). Não conhecem a Deus como deveriam; portanto, “não conhecem a Deus” (1Co 1.21; Gl 4.8; 1Ts 4.5).

Somente a salvação por meio de Cristo pode eliminar a cegueira pecaminosa dos incrédulos. Como Jesus explica: “Ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho escolhe para revelá-lo” (Mt 11.27). Para conhecer o Pai, é preciso que o Filho o revele, capacitando pessoas pecadoras a conhecerem Deus para sempre. Como disse Jesus em sua oração: “E a vida eterna é esta: que conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, que enviaste” (Jo 17.3; cf. 1Jo 5.20). Esse conhecimento salvador vem por meio do Espírito Santo, autor da Escritura e aplicador da redenção (1Co 2.10-13; 12.1-3). Enquanto esperam pelo dia em que conhecerão Deus face a face, os crentes o conhecem agora, pela fé, de um modo parcial, porém verdadeiro (13.12).

Mesmo conhecendo Deus face a face, ele será sempre incompreensível. Certamente, Deus manifestou as coisas “reveladas” a seu povo, mas há muito sobre ele que se enquadra na categoria das “coisas secretas” — que Deus não revelou e jamais revelará (Dt 29.29). A incompreensibilidade divina é destacada em Jó, em uma série de perguntas: “Poderás descobrir as profundezas de Deus? Poderás descobrir a perfeição do Todo-Poderoso? A sabedoria de Deus é tão alta quanto o céu. Que poderás fazer? É mais profunda do que o *sheol*! Que poderás saber?” (Jó 11.7,8). As respostas são “não” e “nada”.

Esse dilema se deve à distinção Criador-criatura: Deus é infinito e os seres humanos são finitos. Portanto, a capacidade humana de conhecer também é limitada (Is 40.18). Aliás, não conseguimos compreender completamente coisa alguma a respeito de Deus: sua grandeza (Sl 145.3), seu entendimento (Sl 147.5), seu conhecimento (Sl 139.6), seus caminhos e pensamentos (Is 55.9), bem como sua riqueza, sua sabedoria, seus juízos e seus caminhos (Rm 11.33).

Consequentemente, Deus é cognoscível da maneira e à medida que se faz conhecido por meio das revelações gerais e especiais. O conhecimento humano de Deus é parcial, porém verdadeiro e suficiente, conquanto Deus permaneça incompreensível.

Principais erros

1. *Agnosticismo é a negação da cognoscibilidade de Deus. Ateísmo é a negação da existência de Deus.* Os dois são contestados pela perspectiva bíblica sobre a

cognoscibilidade de Deus e pela experiência religiosa universal.

2. *Algumas pessoas afirmam conhecer Deus de uma forma mais profunda e íntima do que os demais porque possuem algum conhecimento secreto.* Essa ideia gnóstica ou mística inventa novos caminhos para alcançar o conhecimento de Deus (p. ex., um ascetismo extremo que conduza ao êxtase). Isso é refutado pelos meios divinamente ordenados, especialmente a Escritura, pelos quais esse conhecimento deve ser obtido.

3. *A obsessão moderna com a experiência humana como fonte suprema do conhecimento de Deus.* Evitando a revelação divina, especialmente a Escritura, essa abordagem formula sua concepção de Deus com base em experiência individual, revelações pessoais e coisas semelhantes. Isso nada mais é do que uma projeção humana em Deus.

APLICANDO A DOUTRINA

A Escritura incentiva os crentes a se orgulharem do mais alto privilégio concedido aos seres humanos: conhecer a Deus pessoalmente. Portanto, os cristãos devem ser eternamente gratos a Deus por ele se revelar por meio de seu Filho e de seu Espírito, concedendo-lhes a vida eterna — não uma realidade que se concretizará após a morte ou com a volta de Cristo, mas a posse atual do conhecimento de Deus. Esse conhecimento deve ser alimentado e vivido todos os dias, por meio da leitura, da oração, da aplicação e da meditação nas Escrituras.

A experiência comum da revelação geral é um bom trampolim para os cristãos iniciarem conversas que levem ao evangelho. Perguntas como “O que você sente quando observa a grandiosidade dos picos das montanhas ou a vastidão do oceano?”, “O que você faz quando percebe que há hipocrisia em seu coração, porque não consegue viver de acordo com os padrões que estabeleceu para si mesmo?” e “Por que você acha que foi poupado naquele terrível acidente de automóvel?” podem provocar a autorreflexão e ajudar a pessoa a dar um passo no caminho do recebimento da salvação por meio do evangelho.

ENSINANDO A DOUTRINA

A passagem de Jeremias 9.23,24 é um excelente ponto de partida para ensinar essa doutrina, pois incentiva os ouvintes a se orgulharem — algo que os cristãos acham que nunca deveriam fazer! Portanto, o essencial ao ensinar esse tópico é inculcar um senso de privilégio e alegria porque o único e verdadeiro Deus vivo é cognoscível.

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

capazes de saber tudo sobre Deus, o que isso indica a respeito do nosso relacionamento eterno com ele?

- **Se as pessoas reprimem o conhecimento de Deus que está disponível por meio da revelação geral, então esse conhecimento serve para quê?**
- **Já ouvi dizer que muitos muçulmanos têm sonhos e visões de Cristo. Então, o que devemos pensar deles?**

Ensinar usando os dois modos de revelação divina ajuda os participantes a aceitarem tanto a universalidade do conhecimento de Deus, que é a revelação geral para todas as pessoas, como a particularidade do conhecimento pessoal de Deus, que é uma revelação especial para determinadas pessoas. Embora seja correto defender a exclusividade da salvação que vem somente por meio de Cristo, a igreja também insiste na inclusividade do conhecimento geral de Deus por meio da criação, da consciência humana, da providência divina e do senso inato de Deus. Um ótimo exercício para fazer com que os participantes compreendam essa doutrina a partir da Escritura é conduzir um estudo bíblico acerca das principais passagens (Rm 1.18-25; 2.12-16; At 14.8-18; 17.22-31).

O ensino da incompreensibilidade de Deus lembra aos participantes a diferença entre o Deus infinito e eles, que são pessoas finitas. Também chama a atenção deles para os erros em seu pensamento sobre Deus em virtude dos efeitos noéticos (intelectuais) da Queda. É claro que os participantes não acham que têm ideias erradas sobre Deus, pois certamente, se tivessem essas ideias, renunciariam a elas e começariam a pensar corretamente. Aqui está o ponto-chave: os participantes não estão cientes desses pensamentos incorretos. Essa é uma das razões pelas quais o ensino da teologia é tão importante: conscientizar as pessoas sobre erros em sua compreensão de Deus e de seus caminhos, para que possam corrigir esses erros e conhecer, amar e servir a Deus da maneira certa.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Cognoscibilidade

- B. Revelação geral
 - C. Revelação especial
 - D. Incompreensibilidade
3. Principais erros a serem evitados
- A. Negar a cognoscibilidade ou a existência de Deus
 - B. Afirmar conhecer a Deus mais profunda e intimamente por possuir algum conhecimento secreto
 - C. Considerar que a experiência humana é a fonte suprema do conhecimento de Deus
4. Aplicando a doutrina
- A. Gloriar-se no conhecimento de Deus e procurar ampliá-lo
 - B. Usar as experiências de outras pessoas com a revelação geral como oportunidades de pregar o evangelho

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “general revelation”, “incomprehensibility”, “know- ability”, “special revelation”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “God, arguments for the existence of”, “revelation, general”, “revelation, special”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Deus, argumentos em prol da existência de”, “revelação geral”, “revelação especial”.
- ERICKSON. *Christian theology*. caps. 6 e 7.
- _____. *Teologia sistemática*. caps. 6 e 7.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 1.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 10.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 10.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 1.
- _____. *Doutrina da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. caps. 1-3.
- THOENNES. *Life's biggest questions*. caps. 2 e 5.

OS ATRIBUTOS INCOMUNICÁVEIS DE DEUS



RESUMO

Os atributos incommunicáveis são as características ou as perfeições de Deus, conforme reveladas pela Escritura, que Deus não comunica aos seres humanos, ou seja, não compartilha com eles.

TEMAS PRINCIPAIS

- Os atributos incommunicáveis são aquelas características ou perfeições que Deus não compartilha com os seres humanos.
- São eles: independência, imutabilidade, eternidade, onipresença, simplicidade e espiritualidade.
- Esses atributos ressaltam a distinção Criador-criatura e a transcendência divina.
- Deus deve ser louvado por seus atributos incommunicáveis.

PASSAGENS-CHAVE

Êxodo 3.14; 1Reis 8.27; Salmos 90.1-4; 102.25-27; 139.7-12; Malaquias 3.1; João 4.24; 5.26; Atos 17.24,25; Romanos 1.18-25; Efésios 1.11; 1Timóteo 1.17; 6.15,16;

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

Na discussão dos atributos de Deus, costuma-se distinguir entre atributos incomunicáveis e comunicáveis. Isso não significa que Deus tenha dois “pacotes” de características diferentes. O que ocorre é que os dois rótulos são úteis para apresentar uma grande quantidade de conteúdo. Além disso, ambos destacam pontos importantes — especificamente a distinção Criador-criatura, bem como a transcendência de Deus (os atributos incomunicáveis) e o fato de que os seres humanos foram criados à imagem de Deus, refletindo-o de algumas maneiras (os atributos comunicáveis).

Os atributos incomunicáveis são as características ou as perfeições de Deus que ele não comunica aos seres humanos, ou seja, não compartilha com eles. Do modo como estamos usando a palavra aqui, “comunicável” significa “compartilhável”. Certamente, Deus criou os seres humanos à sua imagem, o que significa que eles o refletem em algum aspecto. No entanto, as características que os seres humanos refletem são os atributos comunicáveis de Deus, não os incomunicáveis. Estes últimos não têm contraponto nos seres humanos.

A *independência* é o atributo divino da autoexistência. A própria natureza de Deus é existir. Ele não depende e não pode depender de nada nem de ninguém. Esse atributo ressalta a distinção entre Criador e criatura: enquanto o Criador é completamente independente, as criaturas são completamente dependentes da vontade divina para sua existência. Deus é autossuficiente. Filosoficamente, a existência de Deus é necessária: ele tem de existir. Contudo, existem coisas cuja existência é impossível (p. ex., um círculo quadrado) e outras cuja existência é possível (p. ex., anjos e seres humanos). Mas a existência de Deus — e somente a dele — é necessária. Deus tem que existir.

A *imutabilidade*, ou estabilidade, é a característica divina que garante que Deus não muda; ele sempre age de forma coerente. Ele é imutável em termos de sua essência: Deus existe eternamente como Pai, Filho e Espírito Santo. Ele é imutável em relação às suas perfeições: Deus é eternamente onisciente, amoroso, santo e assim por diante. Ele é imutável em relação ao seu decreto ou plano: Deus estabeleceu eternamente seu propósito para a criação, o qual ele certamente cumprirá. Ele é imutável em relação às suas promessas: Deus está totalmente empenhado em cumprir seus compromissos e nunca renega suas promessas. A imutabilidade, assim como a independência, ressalta a distinção entre Criador e criatura: enquanto Deus é totalmente imutável, os seres humanos mudam constantemente.

Contudo, a imutabilidade de Deus não significa que ele seja imóvel. Aliás,

Deus responde à oração e perdoa as pessoas quando elas se arrependem, agindo de forma coerente com seu ser imutável e seus propósitos. Assim, não há nenhum conflito fundamental entre a imutabilidade divina e as declarações bíblicas de que Deus cedeu ou mudou de ideia.

A *eternidade* é o atributo divino que designa o fato de que Deus sempre existiu, não sendo limitado pelo tempo. A eternidade é a infinitude de Deus em relação ao tempo. Seu ser não tem início, fim ou desenvolvimento sequenciado no tempo (em outras palavras, Deus não envelhece). Deus não é limitado pelo tempo. A bem da verdade, ele existia antes de criar o Universo espaço-temporal. Ainda assim, ele age no tempo. Por exemplo, antes do tempo começar, ele escolheu os crentes (Ef 1.4). Além disso, o Filho tornou-se encarnado no tempo apropriado (Gl 4.4). Esse atributo ressalta a transcendência divina: Deus é infinitamente superior à criação, que teve um começo e é temporal.

A *onipresença* é a característica divina de estar presente em todos os lugares. Deus está presente com todo o seu ser em todos os lugares, ao mesmo tempo. Ele não é limitado pelo espaço, e não se deve pensar que ele seja enormemente grande ou que esteja localizado em um lugar em vez de outro. Embora esteja presente em todos os lugares, Deus manifesta sua presença de maneiras diferentes em situações diferentes, abençoando, amaldiçoando, advertindo ou confortando. Esse atributo ressalta a transcendência divina: Deus é infinitamente exaltado sobre a criação, que tem dimensão espacial e está localizada em um lugar.

A *simplicidade* é o atributo divino que significa que Deus é o conjunto dos seus atributos. Ele não é composto de partes, sendo suas características, como santidade, amor e poder, os ingredientes dos quais é feito. Além disso, Deus não é uma natureza divina à qual são adicionadas as perfeições do conhecimento, da eternidade e da justiça. Pelo contrário, Deus é sua natureza e seus atributos. O atributo da simplicidade ressalta a diferença entre Criador e criatura: enquanto Deus é simples, os seres humanos são criaturas complexas, sendo tanto material (corpo) quanto imaterial (alma/espírito).

A *espiritualidade* é a característica divina que descreve o fato de que Deus é imaterial por natureza. Ele não tem aspecto físico. Esse atributo ressalta a distinção entre Criador e criatura: a natureza humana é complexa, material e imaterial. A natureza de Deus, ao contrário, não é material: ele não tem componente físico, mas é apenas imaterial. A espiritualidade divina não significa que Deus não possa estar presente de maneira tangível. Na verdade, Deus pode manifestar sua glória, mas seu ser nunca pode ser visto.

Deus deve ser louvado e adorado por seus atributos incomunicáveis.

Base bíblica

Deus é “o Alto e o Sublime” (Is 57.15), “entronizado nos céus” (Sl 123.1). O Filho é chamado de “o Primogênito sobre toda a criação”, uma expressão que se refere à sua preeminência sobre tudo o que foi criado “por ele e para ele” (Cl

1.15,16). Essa transcendência divina ressalta a distinção entre Criador e criatura, que se vê particularmente nos atributos incomunicáveis de Deus.

A *independência* de Deus é enfatizada no nome pelo qual ele é conhecido: YHWH. “EU SOU O QUE SOU” (Êx 3.14,15): Deus é, ele é existente, e seu próprio nome ressalta sua autoexistência. Sendo aquele que “tem vida em si mesmo” (Jo 5.26), ele “fez o mundo e tudo o que nele há” e dá “a vida, a respiração e todas as coisas” às suas criaturas (At 17.24,25). Ele é independente, e toda a criação depende dele para sua existência.

Deus declara sua própria *imutabilidade*: “Eu, o SENHOR, não mudo” (Mt 3.6). Nele “não há mudança nem sombra de variação” (Tg 1.17). A imutabilidade divina é contrastada com a mutabilidade humana. Falando sobre o céu e a terra, o salmista diz: “Eles perecerão, mas tu permanecerás; todos eles envelhecerão como uma vestimenta; tu os mudarás como roupa, e eles passarão. Mas tu és o mesmo, e teus anos não têm fim” (Sl 102.26,27). Além disso, Deus não muda seu plano eterno. Ao contrário, ele “faz todas as coisas segundo o desígnio da sua vontade” (Ef 1.11), cujo conselho “permanece para sempre” (Sl 33.11; Is 46.9-11). As promessas de Deus também são imutáveis: “Deus não é homem, para que minta, nem filho do homem, para que se arrependa. Por acaso, tendo ele dito, não o fará? Ou, havendo falado, não o cumprirá?” (Nm 23.19).

A *eternidade* de Deus é declarada em expressões como “de eternidade a eternidade” (Sl 90.2; 106.48) e “antes de todos os séculos, agora e para todo o sempre” (Jd 25). Além disso, ele é imortal (1Tm 1.17; Rm 1.23); de fato, Deus “possui, ele somente, a imortalidade” (1Tm 6.16). Sua grandeza e incompreensibilidade estão ligadas à sua eternidade: “Deus é grande, e não podemos compreendê-lo; ninguém consegue contar os seus anos” (Jó 36.26). Deus tem uma relação singular com o tempo, de modo que “um dia para o Senhor é como mil anos, e mil anos, como um dia” (2Pe 3.8; Sl 90.4).

A *onipresença* de Deus é enfatizada em resposta a uma pergunta: “Para onde me ausentarei do teu Espírito? Para onde fugirei da tua presença?”. As respostas erradas incluem o céu, as profundezas (o reino dos mortos), as extremidades do mar e o manto das trevas (Sl 139.7-12). Não há como escapar de Deus, porque ele “enche os céus e a terra” (Jr 23.24). Embora sua gloriosa presença habite com seu povo, até mesmo o construtor do templo exclama: “Mas habitaria Deus na terra? O céu, e até o céu dos céus, não te podem conter; muito menos este templo que edifiquei!” (1Rs 8.27).

A *simplicidade* divina é uma conclusão teológica extraída de afirmações bíblicas como “Deus é amor” (1Jo 4.8), Deus é santo (1Pe 1.15,16) e seu “nome é Zeloso” (Êx 34.14). Deus não é em parte amor, em parte santo e em parte zeloso. Pelo contrário, amor, santidade e zelo são características do todo de Deus. Além disso, Deus *é* amor, *é* santo e *é* zeloso, pois Deus é os seus atributos.

A *espiritualidade* de Deus foi afirmada pelo próprio Jesus, que disse: “Deus é espírito” (Jo 4.24). Com certeza, essa é a conclusão teológica apropriada que

se pode extrair das afirmações bíblicas de que Deus é invisível (Cl 1.15; 1Tm 1.17), de tal forma que “nenhum dos homens viu nem pode ver” (1Tm 6.16). Sua natureza é como a de nenhum outro, incluindo os seres humanos.

Um exemplo de adoração dirigida a Deus por seus atributos incomunicáveis é a seguinte passagem: “Ao Rei dos séculos [eterno], imortal, invisível, ao único Deus, sejam honra e glória para todo o sempre. Amém” (1Tm 1.17).

Principais erros

1. *Qualquer diminuição da distinção Criador-criatura.* Há uma tendência de definir os atributos divinos começando com algo humano e projetando essas noções humanas nos atributos divinos. O ponto de partida está errado. Devemos começar com a Escritura. E a abordagem de projeção está errada. Não devemos impor nossas ideias humanas sobre os atributos divinos.

2. *Qualquer ênfase excessiva na completa “alteridade” de Deus, de modo que a revelação bíblica dos atributos divinos seja minimizada ou descartada.* Mesmo no que se refere aos seus atributos incomunicáveis, Deus não está fora da possibilidade de uma definição. Temos certa noção de sua independência, imutabilidade, eternidade, onipresença, simplicidade e espiritualidade. E temos a prazerosa obrigação de louvá-lo do modo como ele se revelou na Escritura.

APLICANDO A DOUTRINA

Deus é grande — isto é, infinitamente distinto dos seres humanos, criados à sua imagem. Os atributos incomunicáveis enfatizam essa distinção Criador-criatura e nos exortam a adorá-lo. Com certeza Deus é imanente, habita conosco, manifestando sua presença para confortar, admoestar, corrigir e guiar. Mas Deus também é transcendente, e meditar em seus atributos incomunicáveis nos leva a reconhecer sua grandeza e a nos humilhar diante dela.

ENSINANDO A DOUTRINA

Uma ótima maneira de ensinar os atributos de Deus é cantar louvores em que esses atributos são mencionados. Um bom ponto de partida (e de conclusão) para essa lição é liderar os participantes nos louvores. Escolha canções que desenvolvam corretamente os atributos incomunicáveis.

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **Se Deus é independente e autossuficiente, por que ele**

nos criou?

- **Se Deus é imutável, como devemos entender as passagens bíblicas que mostram Deus mudando de ideia e voltando atrás em seus planos?**
- **Se Deus criou os seres humanos à sua imagem, e os seres humanos são seres físicos/materiais, isso significa que Deus também tem um corpo físico?**

Como a Escritura é a fonte de nosso conhecimento sobre os atributos incomunicáveis, estudar as passagens bíblicas é fundamental. Alguns atributos aparecem em muitas passagens, por isso selecione apenas algumas para não sobrecarregar nem entediar os participantes. Alguns desses atributos são conclusões teológicas extraídas de passagens bíblicas, o que constitui uma forma legítima de abordar essas características. Não tenha medo de lidar com pontos difíceis.

Alguns têm dificuldade em aceitar alguns desses atributos. Por exemplo, relutam em afirmar a imutabilidade de Deus por causa de passagens bíblicas que narram uma mudança na disposição de Deus, de modo que ele se arrepende do desastre que ameaçou. Para ensinar essas passagens (p. ex., Êx 32.9-14; Jn 3.1-10), é preciso destacar o fluxo narrativo: em uma situação terrível, Deus ameaça trazer desastre sobre pessoas pecadoras (o povo de Israel, o povo de Nínive), assim como esperamos que ele faça. Em uma segunda situação maravilhosa, Deus volta atrás e, em vez disso, perdoa o povo (de Israel, de Nínive). A chave é a narrativa do que acontece entre uma coisa e outra: alguém dá um passo à frente (Moisés, Jonas) e intervém (em benefício dos israelitas, em benefício dos ninivitas), levando Deus a ser misericordioso em resposta à intervenção (da oração de Moisés, da pregação de arrependimento de Jonas) como esperamos que ele faça.

O ensino dos atributos incomunicáveis lembra os participantes da distinção entre Criador e criatura. Portanto, não se esqueça de destacar a diferença entre o Deus infinito e eles, que são pessoas finitas. Essa ênfase promove a humildade adequada, à medida que os participantes se lembram de como Deus é grande e infinitamente é grande. A resposta correta a essa grandeza é o louvor dirigido ao Deus inescrutável.

1. Resumo
2. Cantar louvores a Deus por seus atributos incommunicáveis
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Independência
 - B. Imutabilidade
 - C. Eternidade
 - D. Onipresença
 - E. Simplicidade
 - F. Espiritualidade
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Reduzir a diferença entre Criador e criatura
 - B. Enfatizar demais a completa “alteridade” de Deus, de modo que a revelação bíblica dos atributos divinos seja minimizada ou descartada
5. Aplicando a doutrina
 - A. Louvar a Deus por sua grandeza
 - B. Meditar sobre os atributos incommunicáveis de Deus e humilhar-se diante dele

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “eternity”, “impassibility”, “incommunicable attributes”, “independence”, “omnipresence”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “God, attributes of”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Deus, atributos de”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 11.
- _____. *Teologia sistemática*. cap.11.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 3.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 11.
- _____. *Teologia sistemática*. cap.11.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 3.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 6.
- THOENNES. *Life’s biggest questions*. cap. 6.

OS ATRIBUTOS COMUNICÁVEIS DE DEUS



RESUMO

Os atributos comunicáveis são as características ou as perfeições de Deus, conforme reveladas pela Escritura, que Deus comunica aos seres humanos, ou seja, compartilha com eles.

TEMAS PRINCIPAIS

- Os atributos comunicáveis são aquelas características ou perfeições que Deus compartilha com os seres humanos.
- Os atributos comunicáveis são conhecimento, sabedoria, veracidade, fidelidade, amor, bondade, graça, misericórdia, paciência, santidade, zelo, ira, retidão/justiça e poder.
- Deus quer que os portadores de sua imagem espelhem a sua natureza ao refletirem esses atributos.
- Deus deve ser adorado por seus atributos comunicáveis.

PASSAGENS-CHAVE

Êxodo 34.6,7; 2Samuel 7.18-29; 1Reis 8.22-30; 1Crônicas 16.8-36; Salmos 89.1-8; 103.6-14; 139.1-6; Romanos

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

Na discussão dos atributos de Deus, costuma-se distinguir entre atributos incomunicáveis e comunicáveis. Isso não significa que Deus tenha dois “pacotes” de características diferentes. O que ocorre é que os dois rótulos são úteis para apresentar uma grande quantidade de conteúdo. Além disso, ambos destacam um ponto importante a respeito de imitar a Deus.

Os atributos comunicáveis são as características ou as perfeições que Deus comunica aos seres humanos, ou seja, compartilha com eles. Do modo como é usada aqui, a palavra *comunicável* significa *compartilhável*. Deus criou os seres humanos à sua imagem, o que significa que eles o espelham de alguma forma, especificamente refletindo seus atributos comunicáveis. Cada um deles têm características similares nos seres humanos.

Conhecimento refere-se ao atributo divino de saber tudo (onisciência): Deus conhece todas as coisas. Ele conhece plenamente: (1) a si mesmo; seu conhecimento infinito abrange seu ser infinito; (2) o passado, que é tão vívido para ele como o presente; (3) o presente, até os mínimos detalhes da vida; (4) o futuro, até mesmo as decisões e ações do livre-arbítrio de suas criaturas; (5) todas as coisas reais — isto é, pessoas e eventos que existem e acontecem; e (6) todas as coisas possíveis — isto é, pessoas e eventos que poderiam existir e acontecer, mas nunca existirão.

Sabedoria é o atributo divino pelo qual Deus sempre tem os melhores objetivos e usa os melhores meios para alcançar esses objetivos, para sua própria glória e bênção de seu povo. No entanto, sabedoria não é mera eficiência, um processo calculado e aperfeiçoado, projetado exclusivamente para obter maior produtividade. Em vez disso, a sabedoria é um julgamento sensato, expresso nas atividades de criação, redenção, orientação e outras.

Veracidade é o atributo divino que significa que Deus, que é o único Deus verdadeiro, nunca mente; ele sempre diz a verdade. Isso quer dizer que a Escritura, que é a Palavra do Deus que diz a verdade, é inerrante e sempre afirma a verdade.

Fidelidade é o atributo divino que significa que Deus nunca volta atrás em sua palavra, mas cumpre sempre suas promessas. Mesmo quando seu povo o nega, Deus permanece fiel.

Amor é o atributo divino que significa que Deus se doa de forma altruísta. A Divindade é uma comunidade eternamente amorosa, pois o Pai, o Filho e o Espírito Santo se amam. A partir dessa plenitude de autodoação, Deus criou seres portadores de sua imagem, a quem ele ama, mesmo quando caem em pecado. Além disso, em seu infinito amor, Deus deu o Filho para resgatar seu povo perdido. Jesus demonstrou o mais alto amor autossacrificial por seus

inimigos, que agora estão unidos a Deus e uns aos outros pelo amor do Espírito Santo.

Bondade é a benevolência que caracteriza Deus e seus caminhos. Deus, que é o único bom, é intrinsecamente bom, e tudo o que ele faz é bom. As variedades da bondade divina são graça, misericórdia e paciência.

Graça é a bondade que Deus manifesta àqueles que merecem condenação. É o favor imerecido de Deus. Esse presente não é algo que pessoas decaídas e relapsas conquistem pela prática de boas obras, de modo que Deus tenha alguma obrigação de salvá-las. Pelo contrário, é pela fé que nos apropriamos da salvação gratuita de Deus.

Misericórdia é a bondade que Deus manifesta aos aflitos. Assim como a graça, a misericórdia não pode ser merecida. Esse atributo é visto na compaixão paternal de Deus por seus filhos, cuja fraqueza e cujas falhas ele conhece bem. Ela é vista na piedade de Jesus para com os infelizes que clamam: "... Tem misericórdia de nós" (Mt 9.27).

Paciência é a bondade de Deus demonstrada no adiamento da punição. É a lentidão de Deus para se irritar. Embora esteja pronto a expressar seu descontentamento, ele se contém. Essa suspensão temporária da punição não deve ser interpretada como se Deus inocentasse o culpado. Pelo contrário, deve levar as pessoas ao arrependimento.

Santidade é o atributo divino que significa que Deus é exaltado acima da criação e é absolutamente puro moralmente. O Deus santo, sendo transcendente, é completamente separado de sua criação. Incomparavelmente exaltado, é digno de adoração. Além disso, é proclamado "Santo, Santo, Santo" (Is 6.3), totalmente puro e não corrompido pelo pecado. Ainda assim, ele se envolve com um mundo pecaminoso e age para tornar santos os pecadores.

Zelo é o atributo divino que caracteriza o fato de que Deus protege sua honra. Como somente Deus é digno de fidelidade máxima, quando seu povo se devota a outra coisa ou pessoa, isso provoca o zelo de Deus. Esse atributo divino não é como o ciúme pecaminoso, que é semelhante à cobiça ou inveja. Deus protege, com retidão, sua própria honra e, portanto, não é ciumento num sentido de avidez pecaminosa.

Ira é o atributo divino pelo qual Deus odeia intensamente o pecado e está pronto para puni-lo totalmente. Para que o perdão leve ao livramento da ira de Deus, sua ira deve ser saciada. A morte de Cristo, como propiciação pelo pecado humano, apazigua a ira de Deus. Consequentemente, os cristãos nunca enfrentarão a ira divina, mas os incrédulos experimentarão a fúria de Deus em punição eterna.

Retidão/justiça exprime a integridade da Pessoa, das atitudes, dos padrões e dos juízos de Deus. Deus é perfeitamente justo, assim como os seus caminhos na criação, na providência e na salvação. Como Deus é justo, estabelece padrões morais que refletem sua natureza, requerendo conformidade com esses padrões. Os julgamentos que faz de suas criaturas são justos: ele sempre

recompensa a obediência aos seus padrões e pune a desobediência de forma justa.

Poder refere-se ao atributo divino da onipotência. Deus é todo-poderoso, ou seja, pode fazer tudo o que lhe é próprio. Entre os exemplos estão a criação a partir do nada, o Êxodo e a encarnação do Filho de Deus. É importante ressaltar que Deus não pode fazer certas coisas, como pecar, mentir, fazer algo que seja logicamente absurdo, morrer, quebrar uma promessa ou ser frustrado em seus planos. Essas “incapacidades” fazem parte da perfeição de Deus. Além disso, Deus não é obrigado a agir, mas faz o que lhe agrada.

Ao criar os seres humanos à sua imagem, Deus quer que eles o espelhem de alguma forma, especialmente refletindo esses atributos comunicáveis.

Deus deve ser louvado e adorado por seus atributos comunicáveis.

Base bíblica

A Escritura geralmente lista os atributos comunicáveis em conjunto, um exemplo é quando Deus proclamou seu nome: “SENHOR, SENHOR, Deus misericordioso e compassivo, tardio em irar-se, cheio de amor inabalável e de fidelidade” (Êx 34.6). A Escritura também apresenta esses atributos individualmente.

Em termos de *conhecimento* divino, ou *onisciência*, a Escritura afirma: “Deus [...] conhece todas as coisas” (1Jo 3.20; poeticamente, Sl 139.1-6). Deus conhece plenamente a si mesmo (1Co 2.10,11), o passado (Sl 90.4), o presente (Hb 4.13), o futuro (Is 42.8,9; 46.9,10), todas as coisas existentes (Jó 28.24) e todas as coisas possíveis (1Sm 23.11-13; Mt 11.21-23).

Deus, que é o “único Deus sábio” (Rm 16.27), empregou sua *sabedoria* na criação do mundo (Sl 104.24; Pv 8.12, 22-32) e no planejamento da salvação, embora sua sabedoria pareça loucura para os pecadores (1Co 1.18-31). Por meio da igreja, Deus revela sua sabedoria aos seres celestiais (Ef 3.7-11) e age sabiamente para o bem de seu povo (Rm 8.28).

A *veracidade* de Deus deriva do fato de ele ser o único Deus verdadeiro (Jr 10.10,11; Jo 17.3). Ele não mente e não pode mentir (Rm 3.3,4; Tt 1.2; Hb 6.18). Consequentemente, a Escritura é totalmente verdadeira (Jo 17.17; Pv 30.5). Ao dizer a verdade, o povo de Deus espelha a veracidade divina (Ef 4.25; Cl 3.9,10).

A *fidelidade* de Deus é ressaltada por duas perguntas: “Tendo ele dito, não o fará? Ou, havendo falado, não o cumprirá?” (Nm 23.19). A resposta é positiva, porque Deus é fiel. A fidelidade de Deus não depende de seu povo ser fiel a ele. Mesmo quando o povo é infiel, Deus permanece fiel (2Tm 2.13).

O *amor* existe eternamente na Divindade (Jo 17.23-26). Em seu amor infinito, Deus enviou seu Filho (Jo 3.16), cuja morte foi um ato de amor sacrificial por seus inimigos (Rm 5.8). O Espírito agora une o povo de Deus em amor (Rm 5.5), e o povo retribui amando a Deus e o próximo (Mt 22.37-40).

Deus, o único que é *bom* (Mc 10.17,18), é bom em si mesmo (Sl 34.8) e

em tudo o que faz (Sl 119.68). Por ser o bom Deus, é a fonte de todas as coisas boas (Tg 1.17; Sl 84.11).

A *graça* divina é mais comumente associada com sua obra de salvação: a justificação é pela graça, e não por obras (Rm 3.23,24; 4.16; 11.6), assim como a santificação (Rm 5.2; 1Co 15.10).

Deus tem *misericórdia* de quem lhe apraz ter misericórdia (Rm 9.14-18). Como um pai, ele tem compaixão de seus filhos débeis e fracos (Sl 103.13,14). A misericórdia de Deus é atestada na compaixão de Jesus com os cegos que lhe imploraram: “Tem compaixão de nós” (Mt 9.27). Porque Deus é misericordioso, seu povo também deve ser misericordioso (Lc 6.35,36).

Deus exerce sua *paciência* com os incrédulos para levá-los ao arrependimento (Rm 2.4) e é paciente em relação aos crentes para dar-lhes tempo para comunicar o evangelho (2Pe 3.9). Porque Deus é paciente, os cristãos devem ter domínio próprio (Pv 16.32), suportar o sofrimento (1Pe 2.20) e ter tolerância com os ociosos, os desanimados e os fracos (1Ts 5.14).

A *santidade* de Deus (Is 6.1-7) é tanto sua exaltação em relação à criação (Êx 15.11) como sua incorruptibilidade pelo pecado (Hc 1.13). O Deus santo quer que seus filhos sejam cada vez mais santos (1Pe 1.13-16; 2Co 6.14—7.1).

Deus, “cujo nome é Zeloso” (Êx 34.14), proíbe seu povo de se envolver em idolatria porque tem *ciúme* dele (Êx 20.5). Esse ciúme divino significa que Deus procura impedir que o seu povo busque alguma coisa ou alguém que queira usurpar seu lugar de direito (2Co 11.1-4).

A pecaminosidade humana provoca a *ira* divina (Êx 32.9-14; Dt 9.7,8). Cristo veio para resgatar os “filhos da ira” (Ef 2.3) da ira divina (1Ts 1.10; Rm 5.9,10), mas isso se aplica apenas aos seus discípulos (Jo 3.36). O povo de Deus o reflete quando expressa a ira justa (Ef 4.26), seguindo o exemplo de Jesus (Mc 3.1-6; Jo 2.13-17).

Deus é “justo e reto” e “todos os seus caminhos são justos” (Dt 32.4; cf. Gn 18.25). Essa *retidão/justiça* divina é refletida em suas declarações, padrões e justos juízos (Is 45.19; Sl 19.8). Ele recompensa a obediência (Rm 2.7) e pune a desobediência (2Ts 1.8).

O *poder* divino, ou *onipotência*, é manifestado na criação (Jr 32.17), na realização do propósito divino (Is 14.27), na encarnação (Lc 1.26-38) e na salvação (Mc 10.23-27). Deus “faz tudo o que o agrada” (Sl 115.3; 135.6).

Deus exorta seu povo a imitá-lo (Ef 5.1), demonstrando seus atributos comunicáveis, como a santidade (1Pe 1.15,16), a misericórdia (Lc 6.36), o amor (1Jo 4.11,19), e suportando o sofrimento injusto (1Pe 2.21-25). Essa imitação não é uma conformidade externa, realizada em nossa própria força, mas deve ser o fruto do andar no Espírito (Gl 5.22,23), de acordo com as Escrituras.

Além de imitar essas características, o povo de Deus deve adorá-lo por seus atributos comunicáveis. Por exemplo: “Ó profundidade da riqueza, da sabedoria e do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! [...] A ele seja a glória eternamente!

Amém” (Rm 11.33,36).

Principais erros

1. *Definir os atributos divinos de acordo com conceitos humanos.* Embora exista um contraponto humano para os atributos comunicáveis, é errado começar com as expressões decaídas do amor humano (sentimentalismo), ciúme (cobiça, inveja), pena (sem ação correspondente), e assim por diante, e então tirar conclusões sobre os atributos de Deus. Ao contrário, é a Escritura que deve revelar a natureza desses atributos divinos.

2. *Qualquer rejeição ou descarte de (alguns dos) atributos divinos porque eles ferem as sensibilidade ou preferências humanas.* Dois exemplos são a rejeição da ira divina e a rejeição da justiça retributiva, que as pessoas descartam porque esses atributos não apresentam Deus da maneira que elas querem que ele seja. Essa abordagem da Escritura é perigosa porque projeta sobre Deus os desejos ou perspectivas dos seres humanos decaídos.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Se Deus é onisciente e onipotente, como podemos imitar esses atributos, já que não somos infinitos?**
- **O zelo e a ira parecem ser muito difíceis de imitar.**
- **Qual é a diferença entre misericórdia e graça?**
- **Conheço algumas pessoas que são impossíveis de amar.**

3. *Colocar um atributo divino contra outro.* Um exemplo é um suposto conflito entre o amor de Deus e sua justiça. Isso se verifica na ideia errada de que o Antigo Testamento apresenta uma visão de Deus — justa e irada, não amorosa e graciosa — enquanto o Novo Testamento apresenta outra, de um Deus bondoso e gentil. Essa abordagem da Escritura é perigosa porque é injustificada.

APLICANDO A DOUTRINA

Deus nos criou à sua imagem para que pudéssemos refleti-lo de alguma forma, particularmente espelhando seus atributos comunicáveis. Transformações de caráter concretas, novas atitudes, palavras edificantes, pensamentos santificados e ações piedosas põem em prática essa doutrina. Meditar nos atributos comunicáveis de Deus e refleti-los em nossa vida nos leva a depender

dele enquanto o representamos.

ENSINANDO A DOCTRINA

Cantar louvores que falem sobre os atributos comunicáveis é uma excelente maneira de ensiná-los. Comece (e termine) o período de ensino com cânticos, procurando escolher canções que apresentem com precisão os atributos comunicáveis.

Como a Escritura é a fonte de nosso conhecimento dos atributos comunicáveis, é fundamental estudar as passagens bíblicas. Alguns atributos têm muitas passagens; por isso, selecione poucas para não sobrecarregar nem entediar os participantes.

Ensinar os atributos comunicáveis lembra aos participantes a responsabilidade de refletir essas características. Para cada atributo, pergunte: “Como você pode imitar esse atributo em sua vida, trabalho, escola, amizades, casamento, família e ministério?”. Incentive os participantes a serem muito específicos ao responder. Respostas como “Preciso orar para ser mais santo” são boas, mas uma resposta como “Sempre que eu ouvir o nome do Senhor sendo usado em vão, vou confrontar essa pessoa para que fale de outra maneira” é muito melhor.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Cantar louvores a Deus por seus atributos comunicáveis
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Imitação de Deus
 - B. Apresentação de cada um dos atributos: conhecimento, sabedoria, veracidade, fidelidade, amor, bondade, graça, misericórdia, paciência, santidade, zelo, ira, retidão/justiça e poder
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Definir os atributos divinos de acordo com conceitos humanos
 - B. Desprezar e descartar (alguns) dos atributos divinos, porque ferem sensibilidades ou preferências humanas
 - C. Opondo um atributo divino contra outro
5. Aplicando a doutrina
 - A. Refletir os atributos comunicáveis de Deus
 - B. Meditar nos atributos comunicáveis de Deus

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “communicable attributes” e cada um dos

demais atributos.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. "God, attributes of".

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. "Deus, atributos de".

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 12.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 12.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 3.

GRUDEM. *Systematic theology*. caps. 12 e 13.

_____. *Teologia sistemática*. caps. 12 e 13

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 3.

_____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 7.

THOENNES. *Life's Biggest questions*. cap. 6.

A TRINDAD_e



RESUMO

O único Deus verdadeiro é triúno, ou três em um, existindo eternamente em três Pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

TEMAS PRINCIPAIS

- Só existe um único Deus.
- Esse Deus existe eternamente em três Pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo.
- Cada uma dessas três Pessoas é plenamente Deus.
- As três Pessoas compartilham a mesma natureza divina e, portanto, têm fundamentalmente a mesma essência, glória e poder.
- As três Pessoas são distintas em seus papéis e relações.
- Quanto a esses papéis distintos, o Pai cria, o Filho salva e o Espírito Santo santifica (no entanto, os três atuam inseparavelmente em todas as obras divinas).
- Quanto às relações distintas, cada uma das três Pessoas tem uma característica eterna singular que as outras não têm.

Gênesis 1.26; Deuteronômio 6.4; Salmos 45.6,7; 110.1; Mateus 3.16,17; 28.19; 1Coríntios 12.4-6; 2Coríntios 13.14; 1Pedro 1.2

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

A doutrina da Trindade afirma que o único Deus verdadeiro existe eternamente como três Pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. Cada uma dessas três Pessoas é totalmente Deus: o Pai é totalmente Deus; o Filho é totalmente Deus; o Espírito Santo é totalmente Deus. As três Pessoas são iguais em natureza, glória e poder, sendo todas o mesmo Deus. Nenhuma das três Pessoas depende da outra para sua divindade. Pelo contrário, cada um é Deus em si mesmo: o Pai é Deus em si mesmo; o Filho é Deus em si mesmo; o Espírito Santo é Deus em si mesmo. Contudo, não existem três deuses, mas um Deus em três Pessoas.

As três Pessoas são diferentes no que diz respeito a seus papéis e suas relações. Quanto às distinções em papéis (a Trindade econômica), o Pai exerce o papel principal na criação (trabalhando em conjunto com o Filho e o Espírito). O Filho exerce o papel principal na salvação (trabalhando com o Pai e o Espírito). O Espírito Santo exerce o papel principal na santificação (trabalhando com o Pai e o Filho para produzir transformação). Na verdade, as três Pessoas distintas em suas diferentes atividades trabalham juntas inseparavelmente na criação, na salvação e na santificação. No entanto, cada uma dessas obras divinas particulares está a cargo de uma das três Pessoas: é de sua responsabilidade específica.

Quanto às distinções nas relações (a Trindade ontológica ou imanente), cada uma das três Pessoas tem uma característica eterna singular, não compartilhada pelas outras. A característica eterna da primeira Pessoa é a paternidade: ele é o Pai do Filho. Ele não é gerado (como é o caso do Filho), nem procede (como é o caso do Espírito). A característica eterna da segunda Pessoa é a filiação: ele é o Filho do Pai, gerado eternamente pelo Pai, ou seu primogênito (embora não criado por ele nem dependente dele para sua divindade). A característica eterna da terceira Pessoa é a processão: o Espírito Santo procede eternamente do Pai e do Filho (embora não seja criado por eles nem dependente deles para sua divindade). Por paternidade, geração e processão, os três são Pessoas distintas.

Base bíblica

A doutrina da Trindade é revelada progressivamente nas Escrituras. O Antigo Testamento fornece uma revelação parcial. Quando Deus delibera: “Façamos

o homem à *nossa* imagem, conforme *nossa* semelhança” (Gn 1.26; grifo do autor), o plural implica mais de uma Pessoa. Pelo menos Deus e o Espírito de Deus (Gn 1.1,2) estão incluídos na divindade. No entanto, existe apenas um Deus (Dt 6.4).

No salmo 45, uma Pessoa chamada “Deus” dirige-se a outra Pessoa chamada “Deus”: “O teu trono, ó Deus, subsiste pelos séculos dos séculos. O cetro do teu reino é cetro de equidade; amaste a justiça e odiaste a impiedade. Por isso Deus, o teu Deus, ungiu-te com óleo de alegria, mais do que a teus companheiros” (Sl 45.6,7). O Filho é chamado de Deus e, por causa de seu governo justo, um outro, chamado “seu Deus”, o Pai (Hb 1.8), fala com ele e o recompensa. No salmo 110, uma Pessoa chamada “SENHOR” se dirige a outra Pessoa chamada “SENHOR”: “O SENHOR disse ao meu Senhor: assenta-te à minha direita, até que eu ponha teus inimigos debaixo dos teus pés” (v. 1). Deus, o Pai, dirige-se a Deus, o Filho (Mt 22.43,44).

O Novo Testamento oferece uma revelação mais completa da Trindade. No início do ministério de Jesus, Deus Pai fala palavras elogiosas sobre Jesus (Deus Filho) enquanto Deus Espírito Santo desce sobre o que está sendo batizado (Mt 3.16,17). Na conclusão de seu ministério, Jesus instrui seus discípulos a fazerem discípulos dos povos das nações, o que inclui “batizá-los em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (28.19). A unicidade de Deus também é enfatizada (Rm 3.30; Gl 3.20).

As três Pessoas estão envolvidas na salvação desses novos discípulos de maneiras diferentes: o Pai os elege, o Espírito os santifica e Cristo, a quem eles devem obedecer, purifica-os (1Pe 1.2). Sobre esses discípulos, o apóstolo pronuncia uma bênção trinitária: “A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós” (2Co 13.14). Os três também se engajam na missão da igreja: “Há diversidade de dons, mas o mesmo Espírito; e há diversidade de serviços, mas o mesmo Senhor; e há diversidade de ações, mas é o mesmo Deus quem realiza tudo em todos” (1Co 12.4-6).

Essa cooperação na atividade divina embasa a doutrina das operações inseparáveis da Trindade. Outras passagens mostram, semelhantemente, as três Pessoas divinas agindo em comum. Por exemplo, a missão divina é apresentada como o Pai enviando seu Filho para que pessoas que estão alienadas dele possam se tornar filhos adotivos. “Vindo, porém, a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido debaixo da lei, para resgatar os que estavam debaixo da lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos. E, porque sois filhos, Deus enviou ao nosso coração o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai” (Gl 4.4-6). As três Pessoas se envolvem inseparavelmente na missão divina.

Teologicamente, a doutrina das operações trinitárias inseparáveis emerge de três outras doutrinas: (1) a unidade das três Pessoas na natureza divina única indica que o Deus único cria, salva e santifica. (2) A habitação mútua das três Pessoas (*perichoresis*) significa que, enquanto o Pai trabalha, o Filho e

o Espírito, que habitam nele, trabalham em conjunto com ele. (3) Por compartilharem uma única natureza divina, as três Pessoas têm a mesma vontade, conhecimento e poder. Como expressou Agostinho: “O Pai, o Filho e o Espírito Santo, por serem indivisíveis, operam de maneira indivisível”.¹

O desenvolvimento dessa doutrina ocorreu nos primeiros séculos depois de Cristo, quando a igreja desenvolveu e expressou uma consciência trinitária. Por exemplo, a oração era trinitária, dirigida ao Pai em nome de Jesus e por intermédio do Espírito Santo. Assim, também, a adoração da igreja era dirigida a Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito. Tertuliano (160-240) foi o primeiro a usar o termo “Trindade” para se referir à unidade dos três.

Na luta contra a heresia que negava a divindade do Filho e do Espírito Santo, a igreja convocou concílios. Um dos frutos dessas assembleias gerais foi a formulação de credos, que têm uma estrutura trinitária: “Creio em um só Deus Pai todo-poderoso e em [...] um só Senhor Jesus Cristo e no Espírito Santo...”. Assim, a igreja confessou sua fé no Deus triúno. Sua doutrina se tornou uma substância (a natureza divina compartilhada igualmente) e três Pessoas (Pai, Filho e Espírito Santo), a unidade na Trindade. Como afirmou Gregório de Nazianzo (c. 330 — 390 a.C.): “Mal concebo o Um, sou iluminado pelo esplendor dos Três; assim que eu os distingo, sou levado de volta ao Um”.²

Um concílio da igreja, reunido em 589, inseriu uma palavra no Credo de Niceia (que havia afirmado que o Espírito Santo “procede do Pai”), declarando que o Espírito Santo procede “do Pai e do Filho” (*filioque*; grifo do autor). Essa dupla processão do Espírito é aceita pela Igreja Católica Romana e pelas igrejas protestantes, mas rejeitada pelas igrejas ortodoxas orientais.

Principais erros

1. *A afirmação de que Deus é uma única Pessoa.* O unitarismo rejeita a divindade do Filho e do Espírito.

2. *A afirmação de que há três deuses.* O triteísmo rejeita a doutrina bíblica de que Deus é um.

3. *A negação das diferenças entre as três Pessoas.* Para o modalismo, “Pai”, “Filho” e “Espírito Santo” são diferentes nomes da mesma Pessoa. Esse ponto de vista não explica passagens em que as três Pessoas estão ativas ao mesmo tempo (p. ex., o batismo de Jesus).

4. *A negação da divindade do Filho.* O arianismo não explica as passagens que afirmam que Jesus é Deus.

5. *A negação da divindade do Espírito Santo (pneumatomacianismo).* Essa posição não consegue explicar as passagens que dizem que o Espírito é Deus.

APLICANDO A DOUTRINA

Os cristãos existem, confiam, obedecem, esperam e amam porque Deus é triúno. A consciência da ação da Trindade para nossa criação, salvação e

santificação é o primeiro passo para viver essa doutrina.

Essa doutrina distingue a fé cristã de todas as outras religiões. Nenhuma outra religião — islamismo, budismo, hinduísmo, mormonismo ou qualquer outra — chega perto de adotar a noção do Deus que é Pai, Filho e Espírito. Isso significa que essas outras religiões adoram falsos deuses, o que deve levar os cristãos a proclamar o evangelho do verdadeiro Deus triúno.

A adoração é distintamente trinitária. A liturgia, as canções, as orações, os sermões e as ordenanças da igreja devem refletir a realidade triúna de Deus. Por exemplo, a pregação centrada no evangelho, embora se concentre no Filho, também deve dar muita atenção ao Pai e ao Espírito.

Essa doutrina elimina noções equivocadas a respeito de Deus: (1) Deus se sentia solitário, por isso criou pessoas para lhe fazerem companhia. Ao contrário, o Deus triúno é uma comunhão eterna e perfeita. (2) Deus precisava amar e ser amado, por isso criou pessoas para preencherem essa carência. Pelo contrário, Pai, Filho e Espírito amam-se eternamente. (3) Deus ansiava por glória, por isso criou pessoas para espalharem sua fama. Nada disso; as três Pessoas honram umas às outras eternamente.

O que está em jogo nessa doutrina? Em uma palavra: tudo! O cristianismo não existe se Deus não é triúno. Porém, já que Deus existe eternamente como três Pessoas em uma essência divina, a igreja conhece o único Deus verdadeiro, experimenta a salvação, dedica-se à oração, é transformada e cumpre a missão de ajudar outros a conhecerem a Trindade.

ENSINANDO A DOCTRINA

Questões recorrentes e temas difíceis

- **A Trindade é difícil demais de entender.**
- **Como é essa história de que os cristãos não creem em três deuses?**
- **A geração eterna não significa que o Filho é inferior ao Pai?**
- **A processão eterna não significa que o Espírito Santo é inferior ao Pai e ao Filho?**
- **Como a igreja pode afirmar que só ela adora o verdadeiro Deus?**
- **Como essa doutrina protege a**

igreja de ideias erradas a respeito de Deus?

No ensino dessa doutrina, há um primeiro obstáculo: a percepção de que a Trindade é impossível de entender. Em certo sentido, essa ideia está correta: a Trindade é um mistério, e mesmo as melhores explicações ficam aquém da realidade. No entanto, essa dificuldade não pode impedir a igreja de afirmar o que Deus revela sobre sua essência triúna. Um ponto que deve servir de estímulo aos professores é que, quando bem apresentada, essa doutrina muda a vida das pessoas, como seria de esperar do fato de que a Trindade diz respeito à própria essência de Deus!

Para ajudar a vencer esse desalento, um bom ponto de partida é afirmar que a igreja conhece a Trindade por experiência. Aliás, a Trindade é o fundamento para o evangelho, a sã doutrina, a comunidade cristã, a adoração e muito mais. Por exemplo: (1) A salvação é obra da Trindade e conduz a ela: o Pai planejou e dirigiu a encarnação do Filho; o Filho voluntariamente obedeceu ao Pai e realizou a salvação; o Espírito aplica a salvação à vida das pessoas. Os crentes, então, adoram a Deus, que é triúno. (2) A oração é trinitária: é dirigida ao Pai, em nome do Filho, em sintonia com o Espírito. A igreja conhece a Trindade!

Uma vez estabelecida essa familiaridade com a Trindade, a doutrina pode ser ensinada. Como a igreja sabe que Deus é triúno por sua revelação, a Escritura deve ser central. Embora analogias tenham sido usadas para explicar a Trindade, até mesmo seus proponentes enfatizam que elas são falhas. Portanto, evite analogias ou ilustrações da Trindade tais como os três estados da água, a analogia “pai-filho-marido” e a de “amante-amado-o próprio amor”. Quando se usa esse tipo de artifício, o tiro geralmente acaba saindo pela culatra, pois o que está sendo ensinado está errado!

ESBOÇO DIDÁTICO

1. A palavra “Trindade” e resumo
2. Vocês conhecem a Trindade (p. ex.: salvação, oração)
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Só existe um único Deus
 - B. Esse Deus existe eternamente em três Pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo
 - C. Cada uma dessas três Pessoas é plenamente Deus
 - D. As três Pessoas são distintas em termos de seus papéis, mas se envolvem inseparavelmente nas obras divinas
 - E. As três Pessoas são distintas em relações eternas
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Afirmar que Deus é uma única Pessoa

- B. Afirmar que existem três deuses
 - C. Negar as distinções entre as três Pessoas
 - D. Negar a divindade do Filho
 - E. Negar a divindade do Espírito Santo
5. Aplicando a doutrina
- A. Reconhecer que essa doutrina distingue o cristianismo de todas as outras religiões
 - B. Adorar Deus como triúno
 - C. Eliminar as ideias errôneas sobre a natureza triúna de Deus

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “Trinity”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “God, doctrine of”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Deus, doutrina de”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 14.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 14.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 2.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 14.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 14.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 4.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 8.
- THOENNES. *Life’s biggest questions*. cap. 7.

¹Augustine, *On the Trinity* 1.4.7, in: Philip Schaff, org., *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the Christian church*, reimpr., tradução para o inglês de Arthur West Haddan (Grand Rapids: Eerdmans, 1978), série 1, vol. 3: *St. Augustin: on the Holy Trinity, doctrinal treatises, moral treatises*, p. 20 [edição em português: Agostinho, *Trindade: de Trinitate*, edição bilingue, tradução de Arnaldo do Espírito Santo; Domingos Lucas Dias; João Beato; Maria Cristina de Castro-Maia de Souza Pimentel (Prior Velho: Paulinas, 2007)].

²Gregory of Nazianzus, *Oration* 40.41, in: Philip Schaff; Henry Wace, orgs., *A select library of Nicene and post-Nicene Fathers of the Christian church*, reimpr., tradução para o inglês de Charles G. Browne; James E. Swallow (Grand Rapids: Eerdmans, 1983), série 1, vol. 7: *Cyril of Jerusalem, Gregory of Nazianzen*, p. 375.

CRIAÇÃO



RESUMO

Criação é o poderoso ato divino de trazer à existência o Universo e tudo o que ele contém, incluindo este mundo e todos os seres humanos, para a glória de Deus.

TEMAS PRINCIPAIS

- Deus é o Criador de tudo o que existe.
- Ele criou tudo ex nihilo, do nada.
- Deus criou tudo para a sua glória — isto é, para manifestar sua bondade e grandeza.
- O Pai falou e o Universo passou a existir por meio de sua Palavra, o Filho, com a atividade do Espírito Santo.
- A criação original era muito boa.
- Em consequência da Queda, a criação original ficou sujeita a decadência e a morte, mas um dia será completamente renovada como o novo céu e a nova terra.

PASSAGENS-CHAVE

Gênesis 1; Neemias 9.5,6; Salmos 33.6,9;
João 1.1-3; Atos 17.24,25; Romanos
8.18-25; Colossenses 1.16; Hebreus 11.3;

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

A doutrina da criação afirma que um dos atos poderosos de Deus foi trazer à existência o Universo e tudo o que existe nele. Essa criação inclui “os céus”, ou a esfera onde se encontram Deus e os seres angélicos imateriais, e “a terra”, ou o mundo composto por oceanos e montanhas, plantas, animais e seres humanos. Deus criou todas essas coisas *ex nihilo*, do nada. Isto é, Deus não usou materiais já existentes para formar a criação. Em vez disso, trouxe esses materiais à existência e os transformou no que existe agora. Por exemplo, Deus não pegou átomos de hidrogênio e oxigênio já existentes e os organizou para fazer H₂O, ou água, mas criou os átomos de hidrogênio e oxigênio em primeiro lugar e depois os combinou para produzir água.

Naturalmente, Deus não criou a si mesmo; ele é eterno, não teve um começo. Então, por que Deus criou? Várias respostas certamente estão erradas: Deus criou o Universo porque precisava de algo para glorificá-lo, ou porque estava solitário e precisava de relacionamentos para sentir-se completo. Pelo contrário, Deus existe eternamente como Pai, Filho e Espírito Santo, que eternamente amam e glorificam um ao outro. Portanto, Deus não criou porque tinha que criar nem porque precisava de algo que somente uma criação poderia fornecer.

Pelo contrário, Deus criou tudo pela superabundância de seu amor, para mostrar sua glória — isto é, manifestar sua bondade e grandeza. De fato, a criação mostra alguns dos atributos de Deus, incluindo poder, conhecimento, sabedoria, independência e soberania. Por essa razão, os cristãos louvam e agradecem a Deus por sua obra criativa.

A criação foi um ato do Pai, do Filho e do Espírito Santo, que trabalharam em conjunto, inseparavelmente (como fazem em todas as obras divinas). O Pai trouxe o Universo à existência ao falar. Ele falou por meio de sua Palavra, o Filho, por quem tudo foi criado. O Espírito Santo também se envolveu nesse trabalho, preparando e protegendo os materiais originais para sua transformação em um mundo que fosse hospitaleiro para os seres humanos criados à imagem de Deus.

Essa criação original era muito boa. À medida que avaliava cada estágio de seu trabalho criativo, Deus considerava tudo bom. Então, quando terminou de criar tudo, considerou que o que havia criado era muito bom. Essa afirmação não dizia respeito à bondade moral, pois o mal ainda não havia entrado no mundo. Pelo contrário, era de adequação: a criação, vinda da mão de Deus, correspondia perfeitamente ao desígnio divino.

Por causa do pecado original de Adão e Eva, essa criação não é mais como deveria ser. Em vez de ser um lugar hospitaleiro onde a humanidade progride,

a criação é marcada pela decadência: os relacionamentos humanos, o casamento, a sexualidade, a família, o trabalho e até mesmo a própria vida estão contaminados pelo pecado e se fragmentam em uma terra devastada. Um dia, porém, a maldição sobre a criação será retirada: Deus renovará a criação para que, mais uma vez, seja muito boa. Então, o novo céu e a nova terra serão preenchidos com a glória de Deus.

Base bíblica

Já na primeira página da Escritura, Deus é apresentado como o Criador dos “céus e da terra” (Gn 1.1), uma expressão que indica tudo o que existe. Naturalmente, Deus não criou a si mesmo; ao contrário, “é ele mesmo quem dá a todos a vida, a respiração e todas as coisas” (At 17.24,25). O Universo, junto com tudo o que há nele, foi criado por Deus (Ne 9.5,6).

Deus criou *ex nihilo*. Como ninguém estava presente para testemunhar a criação original a partir do nada, isso é algo em que precisamos crer: “Pela fé, entendemos que o universo foi criado pela palavra de Deus, de modo que o visível não foi feito do que se vê” (Hb 11.3; cf. Rm 4.17). Seu propósito era mostrar sua bondade e grandeza: “Os céus declaram a glória de Deus” (Sl 19.1). Entre os atributos divinos específicos manifestados pela criação estão poder, sabedoria e entendimento (Jr 10.12; Rm 1.20); soberania (Ap 4.11); e independência (At 17.24,25).

Trabalhando em conjunto e inseparavelmente, o Pai, o Filho e o Espírito Santo não dividiram esse poderoso ato em três partes, sendo cada uma das três Pessoas responsável por um terço da criação. Ainda assim, as Escrituras indicam que as três Pessoas estavam ativas na criação: (1) O Pai falou, e por sua palavra o Universo passou a existir. A afirmação “disse Deus” aparece dez vezes em Gênesis 1 (v. 3,6,9,11,14,20,24,26,28,29). Resumindo: “Os céus foram feitos pela palavra do SENHOR. [...] Pois ele falou, e tudo se fez; ele mandou, e logo tudo se pôs de pé” (Sl 33.6,9). A criação é um ato de fala de Deus Pai.

(2) Deus pronunciou a existência da criação por meio da sua Palavra, que é o Filho: “No princípio era o Verbo. [...] Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez” (Jo 1.1,3). Assim, o Pai criou tudo por intermédio do Filho e para sua honra: “Porque por ele [o Filho] foram criadas todas as coisas nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam domínios, sejam principados, sejam autoridades; tudo foi criado através dele e para ele” (Cl 1.16).

(3) No início da criação, “a terra era sem forma e vazia, e trevas estavam sobre a face do abismo. E o Espírito de Deus pairava sobre a face das águas” (Gn 1.2). O Espírito, pairando, estava preparando e protegendo o núcleo caótico da criação para o trabalho futuro de Deus, que seria usar esse material para formar um lugar hospitaleiro para o ápice da criação: os portadores da imagem divina, os seres humanos.

A bondade da criação original emergiu progressivamente: seis vezes, Deus

avaliou sua obra como “boa” (Gn 1.4,10,12,18,21,25). Então, pela sétima vez, depois que sua criação foi concluída, ele disse que tudo era “muito bom” (v. 31). Infelizmente, a Queda destruiu essa condição imaculada da criação original (Gn 3.17-19). Como punição, Deus a sujeitou ao “cativeiro da corrupção” (Rm 8.18-25). Esse estado de escravidão será revertido por meio da renovação de tudo o que existe, no novo céu e na nova terra (Ap 21 e 22).

De acordo com a doutrina da criação, portanto, o Universo não é eterno (como na crença de Aristóteles), mas teve um começo. Além disso, a doutrina refuta a proposta atomista de que a vida se originou da colisão aleatória de átomos. Pelo contrário, a criação foi proposital, de acordo com o plano divino. A doutrina também se opõe à ideia gnóstica de que a criação ocorreu por meio de um demiurgo (uma emanção de Deus). Pelo contrário, o Criador é o próprio Deus.

No que diz respeito a quando a criação ocorreu, a igreja tem acreditado historicamente que Deus criou tudo em seis dias, muito recentemente. A dedução sobre a origem recente do mundo baseou-se em uma interpretação extravagante da frase “um dia para o Senhor é como mil anos” (2Pe 3.8). Ireneu (c. 130-c. 200) calculou: “em tantos dias quantos este mundo foi feito, em tantos mil anos deve ser concluído”.¹ Consequentemente, a posição histórica da igreja é que o mundo foi criado recentemente e existirá por seis mil anos. O bispo James Ussher (1581-1656) procurou identificar a data exata da criação: domingo, 23 de outubro de 4004 a.C.

Os ataques contra a doutrina da igreja começaram no século 17. O desafio mais notável e hostil continua sendo a teoria da evolução de Charles Darwin (A origem das espécies, 1859):² o que existe agora evoluiu de acordo com a seleção natural, à medida que mutações produziram mudanças aleatórias, sem propósito ou projeto, por um longo tempo. A teoria mais usada para explicar como toda a matéria inicial surgiu é a do *big bang*. A igreja respondeu de várias maneiras, entre elas: (1) o criacionismo da Terra jovem: a criação foi bastante recente, talvez há vários milhares de anos; (2) o criacionismo da velha Terra (progressivo), como a teoria dos dias-eras e a teoria do dia intermitente, sendo a idade do Universo estimada em aproximadamente quatorze bilhões de anos; (3) a teoria do intervalo; (4) a hipótese da estrutura literária; e (5) a evolução teísta.

Principais erros

1. *Deus não é o Criador porque ele não existe.* O ateísmo rejeita a revelação bíblica da existência de Deus e da criação divina.

2. *A evolução pode explicar totalmente a existência de todos os seres vivos.* A evolução naturalista não leva em conta os muitos problemas da teoria da evolução e contradiz a cosmovisão bíblica do envolvimento de Deus na totalidade da criação.

3. *Quando combinada com alguma atividade divina, a evolução pode ser considerada o mecanismo que Deus empregou no desenvolvimento de tudo o que*

existe. Diversas afirmações da evolução teísta são contestadas pela narrativa bíblica da criação, pelos problemas da teoria evolucionista, pelo consenso histórico da igreja e pela rejeição de qualquer referência à atividade divina no processo evolucionário por parte de muitos membros da comunidade científica.³

APLICANDO A DOUTRINA

Os cristãos adoram a Deus como Criador e Redentor, como ressalta o texto de Isaías 42: Deus provê seu Servo ungido pelo Espírito para realizar a salvação (v. 1-4,6,7) e Deus “criou os céus e os desenrolou” (v. 5). Louvar o Criador-Redentor é a maneira certa de aplicar essa doutrina. Em face do intenso ataque da evolução, a igreja deve continuar a confessar: “Creio em Deus Pai todo-poderoso, criador do céu e da terra” (Credo apostólico).

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Essa doutrina é o centro de um debate tão acalorado que é melhor nem discutir para não provocar divisão na igreja.**
- **Você é um criacionista que defende a tese da Terra jovem, um criacionista que defende a tese da Terra antiga, um evolucionista teísta ou um evolucionista naturalista?**
- **Embora a criação original fosse muito boa, depois do pecado original ela tem sido marcada por decadência e morte. Então, como podemos abordar o problema do mal?**
- **Os cristãos podem desfrutar da criação (p. ex., fazer caminhadas em trilhas no campo, apreciar a beleza do arco-íris e do pôr-do-sol) ou devem evitar ter muita ligação com este mundo, já que ele é temporal e deixará de existir?**

- **Os cristãos podem se envolver na proteção da criação (p. ex., fazer reciclagem, trabalhar pela preservação do meio ambiente, desenvolver fontes de energia renovável) ou não devem se preocupar com isso, já que o mundo um dia vai acabar e pode não demora muito?**

O que está em jogo nessa doutrina? A existência de tudo o que não seja Deus: o Universo, o planeta Terra, os seres humanos, a igreja! Deus não precisava criar nada. A realidade da criação nos leva a entender nosso lugar e papel no plano de Deus, confiando nele e agradecendo-lhe como nosso Criador.

ENSINANDO A DOUTRINA

No ensino dessa doutrina, o debate entre as várias teorias das origens (criacionismo da Terra jovem, criacionismo da Terra antiga [progressivo], evolução teísta e evolução naturalista) pode nos desviar do nosso objetivo. É fundamental, portanto, evitar que a discussão seja sequestrada por controvérsias. Enfatizar de uma forma educada, mas firme, que essa doutrina é muito maior do que o debate atual deve fazer com que o foco do ensino seja posto novamente naquilo que se deve ressaltar.

Justamente porque, em vez de debater a doutrina, a igreja adora a Deus como Criador, um bom ponto de partida é cantar a poderosa obra de criação de Deus. Existem muitos hinos e canções que louvam a Deus por seu trabalho criador, listando os atributos divinos exibidos pela criação: *Nosso Deus, Glorioso e forte, Eis nosso Deus, Eu me prostro a teus pés, Meu pequeno mundo, Senhor da criação, Grandioso és tu, Vós criaturas de Deus Pai, Ó Deus, ó Providência, com teu real poder* e muitos outros.

Como a igreja conhece a criação *ex nihilo* pela revelação de Deus, a Escritura deve ser central. Tenha cuidado para não fundamentar essa doutrina em algo fora da Bíblia — considerações científicas, evidências arqueológicas, consenso histórico e coisas assim. Embora tudo isso confirme a criação divina, usar qualquer coisa além da verdade e autoridade bíblicas como fundamento dessa doutrina enfraquece a perspectiva bíblica de que se trata de uma questão de fé. Além disso, ao argumentar contra a evolução, não se apresente como um especialista — a menos que você seja um profissional habilitado na área. É necessário enfatizar também o quanto a evolução é antagônica à doutrina da criação.

1. A expressão “criação *ex nihilo*” e breve explicação
2. Cantando louvores ao Deus Criador
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Deus criou tudo do nada, para a sua própria glória
 - B. O ato de criação foi trinitário
 - C. A criação original era muito boa, mas foi arruinada
 - D. Deus renovará a criação, fazendo um novo céu e uma nova terra
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Negar que Deus seja o Criador por não existir
 - B. Acreditar que a evolução consegue explicar totalmente a existência de todos os seres vivos
 - C. Combinar a evolução com alguma atividade divina para explicar o mecanismo que Deus usou no desenvolvimento de tudo o que existe
5. Aplicando a doutrina
 - A. Louvar a Deus, o Criador de todas as coisas
 - B. Viver na dependência de Deus como nosso Criador

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “creation *ex nihilo*”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “Creation, doctrine of”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Criação, doutrina da”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 16.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 16.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 4.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 15.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 15.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 5.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 10.

¹Irenaeus, *Against heresies* 5.28.3, in: Alexander Roberts; James Donaldson, orgs. *The ante-Nicene fathers* (1885; reimpr., Grand Rapids: Eerdmans, s.d.), vol. 1: *The apostolic fathers with Justin Martyr and Irenaeus*, p. 557 [edição em português: Ireneu de Lião, *Contra as heresias*, Patrística (reimpr., São Paulo: Paulus, 2019)].

²Tradução de John Green (São Paulo: M. Claret, 2005).

³Uma versão do evolucionismo teísta defende a ideia de que Deus criou a matéria, mas, depois disso, não dirigiu nem interveio para causar nenhuma mudança empiricamente detectável no comportamento natural da matéria até que todos os seres vivos tivessem evoluído por processos unicamente naturais.

Outra variante acredita que Deus agiu em três momentos: para trazer à existência o Universo, para inaugurar a vida biótica (seres vivos) e para formar o primeiro ser humano à imagem divina (talvez empregando hominídeos pré-adâmicos culturalmente avançados, como o *Homo erectus*). Uma terceira versão sustenta que Deus criou todos os seres vivos com a capacidade de evoluir segundo o projeto divino. E há ainda outra variante que defende um tipo de orientação divina geral no processo de seleção natural. Para uma discussão mais detalhada, veja J. P. Moreland; Stephen C. Meyer; Christopher Shaw; Wayne Grudem, orgs., *Theistic evolution: a scientific, philosophical, and theological critique* (Wheaton: Crossway, 2017).

PROVIDÊNCIA



RESUMO

Providência é o trabalho contínuo de Deus por meio do qual ele sustenta a existência do Universo criado e de tudo o que ele contém, dirigindo-o para o seu propósito designado.

TEMAS PRINCIPAIS

- Providência é a atividade pela qual Deus cuida continuamente de tudo quanto criou, provendo as necessidades de sua criação.
- Preservação é a obra divina que mantém a criação funcionando do modo como ele projetou.
- Concorrência é a obra divina de colaborar com todas as realidades criadas enquanto elas agem e ocorrem.
- Governo é a obra divina de dirigir a criação para que cumpra o propósito designado por Deus.
- O ponto de vista da providência especial afirma que Deus determina e controla tudo o que acontece.
- O ponto de vista da providência geral afirma que Deus cuida de tudo o que acontece de uma forma ampla, mas não exaustiva.

Gênesis 45—50; Neemias 9.6; Ester;
Salmos 139.13-16; Provérbios 16.4,33;
19.21; Isaías 14.24-27; 37.26; 41.22,23;
44.7,8; 46.9-11; Jeremias 10.23; Mateus
10.29,30; Atos 2.23; 4.27,28; Romanos
8.28; Colossenses 1.17; Hebreus 1.3

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

A doutrina da providência afirma que um dos atos contínuos e poderosos de Deus é manter em existência o Universo que ele criou e prover suas necessidades. Essa doutrina diz respeito ao relacionamento contínuo de Deus com sua criação. A providência abrange três aspectos: preservação, concorrência e governo.

Preservação é a obra que Deus realiza para sustentar a criação de modo que ela continue existindo e funcionando da maneira que ele projetou. As ligações químicas mantêm suas propriedades, as leis da física (gravidade, sustentação aerodinâmica) continuam a operar, os leões capturam e comem suas presas e os seres humanos vivem oitenta e tantos anos até que a morte os leve. As árvores não se transformam em estrelas e os seres humanos não se tornam anjos, porque Deus mantém as realidades criadas funcionando como ele as projetou. E Deus não deixa a criação ser sustentada simplesmente por leis naturais, replicação de código genético e desenvolvimento fisiológico, embora ele use esses meios. Ele não é o deus do deísmo.

Concorrência é a cooperação de Deus com sua criação em todas as suas ações e desenvolvimentos. Ele coopera (1) com plantas e animais, para promover seu desenvolvimento ou terminar sua existência; (2) com seres angélicos, para manter anjos santos a seu serviço, bem como para permitir que Satanás e demônios causem danos limitados; e (3) com seres humanos, para desejarem e realizarem responsavelmente o plano divino ou para rejeitarem a bondade de Deus, por culpa da dureza de coração. Assim, as realidades criadas nunca funcionam independentemente de Deus: embora o Universo e sua dinâmica interna (p. ex., o colapso dos buracos negros e a replicação do DNA nas células) possam ser explicados cientificamente, Deus está sempre cooperando totalmente em toda ação e desenvolvimento.

Governo é a obra divina de direcionar a criação para o fim planejado por Deus. Quando Deus trouxe o Universo à existência, sua atividade criativa foi proposital: ele criou um mundo que inicialmente era bom e fez os seres que portam sua imagem como pessoas íntegras. Deus permitiu que os seres humanos pecassem, causando dano a toda a ordem criada. Ele está redimindo seu povo de seus pecados e de sua condenação. Um dia, Deus intervirá decisivamente para terminar a presente existência e renovar todas as coisas. O

governo é a orientação que Deus dá à criação, de acordo com seu plano, para realizar seu propósito.

A extensão da providência divina é objeto de debate. Os que defendem a *providência especial* sustentam que Deus determinou e controla completamente tudo o que ocorre. A providência divina é exaustiva, mas nunca funciona de maneira que a liberdade e a responsabilidade humanas sejam minimizadas. E os seres humanos decidem e agem como criaturas moralmente responsáveis, mas nunca de uma maneira que torne Deus dependente de suas decisões e ações.

Os que defendem a posição da *providência geral* sustentam que Deus cuida do que acontece de uma forma ampla, mas seu controle não é exaustivo. Embora Deus determine e aja unilateralmente em alguns assuntos, sua atividade muitas vezes incorpora a liberdade humana em decisões e ações, de modo que esses assuntos não são completamente determinados.

Base bíblica

Desde a primeira página da Escritura, a criação divina e a providência divina andam de mãos dadas. Em relação à criação, Deus disse: “Haja...”, e a sua palavra trouxe algo à existência (“e houve...”). Em relação à providência, “a terra produziu os vegetais, plantas dando semente segundo suas espécies e árvores dando fruto que continha sua semente, segundo as suas espécies” (Gn 1.11,12). Além disso, Deus ordenou que suas criaturas fossem fecundas e se multiplicassem. Deus dotou sua criação com o poder de se multiplicar.

Mas a providência divina não significa que Deus esteja afastado do processo de existência contínua. Ele não é o deus do deísmo, que projetou e construiu tudo para depois tirar a mão e deixar a criação funcionando sozinha. Pelo contrário, Deus sustenta ativamente tudo o que criou.

A providência de Deus se estende ao mundo não racional. Fenômenos físicos — vento, fogo, chuva e neve — ocorrem de acordo com o plano de Deus (Sl 148.8). A providência abrange o reino vegetal e o reino animal (v.1 4-30). Aliás, todas as criaturas dependem de Deus “para lhes dar a sua comida no devido tempo” (v. 27). Sua existência depende de Deus os preservar. Os pardais têm pouco valor, mas “nenhum deles cairá no chão independentemente de vosso Pai” (Mt 10.29).

A providência divina abrange o começo e o fim de cada vida humana: Deus está ativo no desenvolvimento de um feto no útero, e todos os dias da vida desse novo ser humano foram estabelecidos: dia do nascimento, família de origem ou criação, tipo de corpo, casamento ou celibato, família, carreira e o momento e circunstâncias de sua morte (Sl 139.13-16).

Como seria de esperar, a providência inclui as boas ações das pessoas boas (Ef 2.10) e também as más ações das pessoas más (Pv 16.4). Por exemplo, Senaqueribe, rei da Assíria, trouxe destruição a Israel de acordo com o plano eterno de Deus (Is 37.26). E, falando sobre os irmãos que o trataram com maldade, José afirmou: “Quanto a vós, planejastes o mal contra mim, mas

Deus o transformou em bem” (Gn 50.20).

As Escrituras, na verdade, não trazem discussões abstratas sobre a providência divina. Em vez disso, o plano de Deus e seu resultado efetivo prático são apresentados como parte do próprio tecido da narrativa bíblica. Por exemplo, a história de Zaqueu ressalta que Jesus, cumprindo a missão que o Pai lhe confiara, *teve* que ir à casa do baixinho Zaqueu (Lc 19.1-10). Até mesmo a crucificação de Jesus ocorreu “de acordo com o claro plano de Deus e sua presciência” (At 2.23), à medida que Herodes, Pôncio Pilatos, os verdugos romanos e os líderes religiosos conspiravam “para fazer tudo o que a mão e o plano [de Deus] predeterminaram que ocorresse” (At 4.27,28).

Os três aspectos da providência divina têm sólido apoio bíblico. Em relação à preservação, Deus conserva tudo o que criou (Ne 9.6), especificamente em Cristo, que mantém todas as coisas (Cl 1.17). Quanto à concorrência, a história de José diz que os irmãos maus o venderam para ser escravo no Egito e, ao mesmo tempo, que Deus foi responsável por enviá-lo ao Egito (Gn 45.5-8): “Assim, não fostes vós que me enviastes para cá, mas, sim, Deus” (v. 8). Mesmo poderosos governantes humanos experimentam a concorrência divina: “O coração do rei é como a corrente de águas nas mãos do SENHOR: ele o dirige para onde quer” (Pv 21.1). Quanto ao governo, Deus Filho “sustenta o universo pela palavra do seu poder” (Hb 1.3). Ele governa como rei sobre o seu reino (Is 40.17), “ninguém pode deter a sua mão, nem lhe dizer: Que fizeste?” (Dn 4.34,35).

A perspectiva da providência especial ressalta passagens bíblicas que enfatizam o controle total de Deus sobre tudo o que ocorre. Paulo afirma que a predestinação é “conforme o propósito daquele [Deus] que faz todas as coisas segundo o conselho de sua vontade” (Ef 1.11). Esse plano e seu resultado abrangem tudo, inclusive eventos aparentemente aleatórios (Pv 16.33) e fatos mundanos (Mt 10.30). Embora as decisões e ações humanas tenham realmente um peso, a sabedoria reconhece: “Muitos são os planos na mente do homem, mas o propósito do SENHOR prevalecerá” (Pv 19.21). Os seres humanos decidem e agem de forma legítima e responsável, mas sabiamente reconhecem “que o caminho do homem não está nele mesmo, nem lhe compete dirigir seus passos” (Jr 10.23).

A perspectiva da providência geral enfatiza passagens bíblicas que ressaltam a responsabilidade humana. Por exemplo, Josué confrontou o povo de Israel: “Escolhei neste dia a quem servireis; se aos deuses a quem vossos pais [...] serviram, ou aos deuses dos amorreus [...]. Mas eu e minha casa serviremos ao SENHOR” (Js 24.15). Paulo exorta as pessoas a crerem no evangelho: “Porque, se com a tua boca confessares Jesus como Senhor, e em teu coração creres que Deus o levantou dentre os mortos, serás salvo” (Rm 10.9). Os seres humanos escolhem, obedecem, rebelam-se, acreditam, desafiam e muito mais. Segundo esse ponto de vista, a liberdade humana e a responsabilidade moral parecem incompatíveis com a providência especial.

Principais erros

1. *Enfatizar demais a providência divina, minimizando a responsabilidade humana.* As pessoas enfatizam tanto o fato de confiarem em Deus que se tornam passivas no que diz respeito a trabalho, planejamento, economia para o futuro, compra de seguros e muito mais. Essa postura desconsidera as muitas passagens bíblicas sobre a importância das decisões e ações humanas.

2. *Uma filosofia específica que enfatiza demais a providência é o fatalismo ou determinismo rígido.* Fatalistas acreditam que tudo o que ocorre é inevitável. Nem mesmo Deus pode intervir para mudar algo que é então determinado, de modo que nada pode ser diferente do que é. O fatalismo não interpreta corretamente a apresentação bíblica da atividade providencial pessoal e cuidadosa de Deus, e o torna Deus dependente do destino.

3. *Enfatizar demais a responsabilidade humana, minimizando a providência divina.* As pessoas ressaltam tanto o trabalho que fazem para Deus que o sucesso do reino de Deus se torna dependente do esforço e da energia que elas despendem. Essa perspectiva desconsidera as muitas passagens bíblicas que nos exortam a confiar em Deus e em sua atividade providencial como fundamento para a cooperação humana.

4. *Algumas negações da providência divina tornam Deus dependente das decisões e ações humanas.* A teologia do processo e o teísmo aberto desprezam as muitas afirmações bíblicas de que o propósito de Deus permanece para sempre e sua vontade não pode ser frustrada.

APLICANDO A DOUTRINA

Questões recorrentes e temas difíceis

- **É muito difícil chegar a um equilíbrio adequado entre a providência divina e a responsabilidade humana.**
- **O que devo fazer se estou procurando confiar na providência de Deus, mas ele não está cuidando de mim (p. ex., em relação a um emprego, dinheiro, cônjuge, filhos)?**
- **Se o que dissemos sobre a providência é verdade, como explicar o problema do mal?**
- **Tenho medo de confiar na**

**providência de Deus por
causa do que ele pode me
pedir para fazer.**

Para os cristãos, essa doutrina é fonte de grande conforto e segurança. O propósito de Deus não pode ser frustrado. Seu bel-prazer será realizado. Como Deus faz todas as coisas para o bem do seu povo (Rm 8.28), podemos confiar nele em todas as circunstâncias, sejam elas agradáveis, sejam dolorosas. Assim, a exemplo de Jó, os cristãos podem dizer: “O SENHOR o deu e o SENHOR o tirou; bendito seja o nome do SENHOR” (Jó 1.21).

A perspectiva correta também se reflete no modo pelo qual os cristãos planejam o futuro. Em vez de contarem com a realização de seus próprios projetos, eles deveriam dizer: “Se o Senhor quiser, viveremos e faremos isto ou aquilo” (Tg 4.15). A abordagem apropriada evita os extremos de irresponsabilidade e hiper-responsabilidade: a confiança na providência divina anda de mãos dadas com a tomada de decisões, e a atividade se dá de acordo com o propósito de Deus. As Escrituras consolam os cristãos com a lembrança de que: “O SENHOR dos Exércitos determinou isso! Quem o invalidará? A sua mão está estendida! Quem a fará recuar?” (Is 14.27).

O que está em jogo nessa doutrina? O conforto e a certeza de que Deus preserva ativamente a sua criação, coopera com todas as ações e todos os acontecimentos e realiza a sua vontade em tudo. Ele é o Deus que está providencialmente conosco.

ENSINANDO A DOCTRINA

Um bom ponto de partida é pedir que os participantes falem sobre suas experiências pessoais com a providência de Deus. Incentive as pessoas a refletirem sobre isso e a darem seus testemunhos sobre a preservação, a concorrência e o governo de Deus em sua vida, sua família, sua carreira e muito mais. Esteja preparado para eles compartilharem alegrias e tristezas. Incentive-os a reconhecer a mão providencial de Deus em todas as suas circunstâncias, se esse reconhecimento não se mostrar imediatamente.

Ao ensinar a doutrina, certifique-se de comunicar o conforto e a segurança que ela transmite. Histórias pessoais que mostram a atividade providencial de Deus são muito úteis. Como a providência é algo que geralmente não se consegue ver, enfatize o ensino bíblico e exorte os participantes a confiarem que Deus está trabalhando providencialmente mesmo quando isso não é evidente. Tenha cuidado para não fundamentar essa doutrina no pensamento positivo ou em uma atitude estoica em relação às dificuldades. E tenha o cuidado de evitar os extremos apresentados acima e de corrigir essas ideias, quando necessário.

1. A palavra “providência” e uma breve explicação
2. Compartilhar experiências pessoais que envolvam a providência de Deus
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Preservação
 - B. Concorrência
 - C. Governo
 - D. Providência especial e providência geral
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Enfatizar demais a providência divina e minimizar a responsabilidade humana
 - B. Adotar o fatalismo ou o determinismo rígido
 - C. Enfatizar demais a responsabilidade humana e minimizar a providência divina
 - D. Negar a providência divina e tornar Deus dependente de decisões e ações humanas
5. Aplicando a doutrina
 - A. Encontrando consolo e segurança na providência divina
 - B. Evitando os dois extremos, irresponsabilidade e hiper-responsabilidade, por meio da confiança na providência divina, combinada com decisões e ações alinhadas com os propósitos de Deus

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “compatibilism”, “determinism”, “incompatibilism”, “providence”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “God, providence of”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Deus, providência de”.

ERICKSON. *Christian theology*. caps. 17 e 18.

_____. *Teologia sistemática*. caps. 17 e 18.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 4.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 16.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 16.

HORTON. *Pilgrim theology*. p. 110-13.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 12.



ANJOS, SATANÁS E DEMÔNIOS



RESUMO

Os anjos são seres espirituais altamente inteligentes e moralmente bons criados por Deus. Alguns anjos se rebelaram contra Deus, perderam sua bondade original e, agora, como demônios (com Satanás como seu líder), fazem oposição a Deus e à sua obra.

TEMAS PRINCIPAIS

- Os anjos são seres criados, de natureza simples, apenas imaterial (embora possam assumir a aparência de seres humanos).
- Os anjos são criaturas altamente inteligentes, santas e poderosas.
- Parece haver várias categorias de seres angelicais: arcanjos, anjos, querubins e serafins.
- Quanto às suas atividades, os anjos servem de intermediários da revelação de Deus, executam a vontade dele e o adoram.
- Infelizmente, um anjo, liderando um grande contingente de outros anjos, rebelou-se contra Deus e, como

punição, foi banido do céu e mandado para a terra, onde procura causar destruição.

- Os demônios são os subordinados de Satanás, os quais também se opõem a Deus e tentam atrapalhar sua obra.
- Os cristãos combatem Satanás e os demônios ao se empenharem na guerra espiritual.

PASSAGENS-CHAVE

Gênesis 3.1-7; Jó 1 e 2; Isaías 14.13,14;
Daniel; Mateus 12.22-32; Atos 10.1-31;
2Coríntios 12.7; Apocalipse

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

Uma das partes mais fascinantes da Escritura é a revelação de uma categoria de seres que são diferentes dos seres humanos. Assim como nós, os anjos foram criados por Deus. Ao contrário de nós, porém, os anjos são simples por natureza, sendo apenas imateriais. Ainda assim, quando a Escritura apresenta anjos, eles frequentemente têm a aparência de seres humanos, são semelhantes a nós de muitas maneiras. Essas aparições angélicas são acomodações que permitem que os anjos se revelem, falem, livres e guiem os seres humanos.

No que diz respeito às suas capacidades, os anjos são altamente inteligentes, todavia não são oniscientes como Deus. Na verdade, eles não podem compreender a salvação que Deus provê para os seres humanos pecadores (1Pe 1.10-12) e aprendem sobre a graça por meio da sabedoria de Deus exibida na igreja (Ef 3.10). Outra característica dos anjos é que eles são moralmente bons. Essa santidade significa que eles vivem na presença do Deus santo, a quem adoram, e sempre fazem sua santa vontade. Além disso, os anjos são poderosos, mas não todo-poderosos como Deus. Ainda assim, são plenamente capazes de realizar as tarefas que lhes são designadas por Deus.

Quanto a sua classificação, parece haver várias categorias: arcanjos (p. ex., Miguel; Jd 9) são governantes dos outros anjos, até mesmo liderando um exército de anjos (Dn 10.13). Anjos são os seres imateriais que estamos descrevendo. Querubins impediram o retorno de Adão e Eva ao jardim do Éden (Gn 3.24) e acompanhavam Deus e a sua glória (Ez 10; Sl 18.10). Serafins são criaturas de seis asas que adoram a Deus, louvando a sua santidade (Is 6.2,3; Ap 4.8). Pode ser que as descrições de seres angelicais como tronos, dominações, principados e poderes (Cl 1.16; cf. Ef 1.20,21) indiquem outras categorias.

Entre as funções desempenhadas pelos anjos está a de servirem de

intermediários da revelação de Deus. Por exemplo, os anjos tiveram um papel na transmissão da Lei mosaica (Gl 3.19; At 7.53; Hb. 2.2). Aparecem em várias narrativas trazendo mensagens de Deus para as pessoas (p. ex., o anúncio que Gabriel faz a Maria; Lc 1.26-38). Também servem a Deus de outras maneiras, como ministrar aos crentes, até resgatando alguns da morte iminente (p. ex., o prisioneiro Pedro; At 12.6-17). Além disso, eles cercam o trono de Deus, adorando-o continuamente.

Infelizmente, essa apresentação dos anjos entra agora por um caminho horrível. Embora todos os anjos tenham sido criados íntegros, um deles, seguido por um grande número de outros anjos bons, rebelou-se contra Deus. Inchado de orgulho, Satanás e seus seguidores extrapolaram os limites com os quais foram criados e, por sua traição, Deus os castigou. Na verdade, Deus expulsou do céu o exército do mal e confinou todos os anjos rebeldes à terra, onde se opõem a Deus e procuram frustrar sua obra. Satanás é chamado de o “príncipe” deste mundo (Jo 12.31), “o deus deste século” (2Co 4.4) e “o príncipe do poderio do ar” (Ef 2.2).

O nome “Satanás” significa “adversário”; ele se coloca contra Deus e seu povo. Outros nomes que revelam sua natureza incluem o Diabo (acusador, difamador), Abadom ou Apoliom (destruidor), Belzebu (deus do esterco) e a “antiga serpente” (o tentador no Éden). Sendo o “maligno”, ele pratica atividades perversas por meio da tentação, da acusação, do engano, da mentira, da cegueira, da destruição e do tormento. Os servos de Satanás, os demônios, opõem-se a Deus e tentam atrapalhar seu trabalho, envolvendo-se em atividades malignas, como disseminar falsas doutrinas, espalhar doenças, fomentar a autodestruição e até mesmo possuir pessoas.

Como Satanás é um inimigo derrotado e os demônios estão sujeitos a Cristo (Ef 1.21-23; Cl 2.15), os cristãos não têm o que temer (Hb 2.14), mas devem resistir, envolvendo-se na guerra espiritual, especialmente comunicando o evangelho (Ef 6.10-20).

Desde o início, a igreja acrescentou muita especulação ao conhecimento bíblicamente fundamentado sobre essa doutrina. Conjecturou sobre as asas e a velocidade dos anjos, seu imenso número e suas funções. Orígenes (c. 185-254), um dos patriarcas da igreja primitiva, acreditava que os seres humanos finalmente se tornariam anjos. A igreja condenou a adoração de anjos e qualquer oração dirigida a eles. No entanto, desenvolveu a crença em anjos da guarda que guiam as pessoas para fazer o bem, induzem-nas a se arrependem quando praticam o mal e as ajudam quando elas oram.

Agostinho (354-430) imaginou que, para restaurar a harmonia no Universo, Deus substituirá o número de anjos caídos pelo mesmo número de seres humanos redimidos. Pseudo-Dionísio, o Areopagita, escrevendo cerca de um século depois de Agostinho, especulou que há nove ordens na hierarquia dos seres angélicos. Tomás de Aquino (1225-1274), apelidado de “Doutor Angélico”, acreditava que Deus criou anjos à sua imagem, no que diz respeito ao seu intelecto. Os anjos, portanto, são seres completamente intelectuais e

mais semelhantes a Deus que qualquer criatura — incluindo seres humanos.

Quanto a Satanás e os demônios, alguns líderes cristãos acreditavam que a queda dos anjos ocorreu por causa do ciúme que Satanás tinha dos seres humanos, porque eles tinham sido criados à imagem de Deus. Outros atribuíram a queda aos anjos que tiveram relações sexuais com mulheres humanas. Embora Orígenes tenha especulado que até mesmo Satanás e os demônios seriam salvos, a igreja contestou sua ideia. Anjos da guarda foram considerados necessários para neutralizar as tentações e os ataques de demônios. Quando a influência demoníaca se transformava em possessão, o exorcismo era considerado a solução. De grande ajuda para afastar os seres malignos, pensava-se, era o ascetismo, a disciplina severa do corpo, com a negação de prazeres legítimos como comida e sono.

Essas especulações vão muito além do que a Bíblia afirma sobre anjos, demônios e Satanás.

Base bíblica

As narrativas bíblicas revelam detalhes importantes sobre a natureza, os tipos, as capacidades e as funções dos anjos. Algumas narrativas do Antigo Testamento que falam sobre eles são: a hospitalidade de Abraão com os anjos (Gn 18.1-22), o resgate de Ló por anjos (19.1-22) e a jumenta de Balaão e o anjo do Senhor (Nm 22.22-35). Em relação a Jesus, o Novo Testamento narra atividade angélica em seu nascimento (Lc 2.8-15), na tentação (Mt 4.11), na ressurreição (Jo 20.11-13) e no futuro retorno (Mt 16.27; 25.31). Outras histórias do Novo Testamento incluem a libertação angélica dos apóstolos perseguidos (At 5.17-26; 12.6-11) e as mensagens trazidas por anjos para Filipe (At 8.26), Cornélio (At 10.1-33) e Paulo (At 27.21-26). A literatura apocalíptica está repleta de referências à atividade angélica (Daniel; Apocalipse). A passagem de Jó 38.4-7 implica que os anjos foram criados antes de Deus criar a Terra e os seres humanos.

Da mesma forma, narrativas bíblicas sobre Satanás e os demônios apresentam sua natureza maligna e suas atividades. A queda de Satanás pode estar narrada em Isaías (14.12-14) e Ezequiel (28.12-18), e outras passagens fornecem vislumbres da morte de Satanás e de suas hostes (Lc 10.17-20; 1Tm 3.6; 2Pe 2.4; Jd 6). Os encontros satânicos e demoníacos específicos com seres humanos incluem a tentação de Eva por Satanás (Gn 3.1-7; 2Co 11.1-3), a tentativa de destruir Jó (Jó 1 e 2), a tentação de Jesus (Mt 4.1-11), o tormento de uma mulher durante dezoito anos (Lc 13.16), o papel de Satanás na traição de Jesus por Judas (Lc 22.3) e a provação constante de Paulo por ordem de Satanás (2Co 12.7). As narrativas bíblicas de possessão demoníaca incluem o homem atormentado por “Legião” (Mc 5.1-20), o homem mudo (Mt 9.32,33), um jovem (17.14-21) e a filha da mulher siro-fenícia (Mc 7.26-30). Os inimigos de Jesus o acusaram de estar em conluio com Satanás e, portanto, ter demônios (Mt 12.22-32; Jo 8.48-52; 10.20).

Principais erros

1. *No que diz respeito à crença, a igreja aceita essa doutrina, mas se envolve em vasta especulação sobre anjos e demônios.* A igreja erra quando se afasta do limitado material bíblico e une a teologia à filosofia ou quando permite que as concepções populares exerçam forte influência. Entre os exemplos disso estão: crer em anjos da guarda, orar aos anjos, superestimar a influência de Satanás e dos demônios, atribuir o pecado pessoal à atividade demoníaca e muito mais. Esse é o erro do exagero.

2. *Quanto à incredulidade, a igreja ou trata essa doutrina com benigna negligência, quase se sentindo constrangida por ela, ou a rejeita completamente.* Três problemas resultam dessa incredulidade. Um deles é a dificuldade de compreender as narrativas bíblicas nas quais anjos e/ou Satanás e os demônios desempenham um papel. O segundo problema é viver na ignorância do mundo espiritual real, que é parte da realidade terrena. Essa ignorância resulta em estar mal preparado para enfrentar a tentação e o nos ataque dos demônios, além de dispensar a necessária ajuda dos anjos. O terceiro problema é menosprezar os cristãos ao redor do mundo que vivem diariamente a realidade dos anjos e demônios.

APLICANDO A DOUTRINA

Deus criou uma classe de seres que são imateriais por natureza: os anjos. Nós não somos anjos. Eles, porém, desempenham funções importantes para nós, como a de serem exemplos de perfeita obediência a Deus e de servirem a Deus nos auxiliando com sua proteção, resgate, orientação e muito mais. Os anjos caídos — Satanás e os demônios — opõem-se a Deus e tentam atrapalhar sua obra. Consequentemente, tendo uma consciência adequada de suas estratégias de tentação, acusação, engano, tormento, disseminação de falsas doutrinas, disseminação de doenças e até possessão, devemos nos engajar em guerra espiritual, resistindo à maldade deles, por meio da autoridade de Cristo.

ENSINANDO A DOUTRINA

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **Embora a Bíblia esteja repleta de histórias sobre anjos e demônios, nunca tive um encontro com eles e, portanto, acho difícil acreditar que eles realmente existam.**
- **Será que não é perigoso falar**

- sobre Satanás e os demônios, porque, se lhes dermos muita atenção, poderemos cair sob a influência deles?**
- **Como devo aconselhar meu amigo que põe a culpa de seus pecados de ira, preocupação, luxúria e ganância nas tentações e ataques demoníacos (“o Diabo me fez fazer isso”)?**

Os cristãos raramente são indecisos quanto a essa doutrina, mas geralmente tendem a um dos dois extremos que acabamos de descrever. Por um lado, por causa do fascínio por anjos e demônios (muitos livros de nível popular tratam do assunto) e pela escassez de material bíblico dedicado a eles, é de se esperar que os participantes tenham uma excessiva curiosidade por esse tópico. Será necessário corrigir concepções comuns que têm pouco ou nenhum apoio bíblico (p. ex., os anjos da guarda) ou até mesmo contradizem as Escrituras (p. ex., a ideia de que os crentes se tornam anjos após a morte).

Por outro lado, como a ciência e o liberalismo teológico menosprezam a noção de realidades espirituais e criaturas imateriais, esteja atento para uma rejeição racionalista a anjos e demônios. Muitas vezes, o que é rejeitado é a concepção popular desses seres — cartões comemorativos retratam os anjos como garotinhos gorduchos, inocentes, de olhos azuis, tocando harpa, enquanto filmes retratam demônios como seres sobrenaturais, cruéis e perversos, facilmente reconhecíveis por seus chifres, caudas e forçados. Essas ideias comuns devem ser rejeitadas. A existência, porém, de Satanás e dos demônios, não.

Um bom ponto de partida é perguntar às pessoas sobre sua experiência com anjos e demônios. É preciso ter cuidado para não deixar que esse compartilhamento de experiências saia do controle. Uma pergunta que pode ser feita depois disso é: “A sua experiência corresponde a qualquer coisa apresentada na Escritura?”. O objetivo dessa pergunta não é lançar dúvidas sobre a experiência de ninguém, mas, sim, estabelecer a norma de confiar no material bíblico, evitando especulações desenfreadas sobre anjos e demônios, um problema constante. É fácil comprovar o fascínio que as pessoas têm atualmente por esse tópico; basta ver a quantidade de livros, programas de TV e filmes sobre anjos e demônios.

No que diz respeito ao ensino, concentre-se primeiro em algumas poucas passagens narrativas em que anjos e demônios são apresentados, analisando o que se pode aprender sobre eles. Em seguida, apresente o restante do material bíblico sistematicamente, ensinando sobre a natureza, os atributos, as categorias e as funções dos anjos, bem como sobre a natureza e as atividades

malignas de Satanás e dos demônios.

Incentive a discussão franca de dúvidas, problemas e possíveis abusos que possam surgir dessa doutrina.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. A pergunta: “Qual é sua experiência com anjos, Satanás e demônios?”, e resumo
2. Referências a livros, programas de TV e filmes que retratam anjos e demônios
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A condição dos anjos como criaturas
 - B. Seus atributos: inteligência, santidade e poder
 - C. Suas categorias: arcanjos, anjos, querubins e serafins
 - D. Suas atividades: revelação, serviço e adoração
 - E. A queda dos anjos
 - F. O caráter maligno da natureza e da atividade de Satanás e dos demônios
 - G. Guerra espiritual
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Aceitar essa doutrina, mas se envolver em amplas especulações sobre anjos e demônios
 - B. Não dar muita atenção a essa doutrina, quase sentindo vergonha dela, ou rejeitá-la completamente
5. Aplicando a doutrina
 - A. Aceitar o importante papel que os anjos desempenham
 - B. Resistir firmemente ao Maligno e aos demônios

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “angels”, “demons”, “Satan”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “angel”, “demon, demonization”, “Satan”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “anjo”, “demônio”, “Satanás”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 19.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 19.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 8.

GRUDEM. *Systematic theology*. caps. 19 e 20.

_____. *Teologia sistemática*. caps. 19 e 20.

SERES HUMANOS CRIADOS À IMAGEM DE DEUS



RESUMO

Deus criou os seres humanos à sua imagem, fazendo deles os seres mais semelhantes a ele mesmo, dentre todos os que criou, e dotando-os de dignidade e importância.

TEMAS PRINCIPAIS

- Deus criou os seres humanos à sua imagem; portanto, eles são à imago Dei (imagem de Deus).
- A igreja tem várias concepções do que seja a imagem de Deus.
- Jesus Cristo é a perfeita imagem de Deus.
- Os cristãos estão sendo progressivamente renovados para se tornarem à imagem de Cristo.
- A restauração completa é uma bênção e uma realidade futuras.

PASSAGENS-CHAVE

Gênesis 1.26-28; 5.1-3; 9.6; João 14.8,9;
Romanos 8.29,30; 1Coríntios 15.49;
2Coríntios 3.18; Colossenses 1.15; 3.9,10;

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

A criação à imagem de Deus é o alicerce da doutrina da humanidade. Quando Deus se propôs a criar um ser mais parecido com ele do que qualquer outra criatura, ele criou os seres humanos. A *imago Dei* (imagem de Deus) é a nossa realidade fundamental: existimos como portadores da imagem de Deus, quer do sexo masculino, quer do sexo feminino. Todo o resto — por exemplo, altura, cor dos olhos e tipo de corpo — constitui características secundárias. A criação à imagem divina significa que todas as pessoas têm dignidade e importância.

Ao longo de sua história, a igreja desenvolveu vários entendimentos acerca da imagem de Deus. A *concepção substantiva* considera que a imagem de Deus é alguma característica como racionalidade, livre-arbítrio ou consciência moral. Geralmente, é usado um método específico para discernir essa característica: a igreja pode identificar a imagem de Deus analisando o restante da criação e enfocando o atributo que distingue os seres humanos das outras criaturas. A imagem de Deus é alguma qualidade ou algum atributo da natureza humana.

A *concepção relacional* considera a imagem de Deus como a experiência de comunidade que homens e mulheres desfrutam entre si e, secundariamente, que os seres humanos e Deus desfrutam. A ideia-chave é que Deus tem um relacionamento entre si mesmo (“*Façamos o homem à nossa imagem*”), e a humanidade reflete essa experiência em dois níveis: pessoas relacionando-se com pessoas e pessoas relacionando-se com Deus. A principal base bíblica é Gênesis 1.27, que enfatiza que Deus criou a humanidade à sua imagem como “homem e mulher”. Usando essa passagem, e com base na ideia de que Deus tem um relacionamento “Eu-Tu” dentro de si mesmo, Karl Barth desenvolveu esse ponto de vista. Relacionalidade é a imagem de Deus.

A *concepção funcional* considera que a imagem de Deus é alguma atividade humana. Ao criar os seres humanos à sua imagem, Deus os projetou para exercerem domínio sobre as outras criaturas (Gn 1.26). Quando pôs em prática seu plano, Deus lhes ordenou: “Dominai [...] sobre toda criatura viva que se move sobre a terra” (Gn 1.28). Esse exercício de domínio — o desempenho da função de mordomos da criação — é a imagem de Deus.

Estudiosos do Antigo Testamento recorrem ao conceito da imagem de deus(es) na literatura antiga do Oriente Próximo: a imagem é um rei ou uma estátua de um rei que representava o(s) deus(es), e por meio dela o(s) deus(es) exerce(m) domínio sobre seu território.¹ Supondo que Gênesis reflete esse pano de fundo, a visão funcional toma forma: a imagem de Deus é o domínio da humanidade sobre a criação.

A *visão holística* considera as outras reducionistas e concebe a imagem de Deus como as pessoas em si, na totalidade de seu ser, de seus relacionamentos e de suas atividades. Também nesse caso, a principal base bíblica está em Gênesis 1: tendo deliberado sobre a criação de seres que levariam a sua imagem (v. 26) e tendo realizado esse plano (v. 27), Deus criou os seres humanos — não apenas uma parte deles (como a razão ou o livre-arbítrio), não apenas no que diz respeito aos relacionamentos (embora masculinidade e feminilidade sejam essenciais para a imagem), não apenas para atividades intencionais (embora exerçam o domínio) — em sua integridade. Descobertas da neurociência que mostram a interconexão íntima de todos os aspectos da existência humana fornecem apoio adicional. Os seres humanos individualmente, e a humanidade como um todo, são criados à imagem de Deus.

Base bíblica

O conceito bíblico da imagem de Deus é desenvolvido em um bom número de passagens. O texto fundamental é Gênesis 1.26-28, que começa com a intenção divina: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme nossa semelhança”. Essa deliberação é, então, realizada: Deus cria o homem à sua imagem, especificamente como homem e mulher. Aos seus portadores de imagem recém-criados, Deus dá o mandato para construírem a sociedade por meio da multiplicação da humanidade (procriação: “Frutificai, multiplicai-vos e enchei a terra...”) e do governo da criação (vocação: “sujeitai-a e dominai...”).

Dois problemas surgem aqui. Primeiro, a teologia católica romana faz uma distinção entre a “imagem”, que consiste nos dons naturais da racionalidade e do livre-arbítrio, e a “semelhança”, que consiste nos dons sobrenaturais da santidade e imortalidade originais. Essa distinção, no entanto, foi derrubada; há pouca diferença entre “imagem” e “semelhança”. Aliás, Gênesis 5.3 indica que as duas palavras são praticamente sinônimas.

Em segundo lugar, conforme discutido acima, os vários pontos de vista baseiam-se em Gênesis 1.26-28. Será que a imagem é algum atributo humano, o envolvimento relacional, o desempenho de alguma atividade, ou é a humanidade em sua integridade? A visão holística considera o que uma imagem é (ou seja, o reflexo de alguma coisa) e o que ela faz (ou seja, representa algo). Assim, a expressão “imagem de Deus” significa que os seres humanos refletem Deus: seus atributos de conhecimento, poder, bondade, fidelidade, veracidade e muito mais. E representam Deus: como regentes coadjuvantes, são mordomos do resto da criação enquanto constroem a civilização por meio da procriação e da vocação.

Duas outras passagens ressaltam a importância de os seres humanos terem sido criados à imagem divina: essa é a razão para a proibição do homicídio (Gn 9.6) e para a proibição de amaldiçoar os seres humanos, “feitos à semelhança de Deus” (Tg 3.9). Já que todos os seres humanos são criados à imagem divina, eles devem ser tratados com dignidade e respeito.

Jesus Cristo é a imagem perfeita de Deus (2Co 4.4-6; Cl 1.15). O Filho encarnado torna visível o Deus invisível, como o próprio Jesus afirma: “Quem vê a mim, vê o Pai” (Jo 14.8,9). De fato, o Filho é “o resplendor da glória de Deus e a expressão exata de sua natureza” (Hb 1.3, NVI).

Sendo o Salvador a imagem perfeita de Deus, os crentes estão sendo restaurados à imagem dele. A total conformidade com a imagem do Filho é o desígnio divino para os crentes (Rm 8.29,30), que experimentam essa renovação progressiva por intermédio do Espírito Santo (2Co 3.18; Cl 3.9,10). Ainda assim, essa renovação não se completa nesta vida. Em vez disso, a restauração completa da imagem de Deus é, em última análise, uma bênção e uma realidade que se cumprem no futuro (1Co 15.48,49). Embora já sejamos filhos de Deus, “o que seremos ainda não se manifestou; mas sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele, pois o veremos como ele é” (1Jo 3.2).

Principais erros

1. *A imagem é reduzida ou a alguma característica humana, ou à experiência dos relacionamentos, ou ao domínio (reducionismos).* Essa simplificação excessiva negligencia a apresentação bíblica dos seres humanos como portadores da imagem holísticos.

2. *A imagem de Deus é de natureza apenas espiritual.* Essa heresia gnóstica acredita que o material é inerentemente mau e o espiritual é inerentemente bom. Assim, a imagem divina não pode incluir algo material; o corpo humano não faz parte da imagem de Deus. Mas a Escritura não despreza o físico, como faz o gnosticismo. Na verdade, a humanidade é composta de seres corpóreos criados por Deus.

3. *A evolução pode explicar plenamente a existência de seres humanos, os quais não têm nenhuma posição especial em relação a outras criaturas das quais evoluíram.* A evolução naturalista ignora os muitos problemas da teoria da evolução e contradiz a cosmovisão bíblica de que os humanos foram criados por Deus como seres distintos do resto da criação.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Essa doutrina tem tantos pontos de vista diferentes que fica difícil saber qual é o certo.**
- **Por que enfatizar o prodígio da imagem de Deus se as pessoas são tão pecadoras?**
- **Se a imagem se refere particularmente ao intelecto**

**humano ou à racionalidade,
as pessoas com deficiência
mental são menos criadas à
imagem de Deus?**

- **Da mesma forma, se a
imagem se refere
particularmente ao exercício
do domínio, será que as
pessoas que têm alguma
deficiência física portam
uma imagem de Deus
inferior à dos outros?**
- **Os incrédulos ainda têm a
imagem de Deus, ou o
pecado anulou essa imagem?**

4. *Embora Deus geralmente empregue o mecanismo da evolução para desenvolver o mundo, ele interveio para formar o primeiro ser humano à sua imagem.* A evolução teísta sustenta que os seres pré-humanos (hominídeos, como o *homo erectus*) evoluíram segundo processos naturais, e, em certo ponto, Deus incutiu neles uma alma ou espírito, criando, assim, os seres humanos à sua imagem. A evolução teísta é contestada pelo relato bíblico da criação e pelos problemas da teoria da evolução (veja cap. 12, “Criação”).

APLICANDO A DOUTRINA

Todos os seres humanos são criados à imagem de Deus, tendo, consequentemente, dignidade e importância. Assim, todas as pessoas de vem ser tratadas com respeito, com apreço pelo excelente projeto de Deus. O racismo, o sexismo, o preconceito social e o preconceito de idade são categoricamente excluídos. Além disso, de acordo com o mandato de Deus para os portadores de sua imagem, a grande maioria dos seres humanos será casada, a grande maioria deles terá filhos e todas as pessoas com capacidade física trabalharão em sua profissão. Embora ainda sejam pecadores, os cristãos devem se alegrar pelo fato de que estão sendo restaurados à imagem divina, aguardando com expectativa a bênção futura e a realidade de serem feitos totalmente conformes à imagem de Cristo quando ele voltar.

O que está em jogo nessa doutrina? A identidade fundamental, a dignidade e a importância dos seres humanos. Ao criar a humanidade à sua imagem, Deus projetou as pessoas para refletirem e representarem ele. Esse fato nos faz entender nossa identidade e propósito neste mundo como portadores da imagem de Deus.

ENSINANDO A DOUTRINA

João Calvino associou intimamente o conhecimento de Deus com o conhecimento de si mesmo: “Quase toda a sabedoria que possuímos, isto é, a verdadeira e sólida sabedoria, consiste em duas partes: o conhecimento de Deus e o conhecimento de nós mesmos”.² Assim, uma boa maneira de começar esse estudo é chamar a atenção para a maravilha que é o ser humano, usando a passagem de Salmos 139.13-16 como ponto de partida. Quando olhamos para nós mesmos, nós nos maravilhamos com a incrível criação de Deus e compreendemos nossa identidade fundamental: somos portadores da imagem de Deus, mais semelhantes a ele do que qualquer outro ser criado.

Essa ênfase pode provocar uma resposta negativa, já que algumas pessoas tendem a se concentrar na pecaminosidade humana. É preciso lembrar a essas pessoas nosso estado original de integridade: originalmente, a natureza humana era boa. Nossa condição pecaminosa não é o que deveríamos ser. Aliás, nossa identidade fundamental não é a da pecaminosidade, mas a da imagem divina.

Faça um esforço para ajudar os participantes a aceitarem todo o enredo das Escrituras, cujo primeiro ato é a criação. Esse tema inicia a história bíblica e descreve nossa identidade essencial como portadores da imagem divina. Sim, o segundo ato é a Queda. Mas, como a palavra Queda enfatiza, essa crise é um movimento de distanciamento do estado original da criação. A Queda não é nem o que Deus planejou para os seres humanos, nem a nossa identidade fundamental. Na verdade, o terceiro ato do enredo (redenção) e o quarto ato (consumação) narram o que Deus fez e o que fará para retificar nossa queda no pecado e restaurar-nos ao projeto original. Assim, a salvação não é meramente a superação da pecaminosidade humana (embora isso seja certamente verdade), mas uma restauração ao estado original de portadores da imagem de Deus. Essa é uma boa notícia!

Por causa da variedade de concepções sobre o que é a imagem de Deus, o ensino bíblico deve começar com uma leitura de Gênesis 1.26-28, seguida de sua interpretação por cada uma das diferentes concepções. Se a igreja adota uma dessas concepções, essa posição deve ser defendida.

É importante salientar também outros pontos: Jesus é a imagem perfeita de Deus, de modo que podemos saber quem é Deus e o que ele planejou para nós conhecendo, conforme narra a Escritura, o caráter de Jesus, como ele se relaciona com as pessoas e, também, suas atividades. Estamos nos tornando progressivamente mais parecidos com essa imagem. Essa é também a bênção e a realidade que esperamos: estar totalmente de acordo com a imagem de Cristo.

As implicações éticas da criação segundo a imagem divina fornecem outras aplicações práticas dessa doutrina. Ela certamente exclui o aborto, a eutanásia, a clonagem e muito mais. Além disso, o propósito da humanidade — sempre algo que interessa às pessoas — é revelado por essa doutrina: refletir Deus e representá-lo por meio da construção da sociedade e do cuidado com o mundo natural.

1. A expressão *imago Dei* e breve explicação
2. A exortação para se maravilhar com a prodigiosa criação dos seres humanos à imagem de Deus
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Deus criou os seres humanos à sua imagem
 - B. Os cristãos têm várias concepções diferentes do que seja a imagem de Deus
 - C. Jesus Cristo é a perfeita imagem de Deus
 - D. Os cristãos estão sendo progressivamente restaurados à imagem de Cristo
 - E. A restauração completa da imagem divina aguarda a futura volta de Cristo
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Reduzir a imagem de Deus a alguma característica humana, à experiência de relacionar-se ou à atividade do domínio
 - B. Crer que a imagem seja de natureza puramente espiritual
 - C. Acreditar que a evolução consegue explicar totalmente a existência dos seres humanos e que estes não ocupam nenhuma posição especial em relação a outras criaturas, das quais evoluíram
 - D. Acreditar que Deus tenha empregado o mecanismo da evolução para desenvolver o mundo em geral, mas interveio para formar o primeiro ser humano à sua imagem
5. Aplicando a doutrina
 - A. Tratar todas as pessoas com respeito e condenar todas as formas de racismo, sexismo, preconceito social e etário
 - B. Refletir Deus como portador de sua imagem no mundo em que vivemos

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “image of God”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “image of God”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “imagem de Deus”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 22.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 22.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 5.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 21.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 21.

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 5.

_____. *Doutrina da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no*

caminho. cap. 12.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 11.

¹Richard Middleton, *The liberating image: the imago Dei in Genesis 1* (Grand Rapids: Brazos, 2005).

²John Calvin, *Institutes of the Christian religion*, edição de John T. McNeill, tradução para o inglês de Ford Lewis Battles, Library of Christian Classics (Philadelphia: Westminster, 1960), 1.1.1 (1:35) [edições em português: João Calvino, *As institutas*, tradução de Waldyr Carvalho Luz (São Paulo: Cultura Cristã, 2006), 4 vols.; *A instituição da religião cristã*, tradução de Carlos Eduardo Oliveira; José Carlos Estêvão (São Paulo: Ed. Unesp, 2008)].

NATUREZA HUMANA



RESUMO

A natureza dos seres humanos consiste em um aspecto material (o corpo) e de um aspecto imaterial (alma, espírito), unidos em uma só pessoa.

TEMAS PRINCIPAIS

- A natureza humana é complexa, consistindo de dois elementos: material e imaterial.
- Sendo complexa, a natureza humana é diferente da natureza simples de Deus e dos anjos.
- Existem duas ideias principais sobre a complexidade da natureza humana: a tricotomia e a dicotomia.
- As duas concepções são opostas ao monismo, a crença de que a natureza humana é simples, sendo apenas material.
- Durante esta existência terrena, os aspectos material e imaterial são inseparáveis; após a morte, o elemento material (o corpo) é descartado, enquanto a pessoa imaterial continua a existir; após a ressurreição, os dois aspectos serão reunidos e a pessoa existirá eternamente como uma unidade

material-imaterial.

- Há uma pequena divergência acerca da origem do elemento imaterial, sendo o criacionismo e o traducianismo posições opostas.
- O estado próprio dos seres humanos é a corporeidade.

PASSAGENS-CHAVE

Mateus 10.28; Lucas 1.46,47; 1Coríntios 15; 2Coríntios 5.1-9; 1Tessalonicenses 5.23

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Uma das perguntas que as pessoas mais fazem é: “O que é uma pessoa?”. A Escritura indica que o ser humano é uma realidade complexa que consiste em dois aspectos diferentes, embora intimamente relacionados: um elemento material, que é o aspecto físico, ou corpo, e um elemento imaterial, que é o aspecto espiritual, chamado de alma ou espírito (esses dois termos às vezes são diferenciados, veja abaixo). Essa natureza complexa significa que os seres humanos são fundamentalmente diferentes de Deus, cuja natureza é simples e imaterial e que está presente em todos os lugares. Significa também que os seres humanos são fundamentalmente diferentes dos anjos, cuja natureza é simples e imaterial, mas que são diferentes de Deus por não estarem em todo lugar ao mesmo tempo, mas, sim, localizados no espaço em cada intervalo de tempo.

Conquanto todos os cristãos concordem sobre o componente material da natureza humana (o corpo), há discordância sobre o componente imaterial. Essa discordância leva a duas concepções principais da complexidade da natureza humana: tricotomia e dicotomia. A *tricotomia* (lit., “divisão em três partes”) acredita que a natureza humana consiste em três aspectos: um elemento material, o corpo, e dois elementos imateriais, a alma e o espírito. A alma abrange o intelecto, as emoções e a vontade. O espírito é a capacidade de se relacionar com Deus, que é de natureza espiritual. A *dicotomia* (lit., “divisão em duas partes”) acredita que a natureza humana consiste em dois aspectos: um elemento material, o corpo, e um elemento imaterial, que é a alma ou espírito (sendo os dois termos sinônimos que designam o componente imaterial).

As duas concepções, que são versões do dualismo, rejeitam o monismo, a posição de que a natureza humana é simples, e não complexa. Se a natureza humana é só material, então a pessoa é completamente identificada com seu corpo, de modo que, após a morte, ela não mais existe — na verdade, não

pode mais existir. O monismo materialista acredita que as propriedades que costumavam ser consideradas a esfera da alma — consciência, racionalidade, moralidade, fé — são, em última análise, explicadas por processos físicos no cérebro e no sistema nervoso central. O monismo é contradito pela afirmação bíblica de que os crentes continuam a existir em um estado incorpóreo no céu, após a morte.

Essa última afirmação leva à consideração da natureza humana em suas diferentes fases. Durante esta existência terrena, os aspectos material e imaterial estão inseparavelmente unidos. Aliás, exatamente quais das várias capacidades — consciência, mente, emoções, vontade, senso moral, motivações, atividades — devem-se ao(s) elemento(s) imaterial(is) e quais devem-se ao elemento material é um mistério. Após a morte, o elemento material é descartado, e o corpo é geralmente enterrado ou cremado. A pessoa imaterial continua a existir no estado intermediário: o crente sem corpo no céu e o incrédulo sem corpo no tormento. Depois da ressurreição do corpo, os aspectos são reunidos: o crente com corpo físico, restaurado à sua unidade material-imaterial, no novo céu e na nova terra, e o incrédulo similarmente reconstituído, mas lançado no lago de fogo.

Embora a discordância sobre a origem do elemento imaterial da natureza humana tenha sido forte durante a maior parte da história da igreja, hoje ela constitui um problema menor. A teoria da *preexistência* da alma deve ser imediatamente descartada: Orígenes defendia que, antes de Deus criar este mundo material visível em que vivemos, ele criou um mundo invisível e espiritual, povoado por almas boas que, depois de caírem no pecado, são unidas aos corpos, tornando-se seres humanos. Isso não tem apoio bíblico. O *criacionismo* é a ideia de que Deus cria uma alma e depois a une a um corpo, que é gerado pelos pais por meio da procriação. O *traducionismo* é a ideia de que tanto a alma quanto o corpo são gerados por meio da procriação pelos pais.

Seguindo o projeto de Deus, e conforme demonstrado acima, o estado próprio dos seres humanos é a corporeidade. Nesta existência terrena e no estado eterno, os seres humanos são corpóreos. As pessoas são incorpóreas somente durante o estado intermediário, uma condição que se dá por causa do pecado e, portanto, um estado anormal.

A ideia de que a corporeidade é o estado normal da existência humana enfrentou inúmeras contestações ao longo da história da igreja. Por um lado, a igreja foi profundamente influenciada pela filosofia de Platão, expressa no gnosticismo, que opunha o aspecto material inerentemente mau, o corpo, ao aspecto imaterial inerentemente bom, a alma ou espírito. Essa noção resultou na depreciação do corpo. Essa depreciação manifestou-se no monasticismo e na promoção do ascetismo, tratamento severo do corpo que lhe negava prazeres físicos legítimos, como comida, bebida, sono e relações sexuais. Além disso, à medida que a imoralidade sexual se tornou desenfreada, o apreço da igreja pela humanidade de Jesus sofreu, a honra do casamento sofreu, e o clero,

que jurou celibato, sofreu.

Por outro lado, a igreja chamou a atenção para o fato de que a criação do mundo físico, que incluiu a formação de seres humanos como criaturas corpóreas, foi considerada por Deus como algo bom. Além disso, tanto a encarnação do Filho como o Deus-homem quanto sua ressurreição ressaltam a importância da corporeidade. Assim também fazem a futura ressurreição do corpo e a nova criação, a qual será um mundo fisicamente restaurado. Tudo isso contradisse a noção gnóstica da maldade inerente à existência material e enfatizou que a corporeidade é o estado que Deus designou para a existência humana.

Base bíblica

A Bíblia não faz nenhuma declaração direta sobre a natureza humana, de modo que as inferências sobre esse assunto são extraídas de vários textos. O apoio à complexidade da natureza humana é extraído da afirmação de Paulo sobre o estado intermediário (2Co 5.1-9). Ele diz que há dissolução física após a morte (“se/quando a tenda que é nossa casa terrena for destruída”; v. 1); assim, os crentes vêm a ser incorpóreos (“nus”, “despidos”; v. 3,4). No entanto, eles estão presentes com Cristo (“ausentes do corpo e presentes com o Senhor”; v. 8; cf. Fp 1.23). Somente alguma forma de dualismo — tricotomia ou dicotomia — que inclua alguma ideia da complexidade da natureza humana pode explicar a existência continuada após a morte em um estado incorpóreo no céu.

Em apoio à tricotomia, os proponentes usam o fato de que Paulo menciona três elementos em sua oração: “... e o vosso espírito, alma e corpo sejam mantidos plenamente irrepreensíveis para a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo” (1Ts 5.23). Outra passagem faz também uma distinção entre alma e espírito (Hb 4.12). Se acrescentarmos o corpo a esses dois elementos, teremos o apoio necessário para a tricotomia. Os proponentes da dicotomia apontam para a advertência de Jesus, que menciona dois elementos: “E não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma; pelo contrário, temei aquele que pode destruir no inferno tanto a alma como o corpo” (Mt 10.28). Paulo, da mesma forma, concentra-se em dois componentes — espírito e corpo (1Co 5.3,5). Os dicotomistas também defendem a permutabilidade de “alma” e “espírito” (Lc 1.46,47; compare Jo 12.27 com 13.21). Esses dois termos, sendo sinônimos, referem-se a um componente da natureza humana — o aspecto imaterial.

Principais erros

1. *A exaltação do aspecto imaterial da natureza humana acima do aspecto material, resultando em um menosprezo ou mesmo ódio ao corpo humano.* A igreja tem recursos, mencionados acima, para combater esse erro gnóstico, de modo que precisa recuperar o bom conceito acerca da criação e da corporeidade humana,

cultivando a esperança na ressurreição do corpo e na futura restauração do mundo físico.

2. *A negação do elemento imaterial da natureza humana, resultando na rejeição da doutrina tradicional da existência no estado intermediário após a morte.* Naturalmente, se a pessoa humana é apenas o seu corpo, ela não pode continuar a existir após a morte, que é a cessação do funcionamento de seu organismo físico. O monismo materialista é contestado pela afirmação bíblica do estado intermediário e pela doutrina da ressurreição.

3. *A confusão sobre identidade de gênero que ocorre atualmente, com a opção pelas cirurgias de “mudança de sexo”.* O distúrbio psicológico da disforia de gênero é um sentimento de confusão ou angústia em virtude da desconexão entre o sexo biológico de uma pessoa e sua identidade emocional: alguém cujo sexo biológico é masculino se sente mulher, ou vice-versa. A disforia de gênero pode levar ao transgênerismo ou à mudança física para o sexo oposto. Essa desordem e suas consequências vão contra a natureza humana criada por Deus. Como é um problema complexo, as pessoas que o experimentam precisam de cuidados compassivos da igreja, que deve apontar para a esperança do evangelho.

APLICANDO A DOUTRINA

Deus criou uma classe de seres que são imateriais por natureza: os anjos. Nós não somos anjos. Aliás, Deus criou outro conjunto de seres que são, por natureza, tanto materiais quanto imateriais — os seres humanos. Pelo desígnio divino, os seres humanos são seres encarnados — nesta vida terrena e no novo céu e na nova terra. Consequentemente, devemos aceitar nossa corporificação, não vendo nosso corpo como inerentemente mau ou como um obstáculo para a obra de Deus em nossa vida. Além disso, porque Deus criou a natureza humana como homem ou mulher, nosso gênero é um dado fundamental da vida que não pode ser rejeitado; ao contrário, deve ser bem aceito com ações de graças.

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **É estranho falar sobre seres humanos e a nossa natureza, porque nosso foco geralmente está em Deus, e não em nós.**
- **Que diferença faz, na prática, o modo como uma pessoa entende a natureza humana — tricotomia ou dicotomia?**
- **Se as maiores mentes da**

**igreja não foram capazes de
decidir entre tricotomia e
dicotomia, ou entre
criacionismo e
traducionismo, como é que
nós vamos chegar a uma
conclusão?**

- **Eu sempre odiei meu corpo e
o vi como a maior fonte de
pecado e o maior empecilho
na minha caminhada com
Deus; mas agora você está
dizendo algo diferente.**
- **Os homens que são mulheres
e as mulheres que são
homens devem ter um lugar
na nossa igreja?**

O que está em jogo nessa doutrina? A perspectiva correta sobre o que constitui uma pessoa humana. Somos uma unidade material-imaterial, ao contrário de Deus, ao contrário dos anjos. Somos sabiamente projetados para florescer como o povo de Deus na integridade de nosso corpo e alma — agora e na era vindoura.

ENSINANDO A DOUTRINA

Por dedicar-se (corretamente) a Deus e a seus atributos, a igreja raramente dá atenção à natureza humana. Um bom ponto de partida, portanto, é discutir a questão: “O que é uma pessoa humana?”. As respostas provavelmente incluirão termos-chave como “alma”, “espírito”, “corpo”, “masculino” e “feminino”. Certifique-se de que todos saibam o que essas palavras significam.

Uma atitude importante a ser observada é a depreciação do corpo. Declarações como: “Se eu pudesse me livrar desse meu corpo pecaminoso”; “Eu sinto que a carne dificulta meu relacionamento com Deus”; e “Mal posso esperar para chegar ao céu e ser verdadeiramente eu”, devem ser apresentadas para discutir o erro do gnosticismo e a afirmação bíblica da bondade da realidade material em geral e da corporeidade humana em particular. Preparem-se para enfrentar bastante resistência nessa questão, já que muitos cristãos depreciam seu corpo.

Por causa das duas concepções da natureza humana, é preciso explicar os conceitos de tricotomia e dicotomia. Essa discordância não é muito importante, portanto, evite uma divisão exagerada. Como os dois pontos de vista são formas de dualismo, essa posição deve ser defendida contra o monismo, que é contradito pelas Escrituras. Se o tempo permitir, uma breve apresentação sobre a origem da alma pode ser incluída, mas não deixe essa

questão dominar e se tornar um ponto de discordância importante. Além disso, traçando as três fases da natureza humana — a existência terrena, o estado intermediário e o estado após a ressurreição —, você pode enfatizar a propriedade da corporeidade humana.

As implicações éticas dessa doutrina devem ser apresentadas, com atenção particular para a confusão de gênero e o transgnerismo. Esse tópico deve ser abordado com sensibilidade e compaixão, mas também com firmeza.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. A pergunta: “O que é uma pessoa humana?”, e breve explicação
2. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A complexidade da natureza humana: material e imaterial
 - B. A complexidade da natureza humana: diferente da simplicidade da natureza divina e da natureza angélica
 - C. Duas posições sobre a complexidade da natureza humana: tricotomia e dicotomia
 - D. Uma advertência contra o monismo materialista
 - E. Os diferentes estágios da natureza humana
 - F. A origem da alma: criacionismo e traducianismo
 - G. A importância da corporeidade humana
3. Principais erros a serem evitados
 - A. A exaltação do aspecto imaterial da natureza humana acima do aspecto material, resultando em um menosprezo ou mesmo ódio ao corpo humano
 - B. A negação do elemento imaterial da natureza humana, resultando na rejeição da doutrina tradicional da existência no estado intermediário, após a morte
 - C. Ceder à confusão sobre a identidade de gênero, que leva algumas pessoas a optar por operações cirúrgicas de “mudança de sexo”
4. Aplicando a doutrina
 - A. Aceitar a corporeidade como o estado designado por Deus para os seres humanos
 - B. Aceitar nosso gênero como macho ou fêmea

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “dichotomy”, “human nature”, “monism”, “trichotomy”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “dichotomy”, “mankind, doctrine of”, “trichotomy”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “dicotomia”,

- “doutrina do homem”, “tricotomia”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 23.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 23.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 6.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 23.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 23.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 5.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 12.
- THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 11.

PECADO



RESUMO

Pecado é a falta de conformidade com a lei moral de Deus. Pecado original é o estado de todos os seres humanos ao nascerem, sendo sua natureza pecaminosa a raiz de todos os pecados concretos que violam a lei de Deus.

TEMAS PRINCIPAIS

- Pecado, como a falta de conformidade com a lei moral de Deus, aplica-se à natureza, às ações, às atitudes, às obras e às motivações de uma pessoa.
- Embora tenham sido criados num estado de bondade, Adão e Eva se rebelaram contra Deus e caíram em pecado.
- Pecado original é o estado de todas as pessoas quando nascem, proveniente do pecado de Adão.
- A natureza pecaminosa é a essência corrupta que caracteriza todos os seres humanos e que dá origem a todos os pecados praticados.
- Tentação não é pecado, e os atos pecaminosos têm naturezas variadas.
- As consequências do pecado impactam vários relacionamentos.
- Historicamente, a igreja viu a relação

PASSAGENS-CHAVE

Gênesis 3; 2Samuel 11 e 12; Salmos 51;
Isaías 1; Ezequiel 8; Oseias; Mateus
12.22,23; 23.1-39; Romanos 3.10-18,23;
5.12-21; 7.7-25; 1Coríntios 5; Tiago 1.13-15

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

A doutrina do pecado é apresentada nas Escrituras de Gênesis 3 a Apocalipse 19, e é experimentada em todas as esferas da criação — humana, angélica e natural. O caráter penetrante e perverso do pecado se manifesta de várias maneiras: *desobediência*, qualquer descumprimento da vontade de Deus; *falta de fé*, a falta de confiança em Deus e em sua provisão; *abominação*, qualquer crime hediondo que seja particularmente repreensível aos olhos de Deus; *transgressão*, uma violação de um mandamento divino ou proibição; *autonomia*, que é o ato de se colocar como a autoridade final, em lugar de Deus; *errar o alvo* (a noção mais comum de pecado no Novo Testamento), ou mirar intencionalmente fora do alvo para errar; *orgulho*, que é ter um conceito de si mesmo mais elevado do que convém; *rebelião*, uma revolta contra o desígnio de Deus; *indiferença* ou apatia em relação a Deus; *injustiça*, qualquer má-fé ou discriminação que faz com que os outros não recebam o respeito e o tratamento que lhes são devidos; *desesperança*, o abandono precipitado da confiança em Deus e em suas promessas.

De modo geral, o pecado é qualquer falta de conformidade com a lei moral de Deus. Essa desconformidade se aplica: (1) ao ser: natureza pecaminosa, ou tendência a pecar; (2) às ações: más ações, como idolatria e assassinato; (3) às atitudes: sentimentos errados, como inveja e orgulho; (4) às palavras: comunicações inadequadas, como fofoca e calúnia; e (5) às motivações: propósitos errados, como a autoglorificação e o desejo de agradar aos outros. Como Deus é soberano e santo, ele estabelece a lei moral como um reflexo de sua natureza justa, e o pecado é qualquer violação desta lei. Por exemplo, Deus sempre fala a verdade; então, mentir, que é contra a sua natureza, é proibido, mas as pessoas mentem e, assim, pecam.

Deus não criou o pecado. Pelo contrário, ele criou Adão e Eva em um estado de integridade, em que obedeciam e eram fiéis. Ainda assim, Deus determinou que o pecado entrasse no mundo por meio das escolhas morais (erradas) de suas criaturas. Os seres angélicos foram criados bons, mas Satanás e muitos outros caíram em pecado, antes que os seres humanos o fizessem. No jardim do Éden, Satanás apareceu como uma serpente e tentou Eva por meio do engano, e Adão se uniu a ela na rebelião contra a proibição divina de não

comer da árvore do conhecimento do bem e do mal. Esse pecado originário trouxe consequências terríveis para todo o resto da criação.

A consequência para a humanidade é o pecado original, o estado de todas as pessoas ao nascerem. Essa condição consiste em: (1) culpa original, a obrigação de sofrer condenação eterna (algumas igrejas negam esse elemento); e (2) corrupção original, a natureza pecaminosa ou a tendência ao mal. Essa natureza pecaminosa caracteriza todos os seres humanos, desde o momento de sua concepção, e é a fonte de todos os pecados praticados. Algumas igrejas detalham ainda mais essa corrupção como consistindo de: (2a) depravação total, significando que todos os aspectos da natureza humana estão infectados pelo pecado; e (2b) incapacidade total, referindo-se à ausência de bondade espiritual e a incapacidade de se reorientar, deixando o egocentrismo e voltando-se para Deus. O pecado original deriva do pecado originário de Adão por causa da solidariedade de todas as pessoas com Adão e sua desobediência.

Quanto à tentação e aos pecados reais, a tentação é qualquer incitação ao pecado que surge da natureza pecaminosa. A tentação em si não é pecado, mas levará ao pecado se não for freada. Por exemplo, um desejo legítimo de sucesso, manchado pelo pecado, leva um funcionário competente a caluniar os colegas e exagerar suas realizações para ser promovido no trabalho. O pecado atual pode ser caracterizado como (1) pecados de presunção (pecados intencionais, arrogantes) ou pecados de ignorância (não intencionais) e como (2) pecados de omissão (não fazer o que deveria ter feito) ou pecados de comissão (fazer o que não deveria ter feito).

As consequências do pecado afetam todos os relacionamentos e realidades. Como, em última análise, é contra Deus, o pecado causa afastamento de Deus, produz inimizade com ele e gera culpa diante dele. Seu impacto sobre a pessoa se manifesta em egocentrismo, autoilusão e escravidão. O pecado rompe relacionamentos, traz vergonha, estimula a competição, em vez da cooperação, e destrói a empatia. O impacto do pecado sobre a criação é visto nas dificuldades que enfrentamos no trabalho, nos desastres naturais, como furacões e maremotos, nas doenças humanas e nos problemas genéticos. O pecado é um assunto muito sério, com consequências devastadoras.

Historicamente, a igreja tem visto a solidariedade entre o pecado de Adão e o de toda a humanidade, que procede dele, de três maneiras:

(1) O pelagianismo, que deve seu nome ao monge britânico Pelágio (354-420/440), nega qualquer relação entre os dois. O pecado de Adão afetou apenas a ele: nenhuma culpa ou corrupção é transmitida aos seus descendentes. Na pior das hipóteses, o pecado de Adão dá um mau exemplo para as pessoas, todavia, cada um é responsável por seus próprios pecados.

(2) O agostinianismo e sua contrapartida posterior, a teologia luterana e reformada, opõem-se fortemente ao pelagianismo. Existe uma solidariedade entre Adão e a humanidade, de tal forma que o pecado dele afeta cada um de seus descendentes. Cada pessoa nasce em pecado original, que consiste tanto

na culpa diante de Deus quanto na corrupção de sua natureza. Todas as pessoas, portanto, estão condenadas e sujeitas ao castigo eterno, primeiro e antes de tudo porque o pecado de Adão é imputado a elas.

(3) O semipelagianismo sustenta que as pessoas não estão mortas no pecado, mas, sim, enfraquecidas por ele. Como os seres humanos têm livre-arbítrio, eles não são tão pecadores a ponto de não poderem cooperar com a graça divina para a salvação. Um desdobramento surgido anos mais tarde, (3a) o arminianismo, afirma a doutrina do pecado original, mas também acredita que os efeitos negativos do pecado original estão suspensos para todas as pessoas pela graça preveniente de Deus. Em um segundo desenvolvimento, (3b) o arminianismo wesleyano sustenta que o pecado original afeta todas as pessoas por causa de sua solidariedade com Adão, e isso inclui sujeição à morte eterna, depravação total e incapacidade total. No entanto, ele nega que as pessoas sejam condenadas apenas pelo pecado de Adão; algo mais é necessário. Os pecados reais são punidos por Deus. Além disso, o arminianismo wesleyano defende a ideia da graça preveniente, que remove as deficiências por causa da natureza humana corrupta.

Base bíblica

Embora a Escritura comece com a criação de um mundo bom e com pessoas íntegras que são a imagem de Deus, uma mudança para o pior acontece logo depois. A narrativa da Queda de Adão e Eva apresenta a tentação de Satanás e o ato de desobediência à proibição de Deus. A história agora arruinada continua com a proclamação do castigo divino imposto a Satanás, à mulher e ao homem, e também com o casal sendo banido do jardim (Gn 3).

De Gênesis 3 até Apocalipse 19, o domínio e a destruição do pecado são narrados, profetizados, confessados, proibidos por lei e, finalmente, por meio de Cristo, derrotados. As principais apresentações incluem o Dilúvio como julgamento de Deus contra um mundo saturado de pecado (Gn 6—9), a Torre de Babel como desobediência ao mandato divino (Gn 11), o pecado de Davi com Bate-Seba e sua confissão (2Sm 11 e 12; Sl 51), a constante desobediência de Israel, que insiste em quebrar a Lei mosaica e não trata com justiça os oprimidos (Is 1; Os), as abominações de Israel (Ez 8), o confronto de Jesus com os líderes religiosos hipócritas (Mt 23), a batalha para vencer o pecado que habita em nós (Rm 7) e o homem incestuoso de Corinto (1Co 5).

Aspectos particulares da doutrina são tratados: a universalidade do pecado (1Rs 8.46; Ec 7.20; Rm 3.10-18,23), a natureza da tentação (Tg 1.13-15), o pecado imperdoável (Mt 12.22-32) e a solidariedade entre o pecado de Adão e toda a humanidade (Rm 5.12-21).

Principais erros

1. *A negação de qualquer relação entre o pecado de Adão e a humanidade.* O pelagianismo foi combatido por líderes como Agostinho (que foi

contemporâneo de Pelágio) e condenado pela igreja como heresia.

2. *A moderna minimização ou até o repúdio do pecado pessoal, com o reconhecimento da culpa somente como pecado social sistêmico.* Um exemplo disso é o movimento do evangelho social. Embora reconhecer e combater o pecado sistêmico — expresso como racismo, preconceito social ou etário, sexismo e outros mais — seja correto e necessário, essa batalha não pode ser travada separadamente do reconhecimento do pecado pessoal e da necessidade de salvação.

3. *As muitas ideias de que a salvação do pecado pode ocorrer por meio de algo diferente do evangelho.* Os exemplos são muitos e incluem legalismo, moralismo, behaviorismo, abordagens terapêuticas e libertação social/econômica/política. Esses métodos não conseguem captar a natureza abrangente e devastadora do pecado, a impotência das pessoas para resolverem o problema e a exclusividade do evangelho como o poder de Deus para efetuar esse resgate.

APLICANDO A DOUTRINA

Os cristãos são fundamentalmente portadores da imagem de Deus. No entanto, por causa de sua associação com Adão e seu pecado, essa identidade básica está profundamente desfigurada: somos pecadores. Todos os tipos de pecados reais decorrem dessa natureza corrupta: palavras, atitudes, ações, motivações e muito mais. A perversidade e a disseminação do pecado são uma realidade trágica e sombria.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Qual é a posição da nossa igreja sobre o pecado original — pelagianismo, semipelagianismo, agostiniana-reformada, arminianismo, arminianismo wesleyano ou outra — e por que a defendemos?**
- **O que as diferentes concepções do pecado original sugerem em relação a abortos espontâneos, natimortos e bebês que morrem?**
- **Se a nossa posição é a agostiniana-reformada-, como nos sentimos por**

sermos culpados diante de Deus e passíveis de sofrer condenação por causa de nossa solidariedade com o pecado de Adão?

- **Sinto que nossa igreja não aborda as dimensões sociais do pecado como deveria.**
- **Sinto que nossa igreja dá uma importância exagerada às dimensões sociais do pecado.**

O que está em jogo nessa doutrina? Encarar a realidade da culpa humana e da queda em um nível tão profundo que o evangelho brilhe mais intensamente do que o pecado e, assim, se torne a única esperança de salvação.

ENSINANDO A DOUTRINA

Ao ensinar essa doutrina, esteja preparado para uma boa dose de desconforto; o pecado não é um assunto agradável. Ainda assim, é bom encorajar as pessoas a expressarem suas próprias lutas contra o pecado e suas preocupações sobre os pecados da igreja. É importante não ceder à tendência de passar correndo por essa doutrina para chegar logo ao evangelho. Para encorajar a confissão e o verdadeiro arrependimento do pecado, precisamos entender e confrontar seu profundo entrincheiramento.

Ao mesmo tempo, evite enfatizar demais essa doutrina, a ponto de as pessoas se concentrarem no pecado, em vez de focarem o evangelho. Apesar de sermos atolados em pecados, culpados diante de Deus e corrompidos em essência, nossa natureza pecaminosa não é nossa identidade fundamental. Nossa realidade original é a de sermos portadores da imagem de Deus. A salvação do pecado, portanto, não envolve tornar-se centrado nele, mas centrado no evangelho, pois somente Cristo pode resgatar do pecado e nos restaurar à sua imagem.

A questão da relação entre o pecado de Adão e nós, como seus descendentes, pode ser bastante controversa (Rm 5.12-21). É importante apresentar de maneira justa as várias posições, assim como defender a concepção adotada pela igreja. Se esse ponto de vista é a posição agostiniana/reformada, uma questão importante a defender é a justiça de sermos considerados culpados, e, portanto, condenados, não por causa de nossos próprios pecados reais (embora essa seja outra razão), mas, primeiro e antes de tudo, por nossa responsabilidade solidária com Adão e sua desobediência pecaminosa.

A dimensão social do pecado não deve ser negligenciada nem enfatizada demais. O pecado é de fato uma questão pessoal, afetando todos os aspectos

da natureza humana. Mas a natureza humana pecaminosa se expressa por meio da construção de sistemas políticos, educacionais, econômicos, legais e sociais que funcionam pecaminosamente, chegando a ponto de engolfar as pessoas que querem escapar deles.

Finalmente, é bom ter em mente que os participantes tenderão a tentar explicar o pecado. Eles vão especular por que Adão e Eva abandonaram tudo e pecaram. Certifique-se de ressaltar esta verdade: o pecado é irracional. Não podemos ter a ousadia de pensar que deciframos o enigma ou que podemos resolver o mistério do pecado. Não temos condições de explicar o pecado.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Encorajamento para enfrentar honestamente o pecado e resumo
2. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Definição de pecado
 - B. Origem do pecado
 - C. O pecado original e suas várias concepções
 - D. Natureza pecaminosa, tentação e pecados reais
 - E. Consequências do pecado
3. Principais erros a serem evitados
 - A. Negar qualquer relação entre o pecado de Adão e a humanidade
 - B. Minimizar ou negar o pecado pessoal, jogando toda a culpa no pecado social sistêmico
 - C. Acreditar que a salvação do pecado pode ocorrer por meio de outra coisa que não seja o evangelho
4. Aplicando a doutrina
 - A. Encarar a realidade da culpa e da pecaminosidade humana
 - B. Crer no evangelho como nossa única esperança de salvação do pecado

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “original sin”, “sin”, “sin nature”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “sin”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “pecado”.

ERICKSON. *Christian theology*. caps. 25-29.

_____. *Teologia sistemática*. caps. 25-29.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 7.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 24.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 24

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 6.

_____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 13.



A PESSOA DO FILHO DE DEUS



RESUMO

O Filho de Deus é a segunda Pessoa da Trindade, igual ao Pai e ao Espírito Santo. Na encarnação, ele assumiu a natureza humana e se tornou o Deus-homem, uma Pessoa com duas naturezas.

TEMAS PRINCIPAIS

- O Filho de Deus é a segunda Pessoa da Trindade, compartilhando a natureza divina única.
- Sendo totalmente Deus, o Filho é igual ao Pai e ao Espírito Santo em natureza, poder e glória, mas é distinto deles no que diz respeito à sua relação eterna e às funções que desempenha.
- Há dois mil anos, o eterno Filho de Deus tornou-se encarnado, assumindo uma natureza humana plena, e se tornou o Deus-homem, Jesus Cristo.
- Pela união hipostática, ele é totalmente Deus e totalmente homem, duas naturezas unidas em uma única Pessoa.
- Essa cristologia clássica contraria várias heresias, tanto antigas quanto

modernas.

- O Filho é digno de adoração, obediência, confiança e serviço.

PASSAGENS-CHAVE

Filipenses 2.5-11; Colossenses 1.15-20;
1Timóteo 3.16; Tito 2.13; 1João 4.1-3

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

O Filho de Deus é a segunda Pessoa da Trindade, existindo eternamente em conjunto com o Pai e o Espírito Santo, na única Divindade. Ele é totalmente Deus, assim como o Pai e o Espírito, possuindo os mesmos atributos de independência, imutabilidade, onipresença, onipotência, onisciência, santidade, amor e muito mais. Os três compartilham a essência divina. Assim, o Filho é totalmente Deus, coigual ao Pai e ao Espírito Santo.

O Filho é uma Pessoa distinta do Pai e do Espírito, diferente deles por sua relação eterna particular e seus papéis particulares. No que diz respeito à relação, o Filho é eternamente gerado pelo Pai. Geração eterna não significa que o Pai criou o Filho. Também não significa que o Pai lhe dá sua divindade, já que o Filho é Deus em si mesmo. Em vez disso, a geração eterna significa que o Pai lhe concede sua vida de filiação ou Pessoa-do-Filho. Assim, ele é distinto do Pai. Ele também é distinto do Espírito, que eternamente procede do Pai e do Filho.

Outra distinção entre os três diz respeito aos papéis que desempenham. Embora o Pai, o Filho e o Espírito operem juntos e inseparavelmente, o Filho se envolve em ministérios específicos. Esse tema é tratado no capítulo 20, “A obra do Filho de Deus”.

Há dois mil anos, o Filho de Deus eternamente existente e plenamente divino assumiu uma natureza totalmente humana. Essa encarnação foi uma união hipostática, a união das duas naturezas em uma única Pessoa (gr., *hypostasis*), Jesus Cristo.

Especificamente, o Filho preexistente tornou-se encarnado assumindo uma natureza humana completa — tanto o aspecto material (corpo) quanto o imaterial (alma). O homem Jesus não tinha existência anterior à encarnação. Ele era *anipostático*: sem existência pessoal. O Filho não se uniu a um ser humano já existente. Pelo contrário, a natureza humana existe na pessoa divina. Ela é *enipostática*: existe no Filho de Deus. O Filho assumiu uma natureza totalmente humana: corpo e alma. Na encarnação, o Filho tornou-se e permanece para sempre o Deus-homem.

Foi a igreja primitiva que desenvolveu essa cristologia clássica, lidando diretamente com numerosos desvios doutrinários, tanto em relação à

divindade plena de Cristo quanto à sua plena humanidade. A mais alta expressão da cristologia clássica é o Credo de Calcedônia:

Nosso Senhor Jesus Cristo é completo em divindade e completo em humanidade, verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, consistindo também de uma alma racional e um corpo. Ele é da mesma substância [*homoousios*] que o Pai, no que diz respeito à sua divindade, e, ao mesmo tempo, da mesma substância que nós [seres humanos], em relação à sua humanidade; ele é como nós em todos os aspectos, exceto o pecado. No que diz respeito à sua divindade, ele é gerado do Pai, antes dos tempos. Contudo, no que diz respeito à sua humanidade, ele foi gerado, para nós e para nossa salvação, da Virgem Maria, a portadora de Deus [*theotokos*]. Ele é ao mesmo tempo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, reconhecido em duas naturezas, sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação. A distinção de naturezas não foi de forma alguma anulada pela união. Ao contrário, as características de cada natureza foram preservadas e uniram-se para formar uma Pessoa e subsistência [*hypostasis*], não divididas ou separadas em duas Pessoas, mas em um único Filho, o Unigênito, a Palavra de Deus, o Senhor Jesus Cristo.¹

O Credo de Calcedônia contesta vários erros, tanto antigos quanto modernos.

O *docetismo* negava a humanidade do Filho na encarnação. Seus dois principais pilares são: (1) Jesus Cristo apenas parecia (gr., *dokeō*) homem; (2) na verdade, era um espírito aparecendo como ser humano.

O *arianismo* negava a divindade do Filho. Seus principais dogmas são: (1) Deus criou um Filho como o primeiro e mais importante de todos os seres criados. (2) Por seu intermédio, Deus criou todo o resto, mas o Filho é um ser criado. (3) O Filho não é eterno, o que significa que ele é *heteroousios*, de uma natureza diferente, e não *homoousios*, da mesma natureza do Pai.

O *apolinarismo* negava a plena humanidade do Filho encarnado. Seus dois princípios fundamentais são: (1) ao assumir a natureza humana, a Palavra de Deus só se uniu com a “carne” (Jo 1.14); e (2) a natureza humana de Cristo consistia apenas de um corpo humano, mas não de uma alma humana, que foi substituída pela Palavra divina.

O *nestorianismo* negava a união hipostática, ou seja, que o Cristo encarnado tem duas naturezas unidas em uma Pessoa. Seus dois pilares são: (1) na encarnação, duas Pessoas distintas — uma divina, uma humana — trabalharam em conjunto; (2) isso é verdade porque a união entre o divino e o humano envolveria uma mudança em Deus, o que é impossível.

O *eutiquianismo* também negava a união hipostática, e o fazia de duas maneiras. O principal dogma de uma dessas maneiras é que a natureza divina quase absorveu a natureza humana de Cristo, o que significa que sua natureza única é DIVINAHumana. Em sua segunda forma, o eutiquianismo sustenta que as naturezas divina e humana se fundiram, o que significa que a natureza única

de Cristo é $\delta\eta\iota\upsilon\omicron\mu\acute{\iota}\alpha\eta\eta\alpha$.

O *quenotismo*, uma heresia moderna, negou a plena divindade do Filho na encarnação. O termo é derivado do verbo grego *kenoō*, que aparece em Filipenses 2.7: o Filho “esvaziou a si mesmo”. Os principais dogmas do quenotismo são: (1) na encarnação, o Filho de Deus não se desfez de seus atributos divinos essenciais, mas só dos atributos que estão relacionados com sua atividade no mundo: onisciência, onipresença e onipotência. (2) Após a sua exaltação, o Filho novamente recuperou esses atributos.

Base bíblica

O Filho de Deus existe eternamente. Assim, a encarnação não é o começo de sua existência. Pelo contrário, ele é o Filho de Deus, eternamente gerado pelo Pai. Jesus afirmou a sua geração eterna:2 “Pois assim como o Pai tem vida em si mesmo, assim também concedeu ao Filho ter vida em si mesmo” (Jo 5.26). O Pai gera eternamente a segunda Pessoa, a quem concede a Pessoa-do-Filho, ou a vida filial (cf. 1Jo 5.18).

A Escritura afirma a preexistência do Filho (antes de sua encarnação): “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (Jo 1.1). Quando Deus criou o Universo (“no princípio”, uma reminiscência de Gn 1.1), o Verbo já existia, distinto de Deus e num relacionamento com ele. Além disso, esse Verbo era ele mesmo Deus. Aliás, foi por meio dele que o mundo foi criado (Jo 1.3; cf. Cl 1.15-20). Foi essa Palavra preexistente que se tornou carne — assumiu a natureza humana — na encarnação (Jo 1.14).

Consequentemente, na encarnação, o Filho eterno, “existindo em forma de Deus”, recusou-se a manter egoisticamente seu status de “igual a Deus”. Em vez disso, ele “esvaziou a si mesmo”, não cedendo ou sufocando atributos divinos como onipotência, onipresença e onisciência, mas “assumindo a forma de servo”, tornando-se um ser real e plenamente humano (Fp 2.5-7). Como Gregório de Nazianzo explicou, permanecendo o que ele era (isto é, totalmente Deus), o Filho tornou-se o que ele não era (isto é, um ser totalmente humano).3

A Escritura apoia a plena divindade do Filho: (1) seus títulos divinos demonstram que ele é Deus. Ele é o *Filho de Deus* (Mc 1.9-11; Jo 3.16) e *Senhor* (At 2.36). (2) As referências bíblicas que se dirigem a ele como Deus apoiam sua divindade, já que ele é chamado de “nosso grande Deus e Salvador, Cristo Jesus” (Tt 2.13; 2Pe 1.1; cf. Hb 1.8). (3) Sua natureza é divina: “Ele é o resplendor da glória de Deus e a representação exata de sua natureza” (Hb 1.3; cf. Fp 2.6). Aliás, Jesus afirma: “Eu e o Pai somos um” (Jo 10.30), de modo que “quem vê a mim vê o Pai” (Jo 14.8,9).

(4) Ele exhibe atributos divinos como onipresença (Mt 28.20), onisciência (Mt 26.20-25,30-35; Jo 2.25; 18.4) e autoridade (Mt 28.18). (5) Ele executa atividades divinas, tais como criar (Jo 1.3; Cl 1.16), sustentar (Cl 1.17), julgar (Jo 5.22,27; At 17.31), perdoar pecados (Mc 2.10) e conceder a vida eterna (Jo 5.21; 10.28). (6) Seus milagres demonstraram que ele era o divino Filho

de Deus (Jo 20.30,31 e os sete “sinais” em João: transformar água em vinho, 2.1-11; curar o filho do oficial, 4.46-54; curar o inválido, 5.1-15; alimentar os cinco mil, 6.5-14; andar sobre as águas, 6.16-24; curar o cego, 9.1-7; e ressuscitar Lázaro, 11.1-45).

Esses pontos ressaltam a plena divindade do Filho de Deus (Jo 20.28).

A Escritura apoia a plena humanidade do Filho encarnado: (1) Jesus nasceu como qualquer outro ser humano (Lc 2.1-7). (2) Cresceu e amadureceu como qualquer pessoa (Lc 2.40,51,52). (3) Tinha necessidades físicas normais, como comer, beber, descansar e dormir. (4) Expressou emoções humanas comuns como amor, admiração, alegria, compaixão e ira. (5) Desfrutou de relacionamentos característicos dos seres humanos. Por exemplo, João era o “discípulo a quem Jesus amava” (Jo 21.7,20), um dos três amigos mais próximos de Jesus (Pedro, Tiago e João; Mc 5.37; 9.2; 14.33). Jesus passou três anos de ministério com os Doze (Mt 10.1-4) e teve amizades próximas com mulheres (Lc 8.1,2), incluindo Maria e Marta (Jo 11.1-41). E era “amigo de publicanos e pecadores” (Mt 11.19; cf. 9.10,11). (6) Sofreu e morreu como qualquer outro ser humano (Jo 19.34).

Esses pontos ressaltam a plena humanidade do Filho de Deus encarnado (1Tm 3.16).

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Alguns dizem que Jesus Cristo nunca existiu.**
- **Como Jesus podia ser totalmente Deus e dizer que não sabia o tempo de sua própria volta (Mc 13.32)?**
- **Quando Jesus diz que é menor que Deus (Jo 14.28), ele não está negando que seja Deus?**
- **A geração eterna significa que o Filho é inferior ao Pai?**
- **Por que é importante que Jesus seja, ao mesmo tempo, totalmente Deus e totalmente homem?**

A união hipostática também encontra apoio bíblico. (1) O nascimento virginal (ou concepção) uniu o Filho eterno com uma natureza humana (Lc 1.26-35; Mt 1.18-25). (2) Suas genealogias remontam a Abraão (Mt 1.1) e a Deus (Lc 3.38). (3) Como o Filho encarnado, ele enfrentou tentações (4.1-12)

e aprendeu a obediência para se tornar a perfeita fonte de salvação (Hb 5.8,9). (4) Para ser ortodoxo, é preciso confessar que o Filho de Deus se encarnou em Jesus Cristo (1Jo 4.1-3).

Principais erros

1. *A negação da divindade (total) do Filho (arianismo, quenotismo)*. Essa posição não consegue explicar as passagens que afirmam que o Filho é Deus.

2. *A negação da humanidade (total) do Filho (docetismo, apolinarismo)*. Essa posição não consegue explicar as passagens que afirmam que o Filho assumiu uma natureza completamente humana.

3. *A negação da união hipostática (nestorianismo, eutiquianismo)*. Essa posição não mantém unidas as afirmações bíblicas da divindade e da humanidade de Cristo.

APLICANDO A DOUTRINA

Visto que o Filho de Deus é a totalmente divina segunda Pessoa da Trindade, ele é adorado juntamente com o Pai e o Espírito Santo. Assim como eles, o Filho é digno de honra, gratidão, obediência, confiança e serviço.

O que está em jogo nessa doutrina? Nossa salvação! O Deus-homem, enviado pelo Pai para realizar a salvação, é o único mediador entre Deus e os portadores de sua imagem que estão perdidos. Somente ele, como o Filho totalmente divino, poderia pagar a penalidade infinita pelo pecado. Somente ele, como o Filho totalmente humano encarnado, poderia ser o substituto perfeito para os seres humanos pecadores. Ele, e somente ele, é o Salvador em quem o povo de Deus confia para sua salvação. E, por intermédio do Filho, nós desfrutamos de um relacionamento pessoal com o Deus vivo!

ENSINANDO A DOUTRINA

Um bom ponto de partida é a pergunta que Jesus faz a seus discípulos: “Quem os homens dizem ser o Filho do homem?” (Mt 16.13). Peça aos participantes para pensarem nas respostas que poderiam ser dadas por um ateu, um judeu, um muçulmano, um cristão liberal e muito mais. Continue com a segunda pergunta de Jesus aos discípulos: “Mas vós, quem dizeis que eu sou?” (Mt 16.15). Peça às pessoas que expliquem suas respostas.

Embora a eterna geração do Filho pelo Pai possa ser difícil de ensinar, é importante que a ideia básica seja apresentada, uma vez que essa relação eterna distingue as duas Pessoas. O apoio bíblico tanto para a plena divindade quanto para a plena humanidade do Deus-homem, juntamente com a união hipostática, é crucial para entender a natureza da encarnação e preparar os participantes para responderem às perguntas sobre a Pessoa do Filho, tanto as dos críticos quanto as dos que estão buscando.

1. Breve explicação sobre a Pessoa do Filho de Deus
2. Quem as pessoas dizem que Jesus Cristo é? E vocês, o que dizem?
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A eterna geração do Filho
 - B. A divindade do Filho
 - C. A humanidade do Filho
 - D. A união hipostática
 - E. A reverência apropriada que devemos ter em relação ao Filho
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Negar a (plena) divindade do Filho
 - B. Negar a (plena) humanidade do Filho
 - C. Negar a união hipostática
5. Aplicando a doutrina
 - A. Adorar o Filho de Deus
 - B. Confiar na total divindade e total humanidade do Filho de Deus para a nossa salvação

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “hypostatic union”, “Jesus Christ, deity of”, “Jesus Christ, humanity of”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “Jesus Christ”, “states of Jesus Christ”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Jesus Cristo”, “estados de Jesus Cristo”.
- ERICKSON. *Christian theology*. caps. 30-34.
- _____. *Teologia sistemática*. caps. 30-34.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. caps. 9-11.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 26.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 26.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 7.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 14.
- THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 8.

¹Traduzi o Credo de Calcedônia numa linguagem mais clara para o leitor de hoje.

²Essa terminologia é bem precisa e técnica, motivada pelo cuidado de não dizer nada de errado ou herético. O termo *geração eterna* (GE) busca designar o relacionamento do Pai com o Filho, pelo qual a Primeira Pessoa e a Segunda Pessoa são eternamente distintas uma da outra. O Pai não é gerado, mas o termo GE significa que o Filho é eternamente gerado, ou seja, (1) não é criado, (2) não toma a deidade

do Pai por empréstimo e (3) não emana do Pai. O termo GE também não tem nenhuma relação com Jesus (4) ter sido enviado e (5) ter vindo por vontade própria, eventos que aconteceram cerca de 2.000 anos atrás por causa da GE. Mas a encarnação e a obra salvífica do Filho — frutos de (4) e (5) acima — fazem parte de sua missão, não de sua GE.

³Gregory of Nazianzus, *Letters* 102, in: de Philip Schaff; Henry Wace, orgs., *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the Christian church*, reimpr., tradução para o inglês de Charles G. Browne; James E. Swallow (Grand Rapids: Eerdmans, 1983), série 2, vol. 7: *Cyril of Jerusalem, Gregory of Nazianzen*, p. 443-5; cf. Gregory of Nazianzus, *Orations* 29.19, in: Schaff; Wace, orgs., *Cyril of Jerusalem*, p. 308.

OS OFÍCIOS DO FILHO DE DEUS



RESUMO

Os ofícios do Filho de Deus são sua tríplice obra de salvação como Profeta, Sacerdote e Rei.

TEMAS PRINCIPAIS

- O termo técnico para essa doutrina é *munus triplex*, a tríplice função de Cristo.
- Deus estabeleceu três ofícios em Israel: profeta, sacerdote e rei.
- Desempenhados por diferentes pessoas, esses três ofícios caracterizavam três tipos de trabalho diferentes.
- O Antigo Testamento previa a vinda daquele que seria Profeta, Sacerdote e Rei, unificando os três ofícios.
- O Filho de Deus realiza essa expectativa do Antigo Testamento.
- Como Profeta, ele revela Deus e seus caminhos.
- Como Sacerdote, ele é o mediador entre Deus e seu povo.
- Como Rei, ele governa toda a criação, incluindo a humanidade.

Deuteronômio 17.14-20; 18.15-18; Salmos 89.28-35; 110.1-4; Lucas 1.32,35; Atos 3.22-24; 13.22,23,33; Romanos 1.3,4; Efésios 1.19-23; Hebreus 7-10

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Em geral, as pessoas veem a obra salvadora de Jesus Cristo em referência a seu sacrifício na cruz e sua ressurreição. Embora esses fossem certamente os focos de sua missão, a obra de Cristo não pode ser limitada a eles. O *munus triplex*, ou tríplice ofício de Cristo, ressalta a natureza multifacetada de sua obra de salvação.

Deus estabeleceu três ofícios em Israel: profeta, sacerdote e rei. Eram ofícios distintos, exercidos por pessoas diferentes, e caracterizavam diferentes papéis. Ao falarem as palavras de Deus por meio do Espírito Santo, os profetas entregavam revelação divina, fazendo com que Deus e seus caminhos fossem conhecidos por seu povo. Como mediadores entre Deus e seu povo, os sacerdotes ofereciam sacrifícios para expiar os pecados do povo e intercediam por eles diante de Deus. Como representantes de Deus, os reis governavam o povo de Deus.

Os três papéis distintos de profeta, sacerdote e rei eram desempenhados por três tipos de pessoas diferentes. É importante notar que o Antigo Testamento profetizou a vinda de Alguém que desempenharia os três ofícios juntos. Ele seria Profeta, Sacerdote e Rei, desenvolvendo o trabalho de todos os três ofícios.

O Filho de Deus cumpriu essa profecia. Unificando os três ofícios e fazendo o trabalho dos três, Jesus é Profeta, Sacerdote e Rei.

Base bíblica

As informações do Antigo Testamento são extensas. O ofício de profeta é mencionado em Isaías, em Jeremias e nos outros profetas (2Pe 1.19-21). Mensagens proféticas expuseram a pecaminosidade do povo de Deus (Is 1), retrataram o julgamento futuro (Is 3), revelaram uma direção específica (Is 6.8-13), anunciaram a vinda do Messias (Is 9.1-7) e muito mais.

O ofício de sacerdote é mais claramente associado ao sumo sacerdote, que uma vez por ano, no Dia da Expição, ofereceria sacrifícios para perdão dos pecados do povo (Lv 16). Havia muitos outros sacerdotes que também ofereciam sacrifícios pelos pecados. Esses sacrifícios, embora prescritos por Deus, não podiam salvar aqueles por quem eram oferecidos. Em vez disso, “nesses sacrifícios há lembrança dos pecados a cada ano. Pois é impossível que o sangue de touros e de bodes retire pecados” (Hb 10.3,4; cf. v. 11). Outra

responsabilidade sacerdotal era a oferta de orações em favor do povo de Deus. Em particular, as orações sacerdotais eram bênçãos em nome do Senhor (Nm 6.24-26; Dt 21.5; 1Cr 23.13).

O ofício de rei começou com Saul, continuou com Davi e Salomão e, depois se dividiu entre dois reinos. Antes de sua inauguração, no entanto, Deus havia feito preparativos para providenciar um rei para seu povo. A principal responsabilidade do rei era copiar, ler diariamente e obedecer às Escrituras (Dt 17.14-20). Nenhum dos reis de Israel conseguiu corresponder a essas expectativas.

O Antigo Testamento previu a vinda de Alguém que seria profeta, sacerdote e rei, unificando os três ofícios. Moisés profetizou a vinda de um futuro profeta como ele: “O SENHOR, teu Deus, levantará para ti um profeta semelhante a mim [...] Então o SENHOR me disse: [...] eu lhe porei na boca as minhas palavras, e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar” (Dt 18.15-18).

O Antigo Testamento também sugeria a vinda de um sacerdote diferente dos que o antecederam: “E levantarei para mim um sacerdote fiel, que fará segundo o que está no meu coração e na minha mente” (1Sm 2.35). Aquele que viria seria rei — sentado à direita do Senhor, dominando seus inimigos (Sl 110.1,2) — e “sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque” (Sl 110.4).

O Antigo Testamento apresentava a expectativa de um Rei “Davídico”, da linhagem de Davi, de Salomão e dos reis que os seguiram. Seu reino seria eterno. Significativamente, ele seria um filho fiel de Deus (2Sm 7; Sl 89.28-35). Outras profecias o apresentaram como “um Renovo justo” de Davi (Jr 23.5,6; cf. 30.9), cujo local de nascimento seria humilde (Mq 5.2) e cuja entrada em Jerusalém seria triunfante (Zc 9.9).

O Novo Testamento afirma que Jesus é Aquele que haveria de vir. Ele era profeta, reconhecido como tal por pessoas como a mulher samaritana (Jo 4.19) e o cego (Jo 9.17). De fato, havia uma vaga impressão de que Jesus era “algum dos profetas” (Mt 16.14). Citando Deuteronômio 18.15, Pedro identificou Jesus como o esperado profeta semelhante a Moisés (At 3.22-24).

Assim como os profetas antigos, Jesus falava ao povo as palavras de Deus: “Ouvistes que foi dito [...] Eu, porém, vos digo...” (Mt 5.21,22,27,28,31-34,38,39,43,44). Assim, ele se estabeleceu como o intérprete abalizado da revelação do Antigo Testamento e aquele que transmitia a nova revelação. Como foco principal de seu ministério, Jesus pregou o evangelho (Mt 4.17,23; Mc 1.15-17; Lc 4.43).

Além de revelar as palavras de Deus, Jesus, como Profeta, revelou as obras de Deus: “As obras que o Pai me concedeu realizar [são] as mesmas obras que realizo” (Jo 5.36). As obras de Jesus revelaram as obras do Pai.

Além da revelação das palavras de Deus e das obras de Deus, Jesus, como profeta, revelou o próprio Deus. Ao seu amigo Filipe, Jesus explicou: “Quem vê a mim vê o Pai” (Jo 14.9). De fato, o Filho encarnado é “a representação exata da sua [de Deus] natureza” (Hb 1.3).

Assim, Jesus é profeta, falando as palavras de Deus, manifestando as obras de Deus e, por ser o próprio Deus, revelando Deus ao seu povo.

O Novo Testamento apresenta Jesus como Sacerdote. Ele é “sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque” (Hb 5.6; 6.20; 7.3,17,21), em cumprimento da profecia (Sl 110.4). Em particular, Jesus é o Sumo Sacerdote, embora significativamente diferente dos sumos sacerdotes que o precederam. Um dos principais pontos que o faziam diferente dos outros era a sua impecabilidade. Como Sumo Sacerdote, ele era “santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores [...]. Não precisava oferecer sacrifícios a cada dia, como aqueles sumos sacerdotes, primeiramente por seus próprios pecados e depois pelos do povo” (Hb 7.26,27).

Uma segunda diferença é a natureza de sua oferta. “Mas Cristo, vindo como sumo sacerdote [...], entrou de uma vez por todas no Lugar Santíssimo, não por meio do sangue de bodes e novilhos, mas por seu próprio sangue” (Hb 9.11,12). Excepcionalmente, como o sacrificador, ele sacrificou a si mesmo. Terceiro, Cristo e seu sacrifício único na cruz contrastam com os sacerdotes e seus repetitivos sacrifícios: “Mas, ao oferecer de uma só vez um único sacrifício pelos pecados, Cristo se assentou à direita de Deus” (Hb 10.12-14).

Jesus também foi um Sacerdote que orou pelo povo de Deus. Sua Oração Sacerdotal é um exemplo (Jo 17). Jesus, o eterno Sumo Sacerdote, continua exercendo seu ministério de oração (Hb 7.24,25; cf. Rm 8.34). Em sua Oração Sacerdotal, Jesus também abençoa seu povo, particularmente os pobres de espírito, os humildes, os misericordiosos e outros (Mt 5.1-12).

Assim, Jesus é Sacerdote, oferecendo o sacrifício supremo e orando pelo povo de Deus.

O Novo Testamento afirma Jesus como Rei. Herodes temia que o recém-nascido Jesus fosse “rei dos judeus” (Mt 2.1-8), nascido em Belém de acordo com a profecia de Miqueias (Mt 2.5,6; Mq 5.2). A entrada triunfal de Jesus como Rei também foi cumprimento de profecia (Mt 21.1-11; Zc 9.9). Na morte de Jesus, a acusação contra ele foi: “Este é Jesus, o Rei dos Judeus” (Mt 27.37).

Além disso, Jesus era o Rei “Davídico”, cuja vinda já era esperada havia muito tempo. Ele era o filho de Davi (Mt 1.1; 9.27; Jo 7.42; At 13.22,23). Ele era o Filho de Deus (Mc 1.1; Lc 3.38; Mt 16.16). O Novo Testamento junta essas duas identidades (Lc 1.32,35; At 13.22,23,33; Rm 1.3,4).

O governo régio de Jesus está especialmente associado à sua exaltada posição celestial. Como líder cósmico, Cristo é rei sobre toda a criação em geral e sobre a igreja em particular (Ef 1.19-23). Em seu retorno, o Cordeiro conquistador aparecerá em glória como “Senhor dos senhores e Rei dos reis” (Ap 17.14).

Assim, Jesus é Rei, governando toda a criação e particularmente o povo de Deus.

1. *Uma completa omissão do tríplice ofício.* Embora não seja uma doutrina principal ou mesmo o ponto central do evangelho (que é a morte e ressurreição de Cristo), ela tem forte apoio bíblico e merece ser estudada.

2. *Confundi-la com a forma pela qual outras religiões veem a Cristo.* Por exemplo, os muçulmanos afirmam que Jesus é um grande profeta. Mas a doutrina cristã de Cristo como Profeta está muito distante da concepção islâmica e não deve ser confundida com ela.

3. *A ideia de que essa doutrina diminui a divindade de Cristo.* Como os profetas, os sacerdotes e os reis eram seres humanos, afirmar que Cristo é Profeta, Sacerdote e régioi pode parecer enfatizar a sua obra como ser humano a ponto de ofuscar sua divindade. Mas essa doutrina não pretende esgotar a discussão sobre Cristo. Em vez disso, ela se concentra em alguns aspectos de sua obra, que ele realizou, não como um mero ser humano, mas como o Deus-homem.

APLICANDO A DOUTRINA

Essa doutrina destaca importantes aspectos da Pessoa e da obra do Filho de Deus. A Escritura, que é nossa autoridade máxima, dirige-nos para ele, a Palavra final, por meio de quem o Pai falou (Hb 1.1,2). O Filho revela as palavras, as obras e o próprio ser de Deus. Nós nos alegramos em conhecê-lo e nos dedicamos a ouvir diariamente Aquele que é Profeta.

O Filho intercede eternamente por nós. Ele ora para que nossa fé permaneça forte (Lc 22.31,32). Ele ora contra os ataques e acusações do maligno (Ap 12.10). Sua constante intercessão significa que nossa salvação é certa (Hb 7.25). Somos gratos por seu ministério de oração e nos aproximamos com confiança daquele que é Sacerdote.

O Filho é o Rei, governante de toda a criação e cabeça da igreja. Ansiamos que o mundo todo se submeta a ele, orando: “Venha o teu reino, seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu” (Mt 6.10). Até que venha o seu reino, nós, como igreja, obedecemos alegremente Àquele que é Rei.

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **Eu nunca ouvi falar da tríplice obra de Cristo como Profeta, Sacerdote e Rei.**
- **Se os profetas, sacerdotes e reis eram seres humanos, estamos dizendo que Cristo era um mero ser humano agindo como profeta, sacerdote e rei?**
- **Alguém me disse que eu**

**tenho um ministério
profético (ou sacerdotal, ou
real).**

Uma maneira comum de apresentar essa doutrina é encorajar os cristãos a imitarem Cristo em seus três ofícios. Como os crentes podem ser profetas, sacerdotes e reis hoje? Ou, pensando de uma forma mais individual: sou mais profético, sacerdotal ou régio, no que diz respeito aos meus dons, às minhas paixões e habilidades? De um modo geral, uma pessoa “profética” está preocupada em comunicar o evangelho e liderar por meio da comunicação de uma visão. Uma pessoa “sacerdotal” concentra-se em cuidar de pessoas e em aconselhá-las, envolvendo-se nos ministérios de misericórdia. Uma pessoa “régia” dá atenção a tarefas concretas e lidera por meio de estratégias, implementando uma visão. Antes de envolver-se diretamente nessas aplicações, certifique-se de pedir à igreja para discernir se elas são apropriadas.

ENSINANDO A DOUTRINA

Grande parte do ensino se concentra na morte e ressurreição de Cristo, e com razão. Ensinar sobre seus ofícios é um bom lembrete de que a obra de Cristo era e é muito mais extensa do que somente seu ponto culminante. Os participantes terão a oportunidade de ver a grande amplitude do que Cristo realizou em benefício deles.

Por ser um ponto de que pouco se fala, esteja preparado para lidar com participantes que não estão familiarizados com ele. Tranquilize-os, mostrando que o que está sendo ensinado não é uma ideia nova. Aliás, Eusébio (263-340), historiador da igreja, foi o pioneiro dessa discussão,¹ e João Calvino (1509-1564) tratou a doutrina em sua obra *Institutes of the Christian religion*.²

ESBOÇO DIDÁTICO

1. O *munus triplex* e um resumo dos ofícios do Filho de Deus
2. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Os três ofícios em Israel: profeta, sacerdote e rei
 - B. O Antigo Testamento previa a vinda daquele que unificaria os três ofícios.
 - C. O Filho de Deus realiza essa expectativa
 - D. Cristo cumpre o ofício de Profeta
 - E. Cristo cumpre o ofício de Sacerdote
 - F. Cristo cumpre o ofício de Rei
3. Principais erros a serem evitados
 - A. Negligenciar o tríplice ofício
 - B. Confundir essa doutrina com o modo pelo qual outras religiões veem

Jesus Cristo

C. Achar que essa doutrina diminui a divindade de Cristo

4. Aplicando a doutrina

A. Dar ouvidos às palavras do Filho, que é Profeta

B. Ser grato por seu ministério de oração e confiantemente aproximar-se do Filho, que é Sacerdote

C. Obedecer ao Filho, que é Rei

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “priesthood”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “offices of Christ”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “ofício de Cristo”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 35.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 35.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 29.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 29.

HORTON. *Pilgrim theology*. p. 183-9.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 10.

¹Eusebius, *Ecclesiastical history* 1.3.8, in: Philip Schaff; Henry Wace, orgs., *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the Christian church*, reimpr., tradução para o inglês de Arthur Cushman McGiffert (Grand Rapids: Eerdmans, 1982), série 2, vol. 1: *Eusebius: church history, life of Constantine the Great, and oration in praise of Constantine*, p. 86 [edição em português: Eusébio de Cesareia, *História eclesiástica*, Patristica (São Paulo: Paulus, 2000), vol. 15.].

²John Calvin, *Institutes of the Christian religion*, edição de John T. McNeill, tradução para o inglês de Ford Lewis Battles, Library of Christian Classics (Philadelphia: Westminster, 1960), 1.1.1 (1:35) [edições em português: João Calvino, *As institutas*, tradução de Waldyr Carvalho Luz (São Paulo: Cultura Cristã, 2006), 4 vols.; *A instituição da religião cristã*, tradução de Carlos Eduardo Oliveira; José Carlos Estêvão (São Paulo: Unesp, 2008)].

A OBRA DO FILHO DE DEUS



RESUMO

Expição é a morte do Filho encarnado na cruz e o que essa morte realizou.

TEMAS PRINCIPAIS

- Expição é o que a morte de Cristo realizou.
- Ela consiste em cinco aspectos: propiciação, expiação, redenção, reconciliação e vitória cósmica.
- A extensão da expiação é uma questão controversa.
- A igreja desenvolveu diversos modelos de expiação.

PASSAGENS-CHAVE

Levítico 16; Marcos 10.45; Romanos 3.25,26; 5.8; 8.32; 1Coríntios 5.7; 2Coríntios 5.14-21; 8.9; Efésios 1.7,10; 5.2,25; Colossenses 1.19,20; 1Timóteo 2.4,5; Hebreus 2.14,15; 9.1—10.39; 1Pedro 1.18,19; 3.18; 1João 2.2

Afirmações principais

O capítulo anterior, “Os ofícios do Filho de Deus”, listou as obras de Cristo como Profeta, Sacerdote e Rei. Este capítulo concentra-se em sua expiação, seu trabalho na cruz. Como o tão esperado Profeta, Sacerdote e Rei, Jesus se ofereceu como expiação pelo pecado.

A expiação é a morte na cruz do Deus-homem, Jesus Cristo, e o que essa morte realizou. Por causa da pecaminosidade humana, é necessário um sacrifício pelo pecado para evitar a condenação e restaurar o relacionamento das pessoas com Deus. Os sacrifícios da antiga aliança faziam uma expiação provisória, aguardando a obra de Cristo que faria a expiação completa e para sempre.

No âmago da morte de Cristo está a *substituição penal*, explicada em sete afirmações: (1) a expiação é fundamentada na santidade de Deus, que, sendo perfeitamente santo, odeia e pune o pecado. Assim, o pecado da humanidade contra o Deus santo requer a expiação (2) É uma obra objetiva, não subjetiva. A expiação é o que Cristo realizou por meio de sua morte, não a sua aplicação (que é outra obra divina). (3) Uma penalidade pelo pecado deve ser paga, e paga integralmente. (4) Nenhuma pessoa pecadora pode pagar por seu próprio pecado e ser salva. Pelo contrário, a pena é a morte. (5) Somente Deus pode pagar a penalidade pelo pecado e resgatar pessoas pecadoras, mas ele tem que participar da natureza humana para poder salvá-las. (6) O Deus-homem, Jesus Cristo, pagou a penalidade pelo pecado. (7) A expiação tinha que ser realizada dessa maneira.

A expiação pode ser vista de cinco perspectivas: (1) *Propiciação*: a morte de Cristo aplacou a ira de Deus contra pessoas pecadoras. No cerne da propiciação está a justiça retributiva: como Deus é justo, ele tem que punir totalmente o pecado. Deus aplicou misericordiosamente essa punição ao derramar sua ira sobre seu Filho.

(2) *Expição purificadora*: a morte de Cristo removeu a responsabilidade penal de sofrer o castigo eterno por causa do pecado e da culpa. Algumas pessoas se opõem à ideia de propiciação, insistindo em afirmar que, em vez disso, a morte de Cristo foi um sacrifício expiatório. A Escritura afirma as duas coisas. Como expiação purificadora, a morte de Cristo purifica pessoas pecadoras pela remoção e perdão dos pecados.

(3) *Redenção*: esse aspecto da morte de Cristo se destaca contra o pano de fundo da escravidão, pois os seres humanos são escravos do pecado. É preciso que alguém pague um resgate e liberte os escravos dessa escravidão. O sangue de Cristo é o preço do resgate pago. A redenção como libertação da escravidão começa nesta vida e, finalmente, inclui a ressurreição do corpo.

(4) *Reconciliação*: esse aspecto da morte de Cristo é posto contra o pano de fundo da inimizade. Por causa do pecado humano, há hostilidade entre Deus e os seres que portam a sua imagem. É preciso que alguém remova esse antagonismo e restaure a paz entre as duas partes em conflito. Cristo é o mediador, e sua morte é o meio de reconciliação.

(5) *Vitória cósmica*: a morte de Cristo derrotou ou venceu o pecado, a morte, a maldição da lei, Satanás e os demônios.

O debate sobre a extensão da expiação tem envolvido, historicamente, duas perspectivas. Expiação limitada é a perspectiva de que Cristo morreu com a intenção de realmente e certamente salvar apenas os eleitos. A expiação ilimitada é a perspectiva de que Cristo morreu com a intenção de que sua morte fosse o pagamento pelo pecado para todos, tornando possível que qualquer pessoa fosse salva. Uma versão recente, a tese das múltiplas intenções, defende que Deus teve múltiplas intenções, que realizou por meio da morte de Cristo: Cristo morreu com o propósito de: (1) assegurar a salvação dos eleitos; (2) pagar a penalidade pelos pecados de todos, tornando possível a todos os que creem serem salvos; e (3) reconciliar todas as coisas com Deus.

Além da substituição penal, a igreja desenvolveu vários modelos ou teorias sobre o que a morte de Cristo realizou.

1. *Teoria da recapitulação*. Como Segundo Adão, Jesus recapitulou, ou resumiu, todos os eventos da vida da humanidade decaída. No entanto, em vez de repetir o pecado de Adão e viver esses eventos em desobediência a Deus, Cristo os viveu obedientemente. Assim, ele inverteu a direção pecaminosa em que as pessoas estavam indo.
2. *Teoria do resgate pago a Satanás*. Satanás usurpou a propriedade dos seres humanos que pertencia legitimamente a Deus; assim, eles pertencem ilegitimamente a Satanás. A morte de Cristo foi o resgate pago para libertar as pessoas dessa escravidão espúria, e esse resgate foi pago a Satanás.
3. *Teoria da satisfação*. O pecado está roubando a honra de Deus. As pessoas devem satisfações por seu pecado: elas têm que pagar a honra que roubaram de Deus — na verdade, pagar mais do que isso. Porém, elas não têm como pagar essa dívida, pois tudo o que poderiam usar como pagamento já é devido a Deus. Somente o Deus-homem pode oferecer satisfação. Ao morrer, Jesus deu algo que ele não devia a Deus — a obrigação de morrer — e, assim, obteve uma recompensa. Cristo deu essa recompensa como satisfação pelo pecado das pessoas.
4. *Teoria da influência moral*. As pessoas precisam que seu amor por Deus seja estimulado. É preciso que haja uma exposição persuasiva do amor de Deus para estimular esse amor. A morte de Cristo proporcionou essa demonstração de amor divino, que, por sua vez, estimula as pessoas a amarem a Deus.
5. *Teoria governamental*. Deus é o governador do Universo, e o amor pelos seres humanos pecadores é seu maior atributo. Em sua misericórdia, Deus relaxou as exigências de sua lei, mas permaneceu santo mantendo-a em certo grau. A morte de Cristo enfatizou que a lei tem que ser cumprida, mas não atendeu aos requisitos exatos da lei (que tinham sido relaxados).

Assim, Cristo morreu, não como uma satisfação plena pela penalidade exata da lei, mas como um sinal da preocupação de Deus em manter sua lei.

6. *Modelo* Christus Victor. Esse modelo tem elementos da vitória cósmica (descritos acima) e tem alguma semelhança com a teoria do resgate pago a Satanás.

Base bíblica

O apoio bíblico para a morte de Cristo como substituição penal é duplo. Primeiro, Cristo é um substituto, como demonstram as muitas afirmações de que sua morte foi “por nós” e “por nossa causa”: “Deus mostra seu amor para conosco ao ter Cristo morrido por nós quando ainda éramos pecadores” (Rm 5.8; cf. 8.32; 2Co 5.21; 8.9; 1Pe 3.18). Segundo, Cristo leva sobre si a penalidade do pecado como um sacrifício. Imagens do Antigo Testamento transmitem essa ideia: “Cristo, nosso Cordeiro da Páscoa, foi sacrificado” (1Co 5.7). É verdade, ele se sacrificou de uma vez por todas, diferentemente dos muitos sacrifícios repetidos sob a antiga aliança (Hb 9.26; 10.12).

Esses dois aspectos do pagamento de penalidade e da substituição sacrificial são apresentados em conjunto: “Cristo nos amou e se entregou por nós como oferta e sacrifício com aroma suave a Deus” (Ef 5.2). Assim, a morte de Cristo foi uma substituição penal pelos pecados da humanidade caída.

O apoio bíblico para as várias facetas da expiação é extenso. (1) A morte de Cristo é apresentada como uma *propiciação* contra o pano de fundo do Antigo Testamento: o sangue dos sacrifícios era aspergido no propiciatório, aplacando, assim, a ira de Deus e assegurando a misericórdia (Lv 16.11-17). O Novo Testamento apresenta a morte de Cristo como “a propiciação [...] pelos pecados do mundo” (1Jo 2.2) e “propiciação por seu sangue” (Rm 3.25,26).

(2) A morte de Cristo foi uma *expiação purificadora*, novamente contra o pano de fundo veterotestamentário do sangue dos sacrifícios, que cobria os pecados do povo de Deus e o limpava para evitar o julgamento iminente (Lv 16). O Novo Testamento destaca o sacrifício expiatório de Cristo de uma vez por todas, purificando as pessoas pelo perdão dos seus pecados (Hb 9.6-15; 10.5-18).

(3) A morte de Cristo é apresentada como *redenção* por meio da imagem de pessoas cativas no mercado de escravos do pecado. A única maneira de ser libertado é por meio do pagamento de um resgate. Como o próprio Jesus afirmou: “O Filho do homem veio [...] para dar a vida como resgate de muitos” (Mc 10.45). Especificamente, o preço do resgate era o “precioso sangue de Cristo, como de um cordeiro sem defeito e sem mancha” (1Pe 1.19; cf. Ef 1.7).

(4) A morte de Cristo representou a *reconciliação* contra o pano de fundo da inimizade entre Deus e os seres humanos pecadores. Essa hostilidade ou separação precisa ser superada para que o relacionamento seja restaurado.

Deus agiu “por meio dele [Cristo] para reconciliar consigo todas as coisas [...] trazendo a paz pelo sangue de sua cruz” (Cl 1.20; cf. 1Tm 2.5).

(5) A morte de Cristo obteve uma *vitória cósmica* sobre os inimigos de Deus e de seu povo: o pecado, que escraviza a humanidade (Rm 6.16; 8.2); a morte, que é o “último inimigo” da humanidade (1Co 15.26); a lei (Rm 4.15; 5.20), que traz a morte (7.8-11); e Satanás com seus demônios (Hb 2.14,15). Cristo venceu esses inimigos por meio de sua morte na cruz.

Quanto ao debate sobre a extensão da expiação, cada posição arregimenta seu apoio bíblico e teológico. O apoio bíblico para expiação limitada inclui afirmações de que Cristo morreu pelos eleitos (Rm 8.32,33; 2Co 5.14,15), um grupo particular de pessoas — suas ovelhas (Jo 10.11), sua igreja (Ef 5.25). O apoio teológico recorre à concordância dentro da Trindade: os que o Pai se propôs salvar são as mesmas pessoas pelas quais Cristo veio morrer e as mesmas pessoas a quem o Espírito aplica a salvação. Somente os eleitos estão em vista.

O apoio bíblico para a expiação ilimitada inclui afirmações de que Cristo morreu por “todo mundo” (1Jo 2.2; cf. 2Co 5.17-21). O suporte teológico inclui o seguinte: (1) o argumento do amor universal de Deus e de seu desejo de que todos sejam salvos (2Pe 3.9), que torna impossível que Cristo tenha morrido apenas por alguns; (2) o argumento da graça preveniente, que restaura em todos a capacidade de aceitar a salvação.

O suporte bíblico e teológico da tese das múltiplas intenções combina os argumentos mais fortes da expiação limitada com os argumentos mais fortes da expiação ilimitada.

Principais erros

1. *Entender a expiação como uma influência subjetiva (p. ex., acender o amor de alguém por Deus ou motivar a obediência), e não como uma realidade objetiva (o que a morte de Cristo fez).* Essa posição confunde a realização da salvação com a aplicação da salvação.

2. *Entender a expiação como um resgate pago a Satanás.* Essa teoria não tem base bíblica. O resgate não foi pago a Satanás, mas a Deus.

3. *A negação da justiça retributiva de Deus e da consequente necessidade de propiciação.* Essa posição separa a expiação de seu contexto no Antigo Testamento, interpretando-a de acordo com valores culturais contemporâneos (p. ex., uma elevação do amor de Deus acima de todos os seus outros atributos, um temor de que a punição do Pai aplicada a seu Filho seja uma forma de abuso infantil divino e a preocupação de que a submissão de Jesus ao espancamento e à crucificação encoraje a passividade diante da violência).

APLICANDO A DOUTRINA

Há poucas doutrinas tão importantes de se entender perfeitamente quanto a que explica o que a morte de Cristo na cruz fez por nós. Por causa de sua

propiciação, somos justificados pela fé. Por causa de seu sacrifício expiatório, purificador, não precisamos encarar o julgamento que leva à condenação. Por causa de sua obra redentora, estamos livres da escravidão ao pecado. Por causa de sua mediação, nós, que já fomos inimigos, estamos agora reconciliados com Deus, em uma relação de amizade. Por causa de sua vitória cósmica, todos os nossos inimigos — pecado, morte, a lei e Satanás — foram derrotados. Consequentemente, nós aplicamos essa doutrina quando somos abundantes em ações de graças e fé, cultivando um senso de liberdade e apreço por nossa nova posição diante de Deus por causa do que Cristo fez em nosso favor.

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **Por que Cristo tinha de morrer?**
- **Cristo morreu só pelos eleitos ou por todos? Isso faz diferença?**
- **Conheço pessoas que não aceitam o cristianismo por causa da violência da morte de Cristo na cruz.**
- **Qual das teorias de expiação a nossa igreja adota?**

ENSINANDO A DOCTRINA

Essa doutrina se presta a uma rica discussão. Naturalmente, cobrir o material bíblico é fundamental. Como a Escritura apresenta a natureza multifacetada da expiação é crucial que se faça uma apresentação completa de cada uma das facetas: propiciação, expiação purificadora, redenção, reconciliação e vitória cósmica. Além disso, uma discussão das várias teorias ajuda a destacar os diferentes entendimentos do que a morte de Cristo realizou. Certifique-se de enfatizar a posição da igreja e, ao mesmo, apresentar e criticar de forma justa as outras interpretações. Embora as pessoas nutram grande interesse (e com razão) na extensão da expiação tenha cuidado para não deixar que esse assunto domine todo o tempo de estudo.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Breve explicação da obra do Filho de Deus
2. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A natureza da expiação

- B. Cinco perspectivas sobre a expiação
 - C. A extensão da expiação
 - D. Teorias sobre a expiação
3. Principais erros a serem evitados
- A. Entender a expiação como uma influência subjetiva, em vez de uma realidade objetiva
 - B. Negar a justiça retributiva de Deus e a consequente necessidade de propiciação
4. Aplicando a doutrina
- A. Dar a essa doutrina a importância que ela merece
 - B. Ser grato pelo que a morte de Cristo fez por nós

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “atonement”, “*Christus Victor*”, “expiation”, “governmental theory”, “moral influence theory”, “penal substitution theory”, “propitiation”, “ransom to Satan theory”, “reconciliation”, “redemption”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “atonement”, “atonement, extent of”, “atonement, theories of”, “propitiation”, “reconciliation”, “Redeemer, redemption”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “expiação”, “expiação, extensão da”, “expiação, teoria da”, “propiciação”, “reconciliação”, “Redentor, redenção”.
- ERICKSON. *Christian theology*. caps. 35-38.
- _____. *Teologia sistemática*. caps. 35-38.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 12.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 27.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 27.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 8.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 15.
- THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 10.

RESSURREIÇÃO, ASCENSÃO E EXALTAÇÃO



RESUMO

Após sua crucificação, o último estágio de sua humilhação, Jesus Cristo entrou no estágio de exaltação: sua ressurreição dos mortos; sua ascensão ou retorno ao céu; e sua sessão, ou entronização, à direita do Pai.

TEMAS PRINCIPAIS

- Os três estágios de Jesus Cristo são sua preexistência, o estado de humilhação e o estado de exaltação.
- A primeira parte de sua exaltação foi a ressurreição dentre os mortos, três dias após a crucificação.
- A segunda parte foi sua ascensão, ou retorno à glorificação no céu, quarenta dias após sua ressurreição.
- Como Senhor assunto aos céus, ele foi exaltado à destra do Pai, uma posição de autoridade.
- A parte seguinte de sua exaltação, que ainda não ocorreu, é seu futuro retorno à terra.

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

Antes de sua encarnação, a segunda Pessoa da Trindade preexistia, sendo o eterno Filho de Deus. Para promover a salvação humana, ele entrou em um estado de humilhação. Ele se encarnou, assumindo a plenitude da natureza humana, mas permanecendo plenamente divino: o Deus-homem. Ele viveu em obediência à lei, resistiu a todas as tentações, nunca pecou e cumpriu a vontade do Pai. Na última fase de sua humilhação, Jesus foi crucificado, morreu e foi sepultado. Alguns acrescentam outro aspecto da humilhação de Jesus: sua descida ao inferno.

A humilhação, porém, não teve a última palavra. Depois de três dias, Jesus ressuscitou da sepultura, entrando, assim, em seu estado de exaltação. A morte de Jesus, como toda morte humana, envolveu a separação de alma e corpo. Seu corpo foi colocado em um túmulo, enquanto ele, como Jesus sem corpo físico, continuou a existir. Três dias depois, ele ressuscitou dentre os mortos, sendo unido ao corpo físico: ele retornou à existência terrena com um corpo glorificado, que tinha algumas características de seu corpo pré-ressurreto (ele carregava as marcas de sua crucificação), mas era diferente (podia passar através de portas fechadas).

A ressurreição foi obra do Deus triúno. O Pai, o próprio Filho e o Espírito Santo operaram em conjunto para ressuscitar o crucificado dentre os mortos. A ressurreição manifestou abertamente a divindade do poderoso Filho de Deus. Sua ressurreição marcou a satisfação do Pai com a obra de salvação completada pelo Filho; nada mais restava para ser realizado. Aliás, a justificação do ímpio está diretamente ligada à ressurreição de Cristo, o primeiro de muitos outros a ressuscitar: todos os que seguem o Filho como seu Salvador o seguirão em sua ressurreição quando ele voltar. Sua ressurreição cumpriu a promessa de que o Santo não veria corrupção, mas seria justificado por sua obediência à vontade do Pai.

Os críticos do cristianismo inventaram teorias mirabolantes para contestar a ressurreição de Jesus:

1. Os discípulos roubaram o corpo de Jesus e depois alegaram que ele havia ressuscitado. Qual foi o motivo dessa fraude? Os discípulos eram homens gananciosos e sedentos de poder, e não iam permitir que a morte de Jesus interrompesse sua busca de fama e fortuna.

2. Jesus não morreu; ele fingiu sua morte e depois proclamou que havia ressuscitado, enganando seus apóstolos. Será que essa imagem de Jesus é coerente com o que os Evangelhos nos dizem sobre ele?
3. Os discípulos inventaram a ideia da ressurreição de Jesus, que, portanto, não passa de um mito. Por não conseguirem aceitar a morte do mestre, procuraram honrá-lo como Senhor forjando a ressurreição.
4. As mulheres foram ao túmulo errado e, ao encontrá-lo aberto, viram sua visita ao túmulo como prova da ressurreição de Jesus. O motivo do desaparecimento do corpo verdadeiro seria um mistério.
5. Tendo Jesus como cúmplice, alguns forasteiros conspiraram para fingir sua morte, e, quando ele acabou morrendo enfim, eles tiraram o corpo do sepulcro e um deles apareceu como o Jesus ressuscitado. Mais uma vez, o retrato de Jesus pintado por essa teoria colide frontalmente com o modo pelo qual os Evangelhos o apresentam.
6. Os discípulos de Jesus tiveram uma alucinação ou imaginaram que ele havia ressuscitado dentre os mortos. Mas como uma ressurreição poderia sustentar os discípulos pelo resto de suas vidas se fosse só um delírio?

Felizmente, apologistas cristãos desmascararam o absurdo dessas teorias e defenderam a crença tradicional na ressurreição.

Durante quarenta dias, o Jesus ressuscitado apareceu aos seus apóstolos e a centenas de outros seguidores. Depois disso, ele foi tirado da vista deles, subindo ao céu. Aquele que desceu por meio da encarnação e humilhação agora ascendia, retornando ao seu estado de exaltação e ao reino da glória com o Pai e o Espírito Santo.

Ao subir de volta ao céu, Jesus sentou-se à direita do Pai, uma posição de exaltação. O Pai lhe deu toda a autoridade para governar a criação inteira como o agora exaltado Deus-homem. Ele reina como o líder cósmico, tendo derrotado todos os seus inimigos, e agora aguarda a derrota final e pública desses inimigos, no futuro. Juntamente com o Pai, o Cristo que ascendeu derramou o Espírito Santo, dando à luz a igreja. Aliás, como líder cósmico, ele também é chefe da igreja, que é o seu corpo. Juntamente com o Espírito Santo derramado, Cristo deu à sua igreja dons espirituais e pessoas talentosas, por quem ele ora. Ele descera mais uma vez, retornando um dia para libertar seu povo completamente.

Assim, a igreja confessa: “Creio [...] em um só Senhor Jesus Cristo, [...] que sofreu e foi sepultado; e no terceiro dia ressuscitou, segundo as Escrituras, e subiu ao céu e está assentado à direita do Pai” (Credo Niceno-Constantinopolitano).

Base bíblica

O Antigo Testamento profetizou sobre o Servo Sofredor/Messias que viria em humilhação para salvar seu povo de seus pecados. As alusões à exaltação do

Servo estão entrelaçadas nessa esperança. A passagem de Salmos 16.8-11 fala da ressurreição (citada em At 2.24-32), e Salmos 110.1 aborda a ascensão e a sessão (citada nos Evangelhos Sinóticos e em At 2.33-36). O texto de Isaías 53, a profecia mais notável sobre o Servo Sofredor, contém alusões à sua vindicação (Is 53.10-12).

O próprio Jesus previu não apenas sua crucificação e sepultamento, mas também sua ressurreição. Em um momento crucial em seu ministério, “Jesus começou a mostrar aos discípulos que era necessário que ele fosse para Jerusalém, sofresse muitas coisas da parte dos anciãos, dos principais sacerdotes e dos escribas, fosse morto e ressuscitasse ao terceiro dia” (Mt 16.21). Todos os quatro Evangelhos narram a ressurreição (Mt 28.1-15; Mc 16.1-8; Lc 24.1-49; Jo 20.1-29).

As narrativas apresentam a descoberta do túmulo vazio de Jesus pelas mulheres, as declarações angelicais sobre Jesus não estar no túmulo, porque ressuscitou, a sua aparição às mulheres, o espanto dos apóstolos ao receberem as notícias e as suas aparições aos Doze.

O restante do Novo Testamento apresenta as implicações doutrinárias e éticas da ressurreição de Jesus: ela está ligada à regeneração (1Pe 1.3), à justificação (Rm 4.25) e à ressurreição dos crentes (1Co 15.12-17). Além disso, o batismo retrata vividamente a identificação dos crentes com a morte, o sepultamento e a ressurreição de Jesus, para que, assim como ele, andem em novidade de vida (Rm 6.1-11).

As narrativas da ascensão de Jesus no Novo Testamento contam como ele foi levantado à vista de seus discípulos e, quando partiu, ocultado da visão deles por uma nuvem (Lc 24.50,51; At 1.6-11). Pela ressurreição e ascensão de Jesus, “Deus o fez Senhor e Cristo” (At 2.36). Pelo fato de Jesus haver ressuscitado e ascendido, seus seguidores já estão ressuscitados e sentados com ele (Ef 2.6,7).

De volta ao reino da glória, o Senhor assunto se sentou à direita do Pai, uma posição de autoridade universal, que Cristo detém sobre todos os anjos, os governantes, autoridades e poderes (Ef 1.20,21; 1Pe 3.22). Como governante exaltado sobre todas as coisas, ele é dado para ser a cabeça de seu corpo, a igreja (Ef 1.22,23), pela qual ora constantemente (Rm 8.34), garantindo, assim, a salvação de seus seguidores (Hb 7.25). Juntamente com o Pai, Cristo derramou o Espírito Santo (At 2.33), inaugurando desse modo a era do Espírito e a igreja da nova aliança (At 2.1-21). Ao vencer seus inimigos e derramar o Espírito, Cristo deu pessoas talentosas e dons espirituais à sua igreja, para que ela alcance a maturidade progressivamente (Ef 4.7-16). Ele também deu à sua igreja a missão de se multiplicar por meio de evangelismo, discipulado e plantação global de igrejas, no poder do Espírito Santo (Mt 28.18-20).

O Senhor outrora humilhado, que agora ressuscitou e subiu ao céu, “aparecerá a segunda vez, não por causa do pecado, mas para a salvação dos que ansiosamente esperam por ele” (Hb 9.28).

Principais erros

1. *Rejeição da historicidade da ressurreição (demitização)*. Essa posição sustenta erroneamente que milagres não podem ocorrer e não consegue explicar a surpreendente expansão do cristianismo em face da perseguição, uma expansão alimentada pela esperança da ressurreição, com base na ressurreição de Cristo.

2. *Teorias absurdas que negam a ressurreição (mencionadas acima)*. Muitas delas veem Jesus como um charlatão ou louco e/ou veem os discípulos como oportunistas e enganadores, sendo que nenhuma dessas ideias é coerente com o registro histórico que temos deles (os Evangelhos). Se a ressurreição foi um produto da imaginação vívida dos discípulos, como se pode explicar o martírio deles em defesa da fé cristã?

3. *Ao comunicar o evangelho, enfatizar demais a morte de Jesus e negligenciar o que aconteceu depois*. Sem menosprezar a humilhação de Cristo na crucificação, as boas-novas também devem enfatizar a exaltação de Jesus por meio da ressurreição ascensão e sessão à direita do Pai.

APLICANDO A DOUTRINA

Embora menos conhecido e menos enfatizado do que seu estado de humilhação, o estado de exaltação de Cristo é igualmente importante. Cristo ressuscitou. Cristo ascendeu. Cristo está sentado à direita do Pai. Como o exaltado Deus-homem, o Senhor se envolve em ministérios dos quais nunca participou antes. Por ser Cristo exaltado, podemos andar no poder da ressurreição, viver uma nova identidade como cidadãos do céu, experimentar a obra do Espírito Santo na nova aliança, ter a certeza da salvação por meio do ministério de intercessão de Cristo e empregar nossos dons para a maturidade e multiplicação da igreja.

Além disso, aguardamos o retorno do nosso Senhor exaltado. Não mais oculto de nossa vista, seu senhorio será publicamente exibido em glória triunfante!

ENSINANDO A DOUTRINA

Uma maneira de ensinar essa doutrina é estudar atentamente as quatro narrativas da ressurreição de Jesus. Em seguida, apresentar as várias teorias que negam a ressurreição e discutir como os participantes poderiam anular esses ataques, apenas com base nessas narrativas. Esse exercício mostrará o quanto essas teorias estão distantes da própria Escritura e enfatizará a importância de prestar muita atenção àquilo que a Bíblia realmente afirma.

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

• **Parece que nossa igreja**

- sempre prega sobre a morte de Cristo, mas raramente menciona sua ressurreição, e menos ainda sua ascensão e sessão à direita do Pai.**
- **Por que Jesus não subiu imediatamente ao céu, assim que ressuscitou?**
 - **Eu sempre pensei que a ressurreição de Jesus era só uma ressurreição espiritual.**
 - **Em termos práticos, o que significa o fato de que eu ressuscitei, subi ao céu e estou sentado com Cristo?**
 - **Por que e para que Cristo está orando por mim?**

Outra maneira de abordar o assunto é fazer a pergunta: “O que faria você abandonar sua fé em Cristo, se isso fosse possível?”. A maioria dos participantes ou não saberá responder (porque nunca pensou no assunto) ou dirá que nada seria capaz de abalar sua fé. Em seguida, discuta o argumento de Paulo em 1Coríntios 15.12-19, resumido no versículo 17: “E, se Cristo não ressuscitou, a vossa fé é inútil e ainda estais nos vossos pecados”. Se a ressurreição não ocorreu, então a fé cristã não é verdadeira e os cristãos devem abandoná-la. Esse ponto é chamado de *destruidor* do cristianismo: se Cristo morreu e não ressuscitou, o cristianismo é falso e deve ser abandonado. Esse exercício enfatiza a importância da doutrina da ressurreição, tantas vezes subestimada, mas absolutamente essencial!

Como poucos questionam a realidade da ressurreição, ascensão e exaltação de Cristo, a maior parte da lição deve ser dedicada às suas implicações para os cristãos e a igreja. Andamos em novidade de vida ressurreta, uma vida com poder. Estamos sentados com Cristo no céu, o que nos dá a nossa verdadeira cidadania e identidade. A liderança de Cristo sobre o seu corpo significa que a igreja se submete à sua autoridade. O incessante ministério de intercessão de Cristo nos dá a garantia da salvação. O fato de ele conceder líderes e dons espirituais para a igreja exige e promove a participação de todos os membros. Sua Grande Comissão envia a igreja em suas missões. Essas verdades devem ser aplicadas.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Breve resumo da ressurreição, ascensão e exaltação

2. Ataques contra a ressurreição e o destruidor do cristianismo
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Preexistência, humilhação e exaltação
 - B. A ressurreição e suas implicações
 - C. A ascensão e suas implicações
 - D. A sessão e suas implicações
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Rejeitar a historicidade da ressurreição
 - B. Defender teorias absurdas que negam a ressurreição
 - C. Comunicar o evangelho enfatizando demais a morte de Jesus e negligenciando o que aconteceu depois
5. Aplicando a doutrina
 - A. Viver sempre considerando os ministérios do Deus-homem exaltado.
 - B. Aguardar a volta do nosso Senhor exaltado

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “ascension”, “exaltation of Christ”, “resurrection of Christ”, “session of Christ”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “ascension of Christ”, “resurrection of Christ”, “session”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “ascensão de Cristo”, “ressurreição de Cristo”, “sessão”.
- ERICKSON. *Christian theology*. p. 709-12.
- _____. *Teologia sistemática*.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 12.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 28.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 28.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 8.
- _____. *Doutrina da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 16.
- THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 10.



A PESSOA DO ESPÍRITO SANTO



RESUMO

O Espírito Santo é a terceira Pessoa da Trindade, igual ao Pai e ao Filho no que diz respeito à natureza, ao poder e à glória, e deve ser adorado juntamente com eles.

TEMAS PRINCIPAIS

- O Espírito Santo é a terceira Pessoa da Trindade, compartilhando a natureza divina única.
- Ele é uma Pessoa divina, não um poder, uma força ou uma influência.
- Sendo totalmente Deus, o Espírito é igual ao Pai e ao Filho em natureza, poder e glória, mas é distinto deles no que diz respeito à sua relação eterna e às funções que desempenha.
- Como terceira Pessoa da Trindade, totalmente divino, o Espírito Santo é digno de adoração, obediência, confiança e serviço.

PASSAGENS-CHAVE

Gênesis 1.2; Isaías 11.2; 42.1; 61.1,2;
Jeremias 31.31-34; Ezequiel 36.25-27;

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

O Espírito Santo é a terceira Pessoa da Trindade, existindo eternamente em conjunto com o Pai e o Filho, na Divindade única. Ele é totalmente Deus, assim como o Pai e o Filho, possuindo os mesmos atributos de independência, imutabilidade, onipresença, onipotência, onisciência, santidade, amor e muito mais. Os três compartilham a essência divina. Assim, o Espírito Santo é totalmente Deus, coigual ao Pai e ao Filho.

Ele é uma Pessoa divina, não um poder, uma força ou uma influência. Algumas dificuldades surgem quando consideramos a personalidade do Espírito. É muito fácil pensar no primeiro e no segundo membros da Trindade como Pessoas por causa de seus nomes: “Pai” e “Filho”. Mas o nome “Espírito Santo” não é tão transparente quanto os outros em relação à personalidade. Na verdade, a palavra “espírito” está associada ao que é imaterial: vento e respiração. Assim, é mais difícil aceitar a personalidade do Espírito Santo.

Contudo, ele está intimamente associado ao Pai e ao Filho, e seu relacionamento com a primeira *Pessoa* e a segunda *Pessoa* ressalta sua realidade como a terceira *Pessoa* da Trindade. Além disso, ele tem características pessoais: inteligência, emoções e vontade são propriedades de pessoas (humanas e divinas). Outro ponto importante é que ele se envolve em atividades pessoais: falar, ensinar, orar e testemunhar são atividades de pessoas (humanas e divinas). E Jesus se refere ao Espírito Santo como “outro Ajudador/Consolador” que viria ocupar seu lugar. Como Jesus, o primeiro Consolador, é uma Pessoa, faz sentido que o Espírito Santo, o outro Consolador, também seja uma Pessoa.

O Espírito é uma Pessoa distinta do Pai e do Filho, diferente deles por sua relação eterna particular e seus papéis particulares. Essa processão eterna dupla não significa que o Pai e o Filho criaram o Espírito Santo. Também não significa que o Pai e o Filho lhe dão sua divindade, já que o Espírito é Deus em si mesmo. Em vez disso, o Pai e o Filho, juntos, dão a ele sua Pessoa-do-Espírito. Assim, ele é distinto deles: a Terceira Pessoa do Deus triúno.

Outra distinção entre os três diz respeito aos papéis que desempenham. Embora o Pai, o Filho e o Espírito operem juntos e inseparavelmente, o Espírito se envolve em ministérios específicos. Esse tema será apresentado no próximo capítulo, “A obra do Espírito Santo”.

A doutrina do Espírito Santo é revelada progressivamente nas Escrituras. O Antigo Testamento mostra o Espírito ativo na criação (Gn 1.2), sendo a presença de Deus no mundo, em particular para o povo de Israel. Um tema importante era a expectativa de um novo e inédito derramamento do Espírito Santo, que também daria poder ao Servo Sofredor/Messias (Is 11.2; 42.1; 61.1,2), e a expectativa de uma nova aliança que substituiria a antiga (Jr 31.31-34; Ez 36.25-27; Jl 2.28-32).

No Novo Testamento, João Batista dá continuidade ao mesmo sentimento e intensifica essa expectativa de um novo derramamento sem precedentes quando descreve o Messias como aquele que batizará com o Espírito Santo (Lc 3.15-17; Jo 1.33). O Filho de Deus encarnado, que foi concebido pelo Espírito Santo, é Jesus, o Messias (Lc 1.30-35). Ele é caracterizado pela plenitude do Espírito; de fato, o Pai dá o Espírito sem medida a seu Filho (Jo 3.34).

Jesus também continua e intensifica a expectativa de um novo e inédito derramamento do Espírito. Jesus promete enviar “outro Consolador” em seu lugar (Jo 14.16,26; 15.26; 16.7,13,14). Além disso, ele fala de um dia futuro em que “rios de água viva” fluiriam de seus seguidores (Jo 7.37-39). Com essa promessa, Jesus intensificou a expectativa de uma nova obra do Espírito. No entanto, antes que esse novo derramamento pudesse acontecer, Jesus tinha que morrer, ressuscitar e ascender ao céu novamente. Desse modo, depois de sua crucificação e ressurreição, ele diz a seus discípulos que esperem em Jerusalém até que ele envie o prometido Espírito Santo para revesti-los com o poder do alto (Lc 24.49; At 1.4; 2.33).

O Dia de Pentecostes marca o envio do Espírito de uma forma nova e sem precedentes, um derramamento em cumprimento das promessas anteriores. Quando desce sobre os discípulos, o Espírito inaugura seu ministério da nova aliança e dá à luz a igreja como o corpo de Cristo e o templo do Espírito (At 2.1-21). A partir daquele momento, o mesmo Espírito Santo prometido é derramado sobre cada discípulo de Jesus (Rm 8.9).

Esse Espírito Santo é totalmente Deus. Os paralelos na repreensão de Pedro diante do comportamento de Ananias ressaltam a divindade do Espírito: “Ananias, por que Satanás encheu o teu coração para *mentir ao Espírito Santo*? [...] Não *mentiste* aos homens, mas *a Deus*” (At 5.3,4; grifo do autor). A pergunta que Pedro faz a Safira é igualmente reveladora: “Por que combinastes colocar à prova o Espírito do Senhor?” (At 5.9). No Antigo Testamento, a expressão “o Espírito do SENHOR” é uma referência a Deus. Além disso, a descrição que Paulo faz da igreja destaca a divindade do Espírito: “Não sabeis que sois santuário de Deus e que o seu Espírito habita em vós?” (1Co 3.16). No Antigo Testamento, o templo era o lugar em que Deus habitava. Agora, a igreja, como o templo de Deus, é o lugar em que o Espírito de Deus habita. Assim, o Espírito de Deus é o próprio Deus.

O Espírito Santo procede eternamente do Pai e do Filho. Jesus afirma essa dupla processão em várias declarações sobre a vinda do Espírito:

- “O Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome...” (Jo 14.26).
- “Quando vier o Consolador, que eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da verdade, que procede do Pai...” (Jo 15.26).
- “Se eu não for, o Consolador não virá a vós. Mas, se eu for, eu o enviarei.” (Jo 16.7).

Combinando essas declarações (que preveem o envio do Espírito e sua descida no Pentecostes), vemos que Jesus afirma que (1) o Pai enviará o Espírito em nome de Jesus, (2) Jesus enviará o Espírito a partir do Pai, e (3) o Espírito procede do Pai (sem limitar essa processão *somente* ao Pai). Além disso, no Dia de Pentecostes, Pedro afirmou, a respeito do Jesus exaltado: “Tendo recebido do Pai a promessa do Espírito Santo, derramou o que agora vedes e ouvis” (At 2.33).

Surge, então, uma pergunta pertinente: “Por que o Pai e o Filho enviam o Espírito Santo *temporalmente* no Pentecostes?”. Historicamente, a resposta da igreja a essa pergunta tem sido: “Porque o Espírito Santo procede *eternamente* do Pai e do Filho”. De fato, ele é tanto “o Espírito de Deus [o Pai]” quanto “o Espírito de Cristo [o Filho]” (Rm 8.9). Assim, o Pai e o Filho, que juntos lhe concedem sua Pessoa-do-Espírito, enviaram-no ao mundo no Dia de Pentecostes, em seu novo ministério de aliança. A processão eterna¹ do Espírito Santo é a base para a missão temporal do Espírito e, nela, se expressa apropriadamente.

Em conformidade, a igreja confessa: “Eu creio no Espírito Santo, o Senhor e Doador da Vida, que procede do Pai e do Filho, que juntamente com o Pai e o Filho é adorado e glorificado, que falou pelos profetas” (Credo Niceno-Constantinopolitano, com a cláusula *filioque*, “procede do Pai *e do Filho*”).

Como os próximos dois capítulos ressaltam, o início do século 20 marcou o surgimento de divisões entre as igrejas em relação à obra do Espírito Santo e aos dons do Espírito Santo. À medida que a teologia pentecostal e carismática avançou, muita atenção e energia foram concentradas no Espírito Santo. No entanto, as igrejas permanecem amplamente unidas em relação à doutrina histórica da divindade, da pessoalidade e (à exceção da Igreja Ortodoxa Oriental) da dupla processão do Espírito.

Principais erros

1. *A negação da divindade do Espírito Santo.* Oponentes como os pneumatomacianos (os opositores do Espírito) apontam o fato de que ele é a terceira Pessoa da Trindade, logo, fica atrás do Pai (primeira Pessoa) e do Filho (segunda Pessoa). Eles entendem que esse “atrás” significa “menos divino”, inferior a eles. Essa posição não consegue explicar as passagens que afirmam que o Espírito é Deus.

2. *A negação de que ele seja uma Pessoa distinta do Pai e do Filho.* O

modalismo sustenta que “Espírito Santo” é apenas um nome diferente, do mesmo modo que “Pai” e “Filho”, para a mesma pessoa. Desse modo, a igreja conhece Deus como “Espírito Santo”, mas ele não é uma Pessoa diferente das outras duas. Esse ponto de vista não consegue explicar as passagens em que as três Pessoas estão ativas ao mesmo tempo (p. ex., no batismo de Jesus).

3. *A negação de que o Espírito seja uma pessoa divina.* Esse ponto de vista sustenta que o Espírito é apenas uma força poderosa ou influência divina; por isso, o pronome usado para fazer referência ao Espírito é do gênero neutro. Essa posição, mantida pelas Testemunhas de Jeová e alguns extremistas pentecostais/carismáticos, comete o erro de confundir pessoalidade divina com poder divino.

APLICANDO A DOUTRINA

Como o Espírito Santo é a totalmente divina terceira Pessoa da Trindade, “juntamente com o Pai e o Filho, ele é adorado e glorificado” (Credo Niceno Constantinopolitano). Ele é digno de honra, obediência, confiança e serviço. Embora todo-poderoso, assim como o Pai e o Filho, o Espírito é distinto do seu poder. Assim, a igreja não deve diminuí-lo, imaginando que ele seja algum campo de força e, portanto, energia a ser distribuída a outros. Nós lhe devemos reverência.

Consequentemente, quando a igreja se reúne para o culto, cânticos de louvor, orações de ação de graças, expressões de fé e atos de obediência devem ser dirigidos ao Espírito Santo.

O que está em jogo nessa doutrina? Se o Espírito Santo não é uma Pessoa divina, ele não pode realizar as obras que são apresentadas no capítulo seguinte.

ENSINANDO A DOUTRINA

Questões recorrentes e temas difíceis

- **O cristianismo parece afirmar que o Espírito Santo é um terceiro deus, junto com o Pai e o Filho.**
- **O título “Espírito Santo” não faz parecer que ele é um mero poder ou energia?**
- **A processão eterna torna o Espírito Santo inferior ao Pai e ao Filho.**
- **Eu sempre tive problemas**

**para adorar o Espírito Santo.
Você pode dizer alguma
coisa para me ajudar?**

Diferentemente de Deus Pai e Deus Filho, Deus Espírito Santo parece amorfo e difícil de estabelecer alguma identificação com ele. Ele parece mais uma força do que uma Pessoa. Para combater esse equívoco, um bom ponto de partida para o ensino é afirmar que a igreja o conhece por experiência. Aliás, ninguém seria cristão se não fosse pelo Espírito Santo! Dado que a salvação vem por meio do Espírito, isso só faz sentido se ele for Deus. As afirmações bíblicas da divindade do Espírito Santo devem ser exploradas minuciosamente e com toda a atenção.

Embora a dupla processão do Espírito Santo, ou seja, o fato de que ele procede do Pai e do Filho, possa ser difícil de ensinar, é importante que a ideia básica seja apresentada. Isso ajuda a explicar as várias declarações de Jesus discutidas acima. Além disso, as relações eternas distinguem as três Pessoas: O Pai não foi gerado e não procede. O Filho é eternamente gerado do Pai. O Espírito Santo procede eternamente do Pai e do Filho. Assim, a dupla processão do Espírito é importante para entender claramente as distinções entre as três Pessoas totalmente divinas.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. O sumário da Pessoa do Espírito Santo
2. Conhecendo o Espírito Santo
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A divindade do Espírito Santo
 - B. A Pessoa do Espírito
 - C. O Espírito Santo e suas relações trinitárias com o Pai e o Filho
 - D. A reverência apropriada que devemos ter em relação ao Espírito Santo
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Negar a divindade do Espírito Santo
 - B. Negar que o Espírito Santo seja uma Pessoa distinta do Pai e do Filho
 - C. Negar que o Espírito Santo seja uma Pessoa divina
5. Aplicando a doutrina
 - A. Honrar, obedecer, confiar e servir ao Espírito Santo
 - B. A adoração que a igreja reunida deve dirigir ao Espírito Santo

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “Holy Spirit, person”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “God, doctrine of”, “Holy

Spirit”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Deus, doutrina de”, “Espírito Santo”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 39.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 39.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 13.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 14.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 14.

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 9.

_____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 17.

_____. *Redescobrimo o Espírito Santo* (São Paulo, Vida Nova, 2018).

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 9.

¹Essa terminologia é bem precisa e técnica, motivada pelo cuidado de não dizer nada de errado ou herético. O termo *processão eterna* (PE) busca designar o relacionamento do Pai e do Filho com o Espírito Santo, pelo qual a Primeira Pessoa e a Segunda Pessoa são eternamente distintas da Terceira Pessoa. O Pai não é gerado, o Filho é eternamente gerado pelo Pai, mas o termo PE significa que o Espírito procede eternamente do Pai e do Filho, ou seja: (1) não é criado, (2) não toma a deidade do Pai e do Filho por empréstimo e (3) não emana do Pai e do Filho. O termo PE também não tem nenhuma relação com o fato de o Espírito (4) ter sido enviado pelo Pai e pelo Filho e (5) ter vindo por vontade própria, eventos que aconteceram no Dia de Pentecostes por causa da PE. Mas o derramamento e a obra de habitação do Espírito Santo — frutos de (4) e (5) acima — fazem parte de sua missão, não de sua PE.

A OBRA DO ESPÍRITO SANTO



RESUMO

Embora trabalhem juntos inseparavelmente, o Pai, o Filho e o Espírito Santo desempenham papéis diferentes na criação, redenção e consumação. A obra do Espírito está particularmente ligada à fala, à aplicação da salvação (recriar e aperfeiçoar) e à sua habitação no povo de Deus (a presença divina).

TEMAS PRINCIPAIS

- As inseparáveis operações do Deus triúno significam que as três Pessoas sempre trabalham juntas na criação, redenção e consumação.
- Ainda assim, seus papéis podem ser distinguidos, o que significa que o Espírito Santo está particularmente associado a certas obras divinas.
- O Espírito realiza a vontade divina no mundo e a conclui, especialmente no que se refere à fala, aplicando a salvação por meio de recriação e aperfeiçoamento, bem como habitando o povo de Deus para que seus membros sejam cheios da sua presença.

João 3.1-8; 7.37-39; 16.7-11; Atos 2.1-47;
 Romanos 8; 1Coríntios 12.13; 2Coríntios
 3.18; Gálatas 4.4-6; 5.16-25; Efésios
 1.13,14; 4.30; 5.18-21; Tito 3.4-7; 2Pedro
 1.19-21

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Antes de tratarmos das obras específicas do Espírito Santo, é bom mencionar as operações inseparáveis da Trindade. Esta doutrina afirma que o Pai, o Filho e o Espírito Santo agem em conjunto em todas as obras divinas de criação, redenção e consumação.

Biblicamente, essa doutrina surge de passagens que mostram as três Pessoas divinas agindo em comum. Por exemplo, a missão divina é apresentada como o envio do Filho pelo Pai para que pessoas que estão alienadas dele possam se tornar filhos adotivos. “E, porque sois filhos, Deus enviou ao nosso coração o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai” (Gl 4.4-6). As três Pessoas se envolvem inseparavelmente na missão da igreja: “Há diversidade de dons, mas o mesmo Espírito; e há diversidade de serviços, mas o mesmo Senhor; e há diversidade de ações, mas é o mesmo Deus quem realiza tudo em todos” (1Co 12.4-6).

As três Pessoas se envolvem inseparavelmente na missão divina e na missão da igreja. Essa cooperação na atividade divina embasa a doutrina das operações inseparáveis da Trindade.

Teologicamente, a doutrina das operações trinitárias inseparáveis emerge de três outras doutrinas: (1) a unidade das três Pessoas na natureza divina única indica que o Deus único cria, salva e santifica. (2) A habitação mútua das três Pessoas (*perichoresis*) significa que, enquanto o Pai trabalha, o Filho e o Espírito, que habitam nele, trabalham em conjunto com ele. (3) Por compartilharem uma única natureza divina, as três Pessoas têm a mesma vontade, conhecimento e poder. Como Agostinho expressou: “O Pai, o Filho e o Espírito Santo, por serem indivisíveis, operam de maneira indivisível”.¹

Embora todas as obras do Deus triúno sejam comuns a todas as três Pessoas, certas atividades são pertinentes ou associadas a uma delas. Assim, em nenhuma obra divina o Espírito Santo age independentemente do Pai e do Filho. No entanto, algumas obras divinas são da responsabilidade particular do Espírito, sem excluir as outras duas Pessoas. Essas obras são habitar, falar, recriar e aperfeiçoar.

Há muitos casos nas Escrituras em que, quando o Espírito vem sobre alguém, essa pessoa faz algo que envolve a fala (como profecia, bênção, louvor e falar em línguas). Por exemplo, quando Deus “tirou uma porção do Espírito

que estava [em Moisés] e a colocou nos setenta anciãos”, eles profetizaram (Nm 11.16,17, 25). Também, quando o Espírito de Deus veio sobre (o não israelita) Balaão (Nm 24.2-4), ele profetizou como alguém “que ouve as palavras de Deus”, desse modo abençoando em vez de amaldiçoar Israel (Nm 22—24). Segundo o Evangelho de Lucas, Isabel ficou cheia do Espírito Santo e pronunciou uma bênção sobre Maria (Lc 1.41,42). Da mesma forma, Zacarias ficou cheio do Espírito Santo e profetizou (Lc 1.67). E “o Espírito Santo estava sobre” Simeão, que “veio ao templo no Espírito” e bendisse a Deus (Lc 2.25-32).

No que diz respeito à revelação escrita com autoridade, a fala divina acontece por meio da inspiração da Escritura. Essa obra é particularmente atribuída ao Espírito Santo (2Pe 1.19-21). Por sinal, o Credo Niceno-Constantinopolitano confessa a crença no “Espírito Santo, o Senhor e Doador da Vida, [...] *que falou pelos profetas*” (grifo do autor). Assim, falar é uma obra do Deus triúno particularmente associada ao Espírito Santo.

A segunda obra é o papel que o Espírito tem na redenção. Todos os benefícios que Deus providencia em Jesus Cristo chegam aos cristãos por intermédio do Espírito Santo, que os une a Cristo e à sua obra salvadora. Embora ele certamente estivesse envolvido na criação do mundo (Gn 1.2), o papel particular do Espírito na salvação é o de recriar os seres humanos decaídos e aperfeiçoá-los, produzindo a plena conformidade com a imagem de Jesus Cristo. Essa é outra obra do Deus triúno que está especificamente ligada ao Espírito Santo.

Quando cristãos creem no evangelho, Cristo os batiza com o Espírito Santo. Assim, eles são unidos ao corpo de Cristo e enchidos com o Espírito Santo, tornando-se templos do Espírito, o que significa que o Deus triúno habita nos crentes por intermédio do Espírito.

Essa obra particular de habitação é o cumprimento de promessas divinas feitas há muito tempo. No jardim do Éden, Deus habitava com os portadores de sua imagem. Quando Adão e Eva pecaram, sua entrada no jardim em que haviam sido colocados e onde Deus habitava com eles foi proibida. Eles foram banidos da presença de Deus. Ainda assim, o tema da esperança soou, pois Deus prometeu: “Farei habitação no meio de vós, e minha alma não vos abominará. Andarei no meio de vós e serei o vosso Deus, e vós sereis o meu povo” (Lv 26.11-13; cf. Êx 29.45,46).

Para cumprir essa promessa, o Filho de Deus se fez carne (uma obra do Espírito Santo) e habitou entre as pessoas a quem veio salvar. Então, referindo-se à igreja, Paulo observa: “Pois somos templo do Deus vivo, como Deus disse: habitarei e andarei entre eles; serei o seu Deus, e eles serão o meu povo” (2Co 6.16). Paulo fala da expectativa do Antigo Testamento, que agora é cumprida na igreja: Deus habita em seu povo, como prometeu há muito tempo. Assim, o Espírito Santo enche a igreja (Ef 5.18-21), e seus líderes são caracterizados pela plenitude do Espírito (p. ex., Atos 6.1-7). Desse modo, a habitação é outra obra do Deus triúno especificamente associada ao Espírito

Santo.

Base bíblica

Como a discussão das obras de falar e habitar do Espírito já foi bem apoiada bíblicamente, a atenção agora volta para a base bíblica do seu papel na salvação (recriar e aperfeiçoar).

Mesmo antes de as pessoas crerem no evangelho, o Espírito Santo está trabalhando para convencer “o mundo [pessoas hostis a Deus] do pecado, da justiça e do juízo” (Jo 16.8). Isto é, o Espírito expõe seu fracasso para crer em Cristo como única esperança de salvação (Jo 16.9). Além disso, ele revela a inutilidade da justiça própria para merecer o favor de Deus (Jo 16.10). Mais ainda, o Espírito desmascara o julgamento mundano pelo qual os incrédulos procuram justificar-se ao se compararem favoravelmente com os que são “mais pecadores” (Jo 16.11; veja tb., p. ex., Lc 18.9-14). Pela convicção de pecado, o Espírito faz com que os incrédulos sintam sua culpa e vergonha, preparando-os para a única esperança de resgate.

Essa esperança é a aplicação dos poderosos atos de Deus na salvação. Regeneração é a remoção da velha natureza pecaminosa e a implantação de uma nova natureza. Esse novo nascimento vem pelo Espírito Santo (Jo 3.3-8; Tt 3.5-7). Quanto à resposta humana à atividade do Espírito, a conversão é motivada pelo Espírito. Na verdade, “ninguém pode dizer: ‘Jesus é Senhor!’, a não ser no Espírito Santo” (1Co 12.3). Como o Espírito suscita a fé, ocorre o poderoso ato divino de justificação, que vem por meio da fé. De fato, “fostes justificados em nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito do nosso Deus” (1Co 6.11; cf. Tt 3.5-7).

Outra poderosa obra de salvação, esta iniciada por Cristo, é o batismo de novos crentes com o Espírito Santo para juntá-los ao corpo de Cristo (1Co 12.13; Jo 1.33). Esse Espírito divino sela esses crentes, garantindo sua salvação (Ef 1.14; 4.30). Além disso, ele lhes concede, pelo seu testemunho interior, a certeza da salvação (Rm 8.16; 1Jo 4.13). Ele é também “o Espírito de adoção” (Rm 8.15), pelo qual os crentes são trazidos para a nova família daquele a quem clamam: “Aba! Pai!” (Gl 4.4-6). À igreja, o Espírito Santo concede unidade (Ef 4.3), líderes (At 20.28), poder de atrair os incrédulos com o evangelho (At 1.8) e dons espirituais (1Co 12—14; tratados no próximo capítulo, “Os dons do Espírito Santo”).

À medida que são continuamente encheidos com o Espírito Santo (Ef 5.18-21), os cristãos são guiados por ele para atender a todos os requisitos morais de Deus (Rm 8.1-8). Aliás, andar no Espírito os impede de se entregarem às obras de sua natureza pecaminosa, produzindo, em vez disso, o fruto da semelhança de Cristo em sua vida (Gl 5.16-25). Essa santificação, atribuída ao Espírito Santo (1Pe 1.2), é um movimento progressivo da pecaminosidade para a santidade (2Co 3.18). E ela é alimentada pela Escritura — sendo os crentes ajudados pela iluminação do Espírito (1Co 2.10-16) — e pela oração, que também recebe o auxílio do Espírito (Rm

8.26,27). No final dessa peregrinação, quando Cristo retornar, está a glorificação, em que a ressurreição do corpo é obra do Espírito (8.11).

Essa é, portanto, a obra específica do Deus triúno de recriação e aperfeiçoamento, e é particularmente associada ao Espírito Santo.

Principais erros

1. *A negação ou apatia em relação ao trabalho contínuo do Espírito Santo em seus muitos ministérios.* Essa perspectiva não compreende que a salvação, a santificação, o entendimento das Escrituras, a superação da tentação, a garantia da salvação e muito mais dependem da obra do Espírito.

2. *Uma excessiva atenção ao Espírito Santo, que leva a ignorar ou negligenciar o Pai e o Filho, a Escritura, a necessidade de uma fé cuidadosa, a sabedoria dos outros e muito mais.* Essa posição deixa de lado muitos dos elementos essenciais para o cristianismo robusto, por ter um foco muito estreito no Espírito.

APLICANDO A DOUTRINA

As pessoas se convertem e amadurecem na fé — e a igreja existe e se expande — por causa do Espírito Santo. A conscientização da importância do Espírito para nossa salvação e santificação, bem como para o crescimento e testemunho da igreja, é o primeiro passo para viver essa doutrina.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Nossa igreja parece enfatizar o Pai e o Filho, deixando de lado o Espírito Santo e suas muitas obras.**
- **Quando ouço histórias das grandiosas obras do Espírito Santo, como convencimento do pecado, regeneração, orientação, santificação e coisas semelhantes, minha história parece muito insignificante, até como se estivesse faltando alguma coisa.**
- **Se a função do Espírito Santo é glorificar a Cristo (Jo 16.14), não é melhor que os cristãos não falem muito sobre ele?**

- **A Palavra de Deus, como revelação divina escrita, é mais importante que o Espírito de Deus.**

Paulo nos exorta dizendo “sejam cheios do Espírito” (Ef 5.18-21). Esse imperativo contínuo exige uma postura constante de submissão ao bondoso controle do Espírito. Essa “vida no Espírito” produz uma genuína comunhão com os outros, sincera adoração a Deus, uma atitude constante de gratidão, a preferência aos outros acima de nós mesmos, a resistência ao pecado e muitas outras características do “fruto do Espírito” (Gl 5.16-24).

O que está em jogo nessa doutrina? Toda a aplicação da salvação que Cristo obteve para nós, a possibilidade de nos tornarmos cada vez mais conformes à sua imagem e o aperfeiçoamento de sua obra em nossa vida!

ENSINANDO A DOUTRINA

Conforme a obra do Espírito Santo vai sendo apresentada, os participantes devem ser incentivados a compartilhar histórias pessoais sobre as muitas ações do Espírito em sua vida. Lembrar de sua conversão — o sentimento de culpa e vergonha por causa do pecado, a experiência do novo nascimento, chamar Jesus de “Senhor” pela primeira vez, entender o evangelho, sentir o testemunho interior do Espírito dando certeza da salvação, deixar para trás sua vida anterior — deve ajudá-los a reconhecer o Espírito como particularmente responsável pela sua salvação. E relatar tudo o que o Espírito faz na santificação deve fazer com que tomem cada vez mais consciência da extrema necessidade de que ele guie, encha, capacite e transforme tudo. Aponte as funções do Espírito na igreja para incentivar os participantes a confiarem menos em programas e tradições e mais no poder vivificante do Espírito.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Breve explicação da obra do Espírito Santo
2. Histórias das ações poderosas do Espírito Santo
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. As inseparáveis operações do Deus triúno
 - B. As obras específicas do Espírito Santo
 - i. Falar
 - ii. Recriar e aperfeiçoar
 - iii. Habitar
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Negar a operação contínua do Espírito Santo em seus muitos ministérios ou ser apático em relação a ele
 - B. Dar excessiva atenção ao Espírito Santo, que leva a ignorar ou

negligenciar o Pai e o Filho, a Escritura, a necessidade de uma fé cuidadosa, a sabedoria dos irmãos e muito mais

5. Aplicando a doutrina

A. Conscientizar-se do Espírito Santo e de seus ministérios

B. Encher-se do Espírito Santo

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “Holy Spirit, work”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “God, doctrine of”, “Holy Spirit”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Deus, doutrina de”, Espírito Santo”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 40.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 40.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 13.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 30.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 30.

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 9.

_____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 17.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 9.

¹Augustine, *On the Trinity* 1.4.7, in: Philip Schaff, org., *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the Christian church*, tradução para o inglês de Arthur West Haddan (Grand Rapids: Eerdmans, 1978), série 1, vol. 3: *St. Augustin: on the holy Trinity, doctrinal treatises, moral treatises*, reimpr., p. 20 [edição em português: Agostinho, *Trindade: de Trinitate*, edição bilingue, tradução de Arnaldo do Espírito Santo, Domingos Lucas Dias; João Beato; Maria Cristina de Castro-Maia de Souza Pimentel (Prior Velho: Paulinas, 2007)].

OS DONS DO ESPÍRITO SANTO



RESUMO

Um aspecto particular da obra do Espírito Santo é o fato de ele dar dons à igreja. O propósito desses dons é promover o crescimento da igreja, especialmente pela capacitação de seus membros para o exercício do ministério.

TEMAS PRINCIPAIS

- Em consonância com suas obras particulares, o Espírito Santo confere dons à igreja.
- O principal objetivo dos dons espirituais é promover a maturidade e a missão da igreja por meio da capacitação de cada membro para o exercício do ministério.
- Outros propósitos são confirmar a mensagem do evangelho e de seus mensageiros; dar uma amostra da futura e mais completa obra do Espírito; e manifestar a vitória de Cristo sobre seus inimigos.
- É importante que os crentes identifiquem seus dons, aprendam como usá-los e sirvam em ministérios condizentes com esses dons.

- Há discordância entre o cessacionismo, que acredita que alguns dons espirituais cessaram, e o continuacionismo, que sustenta que todos os dons continuam ativos hoje.

PASSAGENS-CHAVE

Romanos 12.4-8; 1Coríntios 12—14;
Efésios 4.7-16; 1Pedro 4.10,11

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

O Espírito Santo é especificamente associado às obras divinas: (1) habitar o povo de Deus; (2) falar; (3) recriar e aperfeiçoar. Portanto, os dons que o Espírito concede à igreja refletem essas três operações particulares: seus dons para a igreja expressam e promovem as obras do Deus triúno pelas quais o Espírito é particularmente responsável.

O propósito dos dons espirituais é promover o crescimento da igreja em duas áreas principais: (1) em sua maturidade, por meio do aprofundamento da semelhança da igreja com Cristo, assegurando sua fidelidade doutrinal, intensificando e purificando sua vida comunitária, e muito mais; e (2) em sua missão, por meio da expansão da proclamação do evangelho pela igreja, bem como do discipulado em todo o mundo.

Na Bíblia, além de promover a maturidade e a missão da igreja, os dons espirituais serviam a outros propósitos. Assim como os sinais, os milagres e as maravilhas, os dons espirituais atestavam a veracidade da mensagem do evangelho e autenticavam seus mensageiros. Como as pessoas que entraram em contato com a igreja primitiva tiveram certeza de que a “nova” mensagem dela sobre a salvação por meio da morte e ressurreição de Cristo era verdadeira? Como reconheceriam que Pedro, João, Estêvão, Filipe, Paulo e muitos outros eram mensageiros fidedignos do evangelho? Deus deu testemunho de sua mensagem e de seus mensageiros por intermédio dos dons espirituais concedidos a eles (Hb 2.1-4).

Além disso, os dons espirituais fornecem uma antecipação da obra futura e mais completa que o Espírito realizará na era vindoura. Do mesmo modo que a obra do Espírito é mais extensa e intensa na era da nova aliança — a era do Espírito — do que no período da antiga aliança, há também a expectativa de uma obra do Espírito.

Mais ainda extensa e intensa depois da volta de Cristo, na era vindoura. Além disso, os dons espirituais também são a manifestação da vitória de Cristo sobre seus inimigos. Cristo subiu ao céu como o líder exaltado de toda a criação, tendo conquistado seus inimigos. De lá, ele enviou o Espírito Santo, cuja descida inaugurou a nova era do Espírito. Por seu triunfo e exaltação, e

por meio de seu Espírito, Cristo deu dons ao seu povo (Ef 4.7-11). Assim, os dons espirituais evidenciam sua vitória.

Até a ascensão do pentecostalismo e do movimento carismático, os dons espirituais não eram muito enfatizados e praticados na igreja. Esses movimentos, no entanto, desencadearam um debate importante: o Espírito Santo continua a distribuir todos os dons espirituais à igreja, incluindo os “dons de sinal”, como profecia, falar em línguas, interpretação de línguas, palavra de conhecimento, palavra de sabedoria, milagres e curas? A corrente que defende esse ponto de vista é chamada de continuacionismo. Ou o Espírito Santo deixou de distribuir esses dons de sinal, embora ainda conceda os outros dons, como ensinar, liderar, servir, doar e outros? Essa perspectiva é chamada de cessacionismo.

A teologia pentecostal e carismática sustenta o continuacionismo, e suas igrejas são caracterizadas pela expressão regular de todos os dons, incluindo os dons de sinal. O continuacionismo foi adotado por alguns evangélicos, resultando no “evangelicalismo de terceira onda”, que acredita que o Espírito continua a distribuir todos os dons espirituais para a igreja.

Base bíblica

Quatro seções da Escritura tratam dos dons do Espírito. A passagem de Efésios 4.7-16 ressalta que os dons, que vêm de Cristo para sua igreja, manifestam seu triunfo sobre seus inimigos (v. 7-10). Líderes que recebem dons — apóstolos, profetas, evangelistas e pastores e mestres (v. 11) — capacitam o restante da igreja para o ministério, e o resultado é que a igreja amadurece (v. 12-14). No cerne desse crescimento há uma dupla dimensionalidade. Na primeira, como um fundamento para a segunda dimensão, é uma dimensão divina que está em ação: Cristo “efetua o crescimento do corpo”. Na segunda, e, de modo derivado, a partir desse fundamento divino, é uma dimensão humana que está em ação: a igreja deve “crescer em tudo naquele que é a cabeça, Cristo [...] para edificação de si mesma em amor” (v. 15,16). Essa sinergia bidimensional produz o crescimento da igreja.

O texto de 1Coríntios 12—14 enfatiza que cada crente recebe pelo menos um dom, que deve ser usado “para benefício comum” (12.7). Além disso, é o Espírito que “distribui a cada um individualmente conforme sua vontade” e que capacita os crentes à medida que exercitam seus dons (12.11). Aqui, novamente, a bidimensionalidade dos dons espirituais entra em foco. O Espírito soberanamente distribui os dons espirituais e capacita para seu uso. Essa é a dimensão divina.

Existe uma dimensão humana correspondente: os dons espirituais são dons para os crentes. Quando o evangelho é comunicado, é o evangelista que o compartilha. Quando um culto é dirigido, quem o faz é alguém que tem o dom da liderança. Quando uma revelação é entregue, quem a comunica é um profeta. Além disso, a igreja deve “aspirar com zelo aos melhores dons” (1Co

12.31), aqueles que, como o dom de profecia, têm o maior potencial de edificar o maior número de pessoas (1Co 14.1-5). Assim, o exercício dos dons é uma atividade totalmente humana “para benefício comum”. Contudo, não é uma atividade meramente humana, por causa da obra do Espírito.

Essa discussão também dissipa todas as noções de inferioridade e superioridade em matéria de dons espirituais. Os crentes que têm “apenas” os dons de quem trabalha nos bastidores, como os dons de misericórdia e administração, não devem ficar desapontados. Tampouco devem se sentir orgulhosos os que têm dons públicos de ensino e liderança (1Co 12.12-26). A bem da verdade, a atmosfera adequada para o pleno exercício dos dons espirituais é a do amor (1Co 13).

A passagem de Romanos 12.4-8 aborda vários dons específicos e o modo como eles devem ser empregados na igreja. O pressuposto é que os crentes sabem que dons eles têm, de modo que podem prestar atenção e se beneficiar dessas instruções. A passagem de 1Pedro 4.10,11 apresenta instrução semelhante. Quando os cristãos usam corretamente seus dons espirituais, eles servem “uns aos outros” e trazem glória a Deus.

Será que o Espírito Santo continua a distribuir à igreja todos os dons? Ou será que ele parou de dar os dons de sinal? Os seguintes pontos favorecem o continuacionismo: (1) como o propósito primordial dos dons espirituais é promover a maturidade e a missão da igreja, esta, que ainda está amadurecendo e não completou sua missão, continua precisando de todos os dons. (2) A passagem de 1Coríntios 13.8-13 (e tb. 1.7,8) situa a cessação de dons espirituais na volta de Cristo, não antes disso. (3) Contrariamente ao cessacionismo, que vincula especificamente os dons de sinal com os apóstolos, o continuacionismo observa que muitos cristãos que não eram apóstolos exerciam os dons de profecia, línguas, milagres e curas (1.7; Gl 3.5; At 8.4-8; 10.44-48). Assim, é vazio o argumento de que, como não há mais apóstolos, não pode haver mais dons de sinais. (4) Evidências históricas indicam a continuação dos dons de sinal na igreja após o primeiro século.

Os pontos em favor do cessacionismo são: (1) a passagem de 1Coríntios 13.8-13 associa a cessação de dons de sinal, como profecia e falar em línguas, à conclusão do cânon do Novo Testamento. Seria a essa plenitude da revelação que se refere a frase: “quando vier o perfeito” (13.10). Os dons de sinal foram os meios que Deus usou para comunicar sua revelação à igreja primitiva. Quando veio o que é perfeito — quando a provisão da revelação de Deus foi terminada com a conclusão do Novo Testamento —, esses dons revelatórios perderam sua função e cessaram. (2) Uma modificação do ponto 1 é que o texto de 1Coríntios 13.8-13 não especifica o tempo da cessação desses dons espirituais. Assim, a determinação dessa questão deve ser feita com base em outras passagens. (3) Os dons de sinal eram especificamente associados aos apóstolos (2Co 12.12). Como os apóstolos não existem mais, os dons de sinal associados a eles não estão mais sendo dados à igreja. (4) Como os dons de sinal dizem respeito à revelação, sua continuação contestaria a suficiência das

Escrituras. (5) Evidências históricas apontam para a cessação de dons de sinal na igreja após o primeiro século.

Principais erros

1. *Negligenciar o ensino sobre os dons espirituais e o seu uso, enfatizando, em vez disso, a teologia, a Bíblia e/ou os oficiais da igreja como aqueles que têm os dons e são responsáveis pelo crescimento da igreja.* Essa prática priva os membros de importantes ensinamentos bíblicos e do exercício de seus dons e impede que as igrejas amadureçam e se multipliquem por meio da utilização de todos os recursos que Deus lhes concede.

2. *Enfatizar demais os dons espirituais e/ou expressá-los de maneiras que contrariam a instrução bíblica.* Muitas vezes, há um abuso dos dons de profecia e falar em línguas. Alegações de curas e milagres, quando não confirmadas, levam ao ceticismo sobre os dons de sinal. Frequentemente, essa posição deixa de lado o ensino das Escrituras quanto ao propósito e uso dos dons espirituais.

APLICANDO A DOUTRINA

O amor é a atmosfera na qual se deve usar o dom. Assim, a igreja faz bem em não medir seu nível de espiritualidade ou maturidade pela mera presença de ensino, misericórdia, doação, serviço, profecia, línguas e coisas semelhantes que estão ocorrendo em suas reuniões. Em vez disso, deve insistir em que seus membros que têm dons espirituais — todos os membros da igreja — evangelizem com interesse pelos perdidos; curem, não para se exibirem, mas por compaixão pelos que sofrem, doem, não para receberem algo em troca, mas para cuidarem dos outros; exerçam a liderança, não com queixas, mas por devoção à igreja, e assim por diante.

ENSINANDO A DOUTRINA

Como várias passagens importantes da Escritura abordam esse tópico, um estudo bíblico sobre dons espirituais é um bom ponto de partida. Certifique-se de destacar o(s) propósito(s) dos dons espirituais, sua bidimensionalidade e a atmosfera apropriada de amor.

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **Como posso descobrir que dom ou dons o Espírito me deu?**
- **Estou frustrado porque já fiz um inventário de dons espirituais antes, mas não fui**

- colocado em um ministério
no qual posso exercer meu
dom.**
- **Eu sinto que tenho o dom de
profecia (ou de falar em
línguas), mas não há espaço
para exercer esse dom em
minha igreja.**
 - **Será que os muitos excessos
da teologia pentecostal e
carismática não são uma
advertência de que não se
deve dar muita atenção ao
Espírito Santo e aos seus
dons?**

O ensino deve também ajudar os participantes a identificarem que dom ou dons o Espírito soberanamente lhes deu. Existem várias maneiras de abordar esse assunto. Um método popular é fazer com que os participantes examinem uma lista de dons espirituais. Outra maneira é estimular os participantes a dizerem uns aos outros como foram abençoados com encorajamento, ensinamentos, liderança, palavras proféticas e assim por diante. Esses frutos no ministério indicam qual o dom espiritual está por trás dele.

À medida que os participantes identificam seus dons, devem ser instruídos sobre como usá-los da melhor maneira. Essa instrução inclui exercê-los em amor, buscando edificar a igreja em vez de usá-los para autoglorificação, bem como confiar na capacitação do Espírito. O ensino deve, em última instância, levar os participantes a implementarem concretamente seus dons a serviço da igreja.

Deve-se tomar cuidado para não incorrer em vários excessos: (1) a fascinação por dons espirituais. Embora os cristãos devam ser encorajados a conhecer e usar seus dons, não se deve permitir que esse tópico domine a doutrina do Espírito Santo. (2) A fascinação pelos dons de sinal, como falar em línguas, profetizar, curar e muito mais. Embora seja necessária uma discussão franca sobre o cessacionismo e o continuacionismo (com a firme e ao mesmo tempo amorosa defesa da posição da igreja), não se deve permitir que a igreja seja enredada em controvérsia a ponto de deixar de perceber os muitos outros ministérios do Espírito. (3) O medo de falar sobre o Espírito por causa dos muitos excessos associados aos seus dons.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo

2. Estudo bíblico sobre as passagens principais
3. Inventário de dons espirituais ou alguma outra forma de identificar os dons espirituais dos participantes
4. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Os dons espirituais como reflexos das obras particularmente associadas com o Espírito Santo
 - B. O(s) propósito(s) dos dons espirituais
 - C. Debate entre cessacionismo e continuacionismo
5. Principais erros a serem evitados
 - A. Negligenciar o ensino sobre os dons espirituais e o seu uso, enfatizando, em vez disso, a teologia, a Bíblia e/ou os oficiais da igreja como aqueles que têm os dons e são responsáveis pelo crescimento da igreja
 - B. Enfatizar demais os dons espirituais e/ou expressá-los de maneiras que contrariam a instrução bíblica
6. Aplicando a doutrina
 - A. Exercer os dons espirituais em uma atmosfera de amor
 - B. Não medir o grau de espiritualidade ou maturidade tendo como referência o uso de dons espirituais

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “cessationism”, “continuationism”, “miraculous gifts”, “spiritual gifts”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “spiritual gifts”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “dons espirituais”.
- ERICKSON. *Christian theology*. p. 790-810.
- _____. *Teologia sistemática*.
- GRUDEM. *Systematic theology*. caps. 52 e 53.
- _____. *Teologia sistemática*. caps. 52 e 53.
- HORTON. *Pilgrim theology*. p. 413-9.



GRAÇA COMUM



RESUMO

A graça comum é o favor universal que Deus concede a todos, tanto crentes quanto incrédulos.

TEMAS PRINCIPAIS

- Embora a graça de Deus seja geralmente associada a seus poderosos atos de salvação, Deus mostra sua benevolência a todas as pessoas por meio de sua graça comum.
- Como favor universal de Deus, a graça comum é diferente da graça salvadora, o favor específico que ele concede somente aos crentes para a salvação.
- A graça comum também é diferente da graça preveniente, o favor universal que Deus concede com o objetivo de preparar todas as pessoas para satisfazerem as condições da salvação.
- Deus criou os seres humanos à sua imagem e é benevolente com todos eles.
- A graça comum é encontrada em várias áreas.
- Embora comum, no sentido de que é dada a todos, essa graça não é experimentada na mesma medida por

todos.

- O objetivo da graça comum é estimular os incrédulos a aceitarem o evangelho por meio da graça salvadora. Além disso, ela desperta a gratidão dos crentes.

PASSAGENS-CHAVE

Gênesis 4; Mateus 5.45; Atos 14.17;
Romanos 2.4,14,15; 13.1-7; 1Timóteo 4.3,4

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

A discussão da graça de Deus inaugura apropriadamente esta seção sobre a doutrina da salvação. Nos nove capítulos seguintes, o foco será a graça de Deus em seus poderosos atos de redenção (p. ex., regeneração e justificação). Antes de examinarmos esse aspecto da graça divina, outro aspecto — a graça comum — merece ser abordado.

A graça comum é o favor que Deus concede a todas as pessoas, tanto crentes quanto incrédulos. São as benevolentes bênçãos universais de Deus que não estão diretamente relacionadas à salvação. Essa graça comum, portanto, é diferente da graça salvadora, que é o favor particular de Deus concedido apenas aos crentes com o propósito de efetuar sua salvação.

A graça comum também é diferente da graça preveniente da teologia arminiana. A graça preveniente também é o favor universal de Deus, mas está diretamente relacionada à salvação pelo seu efeito de restaurar em todas as pessoas a capacidade de se arrepender do pecado e de crer em Cristo. A teologia reformada não apoia a ideia da graça preveniente, mas, sim, a graça comum e a graça salvadora.

A graça comum é o favor que Deus concede a todas as pessoas porque a criou à sua imagem. Como Pai de seus filhos por meio da criação, ele ama e abençoa os que portam sua imagem de inúmeras maneiras e em várias áreas.

Uma das áreas em que a graça comum atua é a das provisões físicas de Deus para sustentar a vida humana. Manifesta-se na provisão de comida, água, abrigo e outras necessidades básicas para a existência.

Outra área é a capacidade humana de cumprir o mandato cultural. Aos seus portadores de sua imagem, Deus deu a responsabilidade de construir a civilização por meio da procriação e da vocação. Pela graça comum, os seres humanos têm os dons e talentos necessários para o cumprimento desse mandato. Essa graça comum manifesta-se em capacidades intelectuais (p. ex., a capacidade de fazer descobertas científicas e produzir avanços tecnológicos), habilidades artísticas (talento para a música e a escrita), habilidades atléticas (talento para a ginástica e a corrida), habilidades ligadas ao exercício da

profissão (discernimento jurídico e sagacidade política) e muito mais.

A consciência humana é outra área de graça comum. Deus dotou todo ser humano com um senso inato de dever ético. Esse árbitro moral capacita as pessoas a conhecerem os princípios básicos do certo e do errado e a distinguirem o que é certo do que é errado em diferentes situações. Além disso, a consciência aplaude a obediência e repreende a desobediência, apontando para o legislador moral que está por trás do certo e do errado. Essa graça comum se manifesta quando as pessoas fazem o que é bom e evitam o que é mau, promovem a vida e lutam contra a injustiça social.

Outra área em que a graça comum atua é a de estruturas sociais, como a família e o governo. A maioria dos seres humanos adultos é casada, e a maioria desses casais tem filhos. A procriação faz parte da responsabilidade dos portadores da imagem divina de construir a sociedade por meio da expansão da espécie humana. A graça comum se manifesta nas habilidades relacionais, parentais e filiais que permitem o desenvolvimento de famílias amorosas, carinhosas e apoiadoras.

O governo humano é outra estrutura que promove a prosperidade da sociedade. Cada nação, tribo, clã e comunidade tem algum tipo de governo, que é divinamente estabelecido. A graça comum se manifesta em leis justas, tratamento justo, proteção contra danos, restrição do mal, punição do erro e promoção do bem.

A graça comum de Deus se manifesta em toda parte, mas não necessariamente na mesma medida. Embora todo ser humano receba o cuidado divino, alguns recebem provisão maior do que outros. Essa diferença se deve tanto à medida da graça comum concedida quanto a outros fatores (p. ex., devastação causada por um terremoto). Embora todo ser humano seja dotado de algumas habilidades, alguns são mais dotados do que outros. Essa diferença se deve tanto à medida da graça comum concedida quanto a outros fatores (p. ex., o acesso à educação para desenvolver essas habilidades). Embora todo ser humano tenha origem na relação sexual entre um homem e uma mulher, alguns têm melhores relações familiares do que outros. Essa diferença se deve tanto à medida da graça comum concedida quanto a outros fatores (p. ex., a disposição de um casal não casado de ser uma família e de educar seu filho). Embora todo ser humano esteja sob algum governo, alguns têm governos melhores que outros. Essa diferença se deve tanto à medida da graça comum concedida quanto a outros fatores (p. ex., um governo corrupto que favorece as elites e não protege outros cidadãos).

Consequentemente, graça comum não significa “na mesma medida para todos”, mas “universal”, estendida a todos. Tampouco significa “mundana”, embora a graça comum seja muitas vezes aceita como algo natural e sem nenhuma conexão com sua verdadeira fonte, que é Deus. Ela é tudo, menos banal e corriqueira, como se vê nas colheitas abundantes, nos avanços médicos, nos gênios artísticos, nas famílias amorosas, nas iniciativas globais contra o tráfico humano e muito mais.

A graça comum deve estimular duas respostas: embora sejam indignos de Deus, os incrédulos, experimentando seu favor, serão movidos a buscar o Provedor da graça comum e, depois, a abraçar o evangelho por meio da graça salvadora. Os crentes, experimentando tanto a graça salvadora quanto a graça comum, embora não merecedores de nenhuma delas, darão graças a Deus por suas bênçãos incomensuráveis.

Base bíblica

A criação à imagem divina é apresentada em Gênesis 1. Deus se propôs a criar um ser mais parecido com ele do que qualquer outro ser criado, e então criou unicamente os seres humanos à sua imagem (1.26,27). Aos portadores de sua imagem, tanto homens quanto mulheres, Deus deu o mandato de construir a civilização por meio da procriação (“Frutificai, multiplicai-vos e enchei a terra”) e da vocação (“sujeitai-a e dominai sobre” o resto da criação; 1.28). A graça comum ajuda os seres humanos a cumprir suas responsabilidades.

A graça comum se manifesta nas provisões materiais de Deus para o sustento da vida humana: “Ele faz nascer o sol sobre o mau e o bom, e faz chover sobre o justo e o injusto” (Mt 5.45). De fato, Deus faz “o bem, dando [às pessoas] chuvas do céu e estações frutíferas, satisfazendo [seus] corações com alimento e alegria” (At 14.17).

A graça comum de Deus abençoa os seres humanos com as habilidades necessárias para cumprirem sua responsabilidade de construir a civilização. O livro de Gênesis narra o começo do cumprimento dos dois aspectos do mandato cultural. A procriação é enfatizada pela repetição da frase “e gerou...”. Adão e Eva geram os primeiros filhos, Caim e Abel (Gn 4.1,2), e a espécie humana se multiplica (Gn 5; 10; 11). O chamado vocacional é especificado no trabalho de pastorear e cuidar da agricultura (Gn 4.2), construir cidades (Gn 4.16,17), cuidar do gado, tocar música e forjar ferramentas (Gn 4.20-22). As habilidades humanas de procriação e vocação são fruto da graça comum.

A consciência humana é outra manifestação da graça comum. Paulo afirmou que os gentios “demonstram que a operação da lei está inscrita em seus corações, enquanto sua consciência testemunha e seus pensamentos conflitantes ora os acusam, ora os defendem” (Rm 2.14,15). Pela graça comum, todos conhecem os princípios básicos do certo e do errado e são considerados moralmente responsáveis por seguirem os ditames de sua consciência.

As estruturas da família e do governo são outras manifestações da graça comum. Deus é “o Pai, de quem toda família nos céus e na terra recebe o nome” (Ef 3.14,15). Não ter família é uma tragédia, como se depreende do fato de que Deus se proclama “Pai dos órfãos e defensor das viúvas” (Sl 68.5). A graça comum é identificada na estrutura da família humana.

Uma segunda estrutura é o governo. Depois de ressaltar o fato de que todas as autoridades “foram instituídas” por Deus, Paulo exige submissão a

essas autoridades. A resistência à autoridade é a resistência “ao que Deus instituiu, e os resistentes entrarão em julgamento”. O governo existe para coibir os delitos, punir o mal e conter a propagação do pecado. Paulo resume: “As autoridades são ministros de Deus” (Rm 13.1-7), fruto da graça comum.

Há dois tipos de resposta adequada à graça comum. Dirigindo-se aos incrédulos, Paulo se pergunta: “Desprezas as riquezas da sua bondade, tolerância e paciência, ignorando que o objetivo da bondade de Deus é conduzir-te ao arrependimento?” (Rm 2.4). A experiência da graça comum deve levar os incrédulos a reconhecerem o favor de Deus, que eles certamente não merecem por sua rebelião contra ele, afastando-os de seus pecados e fazendo-os buscarem a salvação. Para os crentes, a consciência, as estruturas sociais, as provisões físicas, os dons e as habilidades para cumprir suas responsabilidades divinas são mais razões para dar graças a Deus (1Tm 4.3,4).

Principais erros

Como essa doutrina é ensinada com pouca frequência, não há grandes erros associados a ela. Ainda assim, negligenciá-la é um erro, assim como é um erro confundir a graça comum com a graça salvadora.

1. *Negligenciar ou rejeitar a graça comum.* Essa ideia imatura ignora as inúmeras bênçãos do favor de Deus, tanto para os crentes quanto para os incrédulos.

2. *Confundir graça comum e graça salvadora.* A doutrina da graça comum não afirma, nem mesmo implica, que esse favor divino seja de algum modo salvífico. Não sustenta, nem mesmo sugere, que os incrédulos, como recipientes da graça comum, possam cooperar com essa graça (ou fazer qualquer outra coisa) para serem salvos. O bem que os incrédulos fazem como fruto da graça comum — obedecer à própria consciência, serem excelentes profissionais, serem pais exemplares — não merece a graça salvadora.

APLICANDO A DOUTRINA

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Essa doutrina me incomoda porque parece que os incrédulos são capazes de fazer o bem e até mesmo salvar-se.**
- **Por que existem diferentes medidas da graça comum?**
- **Por que Deus muitas vezes dá mais habilidades**

**intelectuais, artísticas,
atléticas e profissionais para
os incrédulos do que para os
cristãos?**

Estar atentos à graça comum, estendida tanto aos crentes quanto aos incrédulos, ajuda-nos a viver com maior consciência das inumeráveis bênçãos de Deus e com maior gratidão por esses dons concedidos à espécie humana. Devemos demonstrar nosso apreço de várias maneiras: admirar arranha-céus bem projetados e construídos. Apreciar o trabalho de cultivar hectares e mais hectares de macieiras e soja. Rir e chorar ao assistir uma tragicomédia. Maravilhar-nos com nadadores e velocistas olímpicos quebrando recordes mundiais em seus esportes. Aprovar as decisões judiciais corretas. Sentir alegria ao pintar uma imagem, fazer uma escultura, escrever um livro ou compor uma música. Quando a graça comum é manifestada, seu fruto estimula essas reações e, por trás de todas elas, maior gratidão a Deus.

ENSINANDO A DOUTRINA

Um bom ponto de partida é fazer com que os participantes compartilhem histórias de bênçãos divinas que experimentam ou que membros da família, amigos e colegas incrédulos experimentam. Destacar as manifestações reais da graça comum ajuda a tornar concreta essa doutrina. Preste atenção aos participantes que se sentem incomodados com essa discussão e corrija quaisquer possíveis mal-entendidos.

Um equívoco crucial é a ideia de que essa doutrina parece exaltar os incrédulos de maneira inadequada. Alguns participantes podem desdenhar ou desprezar os não cristãos — vê-los como pecadores odiados por Deus e prontos para a condenação eterna. Esses participantes têm dificuldade de pensar ou dizer alguma coisa boa sobre os incrédulos por medo de minimizar a situação desesperada. Lembre-os de que todos os seres humanos são criados à imagem de Deus e são amados por ele como seu Pai, no que se refere à criação. A graça comum de Deus é o seu favor legitimamente concedido a seus filhos.

O que se espera desse ensinamento é que os participantes deem graças a Deus por suas inúmeras bênçãos. A maioria está acostumada a agradecer pela graça salvadora em suas muitas manifestações. Ajude-os a reconhecer também as bênçãos da graça comum que eles experimentam todos os dias. Essas manifestações nos dão mais motivos para sermos gratos a Deus em todo tempo.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Breve explicação sobre a graça comum e suas diferenças em relação à graça

- salvadora
2. Histórias de bênçãos da graça comum
 3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Criação à imagem divina
 - B. Provisões físicas para sustentar a vida humana
 - C. Habilidades humanas para obedecer ao mandato cultural
 - D. A consciência
 - E. Estruturas da família e dos governos
 - F. Graça comum dada em diferentes medidas
 4. Principais erros a serem evitados
 - A. Negligenciar ou rejeitar a graça comum
 - B. Confundir graça comum com graça salvadora
 5. Aplicando a doutrina
 - A. Ser grato pelas inúmeras bênçãos de Deus
 - B. Louvar a Deus pelas bênçãos que ele concede tanto a crentes quanto a incrédulos

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “common grace”, “prevenient grace”, “saving grace”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “grace”.
- _____. *Enciclopedia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “graça”.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 31.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 31.
- HORTON. *Pilgrim theology*. p. 113-5.

ELEIÇÃO E REPROVAÇÃO



RESUMO

A eleição é o propósito de Deus a respeito da redenção de pessoas. A reprobção é o propósito de Deus de não salvar certas pessoas.

TEMAS PRINCIPAIS

- Eleição e reprobção são geralmente associadas à predestinação, que inclui o propósito de Deus quanto ao destino eterno dos seres humanos.
- Para alguns, o propósito de Deus na salvação consiste em dois aspectos: eleição e reprobção.
- Para outros, o propósito de Deus se limita apenas à eleição.
- Os que defendem a eleição incondicional afirmam que Deus escolhe alguns para a salvação com base em sua vontade soberana e no prazer de salvá-las.
- A reprobção é o propósito eterno e soberano de Deus de não salvar certas pessoas, mas entregá-las aos seus pecados, pelos quais ele as pune com justiça.
- Os que defendem a eleição condicional afirmam que Deus escolhe pessoas para a salvação com base em sua fé no

PASSAGENS-CHAVE

Atos 13.48; Romanos 9.14-24; 11.5-7;
Efésios 1.3-14; 1 Tessalonicenses 1.4,5;
2 Tessalonicenses 2.13,14; 1 Timóteo 2.4;
2 Timóteo 1.9; 1 Pedro 2.4-8; 2 Pedro 3.9

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

A predestinação é a determinação soberana de Deus acerca de tudo o que acontece, incluindo seu propósito em relação ao destino eterno dos seres humanos. Envolve dois aspectos. O primeiro é a eleição, que é o propósito eterno de Deus em relação à salvação de certas pessoas. Mais especificamente, a questão é a natureza da eleição: se é incondicional ou condicional. O segundo é a reprobção, que é o propósito eterno de Deus de não salvar certas pessoas. Mais especificamente, a questão é se a reprobção faz parte da predestinação divina ou não.

A eleição diz respeito à escolha divina de certas pessoas para serem salvas. Os que defendem a eleição incondicional sustentam que essa escolha divina tem como base a vontade soberana de Deus e o seu bel-prazer de salvá-las. Os princípios-chave são os seguintes: (1) Deus é soberano, e sua eleição é soberana. (2) No passado eterno, e por sua graça em Cristo, Deus escolheu certas pessoas para serem salvas. (3) No tempo, Deus concede graça e fé salvadora somente aos eleitos. (4) A eleição precede os poderosos atos de Deus na salvação (como regeneração e justificação).

Para os que defendem os dois aspectos da predestinação, a reprobção é o propósito eterno e soberano de Deus de não salvar certas pessoas, e sim entregá-las aos seus pecados, pelos quais ele as pune com justiça. Essa decisão divina não se baseia no conhecimento prévio da incredulidade e das más ações das pessoas. Ainda assim, embora a decisão divina não seja favorável para os réprobos, eles pecam voluntariamente e são responsabilizados por isso — e são punidos justamente.

Os que defendem a eleição condicional afirmam que Deus escolhe pessoas para a salvação com base em sua fé no evangelho e na sua permanência em Cristo, que Deus conhece de antemão. Os princípios-chave dessa posição são os seguintes: (1) Deus deseja que todos sejam salvos. (2) Embora todos os seres humanos sejam irremediavelmente pecadores, a graça preveniente restaura a capacidade de arrepender-se do pecado e crer no evangelho. (3) Em sua perfeita presciência, Deus antevê aqueles que abraçarão a salvação e perseverarão nela e os elege de acordo com isso.

Há uma grande divisão entre as teologias reformadas e arminianas no que

diz respeito a essa doutrina. A teologia reformada sustenta a eleição e a reprovação, ambas incondicionais. A teologia arminiana sustenta a eleição, que é condicional. Algumas variedades não abordam a reprovação, mas aquelas que o fazem rejeitam a reprovação incondicional.

Base bíblica

O apoio bíblico à predestinação divina inclui a afirmação de que essa predestinação é “conforme o propósito daquele que faz todas as coisas segundo o desígnio da sua vontade” (Ef 1.11). Sem minimizar o importante papel das decisões e ações humanas, a sabedoria reconhece: “Muitos são os planos na mente do homem, mas o propósito do SENHOR prevalecerá” (Pv 19.21). Os seres humanos decidem e agem de forma legítima e responsável, mas a sabedoria lhes diz “que o caminho do homem não está nele, nem lhe compete dirigir seus passos” (Jr 10.23).

A teologia reformada sustenta que a predestinação divina abrange tanto a eleição quanto a reprovação. Ambas são incondicionais, baseadas na vontade soberana de Deus e em seu prazer gracioso de salvar ou não salvar.

O apoio bíblico inclui o seguinte: Deus escolheu as pessoas “em Cristo”. Ele as destinou para adoção “segundo a boa determinação de sua vontade”. E Deus as destinou “conforme o propósito daquele que faz todas as coisas segundo o desígnio da sua vontade” (Ef 1.4,5,11). Todos os que são designados para a vida eterna creem (At 13.48). A eleição divina, que está em Cristo, baseia-se no propósito e na vontade de Deus.

A eleição é também pela graça. Historicamente, o remanescente de Israel foi “escolhido pela graça”. Esse princípio continuava válido na época de Paulo: “Assim, pois, também no tempo presente há um remanescente, escolhido pela graça”. A lição que ele extrai diz respeito à eleição: “Mas, se é pela graça, já não é com base em obras; do contrário, a graça já não seria graça” (Rm 11.5,6). Então, combinando os dois pontos acima, vemos que a eleição divina se deve ao “propósito e [à] graça” de Deus (2Tm 1.9).

O propósito de Deus é que os eleitos “sejam santos e irrepreensíveis diante dele” (Ef 1.4) e vivam “para o louvor de sua gloriosa graça” (Ef 1.6,12,14). A eleição não se baseia em boas obras e em uma vida louvável, mas certamente resultará nisso. Aliás, embora seja uma decisão divina, a escolha de Deus se torna manifesta quando um cristão recebe a Cristo e vive para ele (1Ts 1.4,5).

Quanto ao momento de sua ocorrência, a eleição se deu “antes da fundação do mundo” (Ef 1.4). Os eleitos, escolhidos em Cristo “antes do início dos tempos” (2Tm 1.9), de acordo com o propósito e a graça de Deus, experimentam a poderosa obra do Espírito Santo, respondem ao chamado divino e creem no evangelho pela fé para serem salvos.

Os defensores da reprovação indicam três passagens bíblicas. Em Romanos 9.15-18, Paulo cita as palavras de Deus a Moisés: “Terei misericórdia de quem eu quiser ter misericórdia”. Assim, a salvação “não depende da vontade nem do esforço de alguém, mas de Deus mostrar

misericórdia”. O contrário também é verdade, como ilustra o modo como Deus trata o faraó: “Portanto, ele [Deus] tem misericórdia de quem quer e endurece a quem quer”. Deus é responsável tanto pela misericórdia quanto pelo endurecimento.

Para os que não aceitam a ideia dessa determinação divina, Paulo enfatiza o direito que Deus tem de fazer o que quiser. Ele fala de “vasos de ira preparados para a destruição” e “vasos de misericórdia, que ele [Deus] preparou de antemão para a glória”. O último grupo — os eleitos — recebe aquilo que nunca poderia obter por si mesmo: a salvação é totalmente de Deus. O primeiro grupo — os réprobos — está designado para a destruição. Será que essa afirmação deve ser entendida no sentido de que eles se preparam para a morte final por sua falta de fé e más obras? Também nesse caso, o contexto ressalta a soberania divina, tanto na eleição, resultando na misericórdia de Deus, quanto na reprovação, resultando em endurecimento e destruição (Rm 9.14-24). A predestinação divina está por trás dos dois destinos.

Paulo trata de um tema semelhante em Romanos 11. O fundamento da eleição é o fato de Deus escolher gratuitamente pessoas pecadoras. Assim, “os eleitos [...] alcançaram [a salvação], mas o restante foi endurecido” (v. 7). Existem duas categorias de pessoas: os eleitos e os réprobos. Quanto a este último grupo, Pedro explica que eles tropeçam na pedra angular, Cristo. Especificamente, “eles tropeçam por desobedecerem à palavra, como foram destinados a fazer” (1Pe 2.4-8). Isto é, o tropeço dos incrédulos em virtude da desobediência à palavra de Deus é o seu destino. Deus designou os réprobos para serem incrédulos, ofenderem-se com Cristo, tropeçarem nele.

A teologia arminiana sustenta que a predestinação divina abrange a eleição, mas não — segundo algumas de suas formulações — a reprovação, e certamente não a reprovação incondicional. Além disso, a eleição é condicional, com base em uma resposta de arrependimento e fé no evangelho e de perseverança na salvação, resposta que Deus conhece perfeitamente. Assim, com base na presciência dos que responderão com arrependimento e fé e perseverarão na salvação, Deus os elegerá.

Os defensores da eleição condicional argumentam: Deus “deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade” (1Tm 2.4; cf. 2Pe 3.9). Se esse é o desejo divino, então não faz sentido Deus eleger apenas alguns para a salvação. Diante desse desejo, o fundamento da eleição deve ser alguma outra coisa, em vez da escolha divina selecionando alguns para a salvação e excluindo outros.

De acordo com seu desejo divino, Deus concede graça preveniente a todas as pessoas pecadoras, restaurando em todas a capacidade de satisfazer às condições da salvação. Só isso faz sentido, como demonstram os apelos universais da Escritura para que as pessoas sejam salvas: “Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos darei descanso” (Mt 11.28; cf. Is 45.22). Esses apelos a todas as pessoas não fariam sentido se a

capacidade de aceitar a salvação fosse concedida apenas a alguns: os eleitos. Por meio da graça preveniente, quando as pessoas ouvem o evangelho, elas reagem com a resposta humana adequada de arrependimento e fé. Além disso, por causa de sua perfeita presciência, Deus sabe de antemão quais são os que aceitarão a salvação e perseverarão nela. Ele os elege para a salvação. Assim, a eleição é condicional.

Principais erros

1. *Qualquer ênfase excessiva na predestinação divina que resulte em uma completa negação da responsabilidade humana pelo arrependimento e pela fé que levam à salvação, e pela falta de fé e pela desobediência que levam à condenação.* O determinismo rígido ignora o ensino bíblico de que os seres humanos são agentes moralmente responsáveis, que respondem por suas escolhas.

2. *Em sentido oposto, qualquer ênfase exagerada na responsabilidade humana que resulte em uma completa negação do papel divino na salvação.* Tanto a teologia reformada (ressaltando a graça salvadora) quanto a teologia arminiana (ressaltando a graça preveniente) enfatizam a necessidade da graça para a salvação. Minimizar ou negar a importância do papel divino na salvação significa desprezar o ensino bíblico de que a pecaminosidade humana só pode ser vencida pela graça de Deus.

3. *Qualquer rejeição da doutrina reformada da eleição com base na alegação de que contradiz o desejo declarado de Deus de que todos aceitem a salvação, ou de que constitui um obstáculo ao evangelismo, ou de que seja injusta.* A posição reformada distingue entre o desejo de Deus e a vontade de Deus. Como os dois são coisas diferentes, o desejo de Deus de que todos sejam salvos (um desejo que ele não realiza) é diferente de sua decisão de eleger alguns e não outros. Além disso, a eleição não pode ser um impedimento para o evangelismo porque, para que os sejam salvos, os eleitos precisam ouvir o evangelho e crer nele. Quanto à acusação de que a eleição é injusta, a posição da Reforma ressalta que, se Deus fosse agir só com justiça, ninguém seria salvo. Se Deus quer eleger alguns, levando-os à salvação, isso é um ato da sua graça, que vai além do julgamento e, em vez de punição, concede favor.

4. *Qualquer rejeição da doutrina arminiana da eleição sob a alegação de que ela não requer a graça divina ou de que equivale à salvação pelas obras.* Conforme observado no erro principal no item 2, a teologia arminiana enfatiza a necessidade da graça preveniente, que permite que os incrédulos respondam corretamente ao evangelho e perseverem na salvação como os eleitos de Deus.

5. *Qualquer atitude de despreocupação ou irreverência em relação à doutrina da reprobção.* Conforme Calvino ressaltou, trata-se de uma “doutrina horrenda”, que trata do destino eterno de nossos ancestrais, pais, irmãos, cônjuges, filhos, amigos, colegas de trabalho, enfim, de multidões. A natureza extremamente séria dessa doutrina difícil deve suscitar nos eleitos gratidão eterna por sua salvação. Por sua vez, Deus não deve ser retratado como um tirano louco, sadicamente destinando os réprobos a uma eternidade no inferno. Afinal de

contas, eles são portadores de sua imagem, a quem ele ama.

APLICANDO A DOCTRINA

Segundo Paulo, a resposta adequada à eleição divina é sermos “santos e irrepreensíveis diante dele” (Ef 1.4) e vivermos “para o louvor de sua gloriosa graça/glória” (Ef 1.6,12,14). Não há nenhum elemento em nós que nos distinga de todos os outros e tenha levado Deus a nos escolher, na eternidade passada. Somos todos igualmente portadores da imagem de Deus. Todos caímos em pecado. Todos somos igualmente incapazes de resgatar a nós mesmos ou merecer salvação.

Do ponto de vista arminiano, os seres humanos são salvos e perseveram nessa salvação à medida que cooperam com a graça preveniente. Sua eleição está condicionada a essa cooperação, que Deus conhece perfeitamente. Eles se alegram com a provisão de Deus. Do ponto de vista reformado, os eleitos recebem graça divina que lhes permite aceitar a salvação e perseverar nela. Sua eleição é incondicional, baseada no prazer de Deus e na vontade soberana de conceder-lhes sua graça. Eles se alegram com a provisão de Deus.

As duas perspectivas impedem qualquer sentimento de arrogância, favoritismo e merecimento. Seria inimaginável os seres humanos se orgulharem de si mesmos! A eleição põe todos no mesmo nível, colocando os que são salvos em dívida com o Salvador por sua obra em favor deles.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Por que Deus me escolheu para a salvação?**
- **A eleição parece ser tão injusta.**
- **Por que Deus não escolheu salvar a todos?**
- **Se os eleitos serão salvos, por que devemos evangelizar?**
- **Existe conflito em Deus entre seu desejo de que todos sejam salvos e sua escolha de salvar apenas alguns?**
- **Eu creio na eleição, mas não consigo crer na reprovação.**

ENSINANDO A DOCTRINA

Por causa do debate feroz em torno dessas doutrinas, esmiuçar os textos

bíblicos é um excelente ponto de partida. Analise uma passagem como Efésios 1.3-14. O propósito desse exercício é levar os participantes às Escrituras, mostrar-lhes que ela aborda tranquilamente a predestinação e ajudá-los a vincular eleição com redenção, adoção, conhecimento da vontade suprema de Deus e muito mais.

Exponha claramente as duas doutrinas, defendendo a posição da igreja, mas ajude os participantes a verem a coerência da outra perspectiva. Quais são os pontos em comum (p. ex., a necessidade da graça divina)? Quais são os pontos divergentes (p. ex., a eleição é incondicional ou condicional)? Certifique-se de esclarecer equívocos a respeito das duas posições, pois haverá muitos.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Estudo bíblico: Efésios 1.3-14
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Predestinação
 - B. Predestinação: eleição e reprobção
 - C. Predestinação: apenas eleição
 - D. Eleição incondicional
 - E. Reprobção
 - F. Eleição condicional
 - G. Diferenças entre a teologia reformada e a teologia arminiana
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Enfatizar demais a predestinação divina, negando completamente a responsabilidade humana pelo arrependimento e pela fé que levam à salvação, bem como pela falta de fé e pela desobediência que levam à condenação
 - B. Enfatizar demais a responsabilidade humana, negando, assim, o papel de Deus na salvação
 - C. Rejeitar a doutrina reformada da eleição com base na alegação de que ela contradiz o desejo declarado de Deus de que todas as pessoas aceitem a salvação, de que constitui um obstáculo ao evangelismo ou de que é injusta
 - D. Rejeitar a doutrina arminiana da eleição sob a alegação de que ela não requer a graça divina ou de que equivale à salvação pelas obras
 - E. Ter uma atitude de despreocupação ou irreverência em relação à doutrina da reprobção
5. Aplicando a doutrina
 - A. Alegar-se na provisão da graça de Deus
 - B. Rejeitar qualquer sentimento de arrogância, favoritismo ou senso de merecimento

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “conditional election”, “decree”, “predestination”, “reprobation”, “unconditional election”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “decrees of God”, “elect, election”, “predestination”, “reprobation”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “decretos de Deus”, “eleição, eleito”, “predestinação, reprovação”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 43.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 43.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. caps. 15 e 16.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 32.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 32.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 10.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 17.

UNIÃO COM CRISTO



RESUMO

A união com Cristo é o ato maravilhoso de Deus de unir o seu povo em aliança eterna com o Filho, que realizou sua salvação, por meio do Espírito Santo, que aplica essa salvação.

TEMAS PRINCIPAIS

- Essa obra poderosa pela qual Deus une os cristãos num relacionamento de aliança com seu Filho por intermédio do Espírito Santo envolve seu povo em todos os aspectos da salvação.
- Os crentes são identificados com a morte, o sepultamento, a ressurreição e ascensão de Cristo.
- Deus comunica todas as suas bênçãos de salvação por meio dessa união.
- O Deus triúno habita pessoalmente com os crentes por meio do Espírito Santo.
- Os crentes estão unidos em comunhão uns com os outros.

PASSAGENS-CHAVE

João 14.23; 15.1-5; 17.20-23; Romanos 6.1-11; 12.4,5; 1Coríntios 12.12-27; Gálatas 2.20; 3.28; Efésios 1.3-14; 2.4-7; 3.14-17; Colossenses 2.12,13; 3.1-5

Afirmações principais

De acordo com John Murray, a união com Cristo é “a verdade central de toda a doutrina da salvação”.¹ Essa poderosa obra divina une o povo de Deus em aliança eterna com o Filho, que realizou sua salvação, por meio do Espírito Santo, que aplica a salvação. Assim, embora esteja focada em Cristo, a união com ele põe seus discípulos em um relacionamento com o Deus triúno.

Os crentes estão unidos a Cristo em sua morte, seu sepultamento, sua ressurreição e sua ascensão. Pela união com a morte e o sepultamento de Cristo, a natureza pecaminosa dos cristãos fica impotente, de modo que eles não são mais escravos do pecado. Eles morrem para o pecado e são libertos de seu domínio. Pela união com a ressurreição e a ascensão de Cristo, os crentes são ressuscitados com ele e se sentam com ele no céu. Atualmente vivem uma nova vida de fidelidade e obediência a Deus e esperam uma vida futura de eterna bondade e bênção de Deus. Não são mais identificados com seu velho eu adâmico, mas, sim, com Cristo.

O batismo retrata vividamente a união com Cristo, e a ceia do Senhor celebra e promove esse relacionamento. Quando o novo crente é mergulhado na água, sua identificação com a morte e o sepultamento de Cristo é representada. Quando é retirado da água, sua identificação com a ressurreição e a ascensão de Cristo é representada. Ele encerrou seu antigo modo de vida e agora anda em novidade de vida. Além disso, a ceia do Senhor celebra e alimenta esse relacionamento. À medida que os crentes compartilham o mesmo pão e o mesmo cálice, a união deles com Cristo em sua morte e a unidade deles como membros do único corpo de Cristo são representados.

Deus comunica todas as bênçãos da salvação por meio da união com Cristo: em Cristo, Deus concede sua graça que leva à salvação. Em Cristo, os crentes recebem a redenção pelo seu sangue. Deus dá a vida eterna em Cristo. A regeneração ocorre quando os crentes se tornam uma nova criação a em Cristo. A justificação está em Cristo, assim como a santificação. Deus dá dons espirituais por meio de sua graça em Cristo. A ressurreição ocorrerá em Cristo.

Além de tudo isso, pela união com Cristo, o Deus triúno habita pessoalmente com os crentes, por meio do Espírito Santo. Cristo está nos crentes, vivendo neles. Por causa de sua íntima união com o Pai, uma vez que Cristo, o Filho, habita nos crentes, o Pai também habita. O Espírito Santo efetua essa habitação ao encher os crentes. O Deus triúno habita nos crentes porque Cristo os batiza com o Espírito, que passa a habitar neles. Mais do que uma bênção individual, a presença de Deus é prometida à igreja em geral, e especificamente quando ela se envolve em sua missão, na disciplina e na administração da ceia do Senhor.

O contrário também é verdade: os crentes habitam no Deus triúno por intermédio de sua união com Cristo.

Todos os que estão em união com Cristo estão unidos uns aos outros. Mantidas as muitas diferenças que caracterizam a humanidade (p. ex., gênero, raça, etnia, cultura e status socioeconômico), todos os crentes são um em Cristo. Assim, embora permaneçam o que eram antes, a característica mais importante dos crentes agora é o fato de serem membros do corpo de Cristo, o que tem profundas implicações no modo como amam, servem e honram uns aos outros.

Base bíblica

No cerne da poderosa obra de salvação de Deus está a expressão recorrente “em Cristo”. Ou seja, a união com Cristo abrange a totalidade da redenção.

Paulo apresenta a união com Cristo em sua discussão sobre o batismo. Aqueles que “foram batizados em Cristo Jesus foram batizados na sua morte [...] foram sepultados [...] com ele na morte pelo batismo”. Os crentes são identificados com a morte e o sepultamento de Cristo. Além disso, “se fomos unidos com ele em uma morte como a sua, certamente também seremos unidos com ele em uma ressurreição como a sua” (Rm 6.3-5). Os crentes são identificados com a ressurreição de Cristo. As implicações dessa identificação são a morte para o pecado, a crucificação do velho eu, a libertação do domínio do pecado, a liberdade de andar em novidade de vida e a vitória final sobre a morte (Rm 6.1-11; cf. Cl 2.12,13).

Outra identificação é com a ascensão de Cristo, pois Deus “nos ressuscitou juntamente com ele, e com ele nos fez assentar nas regiões celestiais em Cristo Jesus”. O efeito futuro e eterno dessa identificação é que Deus mostrará “as supremas riquezas da sua graça por sua bondade para conosco em Cristo Jesus” (Ef 2.4-7). As implicações são que os crentes devem “buscar as coisas do alto, onde Cristo está assentado à direita de Deus” e “fazer morrer tudo o que é terreno” (Cl 3.1-5).

Assim, a união com Cristo traz uma nova identidade. Os crentes não são mais maculados com seu antigo eu adâmico, que morreu, mas têm uma nova identidade em Cristo: “Fui crucificado com Cristo. Não sou mais eu quem vive, mas Cristo vive em mim” (Gl 2.19,20). Novamente, essa nova identidade tem fortes implicações éticas, já que os seguidores de Cristo não devem viver “mais para si mesmos, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou” (2Co 5.15).

Por meio da união com Cristo, Deus concede as muitas bênçãos da salvação: graça que conduz à salvação (Ef 1.6; 2Tm 2.10), redenção (Ef 1.7), vida eterna (1Jo 5.11), regeneração (2Co 5.17), justificação (Rm 8.1), santificação (1Co 1.30; Ef 2.10), dons espirituais (1Co 1.4, 5) e ressurreição (1Co 15.21,22). Não há dúvidas, Deus “nos abençoou em Cristo com todas as bênçãos espirituais nas regiões celestiais” (Ef 1.3).

Além disso, por intermédio da união com Cristo, o Deus triúno habita nos

crentes, e eles habitam no Deus triúno. Conforme mencionado acima, Cristo habita nos crentes (Gl 2.20; cf. Cl 1.27), mas o Pai e o Filho habitam um no outro. Assim, a morada de Cristo nos crentes significa que o Pai habita neles também (Jo 14.23). Aliás, Jesus ora pelos crentes “para que todos sejam um, assim como tu, ó Pai, és em mim, e eu em ti, que também eles estejam em nós” (Jo 17.20-23). O Pai está no Filho, e o Filho está no Pai. Por meio da união com Cristo, o Filho habita nos crentes (Jo 15.4,5); portanto, o Pai habita nos crentes.

O Espírito Santo é quem efetua essa habitação mútua. Cristo batiza os crentes com o Espírito Santo, tornando-os membros de seu corpo (1Co 12.13). Além disso, o Espírito habita os crentes, unindo-os com o Pai e o Filho. Especificamente, Paulo ora para que o Pai fortaleça os crentes por meio do Espírito Santo, para que “Cristo habite nos [seus] corações pela fé” (Ef 3.14-17). O Deus triúno habita nos crentes, e eles habitam no Deus triúno.

Certamente, por causa da união com Cristo, a presença dele está com a igreja de um modo geral. Ainda assim, Cristo promete sua presença à igreja em circunstâncias específicas: quando ela se esforça para cumprir a Grande Comissão (Mt 28.18-20), quando exerce disciplina (Mt 18.15-20) e quando celebra a ceia do Senhor (1Co 10.16).

Por meio da união com Cristo, todos os crentes estão unidos uns aos outros. A metáfora do corpo de Cristo ressalta a unidade dos cristãos: “Pois assim como em um corpo temos muitos membros [...], assim também nós, embora muitos, somos um só corpo em Cristo e, individualmente, membros uns dos outros” (Rm 12.4,5; cf. 1Co 12.12-27). A unidade dos membros com Cristo também significa que “não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gl 3.28).

Principais erros

1. *Não dar muita importância à união íntima de que os crentes desfrutam com o Deus triúno por meio da união com Cristo.* Às vezes, as outras obras poderosas de Deus como a regeneração e a justificação são tão enfatizadas que a habitação pessoal de Deus nos cristãos é negligenciada. Sua transcendência certamente deve ser ressaltada, mas também sua imanência: Deus, o Criador e Redentor, habita com seu povo (Is 57.15).

2. *Enfatizar demais a união com Cristo como uma intimidade mística.* Ao longo da história da igreja, vários líderes encorajaram os cristãos a buscarem o desapego de si mesmos e do mundo, a fim de unirem suas almas místicas com Cristo. Esse caminho para a intimidade muitas vezes deixou de lado os meios normais de conhecer e amar a Deus. Essa posição não compreende que Deus deu aos crentes tudo o que eles necessitam para a vida e a piedade, e acréscimos místicos podem comprometer ou mesmo contradizer esses meios.

Muitos anos atrás, o lema “OQIF?” estava na moda. A sigla significa: “O que Jesus faria?”. Apesar de ser um modismo, esse chamado para imitar a Cristo é, na verdade, uma boa aplicação de nossa união com Cristo. Seu papel mimético (1Co 11.1) é o padrão que Cristo estabeleceu, o modelo que devemos seguir (1Jo 2.6). Isso significa que devemos imitá-lo de maneiras específicas: perdendo uns aos outros (Cl 3.13), amando uns aos outros (Jo 13.34; 15.12; 1Jo 4.11), acolhendo uns aos outros (Rm 15.7), sacrificando-nos uns pelos outros (1Jo 3.16), suportando tratamento injusto (1Pe 2.18-23) e muito mais.

Em termos pessoais, por causa de nossa união com Cristo, nossa vida deve ser diferente do que era antes da nossa salvação em Cristo. Não devemos permanecer no pecado. Devemos nos considerar mortos para o pecado. Não devemos permitir que o pecado reine sobre nós. Ao contrário, devemos andar em novidade de vida (Rm 6.1-11).

Como igreja, devemos apreciar profundamente a presença especial de Cristo quando nos dedicamos às tarefas de fazer discípulos, repreender e corrigir os membros em pecado e celebrar a Cristo na ceia do Senhor. Isso não significa que negamos sua presença na igreja em outros momentos, e sim que agradecemos especialmente por sua presença manifesta nesses ministérios.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Eu nunca percebi como essa doutrina é importante, mas agora vejo que tudo o que Deus faz em nosso favor é “em Cristo”.**
- **De que modo a prática do batismo em nossa igreja retrata a união com Cristo?**
- **De que modo a ministração da ceia do Senhor em nossa igreja retrata a união com Cristo?**
- **Estou com dificuldade de viver de maneira coerente com a minha nova identidade em Cristo e tenho recaídas constantes nas práticas da minha velha natureza.**
- **Alguns amigos meus leram Teresa de Ávila e João da**

**Cruz, e me incomoda ver o
quanto eles se tornaram
místicos.**

Finalmente, devemos viver toda a nossa vida *coram Deo*, na presença de Deus (2Co 2.10; 1Tm 5.21; 6.13,14; 2Tm 4.1). Isso não significa que não devemos dar ouvidos aos conselhos e ordens dos outros, mas, sim, que, no fim do dia, no final da nossa vida, há apenas uma audiência a quem esperamos ter satisfeito, e é dela que esperamos ouvir: “Muito bem, servo bom e fiel” (Mt 25.21, 23). Todos os nossos pensamentos, atitudes, palavras e ações são vividos na presença de Cristo, a quem estamos unidos.

ENSINANDO A DOUTRINA

Uma chave para ensinar a união com Cristo é mostrar o quanto ela é crucial para a salvação e o quanto ela é ampla na Escritura. Ressalte que todas as bênçãos que Deus nos dá estão sempre em Cristo. Por ser um ponto muitas vezes esquecido, chame a atenção para a intimidade que essa união traz: o Deus triúno habita em nós, e nós habitamos nele. Esse relacionamento é nosso agora pela fé, e ansiamos por um encontro face a face com Deus no futuro.

Dois “recursos visuais” que Deus nos dá ajudam a entender a união com Cristo. O primeiro é o batismo. Ressalte como esse sacramento/ordenança retrata vividamente nossa identificação com a morte, o sepultamento, a ressurreição e a ascensão de Cristo. O segundo é a ceia do Senhor. Ressalte como esse sacramento/ordenança celebra e estimula nossa participação com Cristo em sua morte e nossa união uns com os outros.

A união com Cristo tem muitas implicações éticas para nós. Desafie os participantes a viverem a realidade dessa doutrina.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Identificação com Cristo
 - B. Comunicação das bênçãos da salvação
 - C. A presença do Deus triúno
 - D. Comunhão e unidade com os irmãos
3. Principais erros a serem evitados
 - A. Não dar muita importância à união íntima de que os crentes desfrutam com o Deus triúno por meio da união com Cristo
 - B. Enfatizar demais nossa união com Cristo como uma intimidade mística
4. Aplicando a doutrina
 - A. Imitar Jesus Cristo, nosso modelo

- B. Compreender a presença especial de Cristo para abençoar
- C. Viver nossa vida inteira *coram Deo*, na presença de Deus

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “union with Christ”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “identification with Christ”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “identificação com Cristo”.

ERICKSON. *Christian theology*. p. 877-82.

_____. *Teologia sistemática*.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 43.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 43.

HORTON. *Pilgrim theology*. p. 271-7.

¹John Murray, *Redemption: accomplished and applied* (Grand Rapids: Eerdmans, 1955), p. 161 [edição em português: *Redenção consumada e aplicada* (São Paulo: Cultura Cristã, 2010)].

REGENERAÇÃO



RESUMO

Regeneração é a poderosa obra divina pela qual incrédulos recebem uma nova natureza por intermédio do novo nascimento.

TEMAS PRINCIPAIS

- A regeneração é necessária por causa da condição pecaminosa da natureza humana.
- A regeneração, que é uma obra totalmente realizada por Deus, é uma atribuição particular do Espírito Santo, que opera por meio do evangelho.
- A regeneração consiste em dois aspectos: a remoção da velha natureza pecaminosa e a concessão de uma nova natureza, que obedece a Deus.
- Quanto ao momento em que essa obra ocorre, a teologia reformada/calvinista diz que a regeneração precede a conversão, enquanto a teologia arminiana sustenta que a conversão precede a regeneração.

PASSAGENS-CHAVE

João 1.9-13; 3.1-8; Efésios 2.5;
Colossenses 2.13; Tito 3.5; Tiago 1.18;

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

Conversando com Nicodemos, Jesus foi categórico: “Quem não nascer de novo não pode ver o reino de Deus” (Jo 3.3). Esse novo nascimento, ou regeneração, é necessário por causa da natureza humana pecaminosa. Assim como a justificação responde ao problema da culpa diante de Deus, a regeneração resolve o problema da corrupção da natureza.

A regeneração é uma obra totalmente divina, para a qual os seres humanos não contribuem em nada. Nisso ela é diferente da conversão, que é a resposta humana ao evangelho, envolvendo arrependimento do pecado e fé em Cristo. Independentemente de envolvimento humano, Deus produz o novo nascimento unilateralmente. O Espírito Santo é a Pessoa divina particularmente responsável pelo novo nascimento. O instrumento pelo qual a regeneração ocorre é o evangelho.

A regeneração é um evento instantâneo; ocorre em um momento, ao contrário da santificação, que é a transformação contínua numa maior semelhança com Cristo. Voltando ao ponto anterior, a regeneração é totalmente obra de Deus, ao passo que a santificação é uma atividade de cooperação entre Deus e os crentes.

A regeneração consiste em dois aspectos: a remoção da velha natureza pecaminosa e a concessão de uma nova natureza. A natureza anterior — uma natureza desobediente a Deus, a antiga identidade de pecaminosidade profunda, a antiga vida de trevas e perdição — desaparece. Em seu lugar, surge a nova natureza — uma natureza que obedece a Deus, a nova identidade de filho redimido, a nova vida de luz e salvação.

Ainda assim, esse trabalho divino permanece em grande parte misterioso. Ninguém consegue ver o ato divino acontecer, mas o que se torna evidente é o fruto da regeneração: pensar corretamente sobre Deus, aceitar os caminhos de Deus e andar neles, diminuir a ansiedade e a preocupação, tomar decisões de acordo com a vontade de Deus, ser motivado pelo amor de Deus e ter o propósito de glorificar a Deus.

A regeneração é frequentemente associada ao chamado efetivo. Esse chamado é a convocação divina para aceitar a salvação, e é feito aos eleitos por meio da proclamação do evangelho. Ela garante uma resposta de arrependimento e fé.

Há um importante debate em torno da relação entre regeneração e conversão, que é outro evento na ordem da salvação. Embora nenhuma passagem bíblica aborde diretamente esse assunto, considerações teológicas levam a posições diferentes. Além disso, no que diz respeito à sequência, esses

dois eventos ocorrem simultaneamente. Portanto, a ordem é lógica, não temporal.

A teologia reformada/calvinista diz que a regeneração precede a conversão. Teologicamente, o argumento se baseia na intratabilidade da corrupção pecaminosa, que não permite qualquer tipo de resposta humana — conversão, incluindo arrependimento e fé — antes que haja mudança da natureza humana por meio da regeneração. A corrupção da natureza inclui tanto a depravação total (nenhum aspecto escapa ao efeito devastador do pecado) quanto a incapacidade total (a natureza humana corrupta é incapaz de responder positivamente a Deus). Dada essa obstinação do pecado, o novo nascimento deve preceder a resposta humana de conversão.

A teologia arminiana sustenta que a conversão precede a regeneração. Teologicamente, o argumento se baseia na graça preveniente, favor divino que vai adiante de todas as pessoas a fim de preparar sua vontade para aceitar a salvação. Essa graça preveniente é universal e pré-consciente, estimulando o desejo inicial de buscar a Deus, despertando o sentimento de pecado, despertando o desejo de salvação e permitindo que as pessoas se arrependam do pecado e creiam em Cristo. Em resposta a essa graça, à medida que o evangelho é proclamado, as pessoas o aceitam corretamente, e, em consequência disso, a regeneração ocorre.

Uma crença importante que se desenvolveu na igreja primitiva foi a de que o batismo traz o novo nascimento. Essa regeneração batismal passou a ser intimamente ligada ao batismo infantil e se tornou a doutrina e prática oficial da igreja no quinto século. Aliás, a Igreja Católica Romana acredita que, quando o sacramento do batismo é administrado a uma criança, ela é purificada do pecado original e regenerada.

Embora o conceito de regeneração batismal de Martinho Lutero fosse significativamente diferente da concepção da Igreja Católica, ele continuou a vincular a regeneração com o batismo (infantil). As principais diferenças eram suas ênfases na Palavra de Deus e na fé. João Calvino rejeitou a regeneração batismal, mas associou cuidadosamente três elementos: (1) fé forjada pelo Espírito Santo; (2) arrependimento que segue a fé e é produzido por ela; e (3) regeneração, que é a morte da natureza pecaminosa e a outorga de uma nova vida espiritual. Apesar disso, ele manteve algum tipo de obra incomum de Deus que causa regeneração em crianças e continuou a praticar o batismo infantil como um sinal de arrependimento e fé futuros.

Base bíblica

Jesus ressaltou a necessidade do novo nascimento em sua conversa com Nicodemos: “Em verdade, em verdade te digo que ninguém pode ver o reino de Deus se não nascer de novo. [...] Em verdade, em verdade te digo que, se alguém não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus. O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do Espírito é espírito” (Jo 3.3-6).

Ao contrário do entendimento equivocado de Nicodemos, que pensou que Jesus estivesse falando de algum tipo de segundo nascimento físico, a exigência se referia a um renascimento espiritual. Essa transformação é essencial para a inclusão no reino de Deus, para estar sob o domínio divino. Somente uma intervenção divina pode mudar a identidade de alguém, fazendo com que deixe de ser “carne”, caracterizada pela natureza pecaminosa, e passe a ser “espírito”, caracterizado pela realidade que também se verifica em Deus (“Deus é espírito”; Jo 4.24). Esse novo nascimento é a poderosa obra realizada pelo Espírito Santo, a qual consiste em purificar do pecado, trazer renovação interna e fazer com que o Espírito habite o crente, levando-o à obediência. Especificamente, o desafio de Jesus reflete a profecia de Ezequiel (Ez 36.25-27).

O pressuposto para a necessidade desse novo nascimento é o estado pecaminoso das pessoas. A Escritura descreve os incrédulos como “mortos nas transgressões e pecados [...], seguindo o caminho deste mundo [...], [vivendo] as paixões da carne, fazendo a vontade do corpo e da mente, e por natureza filhos da ira” (Ef 2.1-3; cf. 4.18). Dado esse estado terrível, a regeneração é essencial.

Como Jesus observou, a regeneração é especialmente associada ao Espírito Santo. Aliás, a Escritura define essa transformação espiritual como “o lavar da regeneração e da renovação realizadas pelo Espírito Santo” (Tt 3.5). Deus Pai também é mencionado como agente nessa obra: os incrédulos “nasceram” ou “foram gerados” do Pai (Jo 1.13; Tg 1.18) e são “vivificados” (Ef 2.5; Cl 2.13) por ele.

A Palavra de Deus — o evangelho — é o instrumento pelo qual a regeneração acontece: “Nascestes de novo, não de semente perecível, mas, sim, imperecível, por meio da viva e permanente palavra de Deus [...]. E essa palavra é a boa-nova que vos foi pregada” (1Pe 1.23,25). Assim, Deus trabalha soberanamente, sem assistência humana, para efetuar a regeneração por intermédio do evangelho: “Segundo sua vontade, ele nos gerou pela palavra da verdade” (Tg 1.18).

Essa transformação divina dos seres humanos envolve a remoção de sua natureza antiga e a concessão de uma nova natureza. Isto é, eles não são mais caracterizados pela “carne” — a natureza pecaminosa —, mas pelo “espírito”, a nova natureza. Por meio da regeneração, seus antigos padrões habituais de pecado e comportamento mundano são deixados para trás. O amor por Deus e pelos outros é abundante. E a proteção contra os ataques de Satanás os defende contra a queda final em suas garras (1Jo 2.29; 3.9; 4.7; 5.3,4,18).

Quanto ao debate sobre a ordem em que a regeneração e a conversão ocorrem, os dois lados listam apoio bíblico. A posição reformada/calvinista aponta o seguinte: “Todo aquele que crê que Jesus é o Cristo é nascido de Deus, e todo aquele que ama o Pai ama também o que dele é nascido” (1Jo 5.1). Ou seja, o novo nascimento (marcado pelo tempo passado, “é nascido”) precede e é o fundamento para a crença em Cristo (marcada pelo tempo

presente, “crê”) e o amor pelo Pai (marcado pelo tempo presente “ama”).

A posição arminiana aponta para esta afirmação sobre Cristo: “A verdadeira luz, que ilumina a todos, estava chegando ao mundo” (Jo 1.9). Isto é, todas as pessoas têm um pouco dessa luz de Cristo, que é a graça preveniente que restaura em todos a capacidade de satisfazer as condições para a salvação.

No entanto, essa obra divina permanece em grande parte misteriosa, como Jesus observou: “O vento sopra onde quer, e ouves o seu som, mas não sabes de onde ele vem nem para onde vai. Assim é todo aquele que é nascido do Espírito” (Jo 3.8). Devemos ser cautelosos ao tentar delinear essa obra divina de salvação e privá-la do mistério que lhe é próprio.

Principais erros

1. *Desrespeito ou pouco caso pela ênfase de Jesus no mistério da regeneração.* Isso leva a um detalhamento inadequado dessa obra divina. É preciso ter o cuidado de não ultrapassar o que a Bíblia afirma, para não se perder em especulações teológicas sobre a regeneração.

2. *Confundir regeneração com conversão (o tópico do próximo capítulo).* Regeneração é uma obra completamente divina, em que não há envolvimento humano algum. Consequentemente, o livro de Billy Graham, *How to be born again [Como nascer de novo]*,¹ embora seja um bom livro, recebeu um título equivocado.

APLICANDO A DOUTRINA

Como discípulos de Jesus Cristo nascidos de novo, devemos ser gratos a Deus por sua poderosa obra de regeneração. Ao efetuar nosso novo nascimento, ele fez algo por nós que não poderíamos fazer sozinhos: ele removeu nossa natureza pecaminosa, nossa antiga identidade, nossa vida de futilidade e desespero. Ele nos deu uma nova natureza que obedece a ele, uma nova identidade e uma vida abundante e eterna.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Deus me regenerou porque,
quando ouvi o evangelho, eu
me arrependi de meus
pecados e acreditei em
Cristo?**
- **Eu reagi ao evangelho com
arrependimento pelo pecado
e fé em Cristo porque Deus
me regenerou?**

- **Por que algumas pessoas se referem a si mesmas como “crentes nascidos de novo”?**
- **Que impacto têm sobre o nosso evangelismo os vários entendimentos acerca da ordem em que ocorrem a regeneração e a conversão?**

Embora devidamente cautelosos em não ultrapassar o limite do mistério da regeneração, devemos considerar todas as afirmações bíblicas à medida que desenvolvemos e praticamos essa doutrina. Especificamente, a ideia da igreja sobre os resultados da regeneração deve ser extraída da Escritura, tendo o cuidado de examinar a tradição da igreja sobre o assunto. Por exemplo, algumas igrejas listam certos padrões de comportamento que os recém-regenerados precisam abandonar: fumar, beber, dizer palavrões, jogar cartas, assistir filmes e outros mais. Os resultados da regeneração conforme delineados nas Escrituras concentram-se em outros pontos e veem a transformação esperada como um processo vitalício. A igreja deve moldar suas expectativas de acordo com o que a Escritura diz sobre o novo nascimento.

Abordar o tema da regeneração faz com que nos lembremos de que devemos nos preocupar com as pessoas que ainda não tiveram a experiência do novo nascimento. Como a regeneração vem por meio da instrumentalidade do evangelho, devemos estar ansiosos para transmitir as boas-novas.

ENSINANDO A DOCTRINA

Dado o debate sobre essa doutrina, um aspecto fundamental do ensino é comparar as posições opostas. Ao defender a posição da igreja, tenha o cuidado de apresentar de forma justa o outro lado. É particularmente importante analisar os diferentes argumentos teológicos a favor da ordem correta: (1) regeneração, depois conversão, ou (2) conversão, depois regeneração. Peça aos participantes que julguem qual posição é mais persuasiva do ponto de vista teológico.

Como o novo nascimento é uma obra completamente divina e, como Jesus explicou, em grande parte misteriosa, tome cuidado para não ir longe demais na análise. É melhor louvar a Deus por sua obra poderosa de remover a natureza pecaminosa e implantar em seu lugar uma nova natureza. Todos os lados concordam que essa obra de regeneração ocorre segundo a graça divina, o que elimina o orgulho humano e qualquer senso de superioridade.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo

2. As duas posições divergentes
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A condição pecaminosa como pressuposto para a regeneração
 - B. A regeneração como obra divina e sua relação com o evangelho
 - C. A regeneração como obra que consiste em remoção e implantação
 - D. A relação entre regeneração e conversão
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Desrespeitar ou negligenciar a ênfase de Jesus no mistério da regeneração
 - B. Confundir regeneração e conversão
5. Aplicando a doutrina
 - A. Ser grato a Deus por sua poderosa obra de regeneração
 - B. Desenvolver expectativas adequadas a respeito dos resultados da regeneração
 - C. Compartilhar o evangelho pelo qual os incrédulos podem vir a nascer de novo

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “regeneration”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “regeneration”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “regeneração”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 44.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 44.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 16.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 34.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 34.

HORTON. *Pilgrim theology*. p. 258-61.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 14.

¹Billy Graham, *How to be born again* (Nashville: Thomas Nelson, 1989) [edição em português: *Como nascer de novo*, tradução de Myriam Talitha Lins (Belo Horizonte: Betânia, 1979)].

CONVERSÃO



RESUMO

A conversão é a resposta humana ao evangelho. Consiste em arrependimento do pecado e fé em Jesus Cristo.

TEMAS PRINCIPAIS

- Se regeneração e conversão são como os dois lados de uma moeda, a regeneração é uma obra divina e a conversão é uma resposta humana.
- A conversão é a resposta humana ao evangelho e consiste em dois aspectos: arrependimento do pecado e fé em Jesus Cristo para salvação.
- Embora seja uma resposta humana, ela não é meramente humana, pois tem a ajuda divina.
- Quanto à ordem em que ocorre essa resposta humana, a teologia reformada/calvinista diz que a regeneração precede a conversão, enquanto a teologia arminiana sustenta que a conversão precede a regeneração.

PASSAGENS-CHAVE

Gênesis 15.6; Jonas 3.1-10; Mateus 3.2; 4.17; Lucas 24.47; João 3.16; Atos 2.38; 17.30,31; Romanos 3.1—4.25; 10.9;

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

Quando a igreja desempenha sua missão de comunicar o evangelho, um importante elemento de sua mensagem é exortar os ouvintes das boas-novas para que se arrependam de seus pecados e creiam em Jesus Cristo para serem salvos. Essa resposta humana ao evangelho é conversão.

Os dois aspectos da conversão são o arrependimento e a fé. Arrependimento é mudar o modo de pensar e de viver. Envolve o reconhecimento de que nossos pensamentos, nossas palavras e nossas ações são pecaminosos e, portanto, ofendem a Deus. Inclui também um sentimento de tristeza pelo pecado, bem como a decisão de romper com ele. Arrependimento é diferente de sentir pesar pela nossa situação ou lamentar que nossos erros tenham sido expostos. Em vez disso, envolve um componente intelectual, um componente emocional e um componente volitivo.

Fé é crença e confiança pessoal. Envolve uma compreensão da pessoa e da obra salvadora de Cristo, incluindo o reconhecimento da necessidade de perdão e a decisão de confiar em Cristo para nos salvar pessoalmente. A fé que salva é diferente da fé falsa, que é mera compreensão intelectual ou concordância. Ela também difere da fé temporária e da fé aparente. Assim como o arrependimento, a fé envolve componentes intelectuais, emocionais e volitivos.

Embora seja uma resposta humana integral, a conversão não é meramente humana, pois é iniciada pelo evangelho e estimulada pela graça do Espírito Santo. A teologia arminiana defende a graça preveniente, um tipo de capacitação divina que vai adiante de todas as pessoas para preparar sua vontade, que é indiferente a Deus por causa do pecado, de modo que elas possam aceitar a salvação. Essa graça é universal e pré-consciente, permitindo que pecadores se arrependam do pecado e creiam em Cristo.

A teologia reformada não reconhece a graça preveniente. Pelo contrário, defende a graça salvadora, o favor de Deus que é dado apenas aos eleitos. Essa graça assegura que os eleitos respondam ao evangelho da forma certa e, assim, sejam salvos.

Essas duas posições teológicas discordam quanto à ordem em que ocorre a resposta humana ao evangelho. A teologia reformada/calvinista diz que a regeneração precede a conversão, enquanto a teologia arminiana sustenta que a conversão precede a regeneração. Essa ordem não é cronológica, porque as duas ocorrem ao mesmo tempo. Trata-se de uma ordem lógica.

A visão reformada sustenta que, por causa da depravação e incapacidade humanas, e porque não existe graça preveniente, é preciso que pessoas pecadoras nasçam de novo antes (logicamente, não temporalmente) de

poderem se converter. Uma vez tendo uma nova natureza por meio da regeneração, elas são capazes de oferecer a resposta humana apropriada ao evangelho, ou seja, arrependimento e fé. A obra divina de regeneração precede logicamente a resposta humana da conversão.

O ponto de vista arminiano também admite a depravação e incapacidade humanas, mas acredita que a graça preveniente restaura em todos os pecadores a capacidade de satisfazer as condições da salvação. Consequentemente, ao ouvirem o evangelho, as pessoas respondem adequadamente com arrependimento e fé. Com a ajuda da graça preveniente, a resposta humana da conversão precede logicamente a obra divina de regeneração.

Base bíblica

Em toda a Escritura, o chamado para que os pecadores se convertam é ouvido no apelo para que se arrependam de seus pecados e confiem no Senhor. No Antigo Testamento, o arrependimento aparece como o apelo a Israel (2Cr 7.14) e o apelo aos pagãos de Nínive (Jo 3.1-10) para “se desviar dos seus maus caminhos”. No Novo Testamento, João Batista e Jesus pregaram: “Arrependei-vos, porque o reino do céu chegou” (Mt 3.2; 4.17). Após sua ressurreição, Jesus disse aos discípulos que “arrependimento para perdão dos pecados deveria ser proclamado em seu nome a todas as nações, começando por Jerusalém” (Lc 24.47).

Consequentemente, Pedro anunciou o evangelho em Jerusalém no Dia de Pentecostes e exortou seus ouvintes: “Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo, para o perdão de vossos pecados” (At 2.38). A salvação, no entanto, não estava restrita a judeus arrependidos, como ficou demonstrado na conversão de Cornélio e sua família. Aliás, os espectadores judeus concluíram: “Então, Deus concedeu também aos gentios o arrependimento que leva à vida” (At 11.18). De fato, Deus “ordena que, por toda parte, todos se arrependam, pois determinou um dia em que julgará o mundo com justiça, por meio do homem que escolheu” (At 17.30,31).

O arrependimento envolve tristeza pelo pecado, que é diferente da tristeza mundana. Paulo contrapõe a “tristeza segundo Deus” com a “tristeza mundana”. No último caso, o pesar não passa de um remorso por determinada situação ou um lamento pela exposição de nossos erros. Já “a tristeza segundo Deus produz o arrependimento que conduz à salvação sem lamento, enquanto a tristeza mundana produz morte” (2Co 7.9-11). O verdadeiro arrependimento manifesta-se em atos e atitudes concretas, “frutos correspondentes ao arrependimento” (Lc 3.8).

Junto com esse chamado ao arrependimento há o chamado para crer ou ter fé. O exemplo fundamental de salvação é Abraão, que “creu no SENHOR, e o SENHOR lhe atribuiu isso como justiça” (Gn 15.6; Rm 4.9,22). O contraste entre apropriação da salvação pela fé e pelas obras aparece com frequência: “Porque pela graça fostes salvos, por meio da fé. E isto não vem de vós; é dom de Deus, não resultado de obras, para que ninguém se vanglorie” (Ef 2.8,9).

O objeto da fé salvadora é o próprio Jesus, enviado pelo Pai ao mundo que ele amou, “para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16). De fato, a justificação é pela fé em Cristo (Rm 10.9).

A fé salvadora contrasta com a fé falsa, que é uma simples compreensão intelectual ou assentimento. “Até os demônios creem [que Deus é um só] — e estremecem!” (Tg 2.19). Também é diferente da fé temporária, “daquele que ouve a palavra e a recebe imediatamente com alegria, mas não tem raiz em si mesmo, permanece um momento e, quando vêm tribulação ou perseguição por causa da palavra, logo cai” (Mt 13.20,21). Além disso, a fé salvadora também é diferente da fé aparente (Hb 6.4-10; 1Jo 2.18,19).

Quanto à ordem lógica em que ocorrem a regeneração e a conversão, os dois lados afirmam ter apoio na Escritura. A posição reformada aponta o seguinte: “Todo aquele que crê que Jesus é o Cristo é nascido de Deus, e todo aquele que ama o Pai ama também o que dele é nascido” (1Jo 5.1). Ou seja, o novo nascimento (marcado pelo tempo passado, “é nascido”) precede e é o fundamento para a crença em Cristo (marcada pelo tempo presente, “crê”) e o amor pelo Pai (marcado pelo tempo presente “ama”). A regeneração precede a conversão.

A posição arminiana aponta para esta afirmação sobre Cristo: “A verdadeira luz, que ilumina a todo homem, estava chegando ao mundo” (Jo 1.9). Isto é, todas as pessoas têm um pouco dessa luz de Cristo, que é a graça preveniente que restaura em todos a capacidade de satisfazer as condições para a salvação. Além disso, historicamente, essa graça tem encontrado apoio na versão latina de Salmos 59.10: “A misericórdia de Deus me encontrará” [*praevenient*]. [...] Ela vai adiante do obstinado para torná-lo disposto”.¹ Assim, auxiliadas pela graça preveniente, as pessoas voluntariamente respondem ao evangelho com arrependimento e fé, conforme são exortadas a fazê-lo. Em seguida, vem o novo nascimento. A conversão precede a regeneração.

Principais erros

1. *Tomar para si o crédito pela conversão de alguém ou fazer do próprio arrependimento e da própria fé o fator decisivo para a salvação.* Quer seja vista de uma posição reformada ou de uma perspectiva arminiana, a conversão deve render glória a Deus pela obra de superação da graça. Consequentemente, a crítica reformada da visão arminiana não deve negligenciar a insistência arminiana na graça preveniente como a iniciativa divina para a conversão.

2. *Minimizar a importância do papel humano na conversão.* Quer seja abordada a partir de uma posição reformada ou de uma perspectiva arminiana, a conversão deve deixar espaço para a responsabilidade humana. Consequentemente, a crítica arminiana da posição reformada não deve ser interpretada como uma negação do papel da resposta humana — arrependimento e fé — na conversão.

3. *Insistir em que a conversão de alguém tem que ser semelhante à nossa.* Nas

tradições revivalistas, por exemplo, é considerada a norma uma conversão radical acompanhada de fortes demonstrações de emoção (choro por causa do pecado), sensações físicas (“Foi como se tivessem tirado um peso de cima dos meus ombros”), cessação imediata de quaisquer vícios (consumo excessivo de álcool, imoralidade sexual) etc. Infelizmente, essa insistência em uma experiência específica de conversão desvaloriza as conversões menos ruidosas. Além disso, também pode levantar dúvidas sobre a salvação dos filhos de pais que experimentaram conversões radicais, pois os filhos são protegidos de muitos dos pecados em que os pais caíram. Ou seja, a conversão dos filhos pode não ser tão radical quanto a dos pais, gerando questionamentos sobre a genuinidade da salvação dos filhos.

4. *Definir conversão como algo que envolve apenas fé, sem arrependimento.* Um movimento contemporâneo liga arrependimento com discipulado e seguir a Cristo como Senhor, mas defende que a salvação vem somente pela fé e por aceitar a Cristo como Salvador. A posição da Free Grace Society [Sociedade da Livre Graça] não consegue juntar as duas ênfases da Escritura sobre arrependimento e fé. Por exemplo, os primeiros ouvintes do evangelho foram exortados a se arrependerem e foram chamados de crentes (At 2.38,44).

APLICANDO A DOUTRINA

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Eu respondi ao evangelho com arrependimento do pecado e fé em Cristo porque Deus me regenerou?**
- **Deus me regenerou porque, quando ouvi o evangelho, eu me arrependi de meus pecados e acreditei em Cristo?**
- **Às vezes, eu penso que talvez não seja cristão, já que não aconteceu nada dramático comigo quando me converti.**
- **A insistência da Reforma no princípio “somente pela fé” me preocupa em relação a esse assunto do arrependimento.**

Quando lembramos nossa conversão, devemos ser gratos a Deus por sua

graça, que nos permitiu nos arrepender de nossos pecados e crer em Cristo para a salvação. Não recebemos crédito por isso, reconhecendo que nossa resposta teve o auxílio divino. Ao mesmo tempo, não minimizamos a importância de nos desviarmos do pecado e recebermos Cristo pela fé.

Se a história de conversão de alguém foi útil para nos levar a Cristo, devemos também agradecer a Deus por ter posto essa pessoa na nossa vida no momento certo. O evangelho é transmitido de um cristão convertido a outros, que, ao experimentarem a conversão, também o transmitem. Assim, ensinar sobre essa doutrina desperta a nossa responsabilidade por aqueles que ainda não se arrependeram e não puseram sua confiança em Cristo. Isso deve nos levar a perguntar: “Com quem posso compartilhar o evangelho e minha história?”.

ENSINANDO A DOUTRINA

Uma boa forma de começar esse estudo é pedir que vários participantes compartilhem suas histórias de conversão. Seria muito útil ter várias histórias diferentes, para enfatizar que a conversão é uma experiência individual. Preste atenção em pessoas cuja conversão não tenha sido radical. Elas podem se sentir inferiorizadas em relação às que tiveram experiências dramáticas. Lembre aos participantes que eles não devem depreciar sua própria conversão, nem a dos outros.

Essa também é uma boa oportunidade para ajudar as pessoas a elaborarem as narrativas de sua salvação. Além de saber como comunicar o evangelho, ter a capacidade de compartilhar nosso próprio testemunho é um elemento poderoso para levar outros a Cristo. Uma planilha simples — minha vida antes de vir a Cristo, como eu vim a conhecer Cristo, minha vida depois de vir a Cristo — fornece uma boa orientação. Peça aos participantes que escrevam suas histórias e depois as compartilhem com amigos, pois isso ajuda muito na edição, no esclarecimento e na simplificação de suas narrativas. Nas próximas semanas, reserve alguns minutos para os participantes darem seus testemunhos. Essa “prática” irá ajudá-los a vencer o medo de contar suas histórias. Também os ajudará a conhecer os testemunhos uns dos outros, com louvor a Deus por sua obra poderosa!

Como sempre, o ensino bíblico é fundamental. Portanto, certifique-se de que os dois elementos da conversão recebam tratamento adequado.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Testemunhos de conversão
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A conversão como uma resposta humana ao evangelho

- B. A conversão como resposta humana consistindo em arrependimento e fé
 - i. Arrependimento
 - ii. Fé
 - C. A relação entre conversão e regeneração
4. Principais erros a serem evitados
- A. Tomar para si o crédito pela conversão de alguém ou fazer do próprio arrependimento e da própria fé o fator decisivo para a salvação
 - B. Minimizar a importância do papel humano na conversão
 - C. Insistir em que a conversão de outros tenha que ser similar à nossa
 - D. Definir conversão como algo que envolve somente a fé, sem necessidade de arrependimento
5. Aplicando a doutrina
- A. Agradecer a Deus por sua graça, que nos capacitou a nos arrependermos dos nossos pecados e crer em Cristo para a salvação
 - B. Compartilhar o evangelho e dar testemunho da nossa conversão

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “conversion”, “faith”, “prevenient grace”, “repentance”, “saving faith”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “conversion”, “faith”, “grace”, “repentance”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “conversão”, “fé”, “graça”, “arrependimento”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 44.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 44.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. caps. 15 e 16.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 35.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 35.
- HORTON. *Pilgrim theology*. p. 262-9.
- THOENNES. *Life’s biggest questions*. cap. 14.

¹Augustine, *Enchiridion on faith, hope, and love*, cap. 32, in: Philip Schaff, org., *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the Christian church*, reimpr., tradução para o inglês de Arthur West Haddan (Grand Rapids: Eerdmans, 1978), série 1, vol. 3: *St. Augustin: on the Holy Trinity, doctrinal treatises, moral treatises*, p. 248 [edição em português: Agostinho, *Manual sobre a fé, a esperança e a caridade*, tradução de E. L. de Souza Campos (Niterói: Teodoro, 2018)].

JUSTIFICAÇÃO



RESUMO

A justificação é o poderoso ato de Deus pelo qual ele declara que pessoas pecadoras não são culpadas, mas justas, ao imputar-lhes a perfeita justiça de Cristo.

TEMAS PRINCIPAIS

- A culpa dos pecadores diante de Deus e o fato de serem passíveis de condenção são a razão pela qual a justificação é necessária.
- A justificação é uma declaração legal por meio da qual Deus declara que pessoas pecadoras não são culpadas, mas justas.
- A justificação consiste em dois aspectos: o perdão dos pecados (a declaração “não culpado”) e a imputação da justiça perfeita de Cristo (a declaração “justo”).
- Justificação somente pela graça de Deus, somente por meio da fé, somente pelos méritos de Cristo foi o princípio material (o principal conteúdo doutrinário) da Reforma.
- Essa doutrina protestante contrasta fortemente com a doutrina católica da justificação.

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Como um poderoso ato divino na salvação de pecadores, a justificação é a obra de Deus que os declara como isentos de culpa e justos. É um aspecto da salvação diferente da regeneração, da adoção e de outras poderosas obras divinas. A justificação é a base legal que permite que nos coloquemos diante de Deus como pessoas perdoadas e totalmente justas.

O pano de fundo para a justificação é a perfeita retidão de Deus e o fato de que os decaídos portadores de sua imagem são culpados e passíveis de sofrer condenação por causa de sua pecaminosidade. O sacrifício expiatório de Cristo remove a culpa e a condenação.

Uma das aplicações da obra expiatória de Deus em Cristo é a justificação. Esse é o ato poderoso pelo qual pecadores condenados são declarados por Deus como não culpados e justos. É um pronunciamento legal, uma declaração que muda o status de pessoas pecadoras diante de Deus, mas não muda seu caráter (a regeneração e a santificação lidam com essa realidade transformadora).

A justificação tem dois aspectos. O primeiro é o perdão dos pecados. Com base na morte substitutiva de Cristo, Deus declara os perdoados “inocentes”. Cristo sofreu o castigo no lugar deles, e, portanto, não mais estão sob condenação. O segundo aspecto é a imputação. Com base na perfeita justiça de Cristo, Deus os declara completamente justos, imputando-lhes ou creditando-lhes a justiça de Cristo. Assim, embora não sejam realmente justos, Deus os vê como tais por causa da justiça de Cristo que lhes é atribuída.

De acordo com Martinho Lutero, a justificação é uma “doce troca” entre Cristo e um pecador, a quem Lutero exortava a orar: “Senhor Jesus, tu és a minha justiça e eu sou o teu pecado. Tu assumiste o que não eras e me deste o que eu não sou”. O pecado é trocado pela justiça.

É importante notar que Lutero fez distinção entre dois tipos de justiça: a primeira é a justiça alheia, ou a justiça de outro — nesse caso, a justiça de Jesus Cristo. Ela é externa às pessoas, vindo de fora, por meio do evangelho. É essa justiça alheia que é imputada na justificação. A segunda é a justiça ativa, que é própria aos crentes quando praticam boas obras, com base na justiça alheia que lhes pertence pela fé. A ordem é fundamental: primeiro, a justiça alheia; depois, a justiça ativa. Assim, boas obras não contribuem de forma alguma para a justificação, mas fluem e são evidência da justificação pela fé somente, pois os que são justificados realizam boas obras por gratidão a Deus e à sua graça.

É importante distinguir entre o fundamento da justificação e sua apropriação. O fundamento é a graça de Deus, especificamente a provisão da obra de Cristo para remover a culpa e a condenação. A apropriação é a fé em Cristo e em sua obra de salvação. Portanto, a fé em si não salva; em vez disso, Deus salva por meio de sua oferta graciosa da morte substitutiva de Cristo. Essa salvação gratuita é apropriada pela fé. A fé é a recepção do dom da salvação. É importante ressaltar que a justificação *pela graça*, recebida *pela fé*, é o oposto de justificação *por obras/mérito*.

Na época da Reforma, um importante ponto de divisão entre a teologia católica romana e a nova teologia protestante foi a doutrina da justificação. De fato, a justificação somente pela graça de Deus, somente por meio da fé e somente pela obra de Cristo foi o *princípio material* (o principal conteúdo doutrinário) do protestantismo. Esse princípio é oposto à doutrina católica de que a justificação “não é simplesmente remissão [perdão] dos pecados, mas também a santificação e a renovação do homem interior”.¹ Essa ideia católica mistura justificação, regeneração e santificação, tornando-se algo que não está em acordo com as Escrituras.

É importante fazer uma distinção entre imputação e infusão. Imputação é a obra divina de creditar a justiça de Cristo às pessoas que creem nele. A imputação é diferente da infusão, que é a obra divina de acrescentar ou adicionar graça às pessoas que creem. Segundo a teologia católica romana, a infusão é especialmente realizada por meio dos sete sacramentos. Pela infusão, o caráter do fiel é transformado. A teologia protestante adota a imputação da justiça e rejeita a infusão da graça da teologia católica.

Base bíblica

A Escritura ressalta o estado precário dos pecadores diante de Deus. Eles são injustos, como enfatiza a litania de Paulo com citações do Antigo Testamento, que começa com “Ninguém é justo, não, nem um sequer” (Rm 3.10). O terrível estado em que se encontram requer a obra de Cristo, que “sofreu uma única vez pelos pecados, o justo pelos injustos, para levar-nos a Deus” (1Pe 3.18).

Essa doce troca significa que o julgamento que leva à condenação por causa do pecado de Adão é substituído pela justificação por causa da justiça de Cristo: “Pois o juízo que se seguiu a uma só transgressão trouxe condenação, mas a dádiva gratuita que se seguiu a muitas transgressões trouxe justificação” (Rm 5.16; cf. v. 18). Para executar sua expiação substitutiva, Cristo recebeu a penalidade do pecado, de modo que “agora já não há condenação para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8.1). Em vez de condenação, justificação.

Esse contraste entre justificação e condenação ressalta que a justificação, assim como a condenação, é uma declaração legal sobre a culpa. O Antigo Testamento apresenta a justificação como um pronunciamento de que uma pessoa está em harmonia com as exigências da lei e, portanto, é declarada justa (Dt 25.1; Pv 17.15). Semelhantemente, o Novo Testamento afirma que a

justificação é um ato declarativo oposto à condenação (Rm 8.33,34). De fato, a injustiça da humanidade pecadora é vencida pela justiça de Deus por intermédio do sacrifício expiatório de Cristo (Rm 3.20-28), “para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus” (3.26).

Assim, é pela fé que nos apropriamos da justificação. O pecador crê em Cristo e é considerado justo. Isso é diferente da justificação pelas obras, em que o pecador tenta merecer o favor de Deus por meio da prática de boas ações ou obedecendo a mandamentos da lei, e não consegue alcançar a justiça que salva (Rm 3.20; Tt 3.7; Ef 2.8,9). É importante ressaltar que os que são justificados pela fé independentemente das obras se dedicam às boas obras como fruto e evidência de sua justificação (Tg 2.18-26).

A obra divina de imputar justiça pela fé é exemplificada por Abraão. Antes de praticar boas obras e independentemente da lei (que ainda não existia), Abraão creu na promessa de Deus pela fé, e Deus o considerou justo (Rm 4). Abraão era um pagão que estava a ponto de constituir Eliezer como herdeiro (Gn 15.1-6), mas confiou na promessa de que Deus lhe daria um filho. Assim, Deus “justifica o ímpio” (Rm 4.5) imputando-lhe a justiça de Cristo, recebida pela fé.

Portanto, Deus realiza uma obra de imputação, creditando retidão àqueles que creem, e não de infusão, que seria conferir graça por intermédio dos sacramentos, como defende a Igreja Católica. A justificação é declarativa, não transformadora (embora Deus também mude a natureza humana). Misturar a justificação declarativa com a regeneração e a santificação transformadoras (que Deus também realiza) resulta na concepção da salvação como um processo que dura a vida inteira e durante o qual se obtém justiça crescente por meio da graça dos sacramentos, conquistando-se por mérito a vida eterna. Essa ideia não tem fundamento bíblico.

Principais erros

1. *Entender a justificação de uma forma que não é bíblica.* A teologia católica comete vários erros: um é a união do perdão dos pecados com a regeneração e a santificação, tornando a justificação um processo transformador, em vez de uma declaração. Um segundo erro é minimizar ou negar a imputação. Assim, a salvação para o catolicismo é a interminável transformação do caráter, sem qualquer garantia de que alguém seja suficientemente justo para ser justificado diante de Deus. Mas a justificação é uma declaração, o que significa que o status da pessoa diante de Deus é o de ser considerada plenamente justa. Um terceiro erro é a afirmação de que o protestantismo separa a justificação e a santificação, de modo que uma pessoa pode afirmar ser salva e, ainda assim, viver uma vida indigna. Mas o protestantismo, embora realmente faça distinção entre esses dois poderosos atos divinos, afirma que aqueles a quem Deus justifica, ele também santifica. Deus pretende continuar sua obra de salvação com aqueles a quem justifica, de modo que eles realmente perseverarão na fé e praticarão boas obras.

2. *Redefinir justificação, acusando os reformadores de a terem entendido de forma equivocada (a “nova perspectiva”)*. De acordo com essa corrente, a justiça de Deus não diz respeito à imputação da justiça de Cristo aos pecadores, mas, sim, à fidelidade aliancística de Deus para com suas promessas. Desse modo, a doutrina da justificação não diz respeito aos pecadores serem aceitos por Deus, mas à identificação dos verdadeiros membros da comunidade da aliança. Essa “nova perspectiva” erra em sua compreensão das ideias bíblicas de justificação, imputação, fé e obras. Além disso, entende mal o debate da Reforma sobre a justificação.

3. *Iniciativas ecumênicas que procuram minimizar a grande diferença entre as doutrinas católica e protestante da justificação*. A Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação (firmada pela Irmandade Luterana Mundial e pela Igreja Católica Romana) enumera os pontos em comum entre as duas tradições, embora reconheça as divergências. Contudo, presta um desserviço ao enfatizar as semelhanças e minimizar as diferenças.

APLICANDO A DOUTRINA

A justificação pela graça por meio da fé nos dá perdão de todos os nossos pecados, uma posição justa diante de Deus, o livramento do veredito divino de condenação e a garantia de salvação. Imagine como seria se a nossa salvação dependesse de nossa cooperação com a graça de Deus de modo a realizarmos boas obras com o objetivo de merecer a vida eterna. Nunca poderíamos ter certeza de que havíamos confiado adequadamente na graça e realizado boas obras suficientes para nos justificarmos. Nós poderíamos ter esperança, mas não certeza da salvação.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Tenho um amigo católico que me garante que sua igreja concorda com o modo como eu entendo a justificação.**
- **É difícil imaginar que essa doutrina tenha provocado uma revolução monumental como a Reforma.**
- **Meu amigo batista me garante que, porque Deus o justificou quando ele entendeu o evangelho e foi batizado aos sete anos, ele será salvo mesmo que não se importe com Cristo nem viva para**

ele.

- **Qual o papel das boas obras na justificação?**

O que está em jogo nessa doutrina? A natureza de nossa posição diante de Deus. A maneira como Deus nos resgata. O fato de que o veredicto divino: “não culpado, e sim justo”, já foi pronunciado sobre nós. Em resumo, nossa salvação está em jogo.

ENSINANDO A DOCTRINA

Um objetivo importante no ensino é enfatizar a importância crucial da justificação para a salvação. Ela é importante historicamente, já que essa doutrina é o princípio material do protestantismo, do qual os evangélicos são herdeiros. A justificação foi um ponto central na divisão da igreja ocidental em católicos e protestantes. Essa doutrina continua a ser importante hoje, pois ainda distingue essas duas tradições. Embora muito tenha sido feito para reforçar a concordância em alguns aspectos (p. ex., a teologia católica e a teologia protestante afirmam que a justificação é a obra do Deus triúno, fundamentada na morte e ressurreição de Cristo, anunciada por intermédio do evangelho), diferenças significativas permanecem e não devem ser ignoradas.

Um bom ponto de partida para ensinar essa doutrina é comparar a compreensão católica da justificação com a compreensão protestante. Destacar os importantes conceitos conflitantes: imputação *versus* infusão, ato declarativo *versus* ato transformador, fé somente *versus* fé que coopera com a graça para a realização de boas obras a fim de merecer a vida eterna, e muito mais.

Segundo as Escrituras, mostre como Abraão personifica a justificação pela graça somente, por meio da fé. Certifique-se de enfatizar seu passado pagão, sua disposição de escolher Eliezer como seu herdeiro, sua fé na promessa divina e o fato de Deus declarar sua justiça — uma ilustração vívida de que Deus justifica o ímpio. Naquele momento, independentemente de quaisquer boas obras, Abraão foi justificado diante de Deus. As boas obras que ele realizou posteriormente (p. ex., obedecer a Deus no sacrifício de Isaque [Gn 22]) demonstraram que ele havia sido justificado pela fé (como Tg 2.18-26 apresenta).

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo

2. A justificação segundo a teologia católica e segundo a teologia protestante

3. Principais afirmações (com apoio bíblico)

A. Pecado, culpa e responsabilidade, portanto, passibilidade de sofrer

- condenação, como pano de fundo para a justificação
- B. Definição de justificação e seus dois aspectos
- C. O princípio material do protestantismo
- 4. Principais erros a serem evitados
 - A. Ter um entendimento da justificação que esteja em desacordo com a Bíblia
 - B. Redefinir justificação, acusando os reformadores de a terem entendido de forma equivocada
 - C. Iniciativas ecumênicas que procuram minimizar a grande diferença entre as doutrinas católica e protestante da justificação
- 5. Aplicando a doutrina
 - A. Ter a certeza da salvação que emana do poderoso ato de justificação de Deus
 - B. Não fazer concessões com relação a essa doutrina

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “imputation”, “infusion”, “justification”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “justification”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “justificação”.
- ERICKSON. *Christian theology*. p. 891-5.
- _____. *Teologia sistemática*.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. caps. 16 e 17.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 37.
- _____. *Teologia Teologia*. cap. 37.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 12.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 9.
- THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 14.

¹Decreto sobre a justificação, cap. 7, Concílio de Trento, seção 6 (13 de janeiro de 1547), in: *The canons and decrees of the sacred and oecumenical Council of Trent*, tradução de J. Waterworth (London, Reino Unido: Dolman, 1848), disponível em: <https://history.hanover.edu/texts/trent/ct06.html> [disponível em português em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/concilios/trento/#sessao6>; acesso em: 18 fev. 2019].

ADOÇÃO



RESUMO

Adoção é o poderoso ato divino de tomar pecadores — inimigos alienados e separados de Deus — e trazê-los para sua família, como filhos amados, para sempre.

TEMAS PRINCIPAIS

- É necessária a reconciliação por causa da inimizade e da alienação entre pecadores e Deus.
- A reconciliação resulta na adoção de pecadores como filhos e filhas, juntamente com o recebimento do Espírito de adoção.
- A adoção traz consigo uma herança, e os cristãos são coerdeiros com seu irmão, Jesus Cristo.
- O ingresso na família de Deus como filhos adotivos significa, além disso, que os cristãos são irmãos e irmãs, unidos uns aos outros.

PASSAGENS-CHAVE

João 1.12; Romanos 8.15-17,21,29; Gálatas 3.26-28; 4.4-7; Efésios 1.5; 2.13-22; Colossenses 1.20-22

Afirmações principais

Poderoso ato divino envolvido na salvação de pecadores, a adoção é a obra que Deus realiza para introduzir os ex-rebeldes em sua família. Trata-se de um aspecto da salvação diferente da justificação, da regeneração e de outras obras divinas. A adoção traz benefícios adicionais para os que são adotados.

O pano de fundo da adoção é a perfeita santidade de Deus e a total pecaminosidade dos portadores de sua imagem decaídos. Sendo “filhos da desobediência” e “filhos da ira” (Ef 2.2,3), eles estão em uma posição precária diante de Deus. Há um abismo que pode ser descrito como inimizade, hostilidade, alienação e separação entre Deus e os pecadores. Esse distanciamento deve ser superado para que exista relacionamento entre as duas partes. A reconciliação, como um aspecto da expiação é a remoção, por parte de Deus, do antagonismo e a restauração da paz entre essas duas partes em conflito (Cl 1.20-22; 2Co 5.17-21).

A adoção é uma aplicação da obra de reconciliação de Deus em Cristo. É o ato poderoso pelo qual Deus acolhe suas criaturas anteriormente rebeldes, trazendo-as para sua família como filhos amados para sempre. A adoção tem dois aspectos. É um ato legal: Deus os incorpora em sua família, mudando seu status. E é uma realidade relacional: Deus os acolhe como seu Pai celestial, e eles lhe respondem como filhos e filhas.

Como filhos adotivos de Deus, os cristãos desfrutam da presença do Espírito Santo. Por meio desse “Espírito de adoção”, eles reconhecem Deus como seu Pai e se relacionam com ele. Outro benefício da adoção é o recebimento de uma herança: junto com seu coerdeiro, Cristo, os cristãos têm a garantia de um futuro de bênçãos. A entrada na família de Deus como filhos adotivos significa, além disso, que os cristãos são irmãos e irmãs, unidos uns aos outros.

Base bíblica

As raízes da adoção se estendem para o passado eterno. No Deus triúno, a segunda Pessoa é eternamente o Filho de Deus. Essa relação não é de adoção, mas de geração eterna: o Pai concede eternamente à segunda Pessoa da Trindade sua Pessoa-do-Filho (Jo 5.26; 1Jo 5.18). Assim, a filiação existe eternamente na Divindade.

Quando o Deus triúno criou o mundo, incluiu a criação do primeiro portador de sua imagem: Adão é o filho de Deus no sentido de ser sua criatura (Lc 3.38). Idealmente, Adão teria permanecido como o filho justo de Deus e, junto com Eva, produzido uma vasta linhagem de descendentes santos para governar o mundo criado como filhos e filhas de linhagem real. Tragicamente, Adão e Eva se rebelaram contra seu Criador e Pai, resultando em alienação e expulsão da presença de Deus (Gn 3.8-13,22-24).

A Queda não pegou Deus de surpresa. Na verdade, o propósito eterno de Deus incluía a predestinação dos cristãos “para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos” (Rm 8.29). O plano eterno era redimir um grande número de seres humanos caídos por meio da obra redentora de Cristo e, então, restabelecê-los na família de Deus. O resultado final dessa salvação seria sua renovação total segundo a imagem de seu Salvador. Eles seriam “filhos” eminentes, com o Filho preeminente (primogênito) recebendo adoração eterna de seus “irmãos”. Esse propósito não se baseava em nenhuma bondade inerente ou boas obras desses eleitos. Ao contrário, Deus “nos predestinou para si mesmo, para adoção, como filhos por meio de Jesus Cristo, segundo o propósito de sua vontade” (Ef 1.5).

Para realizar esse propósito eterno, o eterno Filho de Deus tornou-se encarnado (Jo 1.1,14; 3.16). Essa filiação encarnada foi efetuada por meio do Espírito Santo na Virgem Maria, de modo que o filho que ela levaria e ao qual daria o nome de Jesus seria chamado “Filho do Altíssimo” (Lc 1.32). Essa filiação encarnada do Filho eterno foi essencial para que Cristo cumprisse sua missão de resgatar a humanidade perdida: “Mas, quando veio a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido debaixo da lei, para redimir os que estavam debaixo da lei” (Gl 4.4,5). Essa obra salvadora de Cristo ocorreu “a fim de que recebêssemos a adoção de filhos” (Gl 4.5). Por meio da obra divina de adoção, os cristãos se tornam filhos de Deus: a filiação acontece em um nível humano, assim na terra como no céu (em um sentido limitado).

É importante notar que essa filiação se aplica igualmente a homens e mulheres que foram salvos por meio de Cristo. Mas o termo “filhos” deve ser mantido para enfatizar a conexão com a filiação de Deus Filho, eterno e encarnado. Assim como dizemos que a segunda Pessoa da Trindade é o Filho de Deus, os seres humanos, que antes estavam afastados, são agora “filhos” de Deus.

Além disso, “porque sois filhos, Deus enviou ao nosso coração o Espírito de seu Filho, que clama: Aba! Pai!” (Gl 4.6). O trabalho trinitário de adoção é evidente: o Pai envia “o Espírito de adoção” (Rm 8.15) para habitar em seus filhos. Esse Espírito é o Espírito do Filho do Pai. E o Espírito gera o reconhecimento e o relacionamento com ele, aquele que adota filhos em sua família. Assim, eles se dirigem a Deus em oração como “Pai nosso” (Mt 6.9), experimentam seu amor (Rm 5.5) e amadurecem como filhos por meio de sua disciplina paternal (Hb 12.5-11).

O status de um pecador diante de Deus é descrito como sendo o de um “escravo”. A mudança desse status com a adoção é algo maravilhoso: “Portanto, tu não és mais escravo, mas filho; e, se és filho, és também herdeiro por obra de Deus” (Gl 4.7). Como filhos, e não escravos, os cristãos gozam de uma gloriosa libertação do seu antigo modo de vida (Rm 8.21).

A filiação traz consigo outro benefício: a herança compartilhada com seu coerdeiro, Cristo (Rm 8.17). Essa futura herança da gloriosa vida eterna, da

qual os filhos irão desfrutar, é a herança que pertence em primeiro lugar ao irmão deles, Jesus Cristo. Ele, por sua vez, compartilha a herança com seus coerdeiros.

Outro benefício da adoção é o relacionamento familiar: todos os filhos adotivos são irmãos e irmãs, unidos uns aos outros (Gl 3.26-28). Embora todos os seres humanos tenham um único Pai, no sentido de criação (Ef 3.15; At 17.26), os cristãos têm o mesmo Pai no sentido de redenção. São filhos de Deus e irmãos na mesma família, assim constituídos pela fé em Cristo (Jo 1.12). Essa unidade é ainda mais notável quando nos lembramos de que a antiga inimizade entre judeus e gentios foi vencida pela obra reconciliadora de Cristo (Ef 2.13-22).

Principais erros

1. *Confundir os dois conceitos: ser filho de Deus como criatura e ser filho de Deus como salvo.* Esse é o erro do liberalismo protestante. É verdade que todos os seres humanos têm o mesmo Pai como seu Criador. Porém, esse entendimento equivocado estende essa verdade ao universalismo: todos os seres humanos também têm Deus como seu Salvador. Essa ideia erra ao confundir a paternidade única (criação) com outra paternidade (redenção). Essa segunda paternidade só se torna realidade quando aceitamos o evangelho sobre o Filho de Deus, Jesus Cristo, e experimentamos a poderosa obra de adoção de Deus.

2. *Exagerar os privilégios da adoção de modo a incluir muitas bênçãos materiais no presente.* Esse é o erro do evangelho da prosperidade. É certamente verdade que Deus pode abençoar seus filhos adotivos com riqueza, saúde, sucesso e muito mais. No entanto, é errado que filhos obedientes e dependentes, que também são chamados a sofrer por amor a Cristo, exijam esse tipo de bênção. Além disso, essa ideia não compreende que a herança que vem com a adoção consiste em inúmeras bênçãos no futuro, não no presente.

APLICANDO A DOCTRINA

A presença do Espírito Santo — o “Espírito de adoção” — traz garantia de salvação. Seu testemunho interior penetra profundamente em nós e nos assegura que pertencemos a Cristo agora e para sempre (Rm 8.16). Como esse é o privilégio de todos os cristãos, devemos dar atenção aos que estão lutando com dúvidas e incertezas. O capítulo 34, sobre perseverança e segurança da salvação, será útil.

A adoção traz o benefício de uma herança. Devemos viver na esperança: não vemos nem podemos ver nosso patrimônio hereditário eterno, mas nutrimos uma esperança viva na expectativa de que um dia, no futuro, essa herança será nossa. Caminhar diariamente com Deus, adorá-lo junto com a igreja, viver essa esperança em comunhão com outros irmãos e irmãs, exortar e admoestar uns aos outros a seguir adiante, crer nas promessas de futuras bênçãos de Deus — é isso que mantém viva a chama da esperança.

Outro benefício da adoção são os relacionamentos familiares. Somos realmente irmãos e irmãs em relacionamentos próximos e em amor. Há pouca oposição no que diz respeito aos relacionamentos de irmão com irmão e de irmã com irmã. Ainda assim, deve-se tomar cuidado para que essas relações sejam baseadas na unidade que todos os crentes compartilham em Cristo, e não nas semelhanças educacionais, econômicas, sociais, políticas, étnicas, raciais, de gênero e de idade. Devemos estar conscientes e evitar os preconceitos de classe e idade, o sexismo e o racismo. E devemos encorajar irmãos e irmãs a se aproximarem dos diferentes. Esse é o privilégio da adoção.

Por causa dos perigos em potencial — imoralidade sexual, ligação emocional imprópria, ciúme —, a tendência é que um homem e uma mulher não casados um com o outro levantem barreiras entre si e, portanto, não se envolvam em nenhum tipo de relacionamento irmão-irmã. Apesar de estarmos muito conscientes das armadilhas, não podemos permitir que esses perigos enfraqueçam a ordem de amar uns aos outros. Irmãos e irmãs não podem se esquivar de cuidar, ensinar, regozijar-se e chorar, ministrar e servir uns aos outros. Devem ser tomadas as devidas precauções para evitar que os perigos em potencial se transformem em fracassos reais. Portanto, irmãos e irmãs devem amar uns aos outros com toda a pureza, porque são filhos adotivos na família de Deus.

ENSINANDO A DOUTRINA

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Em que aspectos a adoção é diferente da justificação e da regeneração?**
- **Tenho dificuldade de imaginar Cristo como meu irmão e de me ver como herdeiro junto com ele.**
- **Como podemos viver concretamente a realidade de que hoje somos irmãos e o seremos por toda a eternidade?**

A adoção de crianças em famílias humanas é uma imagem bela e concreta da adoção dos cristãos na família de Deus. Movidos pela compaixão pelas crianças que não têm pai nem mãe, os seres humanos acolhem completos estranhos e os levam para o seio de sua família para cuidar, prover, criar e amar. Essa adoção é tanto uma questão legal — as crianças adotadas se tornam

membros legítimos de uma família — quanto um relacionamento contínuo com muitos benefícios.

Portanto, um bom ponto de partida para ensinar essa doutrina é pedir que os participantes compartilhem suas experiências com a adoção: os que foram adotados, os que têm filhos adotivos e os que conhecem a adoção por meio de amigos e familiares. Devem ser traçados paralelos entre a adoção na esfera humana e a adoção como salvação, de modo a imprimir concretude a esse poderoso ato de Deus.

Os textos bíblicos que falam de adoção são poucos, o que estimula um estudo bíblico aprofundado. Procure enfatizar os benefícios específicos da nossa adoção na família de Deus, de termos Cristo como irmão, de sermos coerdeiros dele e uns dos outros e de estarmos unidos como filhos e filhas. E também, embora seja um tanto difícil, associar a nossa adoção — com seus privilégios de filiação — à eterna filiação de Cristo em relação ao Pai fundamenta adequadamente essa obra poderosa no Deus triúno.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. A adoção na esfera humana e na esfera da salvação
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Alienação e reconciliação como pano de fundo para a adoção
 - B. Definição de adoção e seus aspectos legal e relacional
 - C. O Espírito de adoção
 - D. Adoção e herança
 - E. A adoção e a realidade de sermos irmãos e irmãs na mesma família eterna
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Confundir os dois conceitos: ser filho de Deus como criatura e ser filho de Deus como remido
 - B. Exagerar os privilégios da adoção de modo a incluir muitas bênçãos materiais atuais
5. Aplicando a doutrina
 - A. Ter a certeza da salvação que emana do poderoso ato de adoção de Deus
 - B. Andar na esperança da nossa herança eterna
 - C. Manter relacionamentos pessoais próximos com nossos irmãos e irmãs

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “adoption”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “adoption”.

- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “adoção”.
- ERICKSON. *Christian theology*. p. 891-5.
- _____. *Teologia sistemática*.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 37.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 37.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 12.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para peregrinos no caminho*. cap. 9.

BATISMO COM O ESPÍRITO SANTO



RESUMO

Quando Deus salva uma pessoa por meio de Jesus Cristo, um dos poderosos atos salvíficos de Cristo é batizar esse novo cristão com o Espírito Santo, incorporando-o ao corpo de Cristo, a igreja.

TEMAS PRINCIPAIS

- O batismo com o Espírito Santo faz parte da atividade salvadora de Deus, junto com a justificação, a regeneração e muito mais.
- O Batismo com o Espírito foi profetizado no Antigo Testamento, prometido por João Batista e Jesus Cristo, e ocorreu pela primeira vez no Dia de Pentecostes.
- Em consonância com sua eterna processão do Pai e do Filho, o Espírito Santo foi enviado pelo Pai e pelo Filho no Dia de Pentecostes.
- Há quatro elementos nesse ato: Cristo é o batizador, o novo crente é o batizado, o elemento do batismo é o Espírito Santo, e o propósito do batismo é a

incorporação no corpo de Cristo, a igreja.

- Embora todas as três ações envolvam o Espírito Santo, o batismo com o Espírito é diferente da regeneração pelo Espírito e dos sucessivos enchimentos do Espírito.
- Muitos pentecostais e carismáticos afirmam que o batismo com o Espírito, em vez de ocorrer no momento da salvação, ocorre após a salvação e tem o propósito de capacitar os cristãos para exercerem um ministério dinâmico e frutífero.

PASSAGENS-CHAVE

Números 11.26-30; Isaías 61.1,2; Ezequiel 36.25-27; Joel 2.28-32; Lucas 3.15-17; 24.49; João 1.33; 7.37-39; 14.16,26; 15.26; 16.7; Atos 1.4,5,8; 2.1-4,33; 1Coríntios 12.13

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Um aspecto da salvação muito negligenciado é o batismo com o Espírito Santo. Enquanto a igreja geralmente enfatiza os poderosos atos divinos de união com Cristo, regeneração, justificação e adoção, existe outro elemento da salvação: a obra que Cristo realiza batizando os novos crentes com o Espírito Santo. Embora não seja detectável externamente, essa experiência insere novos cristãos no corpo de Cristo, a igreja.

O batismo com o Espírito Santo é mais frequentemente associado com a descida do Espírito no Dia de Pentecostes (At 2). Contudo, esse evento importante foi precedido por profecias e promessas a seu respeito. O Antigo Testamento aguardava com expectativa um novo e inusitado derramamento do Espírito Santo. João Batista manteve e aumentou essa expectativa ao associar esse derramamento do Espírito ao Messias, que estava no meio do povo de Israel. Como Messias, o próprio Jesus manteve e aumentou essa expectativa, prometendo a seus discípulos que eles teriam uma maior intimidade com o Espírito e dele receberiam poder. De fato, antes de ascender e enviar seus discípulos em missão como suas testemunhas, Jesus lhes ordenou que esperassem em Jerusalém a descida do Espírito Santo prometido.

Dez dias após sua ascensão, Jesus, o Filho, junto com o Pai, enviou o Espírito Santo, no Dia de Pentecostes. Esse derramamento do Espírito pelo Pai e pelo Filho reflete o fato de que o Espírito procede dos dois eternamente: o Espírito procede do Pai e do Filho. Consequentemente, eles, em conjunto,

derramam o Espírito para inaugurar seu novo ministério e dar à luz a igreja da nova aliança. Esse derramamento novo e inédito não significa que o Espírito antes estivesse inativo. Pelo contrário, estava trabalhando entre o povo de Israel, especialmente em seus juízes, reis e profetas. Conforme havia sido profetizado, o novo ministério do Espírito seria mais extenso e intenso.

Da mesma forma que batizou seus discípulos com o Espírito Santo naquele Dia de Pentecostes, Cristo continua batizando novos crentes com o Espírito como parte de sua salvação. Jesus Cristo é quem realiza o batismo. Os novos cristãos são os batizados. O elemento com o qual Cristo batiza esses novos discípulos é o Espírito Santo. E o propósito desse batismo é uni-los ao corpo de Cristo, a igreja.

Embora envolva o Espírito Santo, esse ato poderoso é distinguível tanto da regeneração pelo Espírito quanto dos repetidos enchementos com o Espírito. A regeneração é o ato pelo qual o Espírito Santo remove a velha natureza de uma pessoa pecadora e implanta uma nova natureza em seu lugar. Essa é a obra do Espírito que faz a pessoa nascer de novo. O batismo com o Espírito é o ato pelo qual o Espírito é derramado sobre uma pessoa, sendo, assim, o primeiro enchimento com o Espírito. À medida que esse cristão anda em novidade de vida, ele deve ser continuamente enchido — controlado e guiado — pelo Espírito. Além disso, o enchimento com o Espírito Santo dá poder à igreja para o desempenho de sua missão.

No último século, as igrejas pentecostais e o movimento carismático contestaram esse entendimento tradicional do batismo do Espírito. São essas as divergências: (1) o batismo com o Espírito Santo ocorre como uma segunda bênção, subsequente à experiência inicial de salvação. (2) Esse derramamento é caracterizado por falar em línguas — isto é, orar e louvar a Deus em línguas ou palavras desconhecidas. (3) O propósito desse batismo no Espírito é capacitar os cristãos para exercerem um ministério eficaz, em geral acompanhado de sinais, milagres e maravilhas.

Dois efeitos dessa perspectiva pentecostal/carismática são evidentes: o efeito positivo é uma força poderosa de evangelismo, plantação de igrejas e missões que está varrendo o mundo. O efeito negativo é que a distinção entre cristãos que experimentaram essa segunda bênção do batismo com o Espírito e os que não tiveram essa experiência divide a igreja em todo o mundo.

Base bíblica

O Antigo Testamento previu um novo e inédito derramamento do Espírito Santo. Moisés desejou que Deus pusesse seu Espírito em todo o seu povo (Nm 11.26-30). Ezequiel profetizou sobre o dia em que Deus colocaria seu Espírito dentro de seu povo para que ele fosse obediente (Ez 36.25-27). Joel profetizou Deus derramando o seu Espírito sobre todas as pessoas: homens e mulheres, velhos e jovens, escravos e livres (Jl 2.28-32; citado em At 2.16-21). Essa nova obra do Espírito Santo estava particularmente associada ao Servo Sofredor/Messias (Is 61.1,2; citado em Lc 4.18,19) e a uma nova aliança que

substituiria a antiga (Jr 31.31-34; citado em Hb 8.8-12).

No Novo Testamento, João Batista manteve e intensificou essa expectativa de um novo e inédito derramamento quando se referiu ao Messias como aquele que batizaria com o Espírito Santo (Lc 3.15-17; Jo 1.33). Como Messias, o próprio Jesus manteve e ampliou essa expectativa: embora o Espírito estivesse, de fato, *com* os discípulos de Jesus, ele logo estará *neles* (Jo 14.17). O Espírito que vivifica seria como rios de água viva fluindo deles (Jo 7.37-39). Nas instruções que deu aos discípulos antes de sua ascensão, Jesus ordenou-lhes que esperassem em Jerusalém até serem “revestidos de poder” do alto, pois ele enviaria “a promessa de [seu] Pai” sobre eles (Lc 24.49; At 1.4,5).

O Dia de Pentecostes marcou o envio do Espírito de uma forma nova e sem precedentes — um derramamento em cumprimento das promessas anteriores. O Pai e o Filho enviaram o Espírito (Jo 14.16,26; 15.26; 16.7; At 2.33), que desceu sobre os 120 discípulos. Fortalecida pelo Espírito, a igreja começou a se expandir pelo mundo com a pregação do evangelho (At 1.8).

O batismo com o Espírito não foi só um evento histórico no Dia de Pentecostes, mas também faz parte da experiência inicial de salvação para todos os cristãos. Paulo indica que todo crente foi batizado por Cristo com o Espírito Santo (1Co 12.13). Assim, essa experiência é iniciática, universal e permanente. Na verdade, é , como John Stott explicou: “O batismo do Espírito Santo é uma experiência cristã *universal*, porque é a experiência cristã *inicial*”.¹

À medida que são cheios e guiados pelo Espírito, os cristãos se recusam a viver segundo sua natureza pecaminosa e amadurecem em seu caráter, tornando-se cada vez mais semelhantes a Cristo (Gl 5.16-26). Com seus membros sendo continuamente cheios do Espírito, a igreja experimenta comunhão profunda, adoração genuína, constantes ações de graças e submissão mútua (Ef 5.18-21). Seus líderes, em particular, devem ser caracterizados pela plenitude do Espírito (At 6.3,5; 11.24) e devem empenhar-se no ministério, confiando no enchimento do Espírito (At 4.8,31; 7.55; 13.9,52).

A posição pentecostal/carismática de que o batismo com o Espírito é subsequente à salvação se baseia em várias passagens bíblicas nas quais o recebimento do Espírito ocorre após aquela experiência salvadora. Essas passagens incluem: (1) Jesus ordenou a seus discípulos, que já eram crentes, que esperassem o Espírito Santo vir sobre eles (Lc 24.48,49; At 1.4,5). (2) Os samaritanos, que aceitaram a salvação e foram batizados tiveram que esperar pelo batismo com o Espírito (At 8.4-25). (3) A experiência de Cornélio e sua família demonstra que primeiro vem a fé e o arrependimento, resultando em salvação (At 10.43; 11.18), depois vem o batismo com o Espírito (At 10.44,47). (4) Os doze discípulos que Paulo encontrou ainda não haviam recebido o Espírito, então ele lhes conferiu o Espírito (At 19.1-7).

A perspectiva tradicional sobre o batismo com o Espírito responde: (1) as próprias passagens mostram a natureza incomum dos eventos narrados (os

samaritanos, em 8.16; os discípulos de João Batista, em 19.2). Além disso, (2) as passagens associam intimamente o Espírito à salvação e ao batismo.

Principais erros

1. *Negligenciar o batismo com o Espírito.* Essa omissão vergonhosa, que marcou a igreja em grande parte de sua história, não leva em conta essa experiência que une todos os cristãos ao corpo de Cristo.

2. *Atrelar o batismo com o Espírito a um sacramento.* Essa posição (característica do catolicismo romano, da ortodoxia oriental e de algumas igrejas protestantes) enfraquece as experiências dinâmicas da obra do Espírito que são retratadas na Escritura, tentando restringi-las a uma conexão direta com um sacramento particular (muitas vezes batismo ou confirmação).

3. *Exaltar a experiência do batismo com o Espírito após a salvação, gerando um sentimento de superioridade em relação aos que não tiveram essa experiência.* Esse senso de superioridade não pode de forma alguma ser permitido entre os cristãos.

4. *Rejeitar pessoas que tiveram essa experiência, julgando que elas não estão salvas ou que estão possuídas por demônios.* Esse julgamento infundado é tolo e perigoso.

APLICANDO A DOUTRINA

O batismo com o Espírito Santo, como um dos atos poderosos de Deus na salvação, é motivo de louvor e ações de graças a Cristo pelo acréscimo de novos crentes em seu corpo. Essa comunhão une todos os cristãos, que são membros da igreja universal de Cristo e, portanto, incorporados em uma igreja local onde adoram, crescem, servem e se multiplicam. Da mesma forma que a igreja é grata pelas obras divinas de regeneração, justificação, adoção e outras, ela também dá graças pelo batismo com o Espírito, realizado por Cristo.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Por que se ouve falar tão pouco sobre o batismo com o Espírito Santo?**
- **Eu pensava que o batismo com o Espírito Santo era algo só para pentecostais e carismáticos.**
- **Um tempo atrás, fui a uma igreja pentecostal (ou a uma conferência carismática), e os líderes tentaram fazer**

**com que eu fosse batizado
com o Espírito e falasse em
línguas.**

- **Gostaria que meus amigos
não pentecostais/
carismáticos
experimentassem a
intensidade da adoração, a
vida de oração dinâmica, a
ousadia de compartilhar o
evangelho e os grandes
passos em direção à
maturidade que tenho vivido
desde que fui batizado com
o Espírito.**

Em vez de aceitar passivamente a divisão entre as duas perspectivas a respeito dessa doutrina, pentecostais e carismáticos devem unir-se a não pentecostais e não carismáticos, buscando alcançar maior concordância.

ENSINANDO A DOUTRINA

Como essa doutrina tem sido largamente negligenciada, não é surpresa nenhuma que os cristãos que não são de origem pentecostal ou carismática não estejam familiarizados com ela. Pergunte se algum dos participantes veio desse histórico e teve uma experiência de batismo com o Espírito após a salvação. Como alternativa, pergunte aos participantes se eles conhecem pessoas que tiveram essa experiência. Essa tensão introdutória aumentará o interesse pelo tópico e mostrará por que esse assunto é tão importante.

No entanto, se essa doutrina está sendo apresentada entre os cristãos pentecostais ou carismáticos, peça-lhes que comparem sua experiência antes e depois do batismo com o Espírito Santo. Certifique-se de que eles se concentrem particularmente em sua adoração, vida de oração, envolvimento ministerial e santificação antes e depois do batismo com o Espírito. Peça-lhes que expliquem qual é a opinião deles a respeito de outros cristãos que não tiveram a mesma experiência.

Dada essa controvérsia e a importância da doutrina, é primordial ensinar e discutir as várias passagens da Escritura que a abordam. Ao defender a posição da igreja a respeito desse tópico, tenha o cuidado de apresentar as interpretações opostas desses textos. Além disso, preste atenção para não cair nos excessos já mencionados.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Breve explicação do batismo com o Espírito Santo
2. Discussão das posições divergentes
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Um dos poderosos atos de Deus
 - B. A expectativa bíblica do batismo com o Espírito
 - C. O Pai e o Filho no envio do Espírito
 - D. Os quatro elementos do batismo com o Espírito
 - E. Comparação entre regeneração, batismo com o Espírito e enchimento
 - F. A perspectiva pentecostal/carismática
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Negligenciar o batismo com o Espírito
 - B. Considerar o batismo com o Espírito um sacramento
 - C. Exaltar a experiência do batismo com o Espírito após a salvação, gerando um sentimento de superioridade em relação aos que não tiveram essa experiência
 - D. Rejeitar pessoas que tiveram essa experiência, julgando que elas não estão salvas ou que estão possuídas por demônios
5. Aplicando a doutrina
 - A. Agradecer a Jesus por nos acrescentar ao seu corpo por meio do batismo com o Espírito
 - B. Buscar maior compreensão e entendimento entre pentecostais e carismáticos, por um lado, e não pentecostais e não carismáticos, por outro, a respeito dessa doutrina

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “baptism with/in/by the Holy Spirit”, “filled with the Holy Spirit”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “baptism of the Spirit”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “batismo no Espírito”.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 15.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 39.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 39.

¹John Stott, *The Baptism and fullness of the Holy Spirit* (Downers Grove: InterVarsity, 1969), p. 12 (grifo do original) [edição em português: *Batismo e a plenitude do Espírito Santo: o mover sobrenatural de Deus*, tradução de Hans Udo Fuchs (São Paulo: Vida Nova, 2007)].

SANTIFICAÇÃO



RESUMO

A santificação — mais especificamente a santificação progressiva — é a obra colaborativa entre Deus e os cristãos pela qual ocorre a contínua transformação em maior semelhança com Cristo.

TEMAS PRINCIPAIS

- Ao contrário das obras monergísticas, a santificação é uma obra sinérgica na qual Deus e os cristãos cooperam.
- Enquanto algumas obras divinas, como justificação e adoção, mudam o status de alguém diante de Deus, a santificação, assim como a regeneração, muda sua natureza.
- Ela consiste em três aspectos: posicional, progressivo e perfectivo.
- Deus trabalha do modo mais apropriado à sua ação divina.
- Os cristãos trabalham do modo mais apropriado à sua ação humana.
- A santificação se realiza especialmente por intermédio do Espírito Santo e da Palavra de Deus no contexto da comunidade.

João 17.17; Romanos 6.1-14; 1Coríntios 1.2;
6.11; 2Coríntios 3.18; Efésios 5.25-27;
Filipenses 2.12,13; 1Tessalonicenses 5.23;
Hebreus 10.24,25; 12.14,23; 13.21; 1Pedro
1.1,2; 2.2

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

Os poderosos atos de Deus na aplicação da obra de Cristo à vida de alguém — união com Cristo, regeneração, justificação, adoção e batismo com o Espírito — ocorrem no início da salvação. A santificação, ao contrário, é um trabalho contínuo que se estende por toda a vida.

Além disso, diferentemente das outras obras, que são monergísticas, a santificação é sinérgica. *Monergismo* (gr., *monos*, “sozinho”, e *ergon*, “trabalho”) remete ao trabalho de uma *única fonte*. Deus é o agente único que efetua a regeneração, a justificação e assim por diante. *Sinérgismo* (gr., *syn*, “com”, e *ergon*, “trabalho”) refere-se a duas (ou mais) fontes que *trabalham juntas* na salvação. Deus e os crentes trabalham juntos na santificação.

Há mais uma diferença importante: alguns atos poderosos de Deus são de natureza legal. Eles mudam o status da pessoa diante de Deus. Por exemplo, a justificação é uma obra de natureza jurídica, que afeta a posição de alguém diante de Deus. Por causa da justificação, a pessoa não é mais culpada, mas justa. Outros atos divinos são de natureza transformativa. Eles mudam o próprio ser. Por exemplo, a regeneração remove a natureza antiga e concede uma nova natureza. A santificação, assim como a regeneração, é uma obra transformativa. Ela muda o próprio ser.

Especificamente, a santificação consiste em três aspectos.

A *santificação posicional* é a obra divina que afasta os crentes do pecado e os separa para seus propósitos. Nesse aspecto, até o recém-convertido é santificado: separado de sua antiga vida e consagrado à sua nova vida em Cristo. A santificação posicional ocorre no começo da salvação e se aplica a todos os crentes igualmente.

A *santificação progressiva* é o que normalmente se entende por “santificação”, tanto na Escritura quanto na teologia. É a obra conjunta de Deus e dos cristãos, pela qual ocorre a transformação contínua em maior semelhança com Cristo. Envolve um crescente afastamento do pecado e uma crescente conformidade com a imagem de Cristo. A santificação progressiva ocorre do começo ao fim da salvação e existe em maior grau em alguns crentes e em menor grau em outros. Essa variação de desenvolvimento depende de muitos fatores.

A *santificação perfectiva* refere-se ao trabalho final de Deus de completar a

salvação. Ao morrerem, os crentes são perfeitamente santificados para sua vida fora do corpo no céu. Eles se tornam como Cristo, mas sem o elemento físico que possuíam. Quando Cristo voltar, os crentes receberão seus corpos ressurretos e serão plenamente santificados para sua vida corporificada futura. Eles se tornarão completamente semelhantes a Cristo, incluindo seu corpo glorificado. A santificação perfectiva ocorrerá no final da salvação e se aplicará igualmente a todos os crentes.

Concentrando-se na santificação progressiva, como uma obra sinérgica, Deus trabalha para santificar o seu povo de maneiras que são próprias de sua atuação divina. Ele os capacita a vencer tentações e a enfrentar provações, determina e age para que eles realizem seu bom propósito e muito mais. Juntamente com esse trabalho divino, os crentes se santificam de maneiras que são próprias de sua atuação humana. Eles leem a Escritura, oram, confessam seus pecados, submetem-se à orientação do Espírito, resistem à tentação e muito mais. É importante ressaltar que os crentes não devem tentar fazer o trabalho de Deus e que Deus não faz o trabalho que cabe aos crentes.

Nesse processo de santificação, três pontos se destacam: o Espírito Santo é enfatizado como a pessoa do Deus triúno especialmente responsável pela santificação; a Palavra de Deus é enfatizada como o instrumento pelo qual a santificação ocorre; e a comunidade de fé é o contexto no qual a santificação se desenvolve.

Base bíblica

Desde o princípio, a intenção de Deus foi ter um povo que fosse santo como ele, consagrado para o seu propósito. No Antigo Testamento, Deus ordenou ao faraó: “Deixa o meu povo ir, para que me sirva no deserto” (Êx 7.16). Quando Deus libertou seu povo e o organizou, ordenou que consagassem dias específicos (sábado; Êx 20.8-11), lugares (Tabernáculo, Êx 29.43-46; templo, 2Cr 6 e 7), pessoas (levitas; Êx 28.41) e muito mais. E Deus lhes ordenou: “Sereis santos, porque eu, o SENHOR vosso Deus, sou santo” (Lv 19.2). Embora ele continuasse a se aproximar de seu povo rebelde, eles desobedeceram sua lei e ficaram aquém de sua santidade.

Em sua ação decisiva para retificar a pecaminosidade humana, “Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, a fim de santificá-la [...] para ser santa, sem mancha” (Ef 5.25-27). O tema da santidade é especialmente associado à santificação como uma posição, um processo contínuo e uma promessa futura.

A santificação posicional pode ser atestada no fato de que mesmo os cristãos mundanos de Corinto são descritos como “santificados em Cristo Jesus” (1Co 1.2; 6.11). Está correto, todos os crentes são descritos como “os santificados” (At 20.32).

A Escritura geralmente apresenta essa doutrina em referência a santificação progressiva. Essa cooperação divino-humana se expressa vividamente no mandamento de Paulo: “desenvolvi a vossa salvação com

temor e tremor, porque Deus é quem trabalha em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2.12,13). No que diz respeito à ação divina, Deus trabalha de forma não coercitiva nos crentes, para que desejem e ajam de modo a realizar seu propósito. No que diz respeito à atuação humana, os crentes se comprometem voluntariamente e se empenham em realizar o plano divino.

A santificação perfectiva é o objetivo que Deus tem para todos os crentes. No céu, os “espíritos dos justos aperfeiçoados” (Hb 12.23) adoram a Deus. Esses são os santos falecidos que foram plenamente santificados para sua existência celestial fora do corpo. Eles são como Cristo, mas lhes falta um componente importante: o corpo. Quando ele vier novamente, eles receberão seu corpo glorificado e serão plenamente santificados para sua futura vida no corpo (1Co 15).

Mais especificamente, na santificação progressiva, o papel divino envolve a convicção do pecado (Jo 16.8-11), a provisão de recursos para resistir à tentação e suportar a provação (2Pe 1.3,4), a iluminação das Escrituras (1Co 2.14-16), a ajuda por meio da oração (Rm 8.26,27), a capacitação para o serviço (1Co 12.6) e muito mais. Com base nessa atividade divina, os crentes têm grande confiança de que Deus os santificará completamente (1Ts 5.23).

A participação humana envolve especificamente dois aspectos, um passivo e outro ativo. Quanto ao aspecto passivo, os crentes se rendem à obra que Deus realiza em sua vida e por meio dela. Eles se apresentam a Deus “como sacrifício vivo” (Rm 12.1) e oferecem cada parte de sua vida “a Deus como instrumentos de justiça” (Rm 6.13). Essa rendição não é uma atividade em que eles se envolvem, mas uma postura contínua que adotam, submetendo-se ao plano de Deus.

O segundo aspecto consiste em um envolvimento ativo, usando os meios que Deus dá aos crentes para sua santificação: obedecer às Escrituras (2Pe 1.19), orar (Fp 4.6,7), confessar o pecado (1Jo 1.9), resistir a Satanás (Tg 4.7), fugir da tentação (1Co 10.13) e mortificar tendências pecaminosas (Rm 6.1-14).

Assim, a santificação é uma realidade sinérgica. Deus faz o seu papel, os crentes se entregam a Deus e desempenham seu próprio papel ativamente.

Três temas ressoam na santificação. Um é o trabalho essencial da terceira Pessoa da Trindade, com quem a santificação é particularmente associada (1Pe 1.2; 2Ts 2.13; 2Co 3.18). O segundo tema é a instrumentalidade da Escritura, por meio da qual os crentes crescem “para a salvação” (1Pe 2.2). Como Jesus orou: “Santifica-os na verdade, a tua palavra é a verdade” (Jo 17.17).

O terceiro tema ressalta o contexto no qual a santificação se desenvolve, a igreja: “Pensemos em como nos estimular uns aos outros ao amor e às boas obras, não deixando de nos reunir, como é costume de alguns, mas, pelo contrário, animemo-nos uns aos outros” (Hb 10.24, 25). A contínua comunhão cristã promove a santificação ao proporcionar adoração coletiva, pregação, sacramentos/ordenanças, exortação, discipulado, responsabilidade e

muito mais.

Deus chama seu povo e cuida dele para que seja santo como ele é santo e para que se dedique ao propósito divino. Ao santificá-lo, ele fornece recursos suficientes para o progresso contínuo em direção a uma semelhança com Cristo cada vez maior. A exortação, portanto, é que devemos lutar pela “santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor” (Hb 12.14).

Principais erros

1. *Uma ênfase excessiva no papel divino.* “Relaxa e deixa Deus agir” pode expressar corretamente a postura de se render ao trabalho divino na santificação, mas negligencia a responsabilidade humana.

2. *O erro oposto é enfatizar exageradamente o papel humano.* Em um esforço frenético para não retroceder e sempre se superar, os crentes tomam para si o fardo de progredir e acabam sendo esmagados pelo seu peso. Esse erro geralmente vem associado com o erro seguinte.

3. *Qualquer ponto de vista que defenda a ideia de que, embora a justificação e o começo da salvação sejam segundo o Espírito, pela graça e por meio da fé, a santificação ocorre segundo a lei, pelas boas obras e pelo esforço humano.* Paulo condena essa ideia (Gl 3.3).

4. *Qualquer opinião que rejeite a semelhança cada vez maior com Cristo como componente essencial da salvação.* “Uma vez salvo, salvo para sempre” pode expressar corretamente a verdade da perseverança no caso dos crentes genuínos. Mas, quando é usada para justificar o envolvimento em todo tipo de pecado, sem evidência de uma vida transformada depois que alguém “aceita a Cristo”, a frase distorce gravemente o significado da santificação e ameaça dar uma falsa sensação de segurança aos que não são cristãos de forma alguma.

APLICANDO A DOUTRINA

Ao contrário de seus outros atos poderosos (monergísticos), Deus requer nossa cooperação na santificação (sinérgica). Ele está sempre produzindo “tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2.13), para que tenhamos todos os recursos de que necessitamos para agradá-lo plenamente. Portanto, individualmente, dia após dia, com confiança nele, nós nos esforçamos para crescer em santidade.

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **Às vezes parece que estou fazendo um bom progresso na santificação, mas outras vezes parece que dou dois passos para a frente e três**

- para trás.**
- Alguns dos meus amigos dizem que são cristãos, mas nunca vi nenhum sinal de que eles vivam para Cristo.**
- A frase “Uma vez salvo, salvo para sempre” não é verdade?**
- Eu gostaria de voltar a ser tão alegre e ativo como era quando me converti.**
- A leitura da Bíblia e a oração não estão me ajudando em nada, então vou parar por um tempo.**
- O que a nossa igreja vai fazer a respeito de todas essas pessoas mundanas que estão fumando, bebendo, matriculando seus filhos em escolas públicas, celebrando o Halloween e outras coisas?**

Segundo a Bíblia, a partir do momento da conversão, os cristãos progridem constantemente em direção a uma maior semelhança com Cristo. A realidade é que alguns crentes começam bem e refletem o padrão. Outros começam bem, caem num estado temporário de mundanismo e depois se recuperam para seguir em frente. Outros, ainda, progridem lentamente desde o início, lutam para seguir em frente e vivem atormentados por medos, preocupações e dúvidas. Os crentes maduros são exortados a “aconselhar os indisciplinados, encorajar os desanimados, ajudar os fracos e ter paciência para com todos” (1Ts 5.14). A igreja deve ser um refúgio seguro onde seus membros, todos os quais necessitam de santificação, são bem cuidados para se tornarem santos.

Oramos para que Deus possa “aperfeiçoar-vos em toda boa obra, para fazerdes a sua vontade, realizando em nós o que perante ele é agradável, por meio de Jesus Cristo” (Hb 13.21).

ENSINANDO A DOUTRINA

A Escritura tem muito a dizer sobre santificação, de modo que não é difícil ensinar esse assunto. Como os participantes já estão familiarizados com essa doutrina, eles podem contribuir muito para a discussão. Peça-lhes que falem sobre os meios de santificação que são mais úteis para eles. Envolve-os na avaliação do progresso e das deficiências deles. Incentive-os a dar os passos concretos necessários para o amadurecimento.

Cuidado com abordagens desequilibradas do tema da santificação. Alguns participantes podem enfatizar excessivamente o papel divino. Procure fazer com que compreendam sua responsabilidade de ler as Escrituras, orar e muito mais. Outros participantes podem exagerar a responsabilidade humana, carregando o peso da santificação, o que se percebe em atitudes de legalismo, moralismo ou patrulhamento de comportamentos. Assegure-se de que eles compreendam o papel divino e comecem a deixar que Deus faça sua obra. Esteja particularmente atento aos participantes que não se importam com a santificação. Eles são provavelmente incrédulos que precisam entender o evangelho.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Contrastes: monergismo *versus* sinergismo; legal *versus* transformativo
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Santificação posicional
 - B. Santificação progressiva
 - C. Santificação perfectiva
 - D. O papel divino na santificação
 - E. O papel humano na santificação
 - F. O lugar especial do Espírito Santo, da Bíblia e da igreja
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Enfatizar demais o papel divino
 - B. Enfatizar demais o papel humano
 - C. Defender a ideia de que, embora a justificação e o começo da salvação sejam segundo o Espírito, pela graça e por meio da fé, a santificação ocorre segundo a lei, pelas boas obras e pelo esforço humano
 - D. Rejeitar a ideia de que a semelhança cada vez maior com Cristo é um componente essencial da salvação
5. Aplicando a doutrina
 - A. Cooperar com Deus na santificação
 - B. Avançar continuamente em direção a uma maior semelhança com Cristo, embora reconhecendo divergências desse padrão geral
 - C. Criar um ambiente seguro em que todos os membros da igreja recebam amparo para se tornarem santos

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “monergism”, “perfectionism”, “sanctification”, “synergism”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “perfection, perfectionism”,

“sanctification”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “perfeição, perfeccionismo”, “santificação”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 46.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 46.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 16.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 38.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 38.

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 13.

_____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 20.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 14.

PERSEVERANÇA (COM SEGURANÇA DA SALVAÇÃO)



RESUMO

A perseverança é a poderosa obra divina de preservar os cristãos, pelo poder divino, por meio da fé contínua, até que sua salvação esteja completa. A segurança da salvação é a confiança subjetiva, privilégio de todos os crentes genuínos, de que cada um deles permanecerá cristão por toda a vida.

TEMAS PRINCIPAIS

- Duas posições teológicas divergentes levam a diferentes doutrinas de perseverança e segurança.
- A posição reformada/calvinista defende a perseverança de cada crente, individualmente.
- A posição arminiana defende a perseverança dos crentes em geral.
- As duas doutrinas de perseverança divergentes levam a duas doutrinas de segurança da salvação diferentes.
- A posição arminiana se concentra na fidelidade e obediência atuais e na segurança que geram, mas não defende a segurança quanto ao futuro.

- A posição reformada/calvinista acrescenta que a segurança atual inclui a confiança de que os crentes continuarão em Cristo por toda a vida.

PASSAGENS-CHAVE

João 6.37-40; 10.27-30; Romanos 8.16,28-39; Colossenses 1.21-23; Hebreus 2.1-3; 3.12-15; 6.4-9; 7.23-25; 10.26-31; 1Pedro 1.3-9; 2Pedro 2.1,2; 1João 5.11-13

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Uma questão chave é: Será que a operação da graça divina iniciada na vida de um verdadeiro crente certamente continuará e será completada, de modo que um cristão genuíno nunca possa se afastar de Cristo e deixar de obter a salvação eterna? Historicamente, essa pergunta foi respondida de duas maneiras diferentes — uma positiva e outra negativa.¹

A doutrina reformada/calvinista considera a perseverança uma obra poderosa pela qual Deus preserva os crentes em Cristo para sempre. O poder divino protege infalivelmente os cristãos da tentação, da provação, do ataque demoníaco e do pecado irresistível. Assim, eles não podem se afastar totalmente de Cristo e perder a salvação. No entanto, esse poder protetor não opera independentemente da fé contínua dos cristãos. O Deus fiel e poderoso que salva também protege os cristãos enquanto caminham com ele pela fé, concedendo-lhes finalmente a plenitude da salvação.

Essa doutrina não se aplica a todos que professam fé em Cristo; aplica-se somente aos crentes genuínos que Deus escolheu e salvou. Embora possam cair temporariamente em pecado, esses verdadeiros crentes certamente persistirão em exercer fé e em se empenharem em boas obras. Essa posição refuta uma caricatura comum dessa doutrina que a apresenta como “uma vez salvo, salvo para sempre”, no sentido de que os cristãos serão redimidos, não importa como vivam. As pessoas que professam fé em Cristo, mas não andam com ele pela fé, não são crentes autênticos. A perseverança não se aplica a eles.

Além disso, a perseverança é uma obra divina contínua. Portanto, a futura salvação dos cristãos genuínos não depende, em última análise, da sua capacidade de resistir à tentação, suportar aos ataques e permanecer em Cristo. E esse poder divino envolve a fé contínua deles, que inclui a perseverança como um elemento constitutivo: a fé genuína persevera, e, quando as pessoas não perseveram, elas não têm (e nunca tiveram) fé salvadora.

A doutrina arminiana enfatiza que Deus providenciou graça perseverante para a igreja, mas essa graça é condicional no que se refere a cada indivíduo cristão. O crente é protegido pelo poder divino, mas pode resistir a essa graça,

apostatar e perder a salvação. A salvação final, então, depende da perseverança do crente na fé. Portanto, não é possível saber se um cristão em particular perseverará até o fim. Embora alguns arminianos considerem a apostasia pelos verdadeiros crentes apenas uma possibilidade, outros afirmam que a queda ocorre.

Um elemento-chave dessa posição arminiana é sua noção de livre-arbítrio humano: nenhuma condição causal pode inclinar decisivamente a vontade de uma pessoa em uma direção ou outra. Ao escolher ou agir, a pessoa sempre poderia fazer o contrário. Esse ponto de vista significa que, embora o ser humano tenha cooperado com a graça divina e sido salvo, ele pode exercer o mesmo livre-arbítrio para negar a Cristo e resistir à graça divina que já experimentou.

Essas duas doutrinas de perseverança divergentes levam a duas doutrinas de segurança da salvação diferentes. Essa segurança é a confiança subjetiva de pertencer a Cristo e, assim, ser herdeiro da vida eterna.

O foco da doutrina arminiana é a realidade do atual estado de graça dos cristãos e a garantia que isso gera. À medida que os crentes manifestam sua fé e vivem obedientemente, experimentam a certeza de pertencer a Cristo agora, mas não necessariamente no futuro. Eles podem recusar a graça de que são alvo atualmente e cair, perdendo, assim, a salvação.

A doutrina reformada/calvinista acrescenta que a segurança da salvação no tempo presente inclui a certeza de que cristãos genuínos continuarão crentes ao longo de toda a vida e, quando morrerem, irão certamente estar com Cristo no céu, aguardando a plenitude da salvação quando Cristo retornar. Já que a fé salvadora inclui a perseverança como elemento essencial, os crentes confiam que permanecerão cristãos para sempre.

Base bíblica

O apoio bíblico à doutrina da perseverança reformada/calvinista inclui o seguinte: Deus é fiel e suficientemente poderoso para proteger e preservar os crentes para a salvação final (1Pe 1.3-9; Fp 1.6; 1Co 1.8,9; 1Ts 5.23,24). Além disso, Cristo se compromete a manter seus seguidores infalivelmente, nunca perdê-los e dar-lhes vida eterna e ressurreta (Jo 6.37-40; 10.27-30), pois ora incessantemente por sua salvação (Hb 7.23-25; Jo 17.24). Mais ainda, o Espírito Santo realizou sua obra de regenerar (Jo 3.3-8) e selar (Ef 1.13,14; 4.30), dá testemunho de que eles são de fato filhos de Deus (Rm 8.16) e está realizando o processo de transformá-los à imagem de Cristo (2Co 3.18; Gl 5.16-25).

Além do mais, a Palavra de Deus promete vida eterna, e a certeza dela, para todos aqueles que creem no Filho pela fé (Jo 3.36; 5.24; 1Jo 5.11-13). Finalmente, os propósitos de Deus — presciência, predestinação, chamado, justificação e glorificação — são partes de um todo; todos eles se aplicam aos eleitos, e absolutamente nada pode separar o povo de Deus de seu amor (Rm 8.28-39). Não há dúvidas, sua fé persistente e obediência determinada, junto

com o aumento de outras virtudes (2Pe 1.3-11), confirmam vividamente sua genuína salvação.

O apoio bíblico à doutrina arminiana da salvação condicional inclui o seguinte: a Escritura adverte contra a apostasia (Hb 2.1-3; 3.12; 10.26-31; 2Pe 3.17) e exorta os crentes a permanecerem firmes na fé (Cl 1.21-23; Hb 3.14,15; Jo 15.1-7; Mt 10.22). Essas instruções seriam supérfluas se os verdadeiros crentes não pudessem cair, mas tivessem a garantia da salvação eterna. Além disso, a Escritura apresenta casos reais de apostasia, evidência de que cristãos genuínos realmente caem (Hb 6.4-6; 1Jo 2.18,19; 2Pe 2.1,2; Judas; Ananias e Safira [At 5.1-11]; Himeneu, Alexandre e Fileto [1Tm 1.19,20; 2Tm 2.16-18]). E ainda, contestando a doutrina reformada a partir de uma perspectiva filosófica, a visão arminiana afirma que a perseverança é incoerente com o livre-arbítrio humano e considera que ela gera complacência e frouxidão moral.

Qualquer ponto de vista a respeito da doutrina da perseverança deve procurar manter juntas as passagens que enfatizam o contínuo trabalho de preservação de Deus e as que ressaltam a responsabilidade dos crentes de perseverarem na fé. Essa abordagem compatibilística também reconhece honestamente que, em alguns casos, é difícil saber se as pessoas são genuinamente cristãs ou não. Aliás, alguns incrédulos dão sinais surpreendentes de conversão. Por exemplo, Jesus adverte sobre pessoas que o chamam de Senhor e que profetizam, expulsam demônios e fazem milagres em seu nome, mas seu julgamento é que ele *nunca* as conheceu (Mt 7.21-23). Esse ponto de vista também entende que há quem pareça ser cristão, mas se afasta, não da fé salvadora, mas da experiência ou posição religiosa que já teve (Hb 6.4-9).

Principais erros

1. *Abusar do lema “Uma vez salvo, salvo para sempre”.* Embora, de uma perspectiva reformada, esse lema contenha alguma verdade, infelizmente ele é muitas vezes mal utilizado para dar segurança aos incrédulos que assumem algum tipo de compromisso religioso, mas nunca evidenciam uma vida transformada, fidelidade e obediência, serviço para Cristo e muito mais. Essa posição despreza o fato de que, na Bíblia, a salvação inclui um modo de viver semelhante ao de Cristo (1Jo 2.6). Além disso, historicamente, tanto a posição reformada quanto a arminiana condenaram essa ideia.

2. *Abalar a confiança de cristãos genuínos que amam a Deus, confiam nele e o obedecem, dizendo-lhes que podem perder a salvação.* Será que algum pai terreno, quando seus filhos o agradam constantemente, ameaça com o dedo em riste: “Se você fizer isso...”? Nosso Pai celestial também não quer que as passagens de advertência em sua Palavra perturbem os filhos que estão nele. Abuso espiritual desse tipo na igreja é repreensível.

3. *Uma concepção de segurança que gere presunção, orgulho, frouxidão e complacência.* Essas atitudes e hábitos são condenados em toda a Escritura.

Além disso, historicamente, a igreja tem advertido sobre essas duas doutrinas pela simples razão de que seu abuso pode resultar nesses erros. Uma concepção adequada da perseverança e da segurança, tanto da posição reformada quanto da arminiana, evita e condena esse erro.

APLICANDO A DOUTRINA

De uma perspectiva reformada/calvinista, a perseverança é um grande consolo — a pressão para que os cristãos se mantenham na fé é aliviada — e encoraja a fé e a obediência permanentes. Por gratidão a Deus por sua grande salvação, os cristãos andam com ele e se dedicam continuamente às boas obras. A garantia da salvação, portanto, é um grande privilégio, não para alguns grupos de elite, mas para todos os crentes. Dúvidas podem surgir como resultado de ataque satânico, incapacidade de confiar nas promessas bíblicas, ansiedade pessoal, ignorância do ensino bíblico, depressão e muito mais. Todos esses problemas podem ser tratados de forma eficaz.

A posição arminiana enfatiza a provisão divina da graça perseverante para a igreja. Assim, os cristãos individuais devem valer-se desse recurso e, à medida que confiam e obedecem, devem esperar manter fidelidade e obediência por causa da graça de Deus. Ansiedade e preocupação são reprováveis; portanto, esses sentimentos devem ser substituídos por confiança e esperança na providência de Deus. Os cristãos reconhecem que Deus providenciou todos os recursos necessários para que eles continuem em Cristo.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Conheço cristãos notáveis que foram muito fiéis e obedientes, mas não estão mais andando com Cristo e agora dizem que nunca foram crentes.**
- **Qual é o propósito das advertências bíblicas sobre afastar-se da fé e das exortações para continuar na fé?**
- **Estou realmente lutando com dúvidas sobre a minha salvação.**
- **Se a posição reformada/calvinista está correta e a nossa salvação está garantida, o que acontece**

**com o livre-arbítrio e a
responsabilidade de
perseverar na salvação?**

- **Se a posição arminiana está
correta e não há garantia de
salvação, pode haver alguma
segurança da salvação?**

ENSINANDO A DOUTRINA

Dado o debate sobre essa doutrina, um aspecto fundamental do ensino é comparar as posições opostas. Ao defender a posição da igreja, tenha o cuidado de apresentar o outro lado de forma justa. Como os dois pontos de vista recorrem à Escritura, o mais importante é a interpretação correta das passagens usadas e a sua integração do modo adequado.

Um dos textos mais debatidos no estudo dessa doutrina é Hebreus 6.4-12. A questão é esta: As pessoas descritas ali (v. 4-6) são crentes genuínos ou não? Se elas são, então a apostasia é possível, sem qualquer esperança de restauração da salvação. Se não são, devem assemelhar-se aos verdadeiros crentes, mas ainda não creram para salvação. Os leitores devem perguntar-se: O trecho “coisas melhores e relativas à salvação” (v. 9) diz respeito aos destinatários dessa carta, os crentes genuínos a quem o autor se dirige? Esteja preparado para enfrentar essa passagem difícil!

O professor ou discipulador que ensina sobre a segurança da salvação geralmente busca ajudar aqueles que duvidam perguntando-lhes sobre a experiência da conversão: “Você orou para aceitar a Cristo? Quando e onde foi salvo? Como foi?”. (Em seguida a essas perguntas algumas vezes compartilha-se o relato da própria conversão, mas pode ficar implícito que, a não ser que a experiência de salvação da outra pessoa seja similar, ela provavelmente foi falsa.)

O problema é que basear a segurança da salvação na experiência de alguém é como construir uma casa na areia movediça. E se a pessoa não conseguir lembrar os detalhes? E se a experiência de um não for tão radical quanto a conversão de outro? E o que pensar daqueles que sempre vão à frente quando o pastor faz o apelo em reuniões evangelísticas ou na igreja, bem como daqueles que já oraram para aceitar a Cristo várias vezes? Em vez de adotar essa abordagem baseada na experiência, ensine a base bíblica para a perseverança como fundamento da segurança subjetiva da salvação.

Esteja preparado para discutir uma experiência muito comum: um conhecido que era um cristão firme abandonou a fé. Surgirão perguntas como estas: “Será que ele era realmente crente, em primeiro lugar? Se não era, por que parecia tanto ser um crente genuíno? Se ele era um crente tão fervoroso, mas caiu, não devo temer que a mesma coisa aconteça comigo?”. Os dois lados do debate abordarão a questão de forma diferente, mas quem defende cada

lado deve estar bem preparado para fazê-lo.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. As duas posições divergentes
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Perseverança segundo a perspectiva reformada/calvinista
 - B. Perseverança segundo a perspectiva arminiana
 - C. Segurança da salvação segundo a perspectiva arminiana
 - D. Segurança da salvação segundo a perspectiva reformada/calvinista
 - E. A comparação entre as duas perspectivas e a defesa da posição adotada pela igreja
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Abusar do lema “Uma vez salvo, salvo para sempre”
 - B. Abalar a confiança de cristãos genuínos que amam, confiam e obedecem a Deus dizendo-lhes que podem perder a salvação
 - C. Desenvolver uma ideia da segurança da salvação que gere presunção, orgulho, frouxidão e complacência
5. Aplicando a doutrina
 - A. Receber o grande consolo que a perseverança e a segurança da salvação nos trazem
 - B. Confiar em que Deus nos dá graça para perseverar

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “apostasy”, “assurance of salvation”, “perseverance”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “apostasy”, “assurance”, “perseverance”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “apostasia”, “segurança”, “perseverança”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 47.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 47.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 16.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 40.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 40.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 13.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 20.
- THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 14.

¹A discussão sobre essa doutrina está baseada em Gregg R. Allison, “Assurance of salvation” e “Eternal security”, in: A. Scott Moreau, org., *Evangelical dictionary of world missions* (Grand Rapids: Baker Academic, 2000), p. 92, 318-9.



A IGREJA: NATUREZA E MARCAS



RESUMO

A igreja é o povo de Deus, salvo por sua graça e reunido como comunidade da fé.

TEMAS PRINCIPAIS

- Existem duas definições diferentes da igreja: o povo de Deus ao longo de todos os tempos e o povo de Deus após a vinda de Jesus Cristo.
- Essas definições refletem uma questão fundamental ligada à relação entre a antiga aliança e a nova.
- A igreja consiste em dois elementos inter-relacionados: a igreja universal e as igrejas locais.
- A natureza da igreja consiste em diversos elementos: doxológico, centrado na Palavra, com poder do Espírito, aliancístico, confessional, missional e “já, mas ainda não”.
- Quatro características tradicionais caracterizam a igreja: una, santa, católica e apostólica.
- As marcas da igreja foram desenvolvidas pelos reformadores.

Mateus 16.13-20; Atos 2.1-47; 8.4-25; 9.31;
10.1—11.30; 12.12; 13.1-3; 14.23; Efésios
1.19-23; 4.1-16; 5.25-29; 1Pedro 2.9,10

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

O estudo dessa doutrina nos faz mergulhar imediatamente na grande diferença em relação à definição da igreja. Uma posição afirma que a igreja é o povo de Deus, que foi salvo por sua graça, por meio da fé em Deus e em suas promessas, reunido como a comunidade de fé em todos os tempos. A igreja começou com Abraão (ou Adão) e, portanto, inclui todos os crentes desde o início até o presente. Consequentemente, o povo de Israel da antiga aliança e os cristãos da nova aliança, em conjunto, compõem a igreja.

Outra posição define a igreja como o povo de Deus, que foi salvo por sua graça por meio da fé em Jesus Cristo e sua obra, reunido em seu corpo por intermédio do batismo com o Espírito Santo. A igreja começou com a vinda de Cristo, especificamente em seu sofrimento, sua morte, sua ressurreição e sua ascensão, juntamente com a descida do Espírito no Pentecostes. A igreja consiste em certos elementos — fé explícita em Jesus, o Messias, gentios e judeus juntos em um corpo, batismo com o Espírito — que não estavam presentes antes da vinda de Cristo. Assim, a igreja não existia antes disso.

Essas diferentes definições refletem diferentes entendimentos acerca da relação entre a antiga aliança e a nova aliança. Especificamente, há mais continuidade ou mais descontinuidade entre essas alianças? A primeira definição reflete uma posição que encontra mais continuidade. Assim, as experiências associadas à salvação são muito semelhantes entre o povo de Deus antes e depois de Cristo. Por exemplo, todo o povo de Deus experimenta a regeneração pelo Espírito. Além disso, a lei da antiga aliança é, em muitos aspectos, obrigatória para a igreja da nova aliança. Por exemplo, as instruções sobre a circuncisão se transmitem e passam a regular o batismo (infantil).

A segunda definição reflete uma posição que encontra mais descontinuidade entre os pactos. Como resultado, as experiências associadas à salvação são significativamente diferentes entre o povo de Deus antes e depois de Cristo. Por exemplo, somente os cristãos experimentam a regeneração e o batismo com o Espírito. Além disso, a lei da antiga aliança não é obrigatória para a igreja da nova aliança. Por exemplo, as instruções sobre a circuncisão não se aplicam ao batismo (do crente).

Vemos, assim, que há uma grande diferença em relação à definição da igreja.

Geralmente, as duas posições concordam que a igreja consiste em dois elementos inter-relacionados: a igreja universal e as igrejas locais. A igreja

universal é composta de todos os crentes, desde o início (as duas posições estabelecem esse ponto inicial de maneira diferente) até o presente. Portanto, engloba tanto os crentes mortos, que estão no céu, quanto os crentes vivos em toda a terra. Aqueles, que constituem uma parte da igreja universal, estão reunidos como a igreja “celestial”. Estes, que formam outra parte ainda da igreja universal, não estão reunidos, nem se organizam sob líderes humanos.

As igrejas locais manifestam essa igreja universal em reuniões concretas. Segue-se uma apresentação da natureza, dos atributos e das marcas dessas igrejas locais.

A natureza da igreja consiste no seguinte: no que diz respeito à sua origem e orientação, a igreja é *doxológica*, ou busca a glória de Deus. É *centrada na Palavra* — isto é, centrada na Palavra encarnada, Jesus Cristo, e na Palavra inspirada, a Escritura. É *capacitada pelo Espírito*, ou criada, reunida, dotada e dirigida pelo Espírito Santo. No que diz respeito à sua reunião e ao seu envio, a igreja é *aliancística*, ou seja, seus membros mantêm um relacionamento de aliança com Deus e uns com os outros. É *confessional*, pois todos os seus membros têm uma confissão pessoal de fé em Cristo e juntos fazem uma confissão comum da fé cristã. É *missional*, consistindo de mensageiros do evangelho que são enviados por Deus ao mundo como embaixadores de Cristo. E *é já, mas ainda não*, o que significa que já está reunida no espaço e no tempo como uma igreja, mas ainda não é o que será quando Cristo voltar.

Além disso, a igreja historicamente se definiu por meio de quatro atributos. A igreja é *una*, no sentido de que é unida. Existe apenas um corpo, ou igreja, de Cristo, embora experimente essa unidade de forma incompleta. A igreja é *santa*, no sentido de que já está santificada, embora de forma imperfeita. É separada para os propósitos de Deus, mas ainda é pecadora. A igreja é *católica* (não me refiro à Igreja Católica Romana) no sentido de que é universal, está comprometida com a Grande Comissão e, assim, espalha-se pelo mundo inteiro. Finalmente, a igreja é *apostólica*, pois é fundada sobre os apóstolos, com referência específica aos escritos apostólicos: a Escritura.

Além disso, a igreja é caracterizada por certas marcas, os elementos visíveis que distinguem uma igreja verdadeira de uma igreja falsa. As duas marcas são: primeira, a pregação e audição da Palavra de Deus; segunda, a administração dos sacramentos/ordenanças do batismo e da ceia do Senhor. Alguns acrescentam uma terceira marca: a disciplina da igreja.

Base bíblica

A Escritura se refere com frequência à reunião do povo de Deus. No Antigo Testamento, o povo de Israel se reunia para ouvir a Palavra de Deus (Dt 4.10; 31.9-13), para oferecer sacrifícios (Êx 12.6; Lv 4.13-21), para expressar seu compromisso de manter a aliança (Js 8.30-35) e muito mais.

No Novo Testamento, os cristãos se reuniam nas casas dos membros como parte da igreja em uma cidade específica. Por exemplo, a casa de Prisca e Áquila (Rm 16.3,5; 1Co 16.19), a casa de Ninfá (Cl 4.15), a casa de Filemom

(Fm 2) e a casa de Maria (At 12.12) eram locais em que os cristãos se reuniam. Essas assembleias particulares eram chamadas de igrejas. O mesmo acontecia com as reuniões de toda a igreja em uma cidade (“quando vos reunis como igreja”, 1Co 11.18; cf. v. 17,20,33), como exemplificado por “toda a igreja” que Gaio hospedava (Rm 16.23) e “a igreja dos tessalonicenses” (1Ts 1.1; 2Ts 1.1). As narrativas de Atos retratam a explosão da igreja no Pentecostes (At 2.1-47), sua expansão em Samaria (At 8.4-25), a inclusão dos gentios (At 10.1—11.30) e sua extensão “até os confins da terra” (At 1.8; 28.17-31).

O Novo Testamento também apresenta a igreja universal. Foi por essa igreja que Jesus morreu (Ef 5.25). É essa igreja que Jesus está edificando (Mt 16.18) e santificando (Ef 5.26,29), como cabeça dela (Ef 1.21-23), para que um dia seja completamente santa (Ef 5.27). Além disso, a igreja “em toda a Judeia e na Galileia e Samaria” (At 9.31) era uma entidade regional, que não reunia todos. Paulo também adverte sobre a ofensa contra “judeus, gregos e a igreja de Deus” (1Co 10.32): três categorias de pessoas. Assim, “a igreja de Deus” nesse versículo não se refere a nenhuma igreja local em particular, mas à igreja universal — todos os crentes em todo o mundo. A igreja universal também inclui aqueles que já estão no céu (Hb 12.23).

Embora muitas metáforas e imagens sejam usadas em referência à igreja (p. ex., planta, carta, um pedaço de pão, vinha, rebanho e noiva), três se destacam. A igreja é *o povo de Deus*. Depois de apresentar os cristãos como “raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus”, Pedro lembra-lhes: “Antigamente, não éreis povo, mas agora sois povo de Deus” (1Pe 2.9,10).

A igreja é *o corpo de Cristo*. Ao exaltar seu Filho, o Pai o fez “cabeça sobre todas as coisas, e o deu à igreja, que é o seu corpo” (Ef 1.22,23). Cristo batiza os novos crentes com o Espírito, agregando-os ao seu corpo (1Co 12.13). Além disso, ele dá às igrejas pessoas que têm dons, com o propósito de “equipar os santos para a obra do ministério” (Ef 4.12), de modo que todo o corpo amadureça (Ef 4.8-16).

A igreja é *o templo do Espírito Santo*. Como Paulo adverte severamente os líderes da igreja: “Não sabeis que sois santuário de Deus e que o seu Espírito habita em vós? Se alguém destruir o santuário de Deus, este o destruirá; pois o santuário de Deus é sagrado, e vós sois esse templo” (1Co 3.16,17).

Na época da Reforma, o incipiente movimento protestante articulou as marcas da verdadeira igreja para distinguir suas congregações da falsa Igreja Católica Romana. A Confissão de Augsburg (artigo 7) detalhou duas marcas: “É suficiente concordar a respeito da doutrina do evangelho e da administração dos sacramentos [o batismo e a ceia do Senhor]”. O evangelho está no coração da mensagem apostólica (1Co 15.1-8) e é essencial para a salvação (Rm 1.16). O batismo e a ceia do Senhor foram ordenados por Cristo para serem observados por sua igreja (Mt 28.18-20; 26.26-29). Alguns reformadores adicionaram uma terceira marca, a disciplina da igreja, como um

aspecto das chaves do reino que foram dadas à igreja (Mt 16.13-20; 18.15-20).

Principais erros

1. *Alegações exclusivistas por parte de igrejas que afirmam ser a única igreja pura e verdadeira.* Um exemplo é a afirmação de que “a única igreja de Cristo [...] subsiste na Igreja Católica”. O corolário é que grupos protestantes são “comunidades eclesiais”, mas não igrejas verdadeiras. A reivindicação alega ter apoio na sucessão apostólica — somente a Igreja Católica pode traçar sua hierarquia até Pedro e os outros apóstolos — e numa verdadeira eucaristia por meio da transubstanciação.

2. *Alegações inclusivistas de que as pessoas podem ser salvas sem aceitar o evangelho.* Embora o inclusivismo afirme que a salvação só é possível com base na morte e ressurreição de Cristo, ele nega a necessidade de ouvir o evangelho e crer nele para a salvação.

APLICANDO A DOUTRINA

Embora a igreja seja passível de muitas críticas, Deus redime pecadores e os reúne ao corpo de Cristo, de modo que façam parte de uma comunidade de fé. Os cristãos devem receber essa graça com profunda gratidão. Deus também deu à igreja tudo o que ela precisa para amadurecer e se multiplicar, e ela é o agente de Deus neste mundo para salvação e proclamação do evangelho. Há um número cada vez maior de pessoas que, apesar de afirmarem que amam a Jesus, dizem que odeiam sua igreja e se recusam a participar dela. Essas pessoas estão em uma posição precária e devem ser energicamente exortadas a se arrependerem.

ENSINANDO A DOUTRINA

Uma boa maneira de começar esse estudo é fazer perguntas como: “Qual é a sua definição da igreja?” e “Que passagens bíblicas tratam da natureza e das marcas da igreja?”. Como a maioria dos participantes simplesmente não pensa muito sobre esse assunto, fazer boas perguntas fará com que eles ponderem conscientemente sobre a igreja. Ensinar sobre a natureza e as marcas da igreja logo no início chama a atenção dos participantes sobre as diferentes definições. A posição da própria igreja deve ser ensinada e discutida primeiro, seguida por um tratamento justo das outras posições. Discutir a questão da continuidade e descontinuidade ajudará os participantes a perceberem a origem das diferentes definições da igreja.

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

• Por que há tantas igrejas

diferentes?

- **Por que a nossa igreja é como é?**
- **Se Deus abençoa igrejas de todos os tipos, talvez a doutrina da igreja não seja muito importante.**
- **Como a igreja pode afirmar ser “una” e “santa”, sendo tão dividida e pecadora?**
- **De que maneira movimentos paraeclesiais como Cru, ABU e Navegadores se relacionam com igrejas locais?**

Ensinar os dois aspectos interrelacionados da igreja ajuda os participantes a compreenderem que eles pertencem a um movimento que se estende ao longo do tempo e do espaço. O foco na igreja universal coloca-os em solidariedade com todos os crentes que viveram antes deles e com os que vivem hoje em todo o mundo. Uma ênfase nas igrejas locais como manifestações da igreja universal lembra aos participantes que eles não podem alegar que fazem parte da igreja universal sem serem também membros de uma igreja local.

O ensino dessa doutrina se torna mais concreto quando refletimos sobre como se manifestam a natureza e as marcas de uma determinada igreja. Por exemplo, depois de apresentar a natureza da igreja, peça aos participantes que discutam o desempenho de sua igreja em relação aos sete elementos. A mesma avaliação pode ser feita quanto aos quatro atributos tradicionais e às duas (ou três) marcas históricas da igreja.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Perguntas para explorar a natureza da igreja e seu tratamento bíblico
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Duas definições diferentes
 - B. Continuidade e descontinuidade
 - C. A igreja universal e sua manifestação sob a forma de igrejas locais
 - D. A natureza da igreja
 - E. Os atributos tradicionais da igreja
 - F. As marcas históricas da igreja
4. Principais erros a serem evitados

- A. Alegar, de forma exclusivista, que uma determinada igreja é a única verdadeira e pura
 - B. Alegar, de forma inclusivista, que pessoas podem ser salvas sem aceitar o evangelho
5. Aplicando a doutrina
- A. Ser grato pelo gracioso dom divino da comunidade cristã
 - B. Arrepende-se do desrespeito para com a igreja de Jesus Cristo ou da rejeição a ela

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “body of Christ”, “church”, “marks of the church”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “church”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “igreja”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 49.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 49.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 17.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 44.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 44.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 17.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 25.
- THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 15.

PUREZA E UNIDADE DA IGREJA



RESUMO

A pureza da igreja é seu atributo de santidade, ou conformidade com a vontade de Deus. A unidade da igreja é seu atributo de singularidade e inexistência de divisões.

TEMAS PRINCIPAIS

- Dois atributos tradicionais da igreja são sua pureza, ou santidade, e sua unidade, ou singularidade.
- A igreja é pura no sentido posicional, no sentido do propósito e no sentido instrumental.
- A igreja é unida no sentido posicional, no sentido do propósito e no sentido instrumental.

PASSAGENS-CHAVE

João 17; Romanos 12.16; 2Coríntios 11.2,3;
Efésios 2.18-22; 4.1-16; 5.25-29;
Filipenses 2.2

Afirmações principais

Dois dos quatro atributos tradicionais da igreja são a santidade e a unidade. (As quatro características são tratadas em conjunto no capítulo 35; a catolicidade/universalidade da igreja, ou missão, também é abordada no capítulo 43, e a apostolicidade da igreja é abordada como um critério para canonicidade no capítulo 7.) Tanto a pureza quanto a unidade podem ser entendidas de três maneiras: (1) posicionalmente, ambas são realidade para a igreja por causa da obra de Deus de separá-la para seus propósitos e dar-lhe unidade; (2) quanto ao propósito, ambas são objetivos essenciais que a igreja deve buscar alcançar à medida que amadurece; (3) instrumentalmente, ambas são processos essenciais que promovem o crescimento da igreja.

A pureza da igreja é “quanto ela está livre de erro doutrinário e de conduta e quanto ela se conforma à vontade revelada de Deus para igreja”.¹ A igreja já desfruta da posição de santa, sendo separada e consagrada por Deus. Portanto, por definição, a igreja é pura. No sentido intencional, a pureza é um objetivo essencial: a igreja busca a santidade perfeita como seu propósito divinamente estabelecido. Em um sentido instrumental, a igreja busca pureza cada vez maior para crescer. Essa busca da santidade é um instrumento para produzir o amadurecimento da igreja.

Algumas igrejas são mais puras do que outras. Por exemplo, as igrejas em Filipos e Tessalônica davam pouco ou nenhum sinal de dano à sua pureza. Já as igrejas de Corinto e da Galácia, envoltas em problemas doutrinários e morais, eram menos puras. Empiricamente, algumas igrejas se destacam hoje como mais puras, caracterizadas por pregações fiéis, adoração genuína, forte comunhão, missão frutífera e muito mais. Por sua vez, outras igrejas são notadas como menos puras, caracterizadas por pregação superficial, adoração superficial, relacionamentos fracos, falta de envolvimento missionário e muito mais.

Além disso, uma igreja pode ser caracterizada por alguns aspectos mais puros e outros menos puros. Por exemplo, ela pode refletir fortemente a vontade de Deus em relação à pregação e ao ensino, mas ser menos conforme à vontade de Deus em relação à oração e ao esforço missionário. Retornando ao propósito de pureza, a igreja deve visar à maior santidade em todas as áreas, não apenas em algumas.

No sentido instrumental, uma igreja deve identificar quais são suas áreas de maior e menor pureza. Deve trabalhar com afinco para manter e até mesmo aumentar a santidade de seus aspectos mais puros, dando graças a Deus pelas áreas que agradam a ele. Além disso, deve desenvolver meios para que seus aspectos menos puros se tornem mais conformes à vontade de Deus. Concentrar-se em pessoas e processos que podem contribuir para trazer maior pureza nessas áreas é uma estratégia inteligente.

A unidade da igreja é seu atributo de ser una, um senso de harmonia, bem como a prática dela, que abrange doutrina, vida, identidade de comunidade e missão, assim como a inexistência de divisões. Em um sentido posicional, a

igreja já está unida, dotada pelo Espírito com o dom da unidade. Portanto, por definição, a igreja está unida. Em um sentido de propósito, a unidade é um objetivo essencial: o objetivo divinamente estabelecido para a igreja é sua unidade perfeita. Em um sentido instrumental, a igreja trabalha com afincos para manter a unidade com a qual foi dotada. Essa defesa da unidade é um instrumento para promover o amadurecimento da igreja.

A fonte da unidade da igreja é o Deus triúno, que existe eternamente como três Pessoas em perfeita união. Essa eterna unidade trinitária não é uniformidade, mas unidade na diversidade. Os três são Pessoas distintas, mas não três deuses diferentes. Existe apenas um Deus, e as três Pessoas distintas estão perfeitamente unidas.

Embora a igreja não possa desfrutar do mesmo tipo de unidade de que o Pai, o Filho e o Espírito Santo desfrutam, seus membros estão unidos por meio do Espírito e, assim, formam um só corpo. Seguindo o padrão de unidade trinitária, a igreja é chamada a viver a unidade na diversidade. A igreja não exige que cada membro seja igual aos outros, pois não nega a individualidade nem a singularidade de personalidade, dom e chamado de cada um.

Dotada com o dom da unidade, a igreja não precisa criar essa realidade. Em vez disso, deve trabalhar duro para manter a unidade que lhe foi conferida, concentrando-se nos muitos pontos em comum, expressando os atributos necessários como humildade e bondade, mantendo o desejo ardente de preservar esse dom e muito mais. Ao procurar manter sua unidade, a igreja recebe a ajuda do Espírito da unidade.

Base bíblica

A Escritura ressalta a pureza e a unidade da igreja de três maneiras: (1) posicionalmente, a igreja já é santa (1Co 1.1,2) e unida (Ef 4.3). (2) Quanto ao propósito, as duas coisas são objetivos essenciais para ela à medida que amadurece, pois a igreja foi chamada para ser “santa e sem mancha” (Ef 5.27) e alcançar “a unidade da fé” (Ef 4.13). (3) Instrumentalmente, as duas coisas são processos essenciais que promovem o crescimento da igreja, que é exortada a “esforçar-se pela paz com todos [unidade] e pela santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor” (Hb 12.14). A base bíblica da pureza da igreja será apresentada primeiro, seguida do apoio à unidade da igreja.

Começamos com a base bíblica da pureza da igreja. Os membros da igreja de Corinto são descritos de forma notável como os “santificados em Cristo Jesus, chamados para serem santos” (1Co 1.2). Essa ideia posicional de pureza é a obra de Deus de separar a igreja para seus propósitos, de tal forma que até mesmo a igreja mundana de Corinto era santa.

Além disso, a santidade da igreja é o propósito pelo qual Cristo se sacrificou: “Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela para santificá-la [...] para que fosse santa e sem mancha” (Ef 5.25-27). A imagem de uma noiva linda e casta, adornada para seu marido, é a visão bíblica da

perfeita pureza futura da igreja (2Co 11.2,3). Tornar realidade essa imagem é o objetivo da igreja.

No sentido instrumental de pureza, a igreja se separa de tudo o que não é puro, limpando-se “de toda impureza do corpo e do espírito, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus” (2Co 6.14—7.1). Como seu objetivo é alcançar a perfeita pureza, a igreja, que já é posicionalmente pura, purifica-se e busca pureza ainda maior.

A base bíblica para a unidade da igreja é o nosso próximo assunto. O modelo para a unidade da igreja é a unidade do Deus triúno, expressa na oração de Jesus ao Pai: “guarda-os [os discípulos de Cristo] no teu nome [...], para que sejam um, assim como nós somos um” (Jo 17.11; veja tb. 17.21,22). Essa unidade abrange especificamente uma união nunca antes vista entre judeus e gentios, refletida na missão de Jesus de unir os dois grupos: “haverá um rebanho, um pastor” (Jo 10.16). Essa missão está sendo cumprida: “Nele [em Cristo] também vós [judeus e gentios] são edificados juntos para morada de Deus pelo Espírito” (Ef 2.18-22).

Na verdade, é o Espírito Santo que concede a unidade à igreja, que, desse modo, não tem de criar unidade, mas, sim, “ansiar por manter a unidade do Espírito no vínculo da paz” (Ef 4.3). Posicionalmente, portanto, a igreja está unida. Quanto ao propósito, o objetivo da igreja é alcançar “a unidade da fé” (Ef 4.13). Instrumentalmente, a igreja deve procurar “esforçar-se pela paz com todos” (Hb 12.14). Em termos práticos, a igreja encoraja os seus membros a “viver em harmonia uns com os outros” (Rm 12.16), “tendo o mesmo modo de pensar, o mesmo amor, de total acordo e com uma só mente” (Fp 2.2). Facções que se desenvolvem por causa de disputas a respeito de líderes espirituais (1Co 1.10-17), diferenças socioeconômicas (1Co 11.17-34), desacordo entre os membros (Fp 4.2,3) e críticas motivadas por diferentes preferências pessoais (Rm 14) não são permitidas na igreja.

Paulo envolve o dom de unidade do Espírito com sete pontos comuns que unem ainda mais a igreja: “Há um só corpo e um só Espírito, como também fostes chamados para a única esperança que pertence ao vosso chamado; um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só Deus e Pai de todos, que é sobre todos, por todos e está em todos” (Ef 4.4-6). Como todos os cristãos têm esses sete pontos em comum, a unidade da igreja é promovida. Há ainda outros fatores que unificam a igreja ou expressam sua unidade: um pedaço de pão compartilhado durante a ceia do Senhor (1Co 10.17), “uma só voz” elevada para a glória de Deus em adoração (Rm 15.6), uma confissão de fé comum (p. ex., 1Tm 3.16), atitudes de humildade, mansidão, paciência e amor mútuo que favorecem a unidade (Ef 4.2), assim como o desejo ardente e o empenho para manter a unidade (Ef 4.3).

Principais erros

1. *Alegações exclusivistas de certos grupos que afirmam ser a única igreja pura.* Historicamente, tem havido um fluxo constante desses movimentos marginais,

que muitas vezes denunciam as igrejas estabelecidas como instituições mundanas, não bíblicas, comprometidas. Esses grupos não percebem a penetração do pecado em seu próprio meio.

2. *Tentativas de (re)união formal da igreja que acabam sendo pouco mais do que um acordo em torno de algum mínimo denominador comum.* Nesses casos, a verdade é frequentemente sacrificada em prol da unidade. Embora o reconhecimento de pontos comuns seja importante, passar por cima das divergências é inútil e não conseguirá promover unidade duradoura.

APLICANDO A DOUTRINA

É fácil criticar a igreja por sua hipocrisia e divisão. É muito mais difícil defender sua pureza pregando, disciplinando, fazendo discípulos, orando e trabalhando com afincos para manter sua unidade. No entanto, se tivermos como objetivo alcançar maior pureza e conservar a unidade, contando com o auxílio do Espírito, podemos nos unir ao Deus triúno no processo de levar nossa igreja a ser mais conforme à sua vontade e alegremente unida, assim como ele — Pai, Filho e Espírito — é.

ENSINANDO A DOUTRINA

Como a pureza e a unidade da igreja geralmente permanecem no campo das discussões teóricas, o ensino deve ser orientado para aplicações concretas desses dois atributos. Depois de apresentá-los e fornecer sua base bíblica, leve os participantes a avaliarem como a igreja está progredindo em relação a pureza e unidade. Estas são algumas das perguntas que devem ser feitas: “Como igreja, somos mais ou menos puros? Estamos mais livres de erro e mais plenamente conformados à vontade de Deus, ou será que temos mais erros e somos menos conformes à vontade de Deus, em relação a adoração, pregação e ensino da Palavra de Deus, celebração do batismo e da ceia do Senhor, oração, vida em comum, discipulado, treinamento de liderança, cuidado pastoral, esforço missionário, misericórdia etc.?” (a lista deve ser adaptada à situação específica da igreja).

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **Por que há tantos hipócritas na igreja?**
- **A igreja afirma ser santa, mas está longe disso.**
- **O fato de existirem tantas denominações e teologias diferentes não desmente a alegação de unidade da**

igreja?

- **Em quais áreas a nossa igreja é mais pura e em quais ela é menos pura; e o que eu posso fazer sobre isso?**

Depois dessa avaliação sincera, leve os participantes a agradecerem a Deus pelos aspectos mais puros da igreja. Peça-lhes, também, que apontem um aspecto (ou, no máximo, dois) em que a igreja não demonstra tanta pureza e que lhes cause maior desconforto. Estimule-os a orar para descobrir como podem ajudar a trazer maior pureza nessa área e incentive-os a conversar com os líderes para saber como podem se envolver na busca da solução.

Quanto à unidade da igreja, uma aplicação inicial é medir o nível de preocupação dos participantes com esse atributo. Hoje em dia, sair da igreja e procurar outra se tornou tão comum que os membros nem reconhecem que essa partida quebra a unidade da igreja. Enquanto os participantes não entenderem a seriedade com que a Escritura trata esse assunto, sua aplicação permanecerá vaga.

Pergunte aos participantes o que pode ser feito para conter a maré das pessoas que deixam a igreja e, com isso, perturbam sua união. Quando um membro sai da igreja, alguém tenta descobrir o motivo da partida e procura corrigir o problema? Um amor que vai atrás das pessoas, não com perseguição ou violência, mas um amor que não deixa ninguém ir embora facilmente, transmite a mensagem de que a igreja, enquanto família, não é como muitas famílias humanas que se separam com grande facilidade, como se não fosse nada demais.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Perguntas para avaliar a pureza e a unidade da igreja
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Pureza e unidade, nos sentidos posicional, de propósito e instrumental
 - B. A pureza da igreja
 - C. A unidade da igreja
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Alegar, de forma exclusivista, que uma determinada igreja é a única verdadeira e pura
 - B. Qualquer tentativa de (re)unir formalmente a igreja que acabe sendo pouco mais do que um acordo em torno de algum mínimo denominador comum
5. Aplicando a doutrina
 - A. Dar um basta na tendência de criticar a igreja

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “holiness of the church”, “unity”.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 45.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 45.

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 17.

_____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 25.

¹Wayne Grudem, *Systematic theology: an introduction to biblical doctrine* (Grand Rapids: Zondervan, 1994), p. 873 (os destaques em itálico no original foram omitidos aqui) [edição em português: *Teologia sistemática*, tradução de Norio Yamakami et al. (São Paulo: Vida Nova, 2003)].

DISCIPLINA NA IGREJA



RESUMO

A disciplina da igreja é o processo de repreender e corrigir membros em pecado, com o objetivo de restaurá-los.

TEMAS PRINCIPAIS

- A disciplina da igreja é uma antecipação do julgamento futuro que aguarda os membros pecadores se persistirem em seus pecados.
- É um processo de repreensão e correção, com um nível crescente de intervenção e severidade.
- É composta de quatro estágios.
- Seu objetivo é sempre a restauração, mas ela também serve para livrar a igreja de exemplos pecaminosos e proteger a honra de Cristo e da igreja.
- Se o problema persiste, o último estágio é a excomunhão.
- A igreja deve aplicar disciplina em vários casos.

PASSAGENS-CHAVE

Mateus 18.15-20; Romanos 16.17,18; 1Coríntios 5; 2Coríntios 2.6-11; Gálatas 6.1; 1Timóteo 1.3,4; 5.19-21; Tito 1.9-14;

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

A disciplina eclesiástica é um instrumento que Cristo dá à sua igreja para promover a pureza e limitar o caos causado por pecados persistentes. A igreja a exerce em antecipação do futuro julgamento de Cristo. Naquele evento escatológico, Cristo determinará o julgamento de pessoas pecadoras. Para que seus membros não enfrentem uma sentença ruim, a igreja exerce a disciplina para repreender e corrigir os que persistem no pecado.

Assim, a disciplina da igreja é um sinal antecipatório: a igreja proporciona uma amostra do futuro julgamento divino, e sua disciplina reflete a seriedade daquela sentença que nos dá a sensação de que algo terrível vai acontecer. A disciplina da igreja também é um sinal declarativo: a igreja acredita que sua ação reflete o julgamento divino que está por vir, mas reconhece que não emite um pronunciamento infalível. A sentença definitiva pertence somente a Cristo. Em antecipação desse veredito, a igreja aplica disciplina aos membros que persistem no pecado.

A disciplina da igreja é um processo de repreensão e correção composto de quatro estágios, com um nível crescente de intervenção e severidade. O primeiro estágio é a confrontação pessoal. Um cristão que foi alvo de pecado cometido por outro cristão tem uma conversa cara a cara com o ofensor. Se o ofensor reconhece seu pecado, o assunto é resolvido. Os dois são reconciliados, e o processo termina. Se não houver admissão de pecado, o processo passa para o estágio seguinte.

O segundo estágio envolve a pessoa ofendida e um ou dois outros que repreendem o cristão que pecou. A(s) outra(s) testemunha(s) garante(m) que o acusado seja adequadamente confrontado. Se o ofensor confessar seu pecado, a questão é resolvida. Os dois são reconciliados, e o processo termina. Se não houver reconhecimento de pecado, a(s) testemunha(s) confirma(m) essa recusa. O processo passa para um estágio mais grave.

O terceiro estágio envolve toda a igreja. O problema arraigado é comunicado e a igreja inteira toma ciência do pecado inicial que provocou a situação, bem como do fato de que os dois estágios iniciais falharam e não produziram o arrependimento desejado. Agora os membros admoestam o membro pecador, exigindo confissão e reconciliação. Se o ofensor confessar seu pecado, a questão é resolvida. Os dois são reconciliados, e o processo termina. Se o ofensor se recusar a ouvir a admoestação da igreja, o processo aumenta para o nível mais grave.

O quarto estágio envolve novamente toda a igreja, que promulga a excomunhão. Essa ação implica a remoção do ofensor do rol de membros e dos ministérios da igreja, a exclusão da ceia do Senhor e a ruptura do

relacionamento com a igreja e com Deus.

O objetivo desse processo disciplinar é sempre a restauração. A igreja espera a confissão do pecado e ora por ela, a qual leva à reintegração da pessoa excomungada. Aliás, quando essa pessoa se arrepende, a responsabilidade da igreja é recebê-la calorosamente de volta à comunidade. Sabedoria e prudência pedem que a igreja providencie medidas específicas para ajudar o membro reintegrado a progredir em santidade, bem como para evitar uma recaída. Um possível retorno ao ministério deve ser cuidadosamente avaliado para determinar se e quando isso poderá ocorrer.

A disciplina atende também a dois outros objetivos: a excomunhão ajuda a igreja, livrando-a de exemplos pecaminosos que tendem a provocar mais pecados. A remoção do membro persistentemente pecaminoso tem um efeito profilático, impedindo a propagação do pecado. Além disso, a excomunhão protege a honra de Cristo e da igreja. Essa medida drástica ressalta que Cristo é santo e não tolera pecado persistente e não confessado (embora o perdoe quando confessado). Mostra também que o corpo de Cristo, sendo santo como ele, não tolera pecado obstinado (embora seus membros continuem sendo pecadores).

O cenário que acabamos de apresentar é o mais comum, em que um cristão peca contra outro. Porém, há outros problemas que requerem disciplina da igreja, tais como: (1) falha moral notória/pública, como imoralidade sexual flagrante; (2) ensino herético; a disciplina atua para impedir a disseminação de falsas doutrinas; (3) ameaça de divisão, que, se não for contida, romperá a unidade da igreja; (4) ociosidade, recusa ao trabalho, embora sendo apto; (5) falhas de liderança, que exercem uma ampla influência sobre os membros da igreja; e (6) outros pecados persistentes, não confessados e públicos que podem causar danos irreparáveis aos cristãos e à igreja.

A igreja segue várias regras no exercício da disciplina. Ela determina os pecados pelos quais exerce disciplina ouvindo a Escritura. A suficiência da Escritura significa que as atitudes e ações proibidas pela Escritura, e somente aquelas, são pecado. A igreja não pode aumentar essa lista, inventando “pecados” para os quais ela aplica disciplina. Ao contrário, ela disciplina apenas os pecados condenados pela Escritura. Além disso, o processo deve ser conduzido com misericórdia por cristãos cheios do Espírito, que devem cuidar para que eles próprios não caiam em pecado.

Base bíblica

A disciplina da igreja é um dos usos das “chaves do reino”, de acordo com o que “o que ligares [no contexto original, Pedro, em conjunto com os apóstolos; e agora, por extensão, a igreja] na terra terá sido ligado no céu, e o que desligares na terra terá sido desligado no céu” (Mt 16.19). A ligação e o desligamento são aplicados especificamente ao processo de disciplina da igreja (Mt 18.18). As declarações de Jesus relacionam a disciplina da igreja com seu trono de juízo escatológico. É a declaração da igreja que deve refletir a

sentença judicial de Cristo. Para o membro que persiste no pecado, a excomunhão da igreja declara que ele está preso em seu pecado. Para o membro arrependido, sua restauração pela igreja à membresia declara que ele está livre de seu pecado. A disciplina da igreja é realizada no presente, mas é exercida em relação ao futuro julgamento divino.

Jesus apresenta o processo de quatro estágios em Mateus 18.15-20. Como último passo, a igreja excomunga o membro em pecado que durante todo o processo se recusou a ouvir a admoestação — individual, do pequeno grupo e de toda a igreja. A excomunhão envolve considerá-lo como “gentio e publicano” — isto é, como um estranho à comunidade de fé. Jesus encoraja a igreja envolvida em ação disciplinar: ele promete responder às suas orações, que, no contexto, são aquelas relacionadas à disciplina da igreja (p. ex., sabedoria, discernimento, unidade e vigor). E Jesus promete sua presença especial, que, no contexto, é particularmente necessária conforme a igreja exerce essa responsabilidade que demanda tempo, trabalho e energia.

Alguns pecados são tão notórios e públicos que a igreja deve agir imediatamente para excomungar. Paulo aborda essa situação no caso de um homem coríntio que estava envolvido em imoralidade sexual com a esposa de seu pai (1Co 5.1-7). Além de não fazer nada para deter esse pecado, a igreja de Corinto se gabava de sua atitude tolerante. Paulo exigiu a excomunhão imediata: o homem deve ser removido da igreja.

Paulo apresenta uma atmosfera judicial por meio da imagem de uma cena de tribunal: tendo autoridade apostólica, ele já julgou esse caso. Ele promete estar presente quando os coríntios se reunirem em nome de Jesus e no poder de Jesus. O que a igreja precisa fazer é algo muito sério. Ela deve “entregar esse homem a Satanás para destruição da carne” (1Co 5.5). A ação da igreja ao removê-lo da comunidade — local de graça, conforto e proteção — o expõe ao ataque satânico, à tentação e ao tormento. O efeito esperado era que essas aflições fariam o homem desistir da imoralidade sexual, produto de sua “carne”, ou natureza pecaminosa.

Essa excomunhão também teve um propósito salvífico, relacionado com o julgamento futuro: “para que o espírito seja salvo no dia do Senhor Jesus” (1Co 5.5). Pela ação drástica da excomunhão, a igreja exporia o homem ao ataque satânico, ele se arrependeria e pararia de pecar, sendo salvo do juízo divino vindouro. Outro benefício dessa disciplina rígida é que ela protege a igreja da propagação do pecado. De acordo com o aforismo “um pouco de fermento leveda toda a massa” (v. 6), a remoção do membro persistentemente pecador age como um elemento profilático, protegendo a igreja da expansão progressiva do pecado.

A igreja fez o que Paulo pediu: a maioria dos membros promulgou a punição. O homem foi excomungado. Além disso, a ação disciplinar funcionou como se esperava: sentindo intensa tristeza pelo pecado, o homem se arrependeu. Consequentemente, Paulo disse à igreja que perdoasse o homem e o recebesse amorosamente de volta na comunidade (2Co 2.6-11).¹

A disciplina eclesiástica também é exigida em outros casos: pessoas que disseminam ensino herético (1Tm 1.3,4; Tt 1.9-14; 2Jo 9-11), provocam divisões (Rm 16.17,18; Tt 3.10,11; 1Jo 2.18,19) e se recusam a trabalhar, embora estejam aptos para tal (2Ts 3.6,11,12), devem ser disciplinadas. Por causa de seus cargos influentes e públicos, os líderes que pecam estão em uma categoria especial (1Tm 5.19-21). Certamente, a igreja deve estar atenta a outras situações de pecados persistentes, não confessados e públicos, e aplicar a disciplina.

Finalmente, os cristãos maduros, que estão andando no Espírito, devem incumbir-se do processo de disciplina, buscando restaurar com bondade os membros que pecam de forma contumaz e tomando muito cuidado para não serem seduzidos pelo mesmo pecado (Gl 6.1).

Principais erros

1. *A negligência ou recusa em envolver-se na disciplina da igreja.* A repreensão de Paulo acerca da atitude indiferente da igreja de Corinto para com o homem incestuoso é uma repreensão às igrejas que abandonaram ou rejeitaram essa prática.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Como todos nós somos pecadores, não parece certo que a igreja exerça disciplina contra qualquer membro em particular.**
- **Já ouvi falar de tantos abusos da disciplina da igreja que não quero que nossa igreja faça isso.**
- **O que devo fazer se eu encontrar com um membro excomungado no mercado ou em um evento esportivo?**
- **Quando um dos nossos pastores de repente sumiu da igreja, foi por causa de disciplina? E por que não informaram os membros?**
- **A nossa igreja acredita que presbíteros que cometeram imoralidade sexual ou desviaram dinheiro desviado**

2. *Qualquer exercício de disciplina contra os membros da igreja que viole a instrução bíblica.* Esses casos incluem acusar os membros de “pecado” que a Escritura não considera pecado, envolver-se no processo com um espírito de crueldade ou vingança, em vez de bondade, e disciplinar com o propósito de vingança, em vez de arrependimento e restauração.

APLICANDO A DOUTRINA

Embora seja um assunto gravíssimo, a disciplina da igreja é um meio aprovado por Deus para promover a pureza da igreja e protegê-la da propagação do pecado. Nenhuma igreja que quer ser tudo aquilo que Cristo quer que ela seja pode negligenciar ou rejeitar esse instrumento.

A disciplina da igreja vai além da maneira drástica de ajuda aos pecadores contumazes para esca- parem de sua pecaminosidade entranhada; vai além do benefício que traz aos membros ao remover uma fonte de pecado para evitar que se alastre. A disciplina da igreja protege a honra do próprio Cristo. Imagine como a igreja seria vista se as acusações de que ela está cheia de hipócritas se mostrassem falsas por causa de seu alto grau de santidade e de sua intolerância ao pecado. Mais ainda, imagine o nível de respeito que a igreja teria se não houvesse meio de associá-la a nenhum pecado terrível. Nesse mesmo instante, Cristo e sua igreja seriam conhecidos pelo evangelho de uma salvação que fornece não apenas o perdão dos pecados, mas o poder de viver uma vida alegre e livre do pecado.

ENSINANDO A DOUTRINA

Se a igreja exercer a disciplina regularmente e da maneira certa, os participantes já estarão familiarizados com o processo. Se esse não for o caso, um exemplo mais antigo e ponderado de disciplina servirá para tornar o ensino mais concreto.

No caso da plantação de uma nova igreja local, ensinar sobre disciplina logo no início de sua existência irá prepará-la bem para a inevitável realidade futura. No caso de uma igreja já estabelecida, o ensino confirmará que seu exercício de disciplina está de acordo com a Escritura ou exporá seus erros e, assim esperamos, levará à correção.

É importante observar que o ensino não pode permanecer em um nível teórico. Os dois últimos estágios do processo esboçado por Jesus (Mt 18.15-20) incluem a participação da igreja. Assim, os membros devem entender a natureza, o processo, os propósitos e a gravidade da disciplina da igreja, bem como suas responsabilidades específicas. Eles devem ser exortados a se submeterem à disciplina da igreja, caso persistam no pecado, sabendo que isso mostra que a igreja os ama e quer o bem deles no final.

1. Resumo
2. Uma ilustração da disciplina da igreja
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A relação entre a disciplina da igreja e o futuro julgamento de Cristo
 - B. O processo de quatro estágios
 - C. Os propósitos e as regras do exercício da disciplina pela igreja
 - D. A excomunhão
 - E. Situações de pecado que exigem a disciplina eclesiástica
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Negligenciar ou se negar a exercer a disciplina da igreja
 - B. Disciplinar membros da igreja de forma contrária à instrução bíblica
5. Aplicando a doutrina
 - A. A disciplina da igreja como forma de promover a pureza da igreja e protegê-la da disseminação do pecado
 - B. A disciplina da igreja como forma de proteger a honra de Cristo e o respeito pela igreja

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “church discipline”, “excommunication”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “church discipline”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “disciplina eclesiástica”.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 46.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 46.

HORTON. *Pilgrim theology*. p. 408-10.

¹Essa interpretação pressupõe que o homem a que Paulo se refere em 2Coríntios 2.6-11 seja o mesmo homem incestuoso de 1Coríntios 5.1-7. Para apoio a essa interpretação, veja os comentários sobre 2.6-11 em David E. Garland, *2 Corinthians*, New American Commentary (Nashville: Broadman & Holman, 1999), vol. 29.

OFÍCIOS DA IGREJA



RESUMO

Os ofícios eclesiásticos são as estruturas de autoridade para a liderança e o serviço da igreja: apostolado, bispado, presbiterato e diaconato.

TEMAS PRINCIPAIS

- Os ofícios são estruturas da igreja, e as pessoas que os exercem são os líderes que servem nessas funções, assumindo várias responsabilidades e sendo dotados com a autoridade apropriada para seu desempenho.
- O apostolado é o ofício autorizado exercido pelos apóstolos originais.
- O bispado é o ofício autorizado exercido pelos bispos.
- O presbiterato é o ofício autorizado exercido pelos presbíteros.
- O diaconato é o ofício de serviço.
- A igreja reconhece publicamente esses ofícios para o exercício das funções de liderança e ministério a que se dedicam.

PASSAGENS-CHAVE

Marcos 3.13-15; Atos 1.12-26; 6.1-6; 14.23;

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Os ofícios da igreja são estruturas de autoridade para a liderança e o serviço da igreja. Ocupando-os, temos os oficiais, ou líderes, que servem neles, assumindo várias responsabilidades (p. ex., pregar, administrar os sacramentos etc.). Com os ofícios vem a autoridade adequada e necessária para o cumprimento dessas responsabilidades.

A maioria das igrejas tem pelo menos uma combinação de dois desses ofícios, mas, em algum momento de sua história, todos os quatro operaram na igreja. São eles o apostolado, o bispado, o presbiterato e o diaconato.

O *apostolado* é o ofício autorizado exercido pelos *apóstolos* cujo propósito é realizar a fundação da igreja. Os pioneiros foram os apóstolos originais — “os Doze” — a quem Jesus chamou para segui-lo. Eles foram testemunhas oculares da sua vida, morte e ressurreição, capacitadas pelo Espírito. Outros apóstolos foram Paulo, Barnabé e Tiago, o irmão do Senhor. Os apóstolos foram os primeiros a pregar o evangelho e lideraram a igreja em Jerusalém, a partir da qual estabeleceram igrejas em outros lugares. Realizaram sinais e maravilhas, o que confirmou sua mensagem. Estabeleceram a doutrina e a prática oficiais da igreja. Alguns escreveram textos que compõem as Escrituras.

O *bispado* é o ofício autorizado de supervisão, exercido pelos *bispos*. Possuindo a autoridade máxima na igreja, eles consagram outros bispos e ordenam sacerdotes/presbíteros e diáconos. Suas outras responsabilidades incluem ensinar (pregar e catequizar), governar (exercer a supervisão máxima) e santificar (administrar os sacramentos).

O *presbiterato* (ou *pastorado*, ou *sacerdócio*) é o ofício autorizado exercido pelos *presbíteros* (ou *pastores*, ou *sacerdotes*), que têm quatro responsabilidades: eles ensinam ou transmitem a sã doutrina; lideram ou dão orientação geral; oram, especialmente pelos doentes; e pastoreiam, ou guiam, cuidam da igreja e a protegem.

O *diaconato* é o cargo exercido por aqueles que servem em vários ministérios. Esse termo (gr., *diakonia*, “serviço”; *diakonos*, “servo”) e seus derivados são usados genericamente com referência a qualquer um que esteja envolvido em serviço, e são usados tecnicamente para designar uma pessoa que é um oficial, reconhecido publicamente, que serve em uma igreja. O diaconato, como o ofício de serviço, deve ser distinguido do bispado e/ou do presbitério, os ofícios de liderança.

À medida que esses líderes e servos demonstram ter as qualificações

necessárias para o exercício de seus ofícios e passam a desempenhar suas responsabilidades, a igreja os reconhece publicamente para as funções de liderança e ministério que desenvolvem.

Base bíblica

A Escritura ordena à igreja que obedeça a seus líderes (Hebreus 13.17; 1Ts 5.12,13; 1Co 16.15,16). Essas instruções gerais pressupõem a autoridade de certas pessoas a quem os membros da igreja devem submeter-se. Em sua carta a “todos os santos” em Filipos, Paulo acrescentou “com os bispos [*episkopoi*] e diáconos [*diakonoi*]” (Fp 1.1). Portanto, o bispado e o diaconato eram ofícios da igreja primitiva.

Quando estava estabelecendo o fundamento para sua igreja, Jesus escolheu doze homens (Mc 3.13-15), chamados de “apóstolos de Jesus Cristo” ou simplesmente “os Doze” (Mt 26.20; Mc 4.10; Lc 18.31; Jo 6.67,71). Após a morte de Judas Iscariotes (Mt 26.14-25,47-56; 27.3-10; At 1.18,19), Matias foi escolhido “e contado com os onze apóstolos” (At 1.26). Os nomes desses doze homens estão escritos nos alicerces da Nova Jerusalém (Ap 21.14).

Esses discípulos preenchiam as duas qualificações para o apostolado: (1) chamados por Jesus, estavam com ele desde o começo de seu ministério; e (2) foram testemunhas oculares de pelo menos uma de suas aparições pós-ressurreição (At 1.21,22). Além dos doze, outros discípulos foram chamados de apóstolos: Paulo (At 9.1-9; 26.12-18), Barnabé (At 14.14; 1Co 9.6; Gl 2.9) e Tiago, o irmão do Senhor (Gl 1.19; 2.9).

Quanto ao seu ministério apostólico, eles foram os primeiros mensageiros do evangelho (At 2.14-41; 3.11-26). Fundaram a igreja em Jerusalém, fornecendo ensino oficial (At 2.42-47). Plantaram igrejas em outros lugares (At 13.1-4; 16.11-40). Realizaram sinais e maravilhas, o que confirmou sua mensagem (Hb 2.1-4; 2Co 12.12). Estabeleceram sã doutrina e prática para as igrejas (1Co 7.17-24; 14.29-35; 1Ts 4.1-8). Alguns — Mateus, João, Paulo, Tiago e Pedro — escreveram textos que fazem parte da Escritura.

Conquanto a igreja, historicamente, tem considerado que o apostolado cessou como ofício, algumas igrejas consideram que o dom do apostolado continua existindo hoje.

Na Escritura, as palavras usadas para designar *bispo/supervisor* (*episkopos*), *presbítero/sacerdote* (*presbyteros*) e *pastor* (*poimēn*) são sinônimas, referindo-se a um só tipo de líder. Por exemplo, Paulo encarrega os *presbíteros* (*presbyteroi*) da igreja de Éfeso de *pastorear* (um derivado de *poimēn*) o rebanho sobre o qual o Espírito os estabeleceu como *superintendentes* (*episkopoi*). Além disso, Paulo aborda as qualificações do *bispo/supervisor* (*episkopos*; 1Tm 3.1,2) e depois chama esses oficiais de *presbíteros* (*presbyteroi*; 1Tm 5.17; cf. Tt 1.5,7). Também Pedro exorta os *presbíteros* (*presbyteroi*) a *pastorear* (um derivado de *poimēn*; 1Pe 5.1,2) a igreja.

Assim, o ofício ocupado por esses líderes pode ser chamado de *bispado*, *presbiterato*, *sacerdócio* ou *pastorado*. São quatro as responsabilidades. Em

primeiro lugar, os presbíteros se dedicam ao ensino, que é a comunicação da sã doutrina e da prática cristã que se origina dela. Especificamente, todos os presbíteros devem ser capazes de ensinar (1Tm 3.2) e de refutar os que contradizem a sã doutrina (Tt 1.9). Alguns presbíteros empregam grande parte do seu esforço “na pregação e no ensino” (1Tm 5.17).

Em segundo lugar, os bispos são responsáveis pela liderança, pois “cuidam da igreja de Deus” (1Tm 3.5). Juntos, os presbíteros lideram (1Tm 5.17) e os membros devem submeter-se a eles (Hb 13.17), respeitando sua liderança (1Ts 5.12).

Em terceiro lugar, os sacerdotes devem orar. Embora orar seja dever de todos os cristãos, os presbíteros têm uma responsabilidade especial no que se refere a oração, especialmente a oração pelos doentes (Tg 5.13-15).

Em quarto lugar, os pastores se dedicam a “pastorear o rebanho de Deus” (1Pe 5.2). Esse dever “pastoral” (uma palavra relacionada ao “pastoreio”) envolve ensinar (como “pastores e mestres”, Ef 4.11), supervisionar (1Pe 5.2) e servir de modelo do que significa ser semelhante a Cristo (1Pe 5.3).

As qualificações para os presbíteros estão listadas em 1Timóteo 3.1-7, Tito 1.5-9 e 1Pedro 5.1-5. Elas incluem um *chamado* de Deus (aspirar ao ofício; 1Tm 3.1), ter um *caráter* reto (p. ex., moderação e autocontrole), exercer *competências* bem desenvolvidas (liderança, ensino e hospitalidade) e ter uma boa *relação* com os demais presbíteros (ou seja, trabalhar em união).

Na Escritura, a igreja é sempre conduzida por uma pluralidade de bispos (“os presbíteros”, 1Tm 4.14), nunca um líder solitário. Por exemplo, no final de sua jornada missionária, Paulo e Barnabé designaram presbíteros (plural) em cada uma das igrejas recém-plantadas (At 14.23). Outros exemplos de uma pluralidade de presbíteros incluem as igrejas de Jerusalém (At 15.2,4,6,22,23), Antioquia (At 11.30), Éfeso (At 20.17,28; 1Tm 5.17), Creta (Tt 1.5) e a “Dispersão” (Tg 1.1; 5.14).

O diaconato é o ofício de serviço cujas qualificações estão listadas em 1Timóteo 3.8-13. Essa passagem apresenta características e qualificações para todos os servos (v. 8-10), mulheres (diaconisas ou esposas de diáconos, v. 11) e diáconos do sexo masculino (v. 12; os padrões para as mulheres no lar já estão cobertos em 2.15). A passagem conclui com uma recomendação para todos os servos (v. 13).

Algumas dessas qualificações são semelhantes às dos presbíteros (p. ex., ser respeitáveis, de uma só palavra), enquanto outras são diferentes (p. ex., as habilidades para ensinar e cuidar da igreja são listadas apenas para os presbíteros). Dois exemplos de diáconos são os que serviam à mesa na igreja de Jerusalém (At 6.1-6) e a benfeitora Febe, da igreja de Cenchrea (Rm 16.1,2).

É importante que a igreja reconheça publicamente as pessoas que ocupam esses cargos. O Novo Testamento apresenta esse reconhecimento público como a imposição de mãos (para presbíteros, 1Tm 5.22; para diáconos, At 6.6).

Desde cedo, a igreja fez distinção entre bispos e presbíteros, elevando o bispado acima do presbiterato/sacerdócio. Esse tópico será tratado no próximo capítulo, “Governo da igreja”.

Principais erros

Os ofícios da igreja são uma área em que é difícil identificar grandes erros. Portanto, os dois a seguir dizem mais respeito a abusos cometidos no exercício dos cargos.

1. *A prática moderna de alçar o apostolado ao mesmo nível que o ofício tinha no tempo dos apóstolos originais.* Qualquer igreja que afirme que seu líder-mor é um apóstolo com autoridade absoluta e sem responsabilidade em relação a qualquer outra pessoa não compreende a singularidade do ofício original e corre um grande risco de prejudicar seus membros.

2. *Não seguir as instruções bíblicas sobre as qualificações e responsabilidades dos oficiais da igreja.* Esse erro vai desde a flagrante desobediência a essas diretrizes até a restrição injustificada de pessoas qualificadas e capazes de ocupar esses cargos.

APLICANDO A DOUTRINA

Se uma igreja deseja amadurecer e se multiplicar, é importante aplicar as qualificações e responsabilidades bíblicas para esses cargos. Quem deixou de lado essas diretrizes bíblicas, intencionalmente ou por ignorância, precisa se arrepender. Esse arrependimento é necessário se as igrejas tiverem escolhido seus oficiais com base em características diferentes das apresentadas nas Escrituras — por exemplo, popularidade, dinheiro, perspicácia nos negócios. Também é preciso arrependimento se os oficiais da igreja não cumpriram com suas responsabilidades prescritas na Bíblia (p. ex., deixaram de orar pelos enfermos) ou o fizeram de maneira imprópria (p. ex., de má vontade ou de forma autoritária).

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Eu nem sei quem são os oficiais da nossa igreja.**
- **Acho que alguns dos que têm ofícios na nossa igreja não possuem as qualificações necessárias.**
- **O que os nossos bispos fazem?**
- **O que nossos pastores/presbíteros/sacerdotes**

fazem?

- **O que nossos diáconos e diaconisas fazem?**
- **Se a Escritura mostra as igrejas com muitos pastores, por que a nossa só tem um?**
- **Se eu quiser ocupar um cargo na igreja, o que preciso fazer?**

As igrejas também devem garantir que seus oficiais tenham autoridade para exercer adequadamente suas responsabilidades. De um lado, é necessário proteger-se contra o exercício da autoridade de forma autoritária e em desacordo com a Bíblia. De outro lado, é necessário tomar medidas para evitar que a autoridade legítima dos oficiais seja afrontada.

Para garantir que haja pessoas qualificadas para liderar e servir, as igrejas devem se dedicar ao discipulado intencional e à mentoria dos membros que demonstram ter as qualificações e as competências bíblicas necessárias para ocuparem os cargos da igreja. Por exemplo, as igrejas devem ter estruturas preparadas para treinamento de presbíteros e diáconos, sempre desenvolvendo novos líderes e servos para corresponder a sua necessidade crescente de maturidade e multiplicação.

ENSINANDO A DOUTRINA

Ao ensinar essa doutrina, deve-se fazer referência a pessoas reais que ocupam os cargos da igreja. Então, dependendo de quais cargos existam, apresente bispos, pastores, presbíteros, sacerdotes, diáconos e diaconisas. Melhor ainda, convide esses líderes e servos para participarem da discussão. Se a igreja tiver outros líderes — por exemplo, funcionários (que não são oficiais), diretores, curadores e chefes de ministério — esteja preparado para explicar como eles se encaixam na discussão.

Os participantes podem se interessar pelo debate sobre a continuação ou cessação do apostolado, mas não deixe que o tópico ocupe todo o tempo. Existe ainda divergência entre os complementaristas, que restringem o ofício de bispo/presbítero/pastor/sacerdote a homens qualificados, excluindo as mulheres, e os igualitaristas, que permitem que homens e mulheres qualificados ocupem esses cargos. Esteja ciente de que esse debate pode se tornar muito acalorado, não permitindo que ele monopolize a discussão. Um debate mais tranquilo é se o diaconato pode ser exercido apenas por diáconos (homens) ou se também pode haver diaconisas.

Na lista de qualificações para os diferentes ofícios, algumas são mais difíceis de tratar: (1) A exigência: “marido de uma só mulher” (1Tm 3.2,12; Tt 1.6), exclui os homens solteiros e desqualifica os divorciados? (2) A exigência

em relação à administração do lar e à educação dos filhos (1Tm 3.5,12; Tt 1.6) desqualifica um homem se seus filhos são rebeldes ou incrédulos? (3) Essas qualificações significam que uma pessoa que cometia imoralidade sexual e se embriagava constantemente antes de se converter não pode agora ocupar cargos na igreja?

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo dos cargos da igreja
2. Interação entre líderes e servos que ocupam cargos na igreja
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A necessidade de líderes e servos na igreja
 - B. O apostolado, suas qualificações e responsabilidades
 - C. O bispado/presbiterato, suas qualificações e responsabilidades
 - D. O diaconato, suas qualificações e responsabilidades
 - E. Reconhecimento público dos oficiais da igreja
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Elevar o apostolado ao mesmo nível que o ofício tinha no tempo dos apóstolos originais
 - B. Deixar de seguir as orientações bíblicas a respeito das qualificações e responsabilidades dos oficiais da igreja
5. Aplicando a doutrina
 - A. Arrepende-se por haver desprezado, intencionalmente ou por ignorância, as orientações bíblicas quanto aos ofícios da igreja
 - B. Garantir que os oficiais tenham a autoridade necessária para o exercício de suas responsabilidades
 - C. Preparar a nova geração de oficiais da igreja

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “apostle”, “bishop”, “deacon/deaconess/diaconate”, “elder”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “apostle, apostleship”, “bishop”, “church officers”, “elder”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “apóstolo”, “bispo”, “diácono/diaconisa”, “diaconato”, “presbítero”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 51.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 51.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 20.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 47.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 47.

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 17.

_____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 25.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 15.

GOVERNO DA IGREJA



RESUMO

O governo da igreja é o modo como a autoridade é estruturada em relação aos ofícios (e possivelmente à congregação) da igreja.

TEMAS PRINCIPAIS

- A igreja precisa de um governo ou algum tipo de autoridade estruturada.
- O cabeça da igreja é Jesus Cristo.
- Historicamente, existem três formas de governo eclesial: episcopalismo, presbiterianismo e congregacionalismo.
- Várias outras formas de governo eclesiástico foram desenvolvidas recentemente.

PASSAGENS-CHAVE

Mateus 16.13-20; Atos 15; 1Coríntios 14.33,40; Efésios 1.19-23; 2.20; 1Timóteo 5.17

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

O governo eclesiástico é o modo como a autoridade é estruturada em relação aos ofícios (e possivelmente à congregação) da igreja. Conforme vimos no capítulo anterior, esses ofícios são o apostolado, um cargo que a maioria das igrejas considera ter cessado com a morte dos apóstolos (e, portanto, não será discutido neste capítulo); o episcopado, ou cargo de bispo; o pastorado ou presbiterato, que é o ofício de pastor ou presbítero; e o diaconato, ou cargo de diácono e diaconisa. Embora não seja um ofício, a congregação, constituída pelos membros da igreja, desempenha uma função na forma de governo da igreja.

A igreja precisa de um governo ou algum tipo de autoridade estruturada. Um dos principais motivos é que, ao salvar seres humanos, Deus os reúne como seu povo na igreja. Refletindo a natureza daquele que a criou, a igreja é uma comunidade organizada. Além disso, Deus Pai, ao exaltar seu Filho, o nomeou como o Senhor da igreja; assim, ela é governada por autoridade divina. A Escritura também mostra que a igreja é liderada por estruturas dotadas de autoridade e fornece instruções sobre esses cargos. Portanto, o governo é necessário para a igreja.

O cabeça da igreja é Jesus Cristo. Seu senhorio significa que ele tem domínio sobre a igreja, que deve submeter-se a ele em todas as coisas. Conhecer e cumprir a vontade de Cristo são as principais preocupações dos líderes humanos da igreja. Embora ele ordene que sua igreja seja governada por essas autoridades humanas, Cristo nunca concede seu ofício de governante a eles. Ainda assim, a liderança de Cristo não elimina a liderança humana na igreja, e é dessa responsabilidade oficial que tratamos aqui. Historicamente, existem três formas de governo da igreja.

O *episcopalismo* é a forma de governo em que a autoridade máxima é exercida pelo bispo (gr., *episkopos*). Nessa estrutura governamental de três níveis, os bispos se distinguem dos presbíteros (sacerdotes) e diáconos. Como primeira ordem do clero, os bispos exercem a autoridade final. Isso inclui o ato de manter os três cargos, consagrando outros bispos e ordenando sacerdotes/presbíteros e diáconos. Como segunda ordem do clero, os sacerdotes/presbíteros são ordenados ministros de igrejas locais. Os diáconos, a terceira ordem, são servos ordenados que ajudam os bispos e sacerdotes. Alguns exemplos de governo eclesiástico episcopal são a Igreja Católica Romana, a Igreja Episcopal e a Igreja Metodista Unida.

O *presbiterianismo* é o governo dos presbíteros como representantes da igreja. Esses presbíteros (gr., *presbyteroi*) governam em estruturas hierárquicas e são de dois tipos: os presbíteros docentes são ordenados, geralmente clérigos formados em seminário, tornando-se responsáveis por pregar a Palavra de Deus, administrar os sacramentos e liderar. Os presbíteros regentes, geralmente leigos não ordenados, são encarregados de liderar, juntamente com o presbítero docente.

O presbiterianismo tem estruturas hierárquicas de autoridade: em uma igreja local (p. ex., a Calvin Presbyterian Church ou a Grace Reformed

Church), os presbíteros formam um conselho ou consistório. Os presbíteros de uma área geográfica formam um presbitério (p. ex., o presbitério da Filadélfia). Os membros de um presbitério de uma região formam um sínodo (p. ex., o Sínodo do Nordeste). Em âmbito nacional, constitui-se o supremo concílio (p. ex., o Supremo Concílio [também Assembleia Geral] das PCUSA [Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos da América, na sigla em inglês]). Entre os exemplos de igrejas presbiterianas estão a Christian Reformed Church, a Presbyterian Church of America e a Evangelical Presbyterian Church.

O *congregacionalismo* é o governo exercido pela congregação local, em cujos membros reside a autoridade final. Cada igreja é uma entidade autônoma, e não há indivíduo (p. ex., um bispo, como no episcopalismo) ou estrutura (p. ex., um presbitério ou sínodo, como no presbiterianismo) acima dela. O próprio Cristo é seu único cabeça.

O congregacionalismo baseia-se em dois princípios: o primeiro é a autonomia, que significa que cada igreja é independente e autogovernada, sendo responsável por sua própria liderança, finanças, construções e ministérios; o segundo é a democracia, que significa que a autoridade é exercida por seus membros, que juntos participam de decisões congregacionais por meio de algum processo de confirmação ou negação. Entre os exemplos de governo congregacional estão as igrejas batistas, as igrejas evangélicas livres e as chamadas Bible churches (“igrejas da Bíblia”).

Recentemente, desenvolveram-se várias novas formas de governo eclesiástico. Reproduzindo estruturas empresariais, algumas igrejas reformularam o papel do pastor ao modo de um executivo-chefe de operações. As chamadas megaigrejas criaram conselhos administrativos que refletem modelos corporativos de governança. As igrejas multissite desenvolveram sistemas de governança com estruturas episcopais, presbiterianas e congregacionais.

Base bíblica

A base bíblica para a necessidade de governo na igreja consiste em vários pontos. Um ponto-chave é que a igreja, criada por Deus, reflete a natureza divina. Especificamente, a igreja é uma comunidade ordenada, não uma multidão indisciplinada, “porque Deus não é Deus de desordem, mas, sim, de paz” (1Co 14.33). Consequentemente, Paulo reitera que “tudo deve ser feito com decência e ordem” (1Co 14.40; cf. Cl 2.5). O governo da igreja ajuda a manter essa comunidade organizada.

Outros pontos dizem respeito à liderança de Jesus Cristo e à revelação divina. Em virtude de sua ascensão e exaltação, o Filho foi dado à igreja como cabeça de toda a criação. A igreja é dele (Mt 16.18). Metaforicamente, ele é a sua pedra angular (Ef 2.20) e alicerce (1Co 3.11), seu Supremo Pastor (1Pe 5.4). É claro que a igreja deve submeter-se à sua autoridade divina. Como Senhor da igreja, Cristo deu diretrizes por meio do Espírito Santo e dos apóstolos de como a igreja deve ser governada. Essa revelação divina apresenta

esses líderes como pastores (1Pe 5.1-5), presbíteros ou bispos/superintendentes (1Tm 3.1-7; Tt 1.5-9) e pessoas que receberam dons para o aperfeiçoamento dos membros da igreja (Ef 4.11-16).

Portanto, a igreja precisa de algum tipo de governo.

Mas que tipo de governo a igreja deve ter? Cada uma das três posições históricas reivindica apoio bíblico, e cada uma baseia sua defesa no relato do Concílio de Jerusalém (At 15).

O episcopalismo afirma que Atos 15 destaca o papel desempenhado por Tiago no Concílio de Jerusalém, que é semelhante ao de um bispo. Sua responsabilidade superior é confirmada quando Tiago é apresentado como chefe da igreja de Jerusalém (At 21.18). O apoio secundário inclui o papel oficial de Timóteo (1Tm 1.3; 3.14,15; 2Tm 2.2) e Tito (Tt 1.5), emissários do apóstolo Paulo para as igrejas locais com a responsabilidade de nomear presbíteros. O episcopalismo também aponta para o desenvolvimento do ministério de três níveis (bispo, presbítero/pastor, diácono) na igreja primitiva (p. ex., a defesa do monoepiscopado por Inácio, no segundo século) e seu desenvolvimento durante os primeiros cinco séculos.

O presbiterianismo recorre ao texto de 1Timóteo 5.17 em apoio à sua distinção entre os presbíteros encarregados do ensino e os encarregados do governo. Paulo apresenta dois grupos de líderes: “os presbíteros que governam bem” e “os que trabalham na pregação e no ensino”. O primeiro grupo são os presbíteros regentes; o segundo, os docentes.

A justificativa para o governo da igreja pelos presbíteros em estruturas hierárquicas de autoridade inclui passagens bíblicas nas quais a palavra “igreja” se refere a uma entidade concreta maior que uma congregação local (At 9.31). Além disso, argumenta-se que as igrejas primitivas não consistiam de congregações individuais. Por exemplo, os milhares de crentes em Jerusalém reuniram-se em múltiplas congregações (At 2.46; 12.12). Em outras partes, muitas pequenas congregações se reuniam separadamente em lares (Rm 16.5; 1Co 16.19; Cl 4.15; Fm 2), embora essas assembleias ainda fossem consideradas uma única igreja (de Antioquia, At 13.1-3; de Éfeso, At 20.17,28).

A interpretação presbiteriana de Atos 15 baseia-se nas congregações de várias igrejas — aquelas situadas “em Antioquia, Síria e Cilícia” (At 15.23) — decidindo convocar um sínodo na igreja de Jerusalém para atuar como um corpo oficial da igreja. Esses procedimentos se assemelham a um típico sínodo presbiteriano.

O congregacionalismo também reivindica apoio bíblico. Um dos argumentos se baseia nas responsabilidades atribuídas à congregação. A disciplina da igreja envolve toda a igreja (Mt 18.15-20). Um exemplo em que a maioria dos membros da igreja aplica essa disciplina é o caso do homem incestuoso de Corinto (1Co 5; 2Co 2.5-11). Além disso, a seleção dos diáconos (At 6.1-6) foi delegada a seus membros. Até mesmo a decisão do Concílio de Jerusalém: “pareceu bem aos apóstolos e aos presbíteros, com toda

a igreja” (At 15.22). Sem minimizar o papel de supervisão desempenhado pelos apóstolos e presbíteros, a importância do envolvimento de toda a igreja não pode ser negada.

Uma segunda linha de apoio ao congregacionalismo consiste no papel que a igreja tem em separar certas pessoas para responsabilidades específicas. A igreja de Jerusalém enviou Barnabé a Antioquia (At 11.19-24). Por sua vez, a igreja de Antioquia nomeou Barnabé e Paulo para o serviço missionário (At 13.1-3; 14.24-28), um comissionamento que foi repetido com Paulo e Silas (At 15.36-41). A igreja de Corinto selecionou os que seriam enviados com a oferta financeira da congregação (1Co 16.1-4; 2Co 8.16-24).

Principais erros

1. *O papado da Igreja Católica Romana.* Todas as igrejas protestantes rejeitam o papado e sua reivindicação de autoridade universal sobre todas as igrejas.

2. *Governos eclesiais autoritários, que abusam de sua autoridade divinamente outorgada e maltratam seus membros.* Esse erro se aplica também a denominações que tentam forçar suas congregações a adotarem falsas doutrinas e práticas que não são bíblicas.

3. *Igrejas que rejeitam todas as formas de governo eclesial.* Tanto biblicamente quanto na prática, esse modelo antiautoritário é errado e impraticável.

APLICANDO A DOUTRINA

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Por que existem três formas diferentes de governo eclesiástico?**
- **Por que a nossa igreja tem esse tipo de governo?**
- **Se Deus está abençoando igrejas governadas dessas três maneiras, talvez o governo da igreja não seja muito importante.**
- **Tenho receio da liderança de nossa igreja porque desconfio de autoridade em geral; como posso melhorar nessa área?**

Deus providenciou todos os recursos necessários para que a igreja amadureça e

se multiplique, segundo a vontade dele. O governo da igreja é um desses recursos, de modo que devemos ser gratos por essa provisão. Se somos líderes na igreja, devemos sempre nos lembrar de que o cabeça de nossa igreja é Jesus Cristo, e não nós. Assim, devemos constantemente buscar a vontade do Senhor para nossa igreja e estar prontos para abrir mão de nossos planos e preferências pessoais. Além disso, uma de nossas responsabilidades é estarmos atentos aos membros da igreja a quem Deus pode estar chamando para se tornarem líderes.

Se somos membros, devemos procurar saber como podemos apoiar de forma melhor os nossos líderes. Devemos sempre nos lembrar de que eles não são empregados contratados para fazer todo o trabalho. Ao contrário, seu objetivo primordial é nos equipar para que possamos nos envolver no ministério, o qual realizaremos com alegre submissão à sua liderança. Nas igrejas congregacionais, devemos levar a sério nossas responsabilidades como membros. Quando os líderes nos apresentam assuntos para nossa confirmação ou negação (p. ex., o orçamento, uma mudança nos estatutos, a compra de uma propriedade), devemos expressar nossa decisão de acordo com a orientação que o Senhor dá à nossa igreja e aos seus líderes.

ENSINANDO A DOUTRINA

Sejamos francos: algumas pessoas começam a bocejar de tédio quando o assunto é o governo da igreja, enquanto outras se envolvem num debate acalorado. Assim, é preciso desenvolver uma estratégia para ensinar esse tópico. Mostre ao primeiro grupo que o governo da igreja é importante para que ela se desenvolva e cumpra suas responsabilidades. Quanto ao segundo grupo, mostre que igrejas governadas de acordo com cada uma das três formas existiram e continuam a existir e prosperar até hoje.

Ao ensinar essa doutrina, deve-se fazer referência à forma concreta de governo da igreja em que estamos. No caso de uma igreja com governo episcopal, forneça detalhes como o nome do bispo presidente e o que ele tem feito em seu ofício. No caso de uma igreja de estrutura presbiteriana, forneça detalhes como os nomes do presbítero docente e dos presbíteros regentes, bem como os nomes do presbitério e do sínodo. Semelhantemente, no caso das igrejas congregacionais, apresente os nomes e as responsabilidades dos pastores/presbíteros e diáconos e liste as responsabilidades dos membros (p. ex., aprovar o orçamento, submeter a exame os novos presbíteros e aceitar novos membros).

Discuta com o grupo os pontos fortes e fracos de cada uma das três formas de governo. Esteja alerta para quaisquer equívocos que possam ser expressos e procure esclarecê-los. Um estudo bíblico sobre Atos 15, procurando identificar qual das três estruturas (se houver) encontra mais apoio na narrativa, fará com que os participantes as avaliem de uma forma mais criteriosa.

1. Resumo
2. Discussão concreta sobre o governo da igreja
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. O senhorio de Cristo
 - B. Episcopalismo
 - C. Presbiterianismo
 - D. Congregacionalismo
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Submeter-se ao papado da Igreja Católica Romana
 - B. Abusar da autoridade eclesial outorgada por Deus e maltratar os membros da igreja
 - C. Rejeitar todas as formas de governo da igreja
5. Aplicando a doutrina
 - A. Submeter-se ao senhorio de Jesus Cristo, o cabeça da igreja
 - B. Estar atento aos membros que Deus pode estar levantando para se tornarem futuros líderes
 - C. Apoiar os líderes da nossa igreja

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “congregationalism”, “episcopalianism”, “presbyterianism”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “church, authority in the”, “church government”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “autoridade na igreja”, “governo eclesiástico”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 51.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 51.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 20.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 47.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 47.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 17.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para peregrinos no caminho*. cap. 25.
- THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 15.

BATISMO



RESUMO

O batismo, um dos dois sacramentos ou ordenanças da igreja, é o rito de iniciação ou celebração de entrada no povo da nova aliança de Deus.

TEMAS PRINCIPAIS

- A palavra “batizar” é uma transliteração da palavra grega βαπτίζω (baptizō), imergir ou mergulhar.
- Jesus ordenou o batismo como um dos dois sacramentos ou ordenanças para sua igreja.
- Batismo tem vários significados.
- Há divergências entre as igrejas em relação a quem deve ser batizado: crianças ou crentes.
- Há divergências entre as igrejas em relação à maneira correta de batizar: aspersão, efusão ou imersão.

PASSAGENS-CHAVE

Mateus 3.1-17; 28.19; João 1.24-28; 3.23; 4.1,2; Atos 2.38,41; 8.12,36,38; 9.18 (com 22.16); 10.47,48; 11.16,17; 16.15,33; 18.8; 19.3-7; Romanos 6.1-11; 1Coríntios 1.16,17; Colossenses 2.12; 1Pedro 3.20,21

Afirmações principais

O batismo e a ceia do Senhor são os dois sacramentos ou ordenanças que Jesus instituiu para a sua igreja. Na Grande Comissão, Jesus ordenou que sua igreja discipuladora batizasse “em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28.19). O elemento tangível desse sacramento ou ordenança é a água. Obedecendo a essa ordem, as igrejas historicamente administram o batismo com água, considerando-o uma ação de vários significados: associação com o Deus triúno; identificação com a morte, o sepultamento e a ressurreição de Cristo; limpeza do pecado; livramento do juízo divino; e um ato que leva à inclusão na igreja.

Há várias divergências fundamentais entre as igrejas em relação a esse rito. Uma delas diz respeito a quem deve ser batizado: o batismo deve ser administrado a crianças (*pedobatismo*) ou a crentes (*credobatismo*)? Uma segunda questão diz respeito ao modo: O batismo deve ser administrado por *aspersão* (respingar uma pequena quantidade de água sobre a cabeça de alguém), *efusão* (derramar uma grande quantidade de água sobre a cabeça de alguém) ou *imersão* (mergulhar uma pessoa completamente na água e trazê-la para fora da água em seguida)?

Essas divergências são o resultado de transformações históricas. As palavras de Jesus a Nicodemos: “Se alguém não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus” (Jo 3.5), tornaram-se a base fundamental para a crença da igreja primitiva na regeneração batismal: por meio da água do batismo, uma pessoa nasce de novo para uma nova vida. A igreja sustentou que o batismo é necessário para a salvação.

Embora o Novo Testamento mostre o batismo sendo administrado a pessoas que ouviram o evangelho e aceitaram a salvação, essa prática gradualmente deu lugar ao batismo infantil. Tertuliano a criticou, considerando-a uma novidade e argumentando que crianças inocentes não precisam do batismo. Em vez disso, elas deveriam ser batizadas somente quando se tornassem crentes em Cristo. Apesar desse protesto, Orígenes explicou a crescente convicção da igreja: o batismo limpa da imundície do pecado original, e todos, inclusive as crianças, precisam da lavagem do batismo. Aliás, Cipriano se opôs à prática de retardar o batismo infantil até o oitavo dia (observe a ligação com a prática da circuncisão), temendo pelos bebês que morreriam antes de serem batizados. Agostinho citou Cipriano em sua defesa do batismo infantil, argumentando que, se o batismo traz o perdão dos pecados, e se os bebês nascem com a culpa e a corrupção do pecado original, então, os bebês devem ser batizados logo depois de nascerem.

Por volta do quinto século, o batismo infantil tornou-se a prática oficial da igreja, e continuou assim, sem contestação, por cerca de mil anos.

Os principais reformadores — Martinho Lutero, Ulrico Zuínglio e João

Calvino — mantiveram a prática tradicional do batismo infantil, mas o desenvolveram de diferentes maneiras. Lutero vinculou intimamente o batismo com a Palavra de Deus e a fé. Zúínglio desenvolveu a analogia entre a circuncisão na antiga aliança e o batismo infantil na nova aliança. O apoio bíblico ao batismo de bebês incluía o acolhimento de crianças por parte de Jesus (Lc 18.15-17) e os batismos domésticos (At 16.13-15,25-34). Assim como Zúínglio, Calvino justificou o batismo infantil recorrendo ao paralelo entre o sinal da circuncisão na antiga aliança e o sinal do batismo na nova aliança. O batismo, que é um símbolo da adoção dos bebês pela igreja e de sua entrada nela, marca-os como santos. Além disso, seus pais veem a misericórdia de Deus sendo estendida aos filhos batizados.

Os anabatistas romperam com essa prática multicentenária do batismo infantil: somente pessoas que pudessem se arrepender e crer conscientemente em Cristo deveriam ser batizadas. Eles apontaram para o padrão bíblico do batismo após a fé no evangelho. Além disso, Cristo ordenou à sua igreja que batizasse os discípulos, não as crianças. Seguindo a tradição anabatista, os batistas condenaram o batismo infantil e enfatizaram o batismo dos crentes.

Apesar dessas importantes diferenças, a igreja de Jesus Cristo pratica o batismo como o rito ou a celebração inicial da fé cristã, um traço em comum que une a igreja.

Base bíblica

Jesus foi batizado no início de seu ministério. O pano de fundo para essa prática era o batismo judaico dos prosélitos ou os rituais judaicos de purificação, ambos envolvendo imersão em água. Além disso, o precursor de Jesus foi chamado de João *Batista*, já que ele se engajou em um ministério de batismo enquanto, em antecipação da vinda do Messias, chamava as pessoas ao arrependimento (Mt 3.1-12; Mc 1.4-8; Lc 3.1-17 Jo 1.24-28; 3.23).

Foi João que batizou Jesus, um ato adequado para cumprir toda a justiça: “Quando Jesus foi batizado, saiu imediatamente da água, e vede, os céus estavam abertos para ele, e ele viu o Espírito de Deus descer como uma pomba, vindo pousar nele. E uma voz do céu disse: Este é o meu Filho amado, com quem estou satisfeito” (Mt 3.13-17). Por sua vez, Jesus também batizou pessoas (Jo 4.1,2). Depois de sua ressurreição, Jesus deu aos seus discípulos a Grande Comissão, em que um dos elementos-chave é o batismo de novos discípulos em nome do Deus triúno (Mt 28.18-20).

As páginas do livro de Atos estão repletas de histórias de batismo. No final de sua mensagem, no Dia de Pentecostes, Pedro exortou seus ouvintes: “Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo, para o perdão de vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo” (At 2.38). Em obediência a essa exortação, três mil pessoas se arrependeram, creram em Cristo e foram batizadas (v. 41). Esse padrão é repetido em narrativas subsequentes: os samaritanos “creram em Filipe, que lhes pregava boas novas sobre o reino de Deus e o nome de Jesus, e deixaram-se batizar

tanto homens quanto mulheres” (At 8.12). O eunuco etíope “mandou parar a carruagem e desceram ambos à água, tanto Filipe quanto o eunuco, e Filipe o batizou” (At 8.36,38). Saulo (At 9.18; 22.16), Cornélio e sua família (At 10.47,48; 11.16,17), Lídia e sua família (At 16.15), um carcereiro e sua família (At 16.33), um grande número de coríntios (At 18.8) e uma dúzia de discípulos de João Batista (At 19.3-7) foram batizados e se tornaram seguidores de Cristo.

A significância do batismo também é apresentada em outras partes do Novo Testamento. O batismo associa pessoas ao Deus triúno (Mt 28.18-20), refletindo vividamente a identificação do crente com a morte, o sepultamento e a ressurreição de Cristo (Rm 6.1-11; cf. Cl 2.12). O ato do batismo corresponde à salvação de Noé e sua família na arca quando escaparam das águas do juízo divino (1Pe 3.20,21), refletindo a purificação do pecado (At 22.16). Além disso, o batismo é um ato de obediência, realizado publicamente por uma igreja local (não existe autobatismo), à qual a pessoa recém-batizada é incorporada (At 2.38-47).

Principais erros

1. *O batismo é efetivo ex opere operato (lit., “pelo trabalho realizado”): simplesmente aplicando água, a pessoa que está sendo batizada é salva.* Essa é a maneira como as pessoas geralmente entendem a posição católica, inclusive alguns dos fiéis católicos. Em sua forma radical, essa concepção dissocia o batismo do evangelho, da igreja, da fé e da obra de Deus. Mesmo muitos católicos rejeitariam essa ideia mágica do batismo, defendendo, em vez disso, que o batismo, assim como os outros sacramentos, não funciona de maneira mecânica, independentemente do poder divino.

2. *Como o batismo não é necessário para a salvação, ele não tem importância.* Muitos evangélicos contemporâneos adotam essa ideia. Essa posição contradiz a Grande Comissão de Jesus, que ordena que a igreja batize os novos discípulos (Mt 28.19), assim como fez a igreja primitiva no Pentecostes (At 2.38,41).

APLICANDO A DOUTRINA

O batismo é um sacramento ou ordenança que Jesus Cristo deu à sua igreja para que seja aplicado em sua missão de fazer discípulos em todo o mundo. Seja praticando o batismo infantil ou o batismo de crentes, a igreja deve batizar com frequência e obedientemente. Esse acontecimento é uma celebração que encoraja tanto a igreja que administra o batismo quanto as pessoas que são batizadas.

As igrejas, no Ocidente estão cada vez mais em contato com outras religiões. Ao levarem muçulmanos, budistas, hindus e outros a Cristo, o batismo dos convertidos e que assume uma importância que muitos não percebem, já que eles são batizados em nome do Pai e do Filho e do Espírito

Santo. Essa associação com o Deus triúno acarreta uma renúncia de sua lealdade a outros deuses (Alá, Vishnu, Shiva, Devi). Isto é, o batismo em nome do único Deus verdadeiro significa que essas outras divindades são falsos deuses. Muitas vezes, esse passo radical coloca esses novos cristãos em perigo, chegando a ponto de serem mortos por sua fé. As igrejas devem se preparar para essa realidade.

ENSINANDO A DOUTRINA

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Fui batizado quando bebê, o que não significou nada para mim, mas quando ouvi o evangelho e cri em Cristo para salvação, fui batizado como seu discípulo, uma das experiências mais significativas da minha vida.**
- **Fui batizado como crente, o que foi muito significativo para mim, mas, ao estudar o batismo infantil, estou convencido de que, quando temos filhos, eles devem ser batizados, porque fazem parte da comunidade da aliança, junto conosco.**
- **O que acontece com bebês que não são batizados?**
- **Embora eu tenha sido batizado como crente, fiquei sem caminhar com Cristo durante algum tempo até que, recentemente, entreguei minha vida a ele outra vez; gostaria de ser batizado de novo comemorar essa nova experiência.**
- **O que você acha de movimentos paraeclesiais, como Cru, ABU e Navegadores,**

batizarem pessoas que se convertem a Cristo por meio de seus ministérios?

- **Fui batizado aos 8 anos porque meus pais me incentivaram a ser batizado, mas não tenho certeza de que eu era cristão naquela época. Agora que creio no evangelho e tenho a certeza de ser discípulo de Cristo, devo ser batizado ou rebatizado, ou não fazer nada?**
- **Como as igrejas que praticam o batismo infantil podem considerá-lo eficaz, se muitos dos que foram batizados quando bebês não têm nenhuma relação com Cristo agora, já adultos?**
- **Por que igrejas que praticam o batismo de crentes não entendem que o batismo infantil é uma promessa da obra futura de Deus nos bebês que são batizados?**

O ensino dessa doutrina torna-se mais concreto quando se observa um batismo de verdade, seja de bebês, seja de adultos já convertidos. Se a aula for dada antes do batismo, deve-se fazer referência ao que acontecerá naquela cerimônia. Instrua os participantes a observarem as pessoas, as ações, as confissões de fé, as promessas e a solenidade do evento. É bom fazer perguntas depois do batismo para discutir dúvidas e impressões sobre ele. Essa discussão também é importante se a aula ocorrer depois do batismo. Se não for possível fazer essa observação, deve-se pedir aos participantes que contem como foi o seu próprio batismo.

Como os participantes estarão mais familiarizados com a prática de batismo de sua igreja, essa posição deve ser ensinada e discutida primeiro, seguida por um tratamento justo das outras posições. No caso do batismo infantil, o apoio bíblico e o desenvolvimento histórico da prática da igreja devem ser apresentados. Logo após, vem a avaliação do batismo infantil pelos proponentes do batismo de crentes, seguida da resposta dos defensores do batismo de novo infantil a essa avaliação. No caso do batismo de crentes, o apoio bíblico e o desenvolvimento histórico da prática na igreja devem ser

estabelecidos. Logo após, vem a avaliação do batismo de crentes pelos partidários do batismo infantil, seguida da resposta dos partidários do batismo de crentes a essa avaliação. Seja sincero, justo e respeitoso com outras concepções, embora defendendo a posição da igreja. Novamente, incentive os participantes a compartilharem suas experiências em relação a essas práticas.

Lembre-se, o batismo é apresentado na Escritura como um dos sete pontos em comum que unem a igreja de Jesus Cristo. A divisão que existe entre as igrejas por causa das diferentes formas de batismo deve ser motivo de pesar, desapontamento e preocupação. Cuidado com as atitudes triunfalistas — tanto nos professores quanto nos alunos!

ESBOÇO DIDÁTICO

1. A palavra “batismo” e breve explicação
2. Participação num culto de batismo e/ou compartilhamento de histórias de batismo
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Batismo: ordenado por Cristo e praticado na igreja desde o princípio
 - B. Os vários significados do batismo
 - C. Discordâncias em relação ao batismo
 - D. A igreja primitiva, vários significados do batismo e a mudança para o batismo infantil e a regeneração batismal (a posição católica)
4. Mudanças acarretadas pela Reforma: as posições luterana, reformada e anabatista/batista
5. Principais erros a serem evitados
 - A. Crer que o batismo é eficaz *ex opere operato* (lit., “pelo trabalho realizado”)
 - B. Achar que o batismo não tem importância
6. Aplicando a doutrina
 - A. Batizar com frequência, obediência e alegria
 - B. Batizar as pessoas em nome do Deus triúno reconhecendo que o batismo é um passo radical e (potencialmente) custoso

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “baptism”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “baptism”, “baptism, believers”, “baptism, infant”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “batismo”, “batismo dos crentes”, “batismo infantil”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 52.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 52.

GRENZ. *Theology for the community of God*. caps. 19 e 20.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 49.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 49.

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 16.

_____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 24.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 15.

A CEIA DO SENHOR



RESUMO

Um dos dois sacramentos ou ordenanças da igreja, a ceia do Senhor é o rito ou celebração contínua de estar em relacionamento de nova aliança com Deus.

TEMAS PRINCIPAIS

- Jesus estabeleceu a ceia do Senhor quando estava celebrando a festa da Páscoa (sua última ceia) com seus discípulos, pouco antes de sua crucificação.
- Jesus ordenou a ceia como um dos dois sacramentos ou ordenanças para sua igreja.
- Outros nomes para a ceia do Senhor são: a comunhão, a eucaristia e o partir do pão.
- A ceia do Senhor, que deveria ser uma celebração unificadora, tornou-se um ponto de grande divergência por causa das diferentes concepções da presença de Cristo (transubstanciação, consubstanciação, memorial, presença espiritual e concepções anabatistas/batistas).
- As igrejas têm diferentes ideias sobre o

PASSAGENS-CHAVE

Mateus 26.26-29; Marcos 14.22-25;
Lucas 22.14-23; João 6.22-71; 1Coríntios
10.14-22; 11.17-34

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

A ceia do Senhor e o batismo são os dois sacramentos ou ordenanças que Jesus instituiu para a sua igreja. Em sua última ceia, pouco antes de sua morte, Jesus celebrou a festa da Páscoa. Alterando significativamente essa refeição, ele acrescentou os três elementos da ceia do Senhor: um pão partido, para o seu corpo que seria quebrado na cruz; uma taça de vinho, para o seu sangue que seria derramado na cruz; e, em resposta à sua ordem para que repetissem essa refeição até seu retorno, a participação de seus discípulos nessa nova comemoração.

Obedecendo à ordem de Jesus, as igrejas historicamente administraram a ceia do Senhor, que é conhecida por vários outros nomes. Ela é chamada de *comunhão* porque Paulo afirmou que participar do cálice e do pão é comunhão (*koinōnia*) com o sangue e o corpo de Cristo (1Co 10.16). A palavra *eucaristia* está associada a ela por causa da ação de Jesus de dar graças (*eucharistia*) quando inaugurou essa celebração (Mc 14.23; cf. 1Co 11.24). É também chamada de *partir do pão* por causa da descrição dessa prática da igreja primitiva (At 2.42).

Embora Jesus pretendesse que a ceia do Senhor fosse uma observância regular que unisse sua igreja, ela se transformou num ponto de grande divisão. As cinco posições principais concentram-se na presença de Cristo na celebração. Essas divergências são o resultado de desenvolvimentos históricos.

Transsubstanciação. Em 1215, a Igreja Católica Romana proclamou oficialmente a doutrina da *transsubstanciação*: durante a celebração do sacramento da eucaristia, o pão é transsubstanciado, ou transformado, no corpo de Cristo, e o vinho é transformado no sangue de Cristo, pelo poder de Deus. Tomás de Aquino forneceu a explicação filosófica para a transsubstanciação: a *substância* (aquilo que faz algo ser o que é) do pão e do vinho é transformada no corpo e no sangue de Cristo. No entanto, os *acidentes* (características que podem ser percebidas pelos sentidos) permanecem os mesmos: o pão e o vinho ainda têm aparência, cheiro, gosto e sensação tátil de pão e vinho.

Consustanciação. Martinho Lutero entendia a eucaristia como uma união sacramental de Cristo e dos crentes. Essa posição, comumente chamada de *consustanciação*, sustenta que Cristo está verdadeiramente presente, tanto em sua divindade quanto em sua humanidade, “em, com e sob” a substância do

pão e do vinho. Essa posição se baseia nas palavras de Jesus: “Isto é o meu corpo”, que são interpretadas literalmente. A consubstanciação é possível porque o corpo de Cristo está presente em toda parte, não apenas localizado no céu.

Memorial. Ulrico Zuínglio desenvolveu a noção de que a ceia do Senhor é um *memorial* da morte de Cristo. O corpo de Cristo está localizado no céu e, portanto, não pode estar presente na ceia do Senhor. As palavras de Jesus: “Isto é o meu corpo”, devem ser traduzidas como: “Este pão simboliza o meu corpo”. E Jesus ordenou: “faizei isto em memória de mim”. Assim, a ceia do Senhor é um memorial pelo qual a igreja lembra o que Cristo fez na cruz em seu benefício.

Presença espiritual. João Calvino foi além da ideia de memorial. O pão e o vinho são certamente símbolos, mas não são símbolos vazios. Por sua *presença espiritual*, Cristo oferece a si mesmo e a seus benefícios salvadores por meio dos elementos. O modo como Cristo se faz espiritualmente presente é um mistério, mas Calvino usou como explicação o poder do Espírito Santo para unir Cristo, que está no céu, com a igreja, que está na terra. A igreja participa com Cristo e é alimentada por ele.

Concepções anabatistas/batistas. Os anabatistas romperam com essas posições protestantes, concentrando-se na ceia do Senhor como uma comemoração que só poderia ser administrada aos que foram batizados como crentes, e não quando crianças. Os batistas também adotaram essa ordem — primeiro, o batismo como um novo crente, depois a ceia do Senhor —, embora tenham desenvolvido duas tradições, uma que apoiava a concepção de Calvino e outra que apoiava uma concepção de memorial.

Apesar dessas importantes diferenças, a igreja celebra regularmente a ceia do Senhor. As igrejas têm ideias diferentes do que a ceia do Senhor faz: ela proclama o evangelho, relembra a morte de Cristo, sinaliza a nova aliança, beneficia os cristãos quando participam do corpo e do sangue de Cristo, expressa compromisso com Cristo e/ou simboliza e fortalece a unidade na igreja.

Base bíblica

Jesus inaugurou a ceia do Senhor na Páscoa judaica que comeu com os discípulos, na véspera de sua crucificação (Mt 26.26-29; Mc 14.22-25; Lc 22.14-23; algumas tradições incluem Jo 6.22-71). Embora essa refeição tenha começado como todas as observâncias anteriores da festa judaica, Jesus acrescentou elementos que transformariam sua última ceia no rito permanente da ceia do Senhor.

Especificamente, as instruções de Jesus — “Tomai e comei; isto é o meu corpo” — transformaram a refeição: de uma lembrança da repentina partida dos israelitas do Egito (Êx 12.17; Dt 16.3) em uma comemoração de sua iminente morte sacrificial na cruz. Suas instruções seguintes, quando partilhavam do cálice — “Bebei dele todos, pois isto é o meu sangue, o sangue

da aliança derramado em favor de muitos para perdão dos pecados” (Mt 26.27,28) —, anularam a antiga aliança e inauguraram a nova. Deus não mais se relacionaria com seu povo com base na antiga aliança, ratificada pelo sangue de animais sacrificados. Em vez disso, Deus iniciou uma nova aliança, ratificada pelo sangue de Jesus, que seria derramado na cruz para perdão de seu povo.

Seguindo as instruções de Jesus, os discípulos comeram o pão e beberam o vinho, participando da primeira ceia do Senhor. Além disso, essas ações rituais deveriam ser repetidas quando a igreja se reunisse, até a volta de Jesus. Em sua celebração, a igreja se lembraria de Jesus e da natureza vicária de sua morte sacrificial.

Saindo dos Evangelhos Sinóticos, Paulo trata da ceia do Senhor em 1Coríntios. Paulo enfatiza que ela é a participação no sangue e no corpo de Cristo, bem como um símbolo de unidade (1Co 10.14-22). Reprendendo a igreja por desrespeitar a ceia do Senhor, o apóstolo relata a tradição que recebeu. Embora tenha sido instituída na noite em que Jesus foi diabolicamente traído por Judas, ele deu graças no início da celebração. Jesus associou o pão que estava partindo ao seu corpo, dado por seus discípulos, e associou o cálice com a inauguração da nova aliança no seu sangue. Em seguida, ordenou a seus discípulos que realizassem aquela mesma celebração continuamente, em memória dele. A ação de partir e comer o pão e de beber do cálice seria uma proclamação visual de sua morte até seu retorno. A importância da ceia do Senhor exige uma maneira adequada de celebrá-la: evitando divisões entre os membros da igreja, de modo a participar de maneira digna (1Co 11.17-34).

Em resumo, a ceia do Senhor foi instituída por Jesus como um ritual contínuo a ser observado pela igreja entre a sua primeira vinda e a segunda. Envolve elementos simbólicos — um pedaço de pão que é partido, uma taça de vinho e a distribuição desses elementos à igreja. Essas ações rituais representam de forma impactante o corpo quebrado de Jesus e seu sangue derramado, juntamente com a apropriação da obra salvadora pela igreja. A igreja comemora a morte sacrificial de Jesus e participa dela e do do seu sangue, que ratificou a nova aliança, na expectativa de seu retorno.

Principais erros

Quanto a esse assunto, existe uma grande divisão entre católicos e protestantes: a Igreja Católica Romana sustenta que todos os pontos de vista e celebrações protestantes da ceia do Senhor estão errados por causa da negação da transubstanciação e da falta de um sacerdócio que possa administrar adequadamente o sacramento. Todas as igrejas protestantes contestam a transubstanciação por falta de apoio bíblico, fundamento filosófico incorreto e desenvolvimento histórico tardio. A transubstanciação é claramente um grande erro e está no cerne da divisão católico-protestante.

1. *A ceia é efetiva ex opere operato (lit., “pelo trabalho realizado”): ao comer o*

pão consagrado e beber o vinho, recebe-se os seus benefícios. Essa é a concepção comum da posição católica, inclusive entre alguns fiéis católicos. Em sua forma radical, essa concepção dissocia a ceia do Senhor do evangelho, da igreja, da fé e da obra de Deus. Entretanto, mesmo a Igreja Católica rejeitaria essa ideia mágica, defendendo, em vez disso, que a eucaristia, assim como os outros sacramentos, não funciona de maneira mecânica, independentemente do poder divino e da disposição de amor e fé do participante.¹

2. *Por ser simbólica e memorial, a ceia do Senhor não tem importância.* Muitos evangélicos de hoje adotam essa ideia. Essa posição contradiz as instruções de Jesus aos seus discípulos para celebrá-la (Mt 26.26-29), como a igreja primitiva fazia regularmente (At 2.42,46). Também ignora os muitos benefícios que advêm da ceia do Senhor.

APLICANDO A DOUTRINA

A ceia do Senhor é um sacramento ou ordenança dada por Jesus Cristo à sua igreja como um sinal de seu relacionamento de nova aliança com Deus. Seja qual for sua concepção da presença de Cristo na celebração, a igreja deve celebrá-la de forma regular e obediente. Seus benefícios são muitos (e diferem de igreja para igreja), devendo ser devidamente ressaltados. Vemos o corpo quebrado de Cristo e seu sangue derramado representados de forma vívida e visual — essa ação proclama o evangelho! Somos levados a lembrar a obra que ele realizou em nosso favor — somos salvos por ele! Celebramos nossa incorporação na nova aliança — estamos em relacionamento com Deus e uns com os outros! Nós participamos do corpo e do sangue de Cristo — recebemos Cristo e seus benefícios salvadores! Nós expressamos nosso compromisso com Cristo — juramos fidelidade a ele publicamente! Estamos unidos aos nossos irmãos e irmãs em Cristo — esse rito simboliza e fortalece a unidade na igreja!

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Nossa igreja quase nunca celebra a ceia do Senhor; parece sem importância para nós.**
- **Nossa igreja celebra a ceia do Senhor com muita frequência; acabou se tornando um ritual sem sentido.**
- **Com que idade a nossa igreja permite que crianças e jovens comecem a tomar a**

ceia do Senhor?

- **A nossa igreja permite que todos os cristãos que estão conosco tomem a ceia do Senhor, ou é só para os membros da nossa igreja?**
- **Por que alguns não tomam a ceia do Senhor quando é servida?**
- **O que devemos fazer antes de tomar a ceia do Senhor para que possamos participar?**

Quando igrejas que administram irregularmente a ceia do Senhor refletem sobre seus muitos benefícios, o desafio que se impõe a elas é que pratiquem uma observância mais regular. Para as igrejas que a administram frequentemente (toda semana), o desafio é celebrá-la de formas pelas quais a ceia do Senhor não se torne um mero ritual, desprovido de significado.

ENSINANDO A DOCTRINA

O ensino dessa doutrina torna-se mais concreto por meio da observação e (se for apropriado) participação numa celebração da ceia do Senhor. Se a aula for dada antes do evento, deve-se explicar o que vai acontecer. É bom fazer perguntas depois da celebração para discutir dúvidas e impressões sobre ela. Essa discussão também é importante se a aula ocorrer depois do evento. Se a observação ou participação não for possível, deve-se pedir aos participantes que compartilhem suas histórias sobre a ceia do Senhor.

Como cada participante estará mais familiarizado com a forma de celebrar a ceia do Senhor em sua própria igreja, essa concepção deve ser ensinada e discutida primeiro, seguida de uma abordagem justa das outras posições. Para cada uma delas (p. ex., memorial), apresente base bíblica e desenvolvimento histórico. A avaliação dessa primeira posição em relação às outras (transubstanciação, consubstanciação, presença espiritual e anabatista/batista) vem logo após, seguida pelos contra-argumentos da posição adotada pela igreja. Seja sincero, justo e respeitoso com outras posições, embora defendendo a posição oficial de sua igreja.

Lembre-se, a ceia do Senhor é apresentada na Escritura (1Co 10.17) como um evento que simboliza e promove a unidade da igreja de Jesus Cristo. A divisão que existe entre as igrejas por causa das diferentes práticas desse sacramento/ordenança deve ser motivo de pesar, desapontamento e preocupação.

1. Os outros nomes da “ceia do Senhor” e resumo
2. Participação na ceia do Senhor e/ou compartilhamento de histórias sobre a participação de cada um
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A ceia do Senhor: ordenada por Cristo e praticada na igreja desde o início
 - B. Os Evangelhos
 - C. A tradição de Paulo
 - D. Transubstanciação
 - E. Consubstanciação
 - F. Memorial
 - G. Presença espiritual
 - H. Concepções anabatistas/batistas
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Acreditar que a ceia do Senhor é efetiva *ex opere operato* (lit., “pelo trabalhorealizado”)
 - B. Achar que a ceia do Senhor não tem importância
5. Aplicando a doutrina
 - A. Administrar a ceia do Senhor com frequência e obediência
 - B. Celebrar os muitos benefícios da ceia do Senhor

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “Lord’s supper”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “Lord’s supper”, “Lord’s supper, views of”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “ceia do Senhor”, “ceia do Senhor, conceitos da”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 53.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 53.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 19.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 50.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 50.

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 16.

_____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 24.

THOENNES. *Life’s biggest questions*. cap. 15.

ADORAÇÃO



RESUMO

A adoração é um ato de reconhecimento e aclamação da majestosa grandeza de Deus realizado conforme ele determina.

TEMAS PRINCIPAIS

- Pode-se afirmar que a adoração é o propósito para o qual todas as coisas existem.
- Nesse sentido, toda e qualquer iniciativa dos cristãos e das igrejas, caso seja com fé e em obediência a Deus, é adoração.
- Em outro sentido, a adoração é uma atividade específica, regular e coletiva dos cristãos.
- Liturgia é uma estrutura organizada de adoração pública.
- Essa adoração a Deus exercida de forma coletiva consiste em vários elementos específicos.
- As diferentes formas de culto público refletem dois princípios diversos: o princípio regulador e o princípio normativo.
- A igreja se dedica à adoração para glorificar a Deus.

1Reis 5—8; Esdras; Neemias; Salmos;
 Lucas 4.16-30; João 4.23,24; Atos
 2.41-47; 20.7; 1Coríntios 11.17-34; 12.1—
 14.40; 16.2; 2Coríntios 8—9; Colossenses
 3.16; 1Timóteo 2.1,2; 4.13

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

Em certo sentido, tudo o que Deus criou é orientado para a glória dele: os céus e a terra, as montanhas e as florestas, os anjos e os seres humanos. Assim, a adoração — o reconhecimento e a aclamação da majestosa grandeza de Deus — é o propósito para o qual todas as coisas existem.

Na esfera humana, portanto, adoração é qualquer ato feito com fé e obediência, cujo objetivo é glorificar a Deus: dedicação ao trabalho, criação de uma família e expressões de fé, esperança e amor. Igualmente, ler e meditar nas Escrituras, orar e cantar cânticos de louvor e ações de graças durante as devoções pessoais, todas essas coisas constituem adoração individual. Além disso, qualquer coisa em que a igreja se envolva com fé e obediência é adoração: as reuniões de oração, a escola dominical, o evangelismo, a alimentação dos pobres e os grupos comunitários constituem adoração.

Em outro sentido, a adoração é a atividade específica em que os cristãos se envolvem coletivamente no domingo. Isso geralmente é chamado de *culto de adoração*, seguindo uma estrutura ordenada de atividades, ou *liturgia*. Especificamente no anglicanismo, na chamada Alta Igreja (anglo-católica), essa liturgia é rigidamente estruturada e segue um padrão histórico. Na Baixa Igreja (evangélica), essa liturgia pode ser mais relaxada e até parecer espontânea, mas, na maioria dos casos, o culto segue alguma ordem.

Uma liturgia comum consiste nos seguintes elementos: chamado à adoração; louvor e gratidão a Deus por seus atributos e atos poderosos, e isso por meio de cânticos, orações e leitura responsiva; confissão de pecado e garantia de absolvição (anúncio do perdão); leitura, pregação e audição da Palavra de Deus; instrução e exortação para corresponder a Deus com fidelidade e obediência; doação de recursos financeiros; recitação de um credo ou confissão de fé; administração dos sacramentos/ordenanças do batismo e da ceia do Senhor; bênção final.

É importante ressaltar que Deus prescreve a maneira correta pela qual ele deve ser adorado. A Escritura apresenta casos de adoração ilegítima (p. ex., Nadabe e Abiú; Lv 10.1,2) e condena a adoração falsa (p. ex., Is 1.10-15). A igreja é advertida para não cair em idolatria, o que significa que existe a possibilidade de que ela dirija sua adoração para alguém ou algo diferente de Deus (p. ex., reconhecimento social, números e construções, determinado

objetivo político). Além disso, a Escritura proíbe que certas atitudes e ações sejam manifestas durante o culto (1Co 14).

Dois princípios operam em resposta à pergunta: “Que elementos a igreja pode incorporar corretamente em seu culto de adoração?”. O *princípio regulador* afirma que apenas os elementos que a Bíblia autoriza — por exemplo, ler a Bíblia, orar, cantar louvores — são permitidos. O *princípio normativo* estabelece que a igreja é livre para incorporar qualquer elemento — como a dança litúrgica e a “música especial” (cantada por só um indivíduo, em vez de todos) —, a menos que a Escritura o proíba.

Seja qual for o princípio e a abordagem litúrgica adotados, a igreja se dedica à adoração porque Deus é digno da glória atribuída a ele. Além disso, ele não necessita da adoração da igreja porque lhe falta glória, ou porque precisa ser apaziguado, ou porque a igreja tem de fazer isso para ganhar seu favor. Finalmente, a chave para a adoração autêntica é ser um adorador genuíno, que adora a Deus “em Espírito e em verdade” (Jo 4.21-24).

Durante a maior parte de sua existência, a igreja tem procurado adorar a Deus de maneiras padronizadas. Justino Mártir forneceu um instante de um culto da igreja primitiva: no domingo, os crentes se reuniam para leitura da Escritura (nosso Antigo Testamento) e dos Evangelhos, ensinamentos e exortações pelos líderes, oração congregacional, ceia do Senhor e doações financeiras. Posteriormente, outros elementos foram acrescentados: leitura do restante dos escritos do Novo Testamento, canto dos Salmos e pregação por presbíteros e bispos.

Com o tempo, a missa romana altamente estruturada se tornou o padrão para os cultos da igreja. Desenvolveu-se então a liturgia romano-galicana da qual surgiu a moderna liturgia católica romana. Essas liturgias centravam-se na eucaristia e incluíam momentos de abertura e encerramento formalizados, orações escritas (com estrutura trinitária) e recitação de um credo.

Na Reforma, Martinho Lutero compôs uma liturgia que era conduzida em alemão, e não em latim, e enfatizou a pregação da Palavra de Deus. João Calvino desenvolveu uma liturgia que incluía a confissão pública do pecado, seguida de uma absolvição pastoral (pronunciamento de perdão) e da leitura e exposição das Escrituras.

Novos modelos de culto foram desenvolvidos na era moderna. As igrejas cujo foco era o avivamento orientavam seus cultos dominicais para o evangelismo e a renovação pessoal. Esses cultos geralmente eram concluídos com um convite para que os incrédulos se convertessem a Cristo e para que os crentes se unissem à igreja. Reuniões corporativas, que historicamente se concentravam na adoração a Deus, passaram a se preocupar com a salvação e a santificação dos membros, individualmente. Os avivamentos pentecostais e carismáticos introduziram novos elementos nos cultos de adoração: sensibilidade à direção do Espírito Santo, falar ou cantar em línguas e espontaneidade, em vez de um culto estruturado.

Base bíblica

O Antigo Testamento associa a adoração a Deus à construção de altares pelos patriarcas (Noé, Gn 8.20; Abraão, Gn 12.7,8; 13.4,18; Jacó, Gn 35.1-7), ao encontro do povo errante de Israel com Deus no Tabernáculo (Êxodo, Levítico), à presença do povo estabelecido de Israel no Templo de Salomão (1Rs 5—8) e à presença do povo pós-exílico no Segundo Templo (Esdras, Neemias). O livro de cânticos de louvor dos israelitas era o livro de Salmos, sendo que mais de um terço dos salmos vêm com instruções específicas para seu uso no culto corporativo.

Após o Exílio e o retorno à terra de Israel, os que não viviam perto do templo restaurado adoravam nas sinagogas. Embora os sacrifícios não pudessem ser oferecidos ali, a adoração na sinagoga incluía leitura e instrução nas Escrituras, oração, cânticos e ritos cerimoniais. Na época de Jesus, a adoração na sinagoga era comum em Israel. Aliás, os Evangelhos narram a participação de Jesus em sinagogas (p. ex., Lc 4.16-30).

Lutando contra as ideias erradas de que a adoração devia ocorrer no monte Gerizim (culto samaritano) ou no Templo de Jerusalém (adoração judaica), Jesus revolucionou a noção de culto: “Mas a hora está vindo, e de fato já chegou, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em Espírito e em verdade, pois o Pai está em busca desses para adorá-lo. Deus é Espírito, e os que o adoram devem fazê-lo em Espírito e em verdade” (Jo 4.23,24). O cerne da adoração genuína não é a localização, mas, sim, as próprias pessoas espiritualmente transformadas.

Além dessa promessa, Jesus não forneceu instruções específicas sobre adoração. Cumprindo a promessa de Jesus, a descida do Espírito Santo ao Pentecostes inaugurou uma nova realidade: a adoração na igreja da nova aliança. Os elementos dessa adoração incluíam ensino apostólico, vida comunitária com doações sacrificais, batismo e ceia do Senhor, oração e louvor a Deus (At 2.41-47). Outros elementos eram a leitura pública das Escrituras, exortação e ensino (1Tm 4.13); doações financeiras (2Co 8 e 9); disciplina da igreja (Mt 18.15-20; 1Co 5; 2Co 2.1-11); o uso de dons espirituais para a edificação da igreja (1Co 12—14); e mais (Ef 5.19; Cl 3.16). Esses cultos eram realizados no primeiro dia de cada semana (At 20.7; 1Co 16.2).

Principais erros

1. *O culto de adoração é um ritual mal orientado de que as pessoas participam para apaziguar a Deus e/ou tentar obter o seu favor.* Essa abordagem não discerne a diferença entre religião (a tentativa humana de alcançar Deus) e adoração genuína (reconhecer e aclamar a majestosa grandeza de Deus com todo o nosso ser; Rm 12.1,2).

2. *O culto de adoração é uma missa centrada na reapresentação do sacrifício de Jesus Cristo.* Essa abordagem católica romana da adoração é equivocada por causa de sua concepção errada da ceia do Senhor (a transubstanciação é

contestada no capítulo anterior) e porque a adoração deve ser centrada no evangelho: a palavra sobre Cristo, e não na reapresentação da obra de Cristo.

3. *Elementos novos, sem qualquer fundamento, são incorporados ao culto de adoração.* Historicamente, a igreja tem buscado garantia bíblica para os vários aspectos de sua adoração. Opcionalmente, determinou que os elementos de sua adoração tenham pelo menos alguma semelhança com os padrões bíblicos e não sejam proibidos pela Bíblia. Essas considerações são abandonadas em algumas igrejas contemporâneas à medida que introduzem práticas aleatórias como pintar durante a pregação, espalhar gelo-seco no auditório para criar um ambiente misterioso, manusear cobras venenosas e cair no Espírito.

4. *As chamadas guerras de adoração dividiram a igreja.* Embora a divisão seja muitas vezes sobre o estilo da música, a questão é a quem o culto deve ser dirigido. Muitas igrejas contemporâneas deixaram de dirigir seus cultos a Deus (com benefícios também para as pessoas que cultuam) e passaram a dirigi-los à audiência. Essa postura não percebe qual é o verdadeiro objetivo da adoração.

APLICANDO A DOUTRINA

Individualmente, como cristãos, estamos certos em pensar que qualquer ato feito com fé e obediência, com o objetivo de glorificar a Deus, é um ato de adoração. Quando cumprimos nosso trabalho com dedicação, amamos nosso cônjuge e/ou amigos e ajudamos o próximo, glorificamos a Deus. Também quando lemos a Bíblia, oramos e cantamos canções de louvor e ação de graças durante nossos devocionais, estamos glorificando a Deus. Como membros da igreja, nós corretamente consideramos as várias atividades em que nos envolvemos — ensinar na escola dominical, cantar no coro, orar pelos enfermos e doar financeiramente — como adoração a Deus. E, como verdadeiros adoradores, nos reunimos alegremente com outros adoradores para cantar louvores e agradecer a Deus, ouvir a leitura e a explicação da Bíblia e celebrar a ceia do Senhor. Em outras palavras, nossa vida deve ser caracterizada por um compromisso sincero e constante de reconhecer e aclamar a majestosa grandeza de Deus.

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **Nossa igreja sempre segue uma certa ordem em seu culto de adoração, e isso me parece muito ritualístico.**
- **Por que nossa igreja inclui esses vários aspectos em seu culto de adoração?**
- **Eu não gosto quando**

- cantamos essas músicas
modernas e barulhentas —
eu não sei as letras e o som
machuca meus ouvidos.**
- **Eu não gosto quando
cantamos hinos velhos e
chatos — a música é muito
antiquada e as letras são
difíceis de entender.**
 - **O que Jesus quer dizer
quando fala que adoramos
“em Espírito e em verdade”?**
 - **Já estive em algumas igrejas
católicas e gosto da
amplidão do santuário, da
adoração sombria e do
mistério da missa.**

O que está em jogo nessa doutrina e prática? Não é como se Deus carecesse de glória e, portanto, precisasse de nossa adoração para suprir um déficit. Mas Deus criou tudo para a sua glória. Assim, quando adoramos, cumprimos o propósito para o qual existimos.

ENSINANDO A DOCTRINA

O ensino dessa doutrina torna-se mais concreto por meio da participação em um culto de adoração. Se a aula for dada antes do evento, deve fazer referência ao que vai acontecer, explicando os vários elementos da liturgia (explícitos ou implícitos) e seu propósito. É bom fazer perguntas depois do culto para discutir dúvidas e impressões sobre ele. Essa discussão também é importante se a aula ocorrer depois do evento. Se a participação no culto não for possível, deve-se pedir aos participantes que compartilhem histórias pessoais sobre cultos de adoração.

Um elemento-chave do ensino é demonstrar a base bíblica para os vários elementos litúrgicos (p. ex., pregar, orar, cantar e ofertar). Livros atuais que mostram como as liturgias auxiliam a formação de uma mentalidade centrada no evangelho e a inculcação de virtudes bíblicas podem ser úteis e ajudar a abrir os olhos de alguns.¹ Se possível, convide o pastor responsável pelo ministério de adoração da igreja ou o diretor do departamento de música para interagir com o grupo de estudo.

ESBOÇO DIDÁTICO

2. Participação num culto de adoração e/ou compartilhamento de histórias
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Três sentidos diferentes de adoração
 - B. A ideia de liturgia
 - C. Os elementos da adoração
 - D. Os dois princípios da adoração
 - E. Adoração para a glória de Deus
 - F. Como a igreja adora
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Ver um culto de adoração como um ritual mal orientado, que busca apaziguar a Deus e/ou ganhar seu favor
 - B. Considerar que o objetivo central da missa é a reapresentação do sacrifício de Jesus Cristo
 - C. Acrescentar ao culto de adoração elementos novos, sem qualquer fundamento
 - D. Participar de “guerras de adoração”, causando divisão na igreja
5. Aplicando a doutrina
 - A. Viver a nossa vida com um compromisso sincero e constante de reconhecer e aclamar a majestosa grandeza de Deus
 - B. Adorar a Deus, cumprindo, assim, o propósito da nossa existência

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “liturgy”, “normative principle”, “regulative principle”, “worship”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “worship”, “worship in the church”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “adoração”, “adoração na igreja”.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 18.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 51.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 51.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 15.

¹Veja, e.g., James K. A. Smith, *Desiring the Kingdom: worship, worldview, and cultural formation*, Cultural Liturgies (Grand Rapids: Baker Academic, 2009), vol. 1 [edição em português: *Desejando o reino: culto, cosmovisão e formação cultural*, tradução de A. G. Mendes, Liturgias Culturais (São Paulo: Vida Nova, 2018), vol. 1].

MISSÃO E MINISTÉRIO



RESUMO

A missão e o ministério da igreja consistem em seus propósitos e serviços concretos que têm o evangelho como ponto central.

TEMAS PRINCIPAIS

- A missão e o ministério da igreja são diferentes de sua natureza, seus atributos, suas marcas e seus ofícios.
- No centro dessa missão e ministério está o evangelho.
- A missão da igreja é o conjunto de seus propósitos ou objetivos em relação a Deus, aos seus membros e aos que estão fora da igreja.
- Os ministérios são os serviços concretos que a igreja realiza no cumprimento de seus propósitos.
- Embora haja muita diversidade entre as igrejas em relação aos seus ministérios, os mais comuns incluem adoração, proclamação, evangelismo, discipulado, socorros e engajamento cultural.

PASSAGENS-CHAVE

Mateus 5.13-16; 28.18-20; Lucas 24.44-47; João 4.23,24; 20.19-23; Atos

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Capítulos anteriores abordaram tópicos relacionados ao atual: (1) a natureza da igreja (doxológica, centrada na Palavra, capacitada pelo Espírito, pactual, confessional, missional e “já, mas ainda não”); (2) seus atributos (una, santa, católica e apostólica); (3) as marcas da Reforma (pregação, os sacramentos/ordenanças e [para alguns] disciplina da igreja); e (4) seus cargos (bispado, presbiterato/pastorado e diaconato). Esses assuntos são diferentes de missão e ministério da igreja.

A missão e o ministério da igreja estão centrados no evangelho, as boas-novas de Cristo para a salvação de pessoas pecadoras. É um anúncio duplo: (1) o Filho de Deus encarnou, viveu uma vida sem pecado, sofreu, foi crucificado e sepultado, ressuscitou e ascendeu ao céu. Essa é a realização da salvação. (2) Seres humanos pecadores que ouvem essas boas-novas são exortados a se arrependem de seus pecados e crerem em Cristo. Essa é a apropriação da salvação. Esse evangelho está no centro da igreja.

A missão e o ministério da igreja consistem em seus propósitos e serviços concretos, centrados no evangelho, em relação a três “públicos-alvo”: Deus, os membros da igreja e as pessoas que estão fora da igreja. Refletindo essa orientação tripla, os propósitos da igreja são glorificar a Deus, promover o crescimento de seus membros e engajar-se no cumprimento da Grande Comissão.

A igreja procura glorificar a Deus. Em todos os seus ministérios, a igreja tem o objetivo de difundir a fama de Deus, fazendo com que as pessoas o conheçam, bem como aos seus caminhos. Quando novos cristãos começam a louvá-lo, quando crentes que estão sofrendo lhe dão honra em meio à dor, quando crianças cantam canções que o exaltam, Deus é glorificado. Essa adoração é o que significa “dar glória a Deus”. Esse é um dos propósitos da igreja.

Um segundo propósito é o crescimento da igreja. O objetivo da igreja em relação aos seus membros é transformá-los em discípulos de Cristo totalmente amadurecidos. Mais do que um objetivo limitado ao progresso individual, a ênfase está no crescimento coletivo: em todas as suas relações, em todos os seus ministérios, em todas as suas crenças e práticas, a igreja busca o crescimento de todos juntos, como um único corpo em Cristo.

Desde o princípio, Deus é um Deus missionário, o que se evidencia mais claramente no fato de que o Pai enviou o Filho para realizar a salvação. Ele dá

a Grande Comissão à igreja, seu terceiro propósito: à medida que se estende continuamente para além de seus próprios muros, a igreja tem a responsabilidade de fazer discípulos de Cristo em todos os cantos do globo.

Com esse tríplice propósito em mente, a igreja se envolve no ministério, ou atos concretos de serviço. Os ministérios mais comuns são adoração, proclamação, evangelismo, discipulado, socorros e engajamento cultural.

O culto de adoração é a atividade especial em que os cristãos se envolvem coletivamente no domingo (assunto abordado no capítulo anterior, “Adoração”).

A proclamação da Palavra de Deus, embora faça parte do culto de adoração, não se limita a esse evento. Deus é desde o princípio um Deus que fala, o que significa que seu povo ouve e fala. Especificamente, a Escritura é o meio pelo qual Deus fala à igreja, que é “cheia da Palavra de cima a baixo”.¹ Portanto, pregar e ensinar a Palavra é essencial nos cultos de adoração da igreja, no discipulado, nos cuidados de misericórdia, na educação e tudo mais.

O evangelismo consiste em atrair os incrédulos com o evangelho. Embora o culto de adoração seja primordialmente orientado para a glória de Deus e os pequenos grupos possam ser primordialmente orientados para promover o crescimento de seus membros, a igreja também pode evangelizar os incrédulos por meio desses ministérios. Atividades específicas — evangelismo de porta em porta, estudos bíblicos evangelísticos, conferências apoloéticas sobre tópicos de interesse para os incrédulos — procuram envolver as pessoas que ainda não conhecem a Cristo.

O discipulado é o processo intencional, vitalício e multifacetado de desenvolvimento dos membros da igreja para que se tornem seguidores de Cristo totalmente devotados. Esse propósito abrangente é realizado por meio da adoração, proclamação, batismo, ceia do Senhor e outras atividades associadas ao culto de adoração. Além disso, a igreja oferece pequenos grupos, educação cristã, aconselhamento/cuidado pastoral e muito mais para o discipulado.

O ministério de socorros, ou de misericórdia, é um ministério multifacetado, voltado tanto para os que estão dentro quanto para os que estão fora da igreja. A oração, embora sempre dirigida a Deus, pode se concentrar nas necessidades das pessoas. A igreja ora por seus membros, especificamente por seu progresso na santificação, conhecimento de Deus e seus caminhos, crescimento no amor e muito mais. A igreja ora pelos que estão fora, incluindo autoridades do governo, seus inimigos e os incrédulos. Além disso, a igreja cuida das pessoas, ofertando financeiramente para apoiar seus pastores e ministérios e para ajudar seus membros que estão em necessidade. A igreja também educa seus membros e lhes dá aconselhamento.

Finalmente, o engajamento cultural é o serviço da igreja para o mundo em geral. Aplica-se particularmente na extensão da misericórdia aos pobres e desprivilegiados. Proporciona ajuda concreta por meio de apoio financeiro, clínicas médicas, treinamento profissional, desenvolvimento comunitário e

muito mais. No centro desse engajamento está a postura da igreja, tanto *para* o mundo quanto *contra* ele. É *para* o mundo à medida que capacita seus membros para cumprirem o mandato cultural de construir a sociedade. A igreja posiciona-se *contra* o mundo à medida que denuncia sua cultura de morte e promove vocações que aliviam a miséria, a pobreza, a injustiça, o crime e muito mais.

Base bíblica

O evangelho tem seus precursores no Antigo Testamento. Após a Queda, o próprio Deus prometeu a redenção por intermédio da semente da mulher (Gn 3.15). O cumprimento dessa profecia foi Jesus de Nazaré, que veio “pregando o evangelho de Deus e dizendo: Completou-se o tempo, e o reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no evangelho” (Mc 1.14,15). Ele começou a construir sua igreja-em-missão, que seria centrada no evangelho.

O primeiro propósito da igreja é glorificar a Deus. Todas as coisas devem ser orientadas para a glória de Deus, e isso inclui a igreja: “A ele seja a glória na igreja e em Cristo Jesus, por todas as gerações” (Ef 3.21). O segundo propósito é resumido pela perspectiva de Paulo sobre o crescimento da igreja “até que todos cheguemos à unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus, ao estado de homem maduro, à medida da estatura da plenitude de Cristo” (Ef 4.13-16). O terceiro propósito, a Grande Comissão, foi estabelecido por Jesus na ordem que deu a seus discípulos: “Portanto, ide, fazei discípulos de todas as nações” (Mt 28.18-20).

A base bíblica dos ministérios da igreja é extensa. Jesus destacou o tipo de adoradores que Deus procura (Jo 4.23,24), e Lucas fornece um retrato da adoração da primeira igreja (At 2.42-47).

A proclamação da Palavra foi a marca registrada dos profetas do Antigo Testamento, que anunciavam: “Assim diz o SENHOR” (p. ex., Is 66.1). Jesus proclamou o evangelho, assim como seus discípulos (At 2.14-41; 3.11-26; 4.5-12; 5.27-42 etc.). A fé em Cristo é suscitada pela pregação da “palavra de Cristo” (Rm 10.14-17), um ministério contínuo que é ordenado à igreja (2Tm 4.2-4).

O evangelismo faz parte da Grande Comissão, discutida acima. Deus confiou à igreja “o ministério da reconciliação; ou seja, Deus estava em Cristo reconciliando consigo mesmo o mundo, não levando em conta as transgressões dos homens”. Especificamente, esse ministério é “a mensagem [lit., *palavra*] da reconciliação” anunciada pelos “embaixadores de Cristo”, por meio dos quais Deus faz seu apelo (2Co 5.18-20). Isso leva ao discipulado, que também faz parte da Grande Comissão. A igreja proclama a Cristo, “aconselhando e ensinando todo homem com toda a sabedoria, para que apresentemos a todos maduros em Cristo” (Cl 1.28).

O ministério de ajuda se fundamenta na descrição de Deus no Antigo Testamento como “pai de órfãos e juiz de viúvas” (Sl 68.5; cf. Dt 10.18). Grande parte do ministério de Jesus foi dirigido aos pobres e marginalizados

(Mt 9.10-13), o que lhe rendeu a reputação de ser “amigo de publicanos e pecadores” (Mt 11.19). Tiago insiste: “A religião pura e imaculada diante do nosso Deus e Pai é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas aflições” (Tg 1.27).

Os atos concretos de socorro incluem orar pelos membros da igreja (Ef 1.16-19; 3.14-19; Fp 1.9-11; Cl 1.9-14; Tg 5.13-15), líderes do governo (1Tm 2.1,2) e inimigos (Lc 6.28). Ofertar financeiramente (2Co 8 e 9) é outro ministério de misericórdia, especificamente para dar sustento aos pastores da igreja (1Co 9.6-18; Gl 6.6; 1Tm 5.17,18) e ajudar os membros necessitados, em particular as viúvas (1Tm 5.3-16).

A posição da igreja *para o mundo* e *contra* ele está fundamentada no fato de cada um de seus membros ter sido chamado para fazer “o bem a todos” (Gl 6.9,10) e amar “o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22.39). Como “o sal da terra” e “a luz do mundo”, a igreja não se encolhe de medo e se esconde nas sombras, mas obedece ao seu Senhor: “Que brilhe vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem vosso Pai, que está no céu” (Mt 5.13-16). Assim, a missão da igreja, que começa com glória, termina com glória.

Principais erros

1. *A igreja definir sua missão e seu ministério por meio de algo diferente da Escritura (p. ex., envolvimento político, preocupação com a relevância, números e dinheiro).* Essa substituição ilegítima das prioridades e diretrizes bíblicas geralmente reflete a rendição de uma igreja às pressões culturais contemporâneas, um desejo impróprio de ter a aprovação da sociedade, a perda do evangelho ou uma confusão a respeito do que ele significa e outras coisas mais.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Se a nossa igreja tem uma declaração de missão, ela se parece muito com um negócio.**
- **Por que nossa igreja está envolvida em vários ministérios?**
- **Eu não vejo nenhum objetivo no nosso ministério de abençoar os animais (ou algum outro).**
- **Acho que nossa igreja deveria se dedicar ao ministério de**

**socorrer os órfãos e as
viúvas (ou algum outro).**

- **Toda essa conversa sobre
ministério de misericórdia e
engajamento cultural soa
como o evangelho social e
ameaça substituir o
evangelismo.**

2. A igreja reduzir sua missão e seu ministério a apenas alguns desses propósitos e serviços. Esse reducionismo ilegítimo geralmente reflete os dons e pontos fortes de um pastor/líder independente. Esse tipo de decisão também é incentivado pelo movimento de simplificação da igreja segundo a filosofia empresarial contemporânea.

APLICANDO A DOUTRINA

A igreja não é como outras comunidades humanas. Não é um clube (como um dos grupos escoteiros), uma rede social (como o Facebook), uma associação (como a AARP [Associação Americana de Aposentados, na sigla em inglês]), uma liga (como a de futebol) nem uma organização política (como um partido político). Nada disso; ela é o corpo de Cristo, uma comunidade de fé centrada no evangelho e que tem missão e ministério designados por Deus. Nós não inventamos a missão da igreja. Não nos envolvemos em serviços concretos que copiam os da sociedade que nos cerca. Embora possa haver sobreposição, a igreja se envolve missionalmente tendo outros propósitos em vista. Diante das muitas pressões para se conformar e parecer relevante para o mundo, a igreja faz bem em viver sua missão e seu ministério com base nas Escrituras.

ENSINANDO A DOUTRINA

Se os participantes estiverem servindo na igreja, o ensino sobre missão e ministério deve envolver, em algum momento, os testemunhos deles sobre seus próprios ministérios. Histórias sobre a graça de Deus manifestada no ensino da Bíblia, na conversão de alguém a Cristo, no discipulado de um novo convertido, na oração por perseguidores da igreja, na misericórdia demonstrada a um sem-teto, por exemplo, tornarão este tópico mais concreto e farão com que todos deem graças a Deus.

É comum que não se preste muita atenção na missão e no ministério da igreja. Este tópico oferece uma oportunidade para uma nova avaliação dos propósitos da igreja. Quais são eles? Como eles estão sendo cumpridos? Precisam de esclarecimento? E quanto aos serviços concretos: Quais são seus ministérios? Que propósito estão cumprindo? Precisam de fortalecimento? Os participantes gostarão de fazer sua avaliação da igreja, mas cuide para que as críticas sejam construtivas, e não simples palavras de condenação.

A igreja muitas vezes tem dificuldade de formular e comunicar sua missão. Talvez não saiba qual é sua missão ou nunca a tenha escrito. Por isso, um bom exercício é pedir aos participantes que redijam uma declaração de quais deveriam ser os propósitos da igreja. Se a igreja tiver uma declaração de missão, peça aos participantes que observem como os vários ministérios se conectam a um ou mais de seus propósitos. E o que acontece se um determinado ministério não estiver relacionado a nenhum propósito da igreja? Uma discussão sobre o que fazer com os ministérios tangenciais pode requerer mudanças necessárias. E se a igreja não tiver um ministério que seja necessário para o cumprimento de seus propósitos? Nesse caso, também, a discussão pode levar alguns participantes a iniciar o ministério que está faltando.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Testemunhos sobre a graça de Deus expressa por meio de ministérios dos participantes
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A centralidade do evangelho
 - B. A missão tríplice da igreja
 - C. Os ministérios da igreja
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Definir a missão e o ministério da igreja por meio de alguma coisa diferente da Escritura
 - B. Reduzir a missão e o ministério da igreja a apenas alguns poucos propósitos e serviços
5. Aplicando a doutrina
 - A. Respeitar a igreja como o corpo de Cristo, uma comunidade de fé diferente de quaisquer outras comunidades humanas
 - B. Viver na prática o ministério e a missão da igreja, de acordo com a Escritura

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “disciple/discipleship”, “evangelism”, “gospel”, “Great Commission”, “ministry”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “Great Commission”, “ministry”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “Grande Comissão”, “ministério”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 50.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 50.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 18.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 48.

_____. *Teologia sistemática*. cap.48.

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 17.

_____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 24.

¹Michael Horton, *People and place: a covenant ecclesiology* (Louisville: Westminster John Knox, 2008), p. 44.



A MORTE E O ESTADO INTERMEDIÁRIO



RESUMO

A morte, que é um castigo pelo pecado, é a cessação do funcionamento do corpo e sua separação temporária da alma. A morte não é o fim de toda a existência, pois a pessoa sem corpo físico continua a existir no estado intermediário até a ressurreição.

TEMAS PRINCIPAIS

- A morte é a cessação do funcionamento do elemento material de uma pessoa (corpo).
- É também a separação temporária do aspecto material (corpo) e do aspecto imaterial (alma/espírito).
- A morte é um castigo pelo pecado.
- O estado intermediário é a condição em que as pessoas se encontram entre a morte e a ressurreição.
- Ao morrerem, os cristãos entram imediatamente na presença de Cristo no céu, e lá existem como crentes sem corpo físico.
- Ao morrerem, os não cristãos mergulham imediatamente no tormento do inferno

e ali existem como incrédulos sem corpo físico.

- Tanto os crentes desencarnados quanto os incrédulos desencarnados aguardam a ressurreição de seus corpos.

PASSAGENS-CHAVE

Gênesis 3.19; Salmos 90; Eclesiastes 3.1,2; 7.2,4; 9.2,3; Lucas 16.19-31; Romanos 6.23; 1Coríntios 15.21,22; 2Coríntios 5.1-9; Filipenses 1.23; Hebreus 12.23; Apocalipse 20

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

A escatologia pessoal trata dos tópicos da morte e do estado intermediário, ou da existência humana entre o fim da vida terrena corpórea e a ressurreição do corpo. É o futuro de todos os seres humanos, pois a morte é uma das grandes inevitabilidades da existência humana.

O pano de fundo dessas doutrinas é a composição dos seres humanos. A natureza humana é uma essência complexa que consiste na união de um aspecto material (corpo) e um aspecto imaterial (alma/espírito). A existência humana terrena, que começa na concepção, apresenta uma união inextricável dos elementos materiais e imateriais: uma unidade corpo-alma.

A morte põe fim à existência terrena e inicia um novo estágio de existência chamado estado intermediário. A morte traz duas mudanças: primeiro, a cessação do funcionamento do aspecto material (corpo) de uma pessoa. Ao perder a batalha contra o câncer ou sofrer um acidente de carro fatal, por exemplo, o funcionamento fisiológico de uma pessoa cessa, e seu corpo morre. Em segundo lugar, a morte é a separação temporária entre o elemento material e o elemento imaterial. A unidade corpo-alma é quebrada por um tempo. O corpo sem vida é descartado e os dois elementos são separados.

A morte é uma penalidade pelo pecado. Deus, que criou as pessoas à sua imagem, como seres complexos, castiga-as por sua pecaminosidade. Uma parte dessa punição é a dissolução da existência humana do modo que foi divinamente projetada. O estado de existência sem corpo físico é anormal, não é o estado habitual de como as coisas deveriam ser.

Portanto, o estado intermediário é a condição das pessoas entre a morte e a ressurreição. As pessoas continuam a existir como seres incorpóreos, o que é irregular. Ao morrerem, os cristãos entram imediatamente na presença de Cristo, no céu, e lá existem como crentes desencarnados. Já os não cristãos mergulham imediatamente no tormento do inferno e ali existem como incrédulos desencarnados.

Tanto os crentes incorpóreos quanto os incrédulos incorpóreos aguardam a ressurreição de seus corpos. Consequentemente, o estado intermediário começa na morte e termina na ressurreição. O estado intermediário distingue-se do estado final, que é o novo céu e a nova terra.

Base bíblica

A morte é mencionada pela primeira vez nas Escrituras como uma ameaça divina de punição pela desobediência. Deus advertiu Adão, que foi formado “do pó da terra” (Gn 2.7): “Da árvore do conhecimento do bem e do mal tu não comerás, pois no dia em que dela comeres certamente morrerás” (Gn 2.17). Depois que Adão e Eva violaram essa proibição, Deus anunciou sua punição: “Tu és pó, e ao pó tornarás” (Gn 3.19). A vida, que era a existência do pó e vinha do pó, chegaria ao fim; voltaria ao pó. A morte física é a cessação do funcionamento fisiológico do corpo.

A morte, portanto, é uma penalidade pelo pecado (Rm 6.23). É uma das inevitabilidades da existência humana: há “tempo de nascer e tempo de morrer” (Ec 3.1,2). Aliás, “está ordenado ao homem morrer uma só vez, vindo depois o juízo” (Hb 9.27). Além disso, há uma ligação inseparável entre a morte de todas as pessoas e a morte de Adão (Rm 5.12-21; 1Co 15.21,22).

A morte é o fim de todos os seres humanos: “Tu retornas o homem ao pó. [...] Os anos da nossa vida são setenta, ou, havendo força, oitenta; [...] logo se vão, e nós voamos” (Sl 90.3,10). Refletir sobre a morte sem introspecção mórbida dá sabedoria para viver (Ec 7.2,4).

A morte também envolve a separação temporária entre o elemento material (corpo) e o imaterial (alma/espírito). Os dois, antes unidos inseparavelmente, são desconectados. A Bíblia faz uma distinção entre ambos (corpo e alma, Mt 10.28; corpo e espírito, Tg 2.26). Paulo descreve uma pessoa falecida no estado intermediário como alguém que está “despido” (2Co 5.3,4), isto é, sem seu corpo terreno (“a tenda que é nossa casa terrena”, v. 1) e vivendo na expectativa de receber seu corpo glorificado e ressuscitado (“não [...] despidos, mas, sim, revestidos, absorvidos pela vida”, v. 4). Paulo estremece, horrorizado, ao descrever essa realidade, ressaltando o quanto é estranho o estado intermediário.

Embora tanto os crentes quanto os incrédulos morram (Ec 9.2,3), seus destinos como pessoas desencarnadas são muito diferentes. Ao morrerem, os cristãos entram imediatamente na presença de Cristo no céu. Estão “longe do corpo e em casa com o Senhor” (2Co 5.8). Essa existência celestial é “muitíssimo melhor” do que a existência terrena (Fp 1.23). Embora seja uma existência incorpórea e, portanto, não seja uma salvação completa, é uma realidade na qual os “espíritos dos justos [foram] aperfeiçoados” (Hb 12.23).

Ao morrerem, os incrédulos imediatamente mergulham em agonia no inferno (Lc 16.19-31). A Bíblia retrata de forma assustadora o sofrimento deles, com expressões como “choro e ranger de dentes” (Mt 8.12; 25.30), afirmando que “a fumaça do seu tormento sobe para todo o sempre; e não têm

repouso, nem de dia nem de noite” (Ap 14.11).

Como esse estado incorpóreo é anormal, tanto os crentes quanto os incrédulos no estado intermediário aguardam a ressurreição de seus corpos. O amilenarismo e o pós-milenarismo sustentam que a ressurreição dos dois grupos acontece no juízo final, que ocorre na volta de Cristo (Apocalipse 20 fala de eventos que ocorrem na volta de Cristo). O pré-milenarismo sustenta que a ressurreição dos crentes ocorre quando Cristo retorna. Desse modo, os crentes recebem seus corpos ressurretos e reinam com Cristo por todo o milênio. A ressurreição dos incrédulos, no entanto, aguarda o juízo final de Cristo, que ocorre após o milênio (Ap 20.1-6 fala de eventos que ocorrem na volta de Cristo, enquanto 20.7-15 fala de eventos após o milênio).

Principais erros

1. *Ver a morte como algo natural e positivo que devemos receber de bom grado.* Esse ponto de vista não entende que a morte não é o que deveria acontecer com os seres humanos, porque ela é uma penalidade pelo pecado. É um inimigo que rouba a vida.

2. *Sono da alma.* Os adventistas do sétimo dia e as Testemunhas de Jeová acreditam que as pessoas existem em uma condição inconsciente no estado intermediário. O suposto apoio bíblico a essa ideia inclui as descrições bíblicas da morte como “sono” (1Rs 2.10; Jo 11.11; At 7.60; 13.36; 1Ts 4.13), que é caracterizado pela ausência de memória, louvor e esperança (Sl 6.5; 115.17; Is 38.18). Esse ponto de vista não entende que a Escritura usa o “sono” como um eufemismo para a própria morte. Não é uma descrição do que acontece depois da morte. Além disso, a apresentação bíblica da inatividade após a morte refere-se à condição das pessoas no *sheol*, parte da escatologia do Antigo Testamento que foi esclarecida na revelação posterior do Novo Testamento. Finalmente, essa posição não consegue explicar as passagens bíblicas que mostram os crentes na presença de Cristo após a morte.

3. *Purgatório.* Segundo o catolicismo romano, o purgatório é o estado temporário de purificação dos católicos fiéis que não foram totalmente obedientes durante sua existência terrena. Levando a mancha do pecado, esses fiéis sofrem uma punição temporária, no purgatório, pelo pecado. Quando a purificação estiver concluída, eles irão para o céu. O apoio-chave é o texto de 2Macabeus 12.38-45, que não é considerado canônico pelos protestantes. O apoio bíblico inclui a afirmação descritiva de Paulo: “Se a obra de alguém se queimar, este sofrerá perda, embora seja salvo, mas somente como alguém que passa pelo fogo” (1Co 3.15). No entanto, Paulo não está descrevendo o purgatório, mas o julgamento final dos crentes em relação ao seu trabalho deficiente na igreja. Finalmente, as palavras de Jesus são invocadas: “se alguém falar contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem neste mundo, nem no vindouro” (Mt 12.32). A (má) interpretação é que, enquanto a blasfêmia contra o Espírito nunca pode ser perdoada, outros pecados, se não forem perdoados nesta era, podem ser perdoados na era vindoura. Mas Jesus está

ênfatizando a imperdoável seriedade da blasfêmia contra o Espírito sem que isso implique coisa alguma em relação a outros pecados menos graves.

4. *A negação da existência após a morte.* A neurofisiologia está produzindo evidências de que a existência humana é completamente física. Racionalidade, livre-arbítrio, consciência moral e fé estão intimamente ligadas a processos neurológicos. Essas evidências de uma realidade unicamente material para a existência humana põe em dúvida o que acontece após a morte, ou a cessação do funcionamento do corpo. Essas teorias enfrentam importantes desafios, tais como explicar a consciência humana e a noção universal de vida após a morte. Além disso, a apresentação da Escritura sobre o estado intermediário contradiz diretamente essa tese.

APLICANDO A DOCTRINA

A Escritura nos incentiva a aprender a viver indo “à casa do luto” (Ec 7.2,4) —, isto é, contemplando a inevitabilidade da morte. Embora devamos evitar a introspecção mórbida, uma consideração ponderada de nossa mortalidade pode nos ajudar a quebrar os padrões destrutivos de excesso de trabalho, prioridades equivocadas e negligência em relação à família e aos amigos.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Meu pai morreu no ano passado — onde ele está agora?**
- **As pessoas que estão no céu podem nos ver e nos ajudar?**
- **Na igreja católica de uma amiga minha, o padre celebra uma missa uma vez por ano pela mãe dela, que morreu alguns anos atrás.**
- **Como podemos adorar a Deus e ter comunhão com outros crentes no céu sem o nosso corpo?**

Ao contrário das discussões contemporâneas sobre “morte com dignidade”, um entendimento bíblico nos ajuda a compreender que a morte não é um amigo, mas, sim, um inimigo. Não é uma parte natural da vida, mas uma penalidade pelo pecado. Não devemos ansiar pela morte, antecipando-a com entusiasmo. Nunca devemos menosprezar a tragédia, o horror e o mal da morte. Antes, como crentes, ansiamos por nosso retorno misericordioso, nosso “lucro” de estar “com Cristo” (Fp 1.21, 23), que nos espera no estado

intermediário. Assim, enfrentamos nossa própria morte e a morte de outros cristãos com esperança e alegria, sem medo. Essa esperança não é incompatível com as lágrimas e a tristeza do luto.

Já a morte dos incrédulos é um assunto diferente. Nosso pesar não é misturado com alegria, pois sabemos o horror de seu estado intermediário. Se a morte iminente deles provocou uma reflexão séria sobre o evangelho, podemos esperar que eles tenham se arrependido de seus pecados e finalmente tenham crido em Cristo. Ainda assim, devemos evitar oferecer uma falsa garantia de salvação.

ENSINANDO A DOCTRINA

A morte não é um assunto agradável de se discutir. Desde o início, esteja ciente de que alguns participantes ficarão incomodados ou até entristecidos com essa lição. Dê atenção aos que acham esse tema difícil. Lembre aos participantes que Cristo vencerá a morte como o último inimigo (1Co 15.50-57).

Um resultado positivo dessa doutrina é contemplar a morte com o objetivo de obter sabedoria para viver. Pergunte aos participantes se eles tiveram uma experiência de “quase morte”. Pergunte-lhes como esse contato com a morte afetou sua vida e enfatize para todos o benefício de pensar sobre a inevitabilidade de nossa morte.

Participantes de formação católica farão perguntas sobre o purgatório. Depois de mostrar que não existe base bíblica para essa crença, enfatize que o poderoso trabalho de justificação de Deus elimina a necessidade do purgatório. Deus declarou que nós não somos culpados, mas justos; então, não precisamos passar por punição temporária e purificação pelos nossos pecados.

Evite especular sobre o estado intermediário. Diante da limitada revelação bíblica sobre esse assunto, admitir que simplesmente não sabemos os detalhes é dizer a verdade e evita especulações perigosas. Fique atento aos participantes que trazem descrições do céu publicadas em livros modernos por pessoas que afirmam ter morrido, passado pela existência celestial e depois voltado a esta vida. Muitas dessas descrições contradizem as Escrituras.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Compartilhar experiências de “quase morte” e as lições aprendidas
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A morte como cessação do funcionamento fisiológico
 - B. A morte como separação dos aspectos material e imaterial
 - C. A morte como castigo pelo pecado
 - D. O estado intermediário para crentes e incrédulos

- E. A ressurreição como o fim do estado intermediário
4. Principais erros a serem evitados
- A. Ver a morte como algo natural, algo positivo que devemos receber de bom grado
 - B. Crer no sono da alma
 - C. Crer no purgatório
 - D. Negar a existência após a morte
5. Aplicando a doutrina
- A. Contemplar a inevitabilidade da morte
 - B. Reagir à ideia de nossa própria morte e à morte de outros cristãos
 - C. Reagir à morte de incrédulos

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “death”, “intermediate state”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “death”, “intermediate state”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “morte”, “estado intermediário”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 55.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 55.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 21.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 41.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 41.

HORTON. *Pilgrim theology*. p. 422-5.

A VOLTA DE JESUS CRISTO



RESUMO

A volta de Jesus Cristo é a sua vinda futura, ou segunda vinda à terra, para trazer plenitude de salvação aos seus discípulos.

TEMAS PRINCIPAIS

- Na primeira vinda, Jesus Cristo lidou com o pecado.
- Na sua segunda vinda, Cristo trará a salvação final.
- Cristo voltará pessoalmente, em forma corpórea, de modo repentino e triunfante.
- Embora Deus tenha determinado o momento da segunda vinda, os seres humanos não podem descobrir quando será.
- Um debate-chave é se a segunda vinda será precedida pelo arrebatamento da igreja antes da grande tribulação.
- Outro debate diz respeito à conexão entre a volta de Cristo e o milênio (tratado no próximo capítulo, “O milênio”).

Mateus 24; Marcos 13; Lucas 21; Atos 1.9-11; 1Coríntios 1.7; 1Tessalonicenses 3.13; 4.13-18; 2Tessalonicenses 1.6,7; 2.8; 1Timóteo 6.14; 2Timóteo 4.8; Tito 2.13; Hebreus 9.28; 1Pedro 4.13

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

Na sua primeira vinda, o Filho de Deus deixou o reino de glória e encarnou como Jesus Cristo. Em seu estado de humilhação, ele se submeteu à lei, passou por provas e tentações, suportou o sofrimento, foi crucificado e sepultado. Em seu estado de exaltação, foi ressuscitado dos mortos, subiu ao céu e sentou-se à direita de Deus Pai. O propósito máximo dessa primeira vinda era realizar a salvação.

Em sua segunda vinda, que ocorrerá em algum momento no futuro, o Deus-homem retornará à terra em glorioso triunfo, não para lidar com o pecado, mas para salvar totalmente todos aqueles que creem nele. Essa volta será pessoal: o próprio Cristo — não sua influência, ou seu ensino, ou sua presença intermediada pelo Espírito — virá à terra. Ele voltará fisicamente, do mesmo modo que deixou esta terra quando subiu ao céu. Sua volta será repentina, pegando de surpresa os incrédulos, que não estão esperando sua segunda vinda. Cristo retornará triunfantemente, com glória e poder.

Como parte do plano eterno de Deus, o retorno de Cristo está determinado e independe de fatores externos. Deus certamente fará com que se cumpra. Embora seja conhecido por Deus, o momento da segunda vinda não pode ser conhecido pelos seres humanos.

A relação entre a segunda vinda, o arrebatamento da igreja e a grande tribulação é alvo de permanente debate. O arrebatamento (lat., *rapere*, “pegar”) é o ato de retirar a igreja da terra que precede a volta de Cristo. A grande tribulação é o período de intenso sofrimento, de caráter global, associado à volta de Cristo.

O dispensacionalismo defende que o arrebatamento ocorrerá antes do período de sete anos da tribulação. O propósito desse evento é remover a igreja e levá-la para o céu, para que seja poupada do mal e da punição da grande tribulação. As posições não dispensacionalistas sustentam que a igreja continuará na terra e enfrentará, pelo menos em parte, o sofrimento e a perseguição da grande tribulação. O arrebatamento ocorrerá imediatamente antes da volta de Cristo, para que a igreja suba ao encontro de Cristo enquanto ele desce do céu na sua segunda vinda.¹

Quanto ao debate sobre a relação da volta de Cristo com o milênio, as diferentes posições serão apresentadas no próximo capítulo, “O milênio”.

Base bíblica

A Escritura apresenta a volta de Cristo de várias maneiras. Como a *parousia*, é a sua vinda ou chegada (1Ts 3.13; 4.15; 2Ts 2.8). Como um *apocalipse*, é a revelação de Cristo (1Co 1.7; 2Ts 1.6,7; 1Pe 4.13). Como uma *epifania*, é a sua segunda manifestação (1Tm 6.14; 2Tm 4.8; Tt 2.13). O contraste entre a sua primeira vinda e a segunda é gritante: “Cristo, oferecendo-se uma só vez para levar os pecados de muitos, aparecerá a segunda vez, não para lidar com o pecado, mas para salvar os que anseiam por ele” (Hb 9.28). O que Cristo iniciou nessa primeira aparição — a realização da salvação — será completado em sua segunda aparição, com a plenitude da salvação para seus discípulos. Consequentemente, estamos “aguardando nossa bendita esperança, o aparecimento da glória do nosso grande Deus e Salvador, Cristo Jesus” (Tt 2.13).

Jesus profetizou seu retorno. Na véspera de sua crucificação, ele falou sobre sua partida iminente: “E se eu for e vos preparar lugar, virei outra vez e vos levarei para mim, para que onde eu estiver estejais vós também” (Jo 14.3). Em seu julgamento, Jesus advertiu: “de agora em diante vereis o Filho do homem assentado à direita do Poderoso, vindo sobre as nuvens do céu” (Mt 26.63,64). Quarenta dias depois de sua ressurreição, “enquanto os discípulos olhavam, ele foi levado às alturas, e uma nuvem o encobriu de seus olhos”. Então, dois anjos prometeram: “Esse Jesus, que vos foi levado ao céu, virá do mesmo modo como o vistes partir” (At 1.9,11).

O propósito de sua “longa jornada” longe da terra está de acordo com o plano divino. Na hora certa, Deus certamente enviará “o Cristo que vos foi designado, Jesus, que o céu deve receber até o tempo” da restauração (At 3.20,21). Essa restauração inclui conceder alívio aos seguidores de Cristo atribulados (2Ts 1.7), livrá-los “da ira vindoura” (1Ts 1.10), dar-lhes corpos ressurretos (Fp 3.21), conferir aos crentes “a coroa da justiça” (2Tm 4.8) e conformá-los completamente à sua imagem (Rm 8.29) “em glória” (Cl 3.4).

Paulo fornece uma descrição vívida do retorno de Cristo: “Nós, que estamos vivos, deixados até a vinda do Senhor, não precederemos os que dormiram. Pois o próprio Senhor descenderá do céu com brado de comando, com voz de arcanjo e som da trombeta de Deus. E os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os que estivermos vivos, que fomos deixados, seremos arrebatados junto com eles nas nuvens para encontrar o Senhor nos ares, e assim estaremos para sempre com o Senhor” (1Ts 4.15-17).

Desse modo, a segunda vinda será um retorno pessoal, pois “o próprio Senhor descenderá do céu” (1Ts 4.16). Será um retorno físico: assim como ascendeu fisicamente, Cristo “virá do mesmo modo” (At 1.11). O retorno de Cristo será repentino, pois “o dia do Senhor virá como o ladrão de noite” (1Ts 5.2,3). E será triunfante: “o próprio Senhor descenderá do céu com brado de comando, com voz de arcanjo e som da trombeta de Deus” (1Ts 4.16) e “com poder e grande glória” (Mt 24.30).

O dispensacionalismo não interpreta a passagem acima como uma

descrição da segunda vinda de Cristo, mas como uma representação do arrebatamento da igreja antes da grande tribulação. No início desse período de sete anos, Cristo “descerá do céu”, e os cristãos que vivem na terra serão “arrebatados [lat., *rapere*] junto com eles [crentes mortos, que estão no céu] nas nuvens para encontrar o Senhor nos ares” (1Ts 4.16,17). Assim, o arrebatamento é o evento em que os cristãos serão “reunidos” com Cristo nos ares e o acompanharão de volta ao céu. Essa fuga da tribulação divina foi prometida à igreja (1Ts 1.10; 5.9; Ap 3.10).

As posições não dispensacionistas interpretam essa passagem como uma descrição da segunda vinda. O arrebatamento ocorrerá imediatamente antes da volta de Cristo, e seu propósito é levar a igreja para encontrar-se com Cristo enquanto ele desce do céu em seu retorno à terra.

Principais erros

1. *Negar a volta pessoal e física de Cristo.* O liberalismo tende a afirmar algum tipo de retorno, mas entende que é uma extensão gradual do ensinamento e/ou da influência moral de Cristo no mundo. Essa visão despreza as descrições bíblicas da segunda vinda.

2. *Qualquer tentativa de declarar ou profetizar a data exata da volta de Cristo.* Esse erro surge raramente, mas, quando surge, causa muitos estragos na igreja. Harold Camping estabeleceu 21 de maio de 2011 como a data do arrebatamento, e 21 de outubro de 2011 como o fim do mundo. Esse tipo de previsão contradiz claramente a própria Bíblia, que afirma que os seres humanos não podem saber quando Cristo voltará.

3. *Especulação desenfreada sobre o que acontecerá no arrebatamento.* Dado o pouco que a Bíblia revela sobre a natureza desse evento, é sempre perigoso se envolver em especulação e depois apresentar essa adivinhação como verdade bíblica. Isso engana alguns, assusta outros e ainda incentiva a propagação do erro.

APLICANDO A DOUTRINA

Essa doutrina deve motivar a igreja a buscar mais maturidade e se envolver mais em missões. Por exemplo, Paulo aborda o caráter repentino da volta de Cristo — “o dia do Senhor virá como o ladrão de noite” — e a destruição que se abaterá sobre os que estão “nas trevas”. Imediatamente, ele acalma nossos temores, lembrando-nos: “porque todos sois filhos da luz, filhos do dia. Não somos da noite nem das trevas. Portanto, não durmamos como os demais, mas estejamos atentos e sejamos sóbrios”. Como somos sóbrios filhos do dia, devemos vestir “a armadura da fé e do amor, tendo por capacete a esperança da salvação” (1Ts 5.2-8). A expectativa da segunda vinda nos leva a viver as virtudes da fé, da esperança e do amor.

- **Quando você acha que Cristo vai voltar?**
- **Se a Bíblia diz que não podemos saber a hora da volta de Cristo, por que as pessoas ainda fazem previsões?**
- **Quais são as semelhanças e as diferenças entre a primeira e a segunda vinda de Cristo?**
- **Se Cristo voltará para um local específico na Terra — Jerusalém —, como será possível que todo o mundo veja seu retorno?**
- **Já li muitos livros sobre a segunda vinda e, francamente, estou farto desse assunto.**
- **Já li muitos livros sobre a segunda vinda e me sinto tão animado que mal posso esperar que isso aconteça.**
- **Como a esperança da volta de Cristo afeta nossa vida e nossa igreja agora?**

Além disso, devemos trabalhar arduamente agora, servindo ao Senhor que está para vir: “Desde agora a coroa da justiça me está reservada, a qual o Senhor, o justo juiz, me dará naquele dia, e não somente a mim, mas a todos os que amam a sua vinda” (2Tm 4.8). Assim, “todos os que amam a sua [primeira] vinda” devem aguardar avidamente a sua segunda vinda, na expectativa de que o seu trabalho no Senhor e para o Senhor será ricamente recompensado (Gl 6.9). Também aguardamos pacientemente a volta de Cristo, seja qual for o dia em que irá ocorrer, sabendo que: “O Senhor não retarda a sua promessa, ainda que alguns a considerem demorada, mas é paciente convosco e não quer que ninguém pereça, mas que todos venham a se arrepender” (2Pe 3.9). Vamos aproveitar a “demora” desse evento, usando-a para comunicar o evangelho de modo que outros sejam salvos.

ENSINANDO A DOUTRINA

Para alguns, o ensino sobre a volta de Jesus Cristo evoca imagens de profetas

com os olhos arregalados e prognosticadores loucos que previram sua segunda vinda, mas estavam errados e trouxeram desgraça à igreja. Para outros, livros como *The late great planet Earth 2* e a série *Left behind 3* alimentaram uma expectativa ansiosa da segunda vinda ou, pelo menos, do arrebatamento da igreja. Portanto, a apresentação dessa doutrina oferece alguns desafios interessantes.

Antes de mais nada, é preciso pensar com clareza e (re)examinar cuidadosamente o ensino bíblico sobre esse tópico. Há muitos pontos de concordância que podem ser extraídos do material bíblico para formar um consenso geral: Jesus Cristo voltará, em um tempo que só Deus conhece, de uma maneira pessoal, corpórea, súbita e triunfantemente gloriosa, trazendo grandes bênçãos para os cristãos. A igreja aceita e se alegra com essas crenças comuns.

Em segundo lugar, as diferenças devem ser discutidas de forma justa e concisa. Para evitar a tendência à especulação sobre essa doutrina, o ensino deve se concentrar nos textos bíblicos e dar um exemplo de prudência e humildade apropriadas diante desse assunto. O propósito dessa doutrina é motivar a igreja a buscar mais maturidade e se envolver mais em missões. Portanto, certifique-se de que o material seja apresentado e estruturado tendo em mente esse objetivo principal.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Avaliar como os participantes reagem a essa doutrina
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Comparação entre a primeira e a segunda vindas de Cristo
 - B. A natureza da volta de Cristo: pessoal, corpórea, repentina e triunfante
 - C. As bênçãos da segunda vinda para os cristãos
 - D. A questão do arrebatamento — antes ou depois da tribulação?
 - E. De que modo os cristãos devem viver à luz da esperança da segunda vinda
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Negar a volta pessoal e física de Cristo
 - B. Tentar determinar ou profetizar a data exata da volta de Cristo
 - C. Envolver-se em especulação desenfreada sobre o que vai acontecer no arrebatamento
5. Aplicando a doutrina
 - A. Aguardar com expectativa a volta de Cristo, de uma forma que motive a igreja a buscar mais maturidade e e se envolver mais em missões
 - B. Trabalhar com dedicação agora, servindo ao Senhor que voltará
 - C. Aproveitar a “demora” desse evento, usando-a para comunicar o evangelho de modo que outros sejam salvos

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “great tribulation”, “rapture”, “second coming”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “rapture of the church”, “second coming of Christ”, “tribulation”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “arrebatamento da igreja”, “segunda vinda de Cristo”, “tribulação”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 56.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 56.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 22.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 54.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 54.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 18.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 28.
- THOENNES. *Life’s biggest questions*. cap. 16.

¹Os que não são dispensacionalistas raramente chamam esse acontecimento de “arrebatamento”, para distanciar sua posição da noção de “arrebatamento secreto” do dispensacionalismo.

²Edição em português: Hal Lindsey; C. C. Carlton, *A agonia do grande planeta Terra*, tradução de David A. de Mendonça (São Paulo: Mundo Cristão, 1991).

³Edição em português: LaHaye, Tim; Jenkins, Jerry B., *Deixados para trás*, tradução de Maria Emília de Oliveira (Campinas: United, 2009).

O MILÊNIO



RESUMO

O milênio pode ser outro nome para a atual era da igreja ou um período futuro relacionado com a segunda vinda de Jesus Cristo.

TEMAS PRINCIPAIS

- “Milênio” vem do latim mille, “mil”, e annum, “ano”.
- O “milênio” é expresso como “mil anos” em Apocalipse 20.1-6.
- A natureza do milênio e sua relação com a volta de Cristo e a tribulação são objeto de controvérsia. Existem quatro concepções principais.
- O amilenarismo identifica o milênio com a atual era da igreja.
- O pós-milenarismo considera o milênio uma era de ouro, após a qual Cristo retornará.
- O pré-milenarismo histórico situa a volta de Cristo antes do milênio, que é um reinado de Cristo na terra durante mil anos. Além disso, a volta de Cristo ocorre após a grande tribulação.
- O pré-milenarismo pré-tribulacionista ou dispensacionalista situa a volta de Cristo antes do milênio como um

reinado de Cristo na terra durante mil anos. Além disso, o arrebatamento da igreja ocorre antes da grande tribulação.

PASSAGEM-CHAVE

Apocalipse 20

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

Em relação à escatologia, ou doutrina das últimas coisas, a igreja, historicamente, concorda sobre a volta de Cristo, a ressurreição, o juízo final, a vida eterna para os justos e a morte eterna para os injustos, e o novo céu e a nova terra. No entanto, as divergências surgem quando se trata da relação entre a volta de Cristo e dois outros temas escatológicos: a grande tribulação e o milênio.

A palavra “milênio” vem do latim *mille*, “mil”, e *annum*, “ano”; portanto, literalmente, *mil anos*. É mencionada em Apocalipse 20.1-6 (grifo do autor):

Então eu vi um anjo descer do céu com a chave do abismo sem fim e uma grande corrente na mão. Ele prendeu o dragão, a antiga serpente, que é o Diabo e Satanás, e o amarrou por *mil anos*. Lançou-o no abismo, fechou-o e pôs um selo sobre ele, para que não enganasse mais as nações até que os *mil anos* se findassem. Depois disso, é necessário que seja solto por um pequeno período.

Então, vi tronos, e assentados estavam aqueles a quem foi dado o poder de julgar. Também vi as almas dos que foram degolados por causa do testemunho de Jesus e da palavra de Deus, e os que não adoraram a Besta nem a sua imagem, nem receberam o sinal da Besta na testa nem nas mãos. Eles reviveram e reinaram com Cristo durante *mil anos*. O restante dos mortos não reviveu até que se completassem os *mil anos*. Essa é a primeira ressurreição. Bem-aventurado e santo é o que participa da primeira ressurreição! A segunda morte não tem poder sobre eles, mas serão sacerdotes de Deus e de Cristo, reinando com ele durante os *mil anos*.

A volta de Cristo foi o tópico do último capítulo. A grande tribulação é o período global de intenso sofrimento associado à volta de Cristo. Portanto, essa doutrina diz respeito à natureza do milênio e sua relação com a volta de Cristo e a grande tribulação. Existem quatro concepções principais.

O *amilenarismo* é a posição de que não existe (por isso, *a-*) milênio, ou

seja, nenhum período futuro de mil anos em que Cristo reinará na terra. Em vez disso, essa posição identifica o milênio com a atual era da igreja. No final desta era atual, Cristo voltará e derrotará Satanás, dando início ao juízo final, à ressurreição e ao novo céu e nova terra.

O *pós-milenarismo* é a tese de que a volta de Cristo ocorrerá depois (por isso, *pós-*) do milênio, que será uma era de paz e prosperidade na terra. O impacto do evangelho será poderoso e muito extenso, com grande parte da população mundial tornando-se cristã. Como resultado, o mundo será cristianizado ou dominado por princípios cristãos. Embora não seja um período literal de mil anos, o milênio será uma era de retidão, harmonia e progresso. Depois disso, Cristo voltará, executará o juízo final e a ressurreição e estabelecerá o novo céu e a nova terra.

O *pré-milenarismo histórico* é a posição de que a volta de Cristo ocorrerá antes (por isso, *pré-*) do milênio, que é um reino (literal) de mil anos de Cristo na terra. Antes da volta de Cristo, a grande tribulação ocorrerá na terra, sendo que a igreja experimentará, pelo menos em parte, esse período de sete anos de intenso sofrimento. Assim, a volta de Cristo ocorrerá *depois* da tribulação (*pós-tribulacional*) e *antes* do milênio (*pré-milenar*).

O *pré-milenarismo pré-tribulacionista* ou *dispensacionalista* é a posição de que a volta de Cristo ocorrerá antes (por isso, *pré-*) do milênio, que é um reinado (literal) de mil anos de Cristo na terra. Antes da volta de Cristo, acontecerá a grande tribulação na terra, mas Cristo arrebatará ou removerá a igreja para que não passe por esse período de sete anos de intenso sofrimento. Assim, o arrebatamento acontecerá *antes* da tribulação (*pré-tribulacional*), e a volta de Cristo será *antes* do milênio (*pré-milenar*). Por causa de sua associação com o dispensacionalismo, essa posição também é chamada de *pré-milenarismo dispensacionalista*.

Base bíblica

Cada uma dessas quatro posições interpreta a passagem de Apocalipse 20.1-6 de forma diferente e, portanto, usa essa passagem como suporte. O *amilenarismo* adota uma abordagem não literal: o agrilhoamento de Satanás é a atual restrição que Deus lhe impõe, permitindo que o evangelho progrida em todos os lugares. Os santos que governam são cristãos que morreram e agora estão com Cristo no céu. Sua primeira ressurreição é uma realidade espiritual (eles se tornam cristãos), enquanto a segunda ressurreição será uma realidade física. No final desta era atual, Cristo derrotará um Satanás que foi solto. Portanto, o milênio é a atual era da igreja.

O *pós-milenarismo* também interpreta Apocalipse 20.1-6 de forma não literal. O milênio não é a atual era da igreja, nem é um período futuro em que Cristo reinará na terra. Em vez disso, será uma época de ouro que emerge do período atual, à medida que o evangelho exerce seu poderoso impacto. O agrilhoamento de Satanás abre caminho para a expansão do evangelho em todo o mundo. Várias parábolas de Jesus retratam o desenvolvimento gradual

do reino de Deus: ele é como um grão de mostarda, “a menor das sementes”, que, à medida que cresce, “torna-se uma árvore, de modo que as aves do céu vêm e se aninham nos seus ramos” (Mt 13.31,32). Semelhantemente, ele é como o “fermento que uma mulher tomou e escondeu em três medidas de farinha, até ficar tudo fermentado” (Mt 13.33). Essas parábolas enfatizam o crescimento gradual do evangelho até causar impacto no mundo inteiro. Assim, o milênio é essa futura era de paz e prosperidade, após a qual Cristo retornará.

As duas versões de *pré-milenarismo* interpretam Apocalipse 20.1-6 literalmente. O milênio será precedido pela grande tribulação, que começará com o aparecimento da “abominação assoladora”, também chamada de “o homem da iniquidade” (Mt 24.15; 2Ts 2.3,4), que causará devastação. Esse período de assolação sem precedentes, que parece se estender por sete anos (Dn 9.27), será marcado por um ataque satânico nunca antes visto, maldade humana sem paralelo e furiosa ira divina (Ap 6—19). Depois que essa grande tribulação castigar a terra, Cristo voltará para governar (enquanto Satanás ficará amarrado) por mil anos. Ao final desse tempo, Satanás será solto e depois derrotado em seu esforço fútil de se opor a Cristo (Ap 20).

As duas versões de *pré-milenarismo* diferem em um ponto-chave: o *pré-milenarismo histórico* acredita que a igreja passará pela grande tribulação, sofrendo seus horrores pelo menos em parte. Esse sofrimento está de acordo com o esperado sofrimento da igreja (Fp 1.29; At 14.22; 1Ts 3.3,4; 2Tm 3.12). O *pré-milenarismo pré-tribulacionista* sustenta que a igreja será removida da terra antes do início da grande tribulação. Descreve-se essa remoção como um “arrebatamento” dos cristãos, que são levados com Cristo nos ares e o acompanham de volta ao céu (1Ts 4.13-18). Essa fuga da tribulação divina foi prometida à igreja, que Jesus “livra da ira vindoura” (1Ts 1.10; 5.9). Aliás, a igreja será guardada “da hora da provação que virá sobre o mundo inteiro, para pôr à prova os que habitam sobre a terra” (Ap 3.10). Como o alvo são os incrédulos, não há propósito para a tribulação em relação à igreja, que, por isso, escapa do tormento.

O *pré-milenarismo* frequentemente recorre ao apoio de outras passagens bíblicas. Por exemplo, a profecia de Isaías sobre “novos céus e nova terra” contém expressões que não se enquadram facilmente em um estado eterno: “Não mais haverá [em Jerusalém] criança que viva poucos dias, nem velho que não complete os seus, pois o jovem morrerá aos cem anos e aos cem anos será amaldiçoado o pecador” (Is 65.17,20). O *pré-milenarismo* interpreta essa descrição como uma referência ao reinado de Cristo na terra por mil anos, em que ainda existe a morte. Além disso, essa corrente de pensamento acredita que as promessas divinas de uma futura restauração do povo de Israel na Terra Prometida serão cumpridas nesse período milenar. E será durante esse tempo que a promessa que Cristo fez aos discípulos ao instituir a ceia do Senhor — “Mas digo-vos que desde agora não mais berei deste fruto da videira até aquele dia em que berei o vinho novo convosco, no reino de meu Pai” —

será cumprida (Mt 26.29).

Principais erros

1. *Falar de forma dogmática, aparentando saber muito sobre a natureza do milênio.* Por exemplo, na igreja primitiva, alguns líderes escreveram descrições elaboradas do milênio, que eram apenas fruto de suas mentes férteis. A ênfase especulativa na produtividade opulenta dessa existência terrena estragou a pregação de outros líderes no pré-milenarismo. Eles tiveram dificuldade em conciliar essas bênçãos materiais com o foco do Novo Testamento nas bênçãos espirituais. Essas ideias fantasiosas se esquecem de que a Bíblia fala muito pouco sobre o assunto, e a especulação não ajuda em nada.

2. *Uma confiança exagerada na capacidade de penetração do evangelho a ponto de achar que o mundo todo será cristianizado.* Essa posição não reconhece o fato de que o pecado humano sistêmico, assim como a maldade satânica, estão completamente entranhados e arraigados no mundo. Além disso, beira uma escatologia super-realizada, que está em desacordo com a cosmovisão bíblica.

APLICANDO A DOUTRINA

De uma perspectiva amilenarista, a volta de Cristo dará início ao juízo final, à ressurreição, ao novo céu e à nova terra. Isso estimula a esperança na segunda vinda como o próximo evento divino cataclísmico, que marcará o ponto de transição entre a presente era e o estado eterno.

Do ponto de vista *pós-milenarista*, o evangelho é um tipo de fermento que, de forma lenta mas segura, penetra na raça humana e nesta existência terrena. Essa presença crescente do reino de Cristo estimula a esperança em uma futura idade dourada de paz e progresso humano. Depois dela, vêm a esperança do juízo final, a ressurreição e o novo céu e a nova terra.

De uma perspectiva pré-milenarista, a volta de Cristo dará início ao seu reinado milenar terrestre. Ele governará como um rei benevolente, demonstrando retidão, bondade e justiça de forma pública e poderosa. Em seguida, vêm a esperança do juízo final, da ressurreição, do novo céu e da nova terra.

Todas essas posições dão motivos para se ter esperança na futura ação de Deus em benefício de seu povo e de sua criação.

ENSINANDO A DOUTRINA

A escatologia fascina muitas pessoas, e o debate sobre o milênio gera um alto grau de interesse por essa doutrina. É muito fácil perder de vista os pontos em comum entre os vários lados do debate. Portanto, um bom ponto de partida é recordar os participantes dos conceitos que nos unem: a volta de Cristo, a ressurreição, o juízo final, a vida eterna para os justos e a morte eterna para os injustos, o novo céu e a nova terra.

- **Nossa igreja é amilenarista, pós-milenarista, pré-milenarista histórica, ou pré-milenarista pré-tribulacionista, e por quê?**
- **Por que há necessidade de um reinado milenar de Cristo na terra?**
- **Em que nossa igreja acredita quanto ao futuro de Israel?**

Após essa apresentação, as quatro posições devem ser estabelecidas de forma justa e concisa. Diagramas que simplesmente apresentam as quatro concepções lado a lado podem ser muito úteis para destacar as diferenças. Certifique-se de explicar a concepção de milênio de sua igreja. Se ela não tem posição firmada, incentive os participantes a explicarem suas próprias posições, sempre respeitando as dos outros. Como todos os pontos de vista usam Apocalipse 20 como texto-base, analise essa passagem cuidadosamente. Observar suas diferentes interpretações segundo as quatro posições ressaltará o fato de que todas elas buscam ser biblicamente bem fundamentadas.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. *Mille annum*, Apocalipse 20.1-6 e resumo
2. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. O amilenarismo
 - B. O pós-milenarismo
 - C. O pré-milenarismo histórico
 - D. O pré-milenarismo pré-tribulacionista ou dispensacionalista
3. Principais erros a serem evitados
 - A. Fingir saber muita coisa acerca da natureza do milênio
 - B. Nutrir uma confiança exagerada na capacidade de penetração do evangelho a ponto de achar que o mundo todo será cristianizado
4. Aplicando a doutrina
 - A. Optar por uma das concepções do milênio
 - B. Ter esperança na futura ação de Deus em benefício de seu povo e de sua criação

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “amillennialism”, “dispensational premillennialism”, “great tribulation”, “historic premillennialism”, “postmillennialism”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “millennium, views of the”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “milênio, conceitos do”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 57.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 57.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 22.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 55.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 55.

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 18.

_____. *Dourinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 28.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 16.

A RESSURREIÇÃO



RESUMO

Ressurreição é levantar-se novamente, com novo corpo, depois da morte. A ressurreição dos crentes é sua glorificação, o último poderoso ato final de Deus que compõe a sua salvação.

TEMAS PRINCIPAIS

- Como o poderoso ato final da salvação, a ressurreição corporal dos crentes completa a obra divina de redenção e é a glorificação deles.
- A glorificação ocorrerá quando Cristo voltar.
- Ela envolve tanto a nova corporificação dos crentes falecidos, que estão no céu, quanto a mudança de estado corpóreo dos crentes vivos na terra.
- Os corpos da ressurreição serão imperecíveis, gloriosos, poderosos e espirituais.
- Os incrédulos também experimentarão a ressurreição corpórea.

PASSAGENS-CHAVE

Jó 19.26; Isaías 26.19; Daniel 12.1,2; João 11.1-44; Romanos 8.23; 1Coríntios 15; 2Coríntios 5.1-9; Filipenses 3.20,21;

ENTENDENDO A DOCTRINA

Afirmações principais

Após os poderosos atos divinos de união com Cristo, regeneração, justificação, adoção, batismo com o Espírito Santo, santificação e perseverança, o ato salvífico final é a glorificação. Ela completa as obras divinas precedentes e se refere particularmente à ressurreição dos corpos dos crentes.

A glorificação ocorrerá na volta de Cristo e será: (1) a nova corporificação dos crentes que morreram e estão no céu sem seus corpos; e (2) a transformação instantânea dos corpos dos crentes na terra. No primeiro caso, os corpos serão ressuscitados e transformados: serão novamente, e para sempre, corpóreos. No segundo caso, os corpos atuais serão imediatamente transformados. Não terão que morrer, mas experimentarão uma transformação em seu estado corpóreo, do corpo terreno para o corpo glorificado.

Nos dois casos, os corpos ressurretos serão diferentes dos corpos terrestres. Os corpos em sua existência terrena são perecíveis (suscetíveis ao desgaste e à doença), vergonhosos (por isso são cobertos por roupas), fracos (impotentes) e naturais (dominados pela pecaminosidade). Os corpos em seu estado de ressurreição serão imperecíveis (nunca se desgastam nem adoecem), gloriosos (belos, talvez radiantes), poderosos (não sobre-humanos, mas com força total) e espirituais (dominados pelo Espírito Santo).

O corpo ressurreto de Jesus Cristo é o protótipo dos corpos ressurretos dos crentes. Assim como o corpo dele está em seu estado ressuscitado e ascendido, assim serão os corpos dos crentes. Eles viverão para sempre como pessoas gloriosamente corpóreas, totalmente conformes à imagem de Cristo, no novo céu e na nova terra.

Os incrédulos também experimentarão a ressurreição de seus corpos. Quanto à época em que isso acontecerá, o amilenarismo e o pós-milenarismo relacionam o fato com a volta de Cristo, o juízo final e a inauguração do novo céu e da nova terra. Isto é, tanto os crentes como os incrédulos experimentarão a ressurreição corpórea ao mesmo tempo. O pré-milenarismo afirma que, na segunda vinda de Cristo, os crentes receberão seus corpos ressurretos e se unirão a ele durante seu reinado terreno de mil anos. Somente no término do milênio, os incrédulos terão sua ressurreição corpórea.

Base bíblica

Sementes da esperança de uma ressurreição corpórea são encontradas no Antigo Testamento. Jó manifestou sua esperança: “Depois de destruída minha pele, em minha carne verei a Deus” (Jó 19.26). Com grande expectativa, Isaías

exclamou: “Os teus mortos viverão; seus corpos ressuscitarão. Vós que habitais no pó, despertai e cantai de alegria! O teu orvalho é orvalho de luz, e a terra dará à luz os mortos” (Is 26.19; cf. Dn 12.2).

Jesus continuou e intensificou essa esperança de ressurreição. Quando Lázaro morreu, e Marta expressou confiança de “que ele ressuscitará na ressurreição, no último dia”, Jesus referiu-se a si mesmo, prometendo: “Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, mesmo que morra, viverá, e todo aquele que vive e crê em mim jamais morrerá” (Jo 11.23-26). De fato, foi com o propósito de garantir a ressurreição que Jesus veio em sua missão salvadora: “Pois esta é a vontade de meu Pai, que todo aquele que contempla o Filho e nele crê tenha a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia” (Jo 6.38-40).

Para cumprir essa missão, Jesus primeiro teve que morrer e ser ressuscitado dos mortos. Ele previu tanto a sua crucificação como a sua ressurreição (Mt 16.21). Assim, Jesus é “o primogênito dentre os mortos” (Cl 1.18; Ap 1.5), o protótipo de seus seguidores: “Cristo ressuscitou dentre os mortos, o primeiro entre os que dormiram. Porque, assim como a morte veio por um homem, também por um homem veio a ressurreição dos mortos” (1Co 15.20,21).

Essa esperança na ressurreição tornou-se um ponto importante da mensagem dos apóstolos, ilustrada por Paulo: “Até aqui continuo testemunhando [...] que o Cristo deveria sofrer e que, sendo o primeiro a ressuscitar dentre dos mortos, anunciaria luz a nosso povo e também aos gentios” (At 26.22,23). Aliás, o evangelho resumido é: “Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras, foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras” (1Co 15.3,4).

Os crentes receberam a promessa e, assim, aguardam a glorificação de sua pessoa como um todo, quando Cristo voltar. Como diz João: “Sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele, pois o veremos como ele é” (1Jo 3.2). A progressão na salvação durante esta vida prepara os crentes para serem “puros e irrepreensíveis até o dia de Cristo, cheios do fruto de justiça” (Fp 1.10, 11), “santos, inculpáveis e irrepreensíveis diante dele” (Cl 1.22), e “irrepreensíveis no dia de nosso Senhor Jesus Cristo” (1Co 1.8). Essa glorificação é a conclusão de sua salvação, o clímax de todos os atos poderosos de Deus que a antecederam e previram.

É importante notar que essa perfeição inclui a integridade física também. Os crentes aguardam o retorno de Cristo, “que transformará nosso humilde corpo para ser semelhante a seu corpo glorioso, pelo poder que o capacita a sujeitar a si todas as coisas” (Fp 3.21). Esse corpo ressurreto contrasta de forma notável com o atual corpo terreno: “Semeia-se um corpo perecível e ressuscita imperecível; semeia-se em desonra e ressuscita em glória; semeia-se em fraqueza e ressuscita em poder. Semeia-se um corpo natural e ressuscita um corpo espiritual” (1Co 15.42-44). Desejando ardentemente a gloriosa conclusão da salvação dos crentes, nós “gememos em nosso íntimo, aguardando ansiosamente nossa adoção, a redenção do nosso corpo” (Rm 8.23). A plenitude da salvação inclui claramente a ressurreição corpórea.

Na volta de Cristo, haverá crentes sem corpo físico no céu com ele e crentes com corpo físico na terra. Os mortos serão ressuscitados primeiro, recebendo seus corpos ressurretos (1Ts 4.15-17). A eles se seguirão os crentes que estiverem vivos na terra, os quais não morrerão, mas terão seus corpos atuais revestidos com os corpos ressurretos (2Co 5.1-5).

Quanto à ressurreição dos incrédulos, o amilenarismo e o pós-milenarismo apontam passagens bíblicas que afirmam a ressurreição. Abordando o castigo eterno, o Antigo Testamento apresenta uma divisão entre aqueles que, na ressurreição, receberão a “vida eterna” e os que terão “vergonha e desprezo eterno” (Dn 12.2). Embora os dois grupos tenham destinos diferentes, eles experimentarão a ressurreição corpórea ao mesmo tempo. Da mesma forma, Jesus prometeu um evento vindouro em que “todos os que estão nos sepulcros ouvirão a sua [de Jesus] voz e sairão; os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida, e os que tiverem feito o mal, para a ressurreição da condenação” (Jo 5.28,29; cf. At 24.15).

O pré-milenarismo separa a ressurreição dos crentes, que ocorrerá na volta de Cristo, e a ressurreição dos incrédulos, que ocorrerá no final do milênio. Essa posição apela para a distinção entre dois grupos em Apocalipse 20: “Eles [os seguidores de Cristo] reviveram e reinaram com Cristo durante *mil anos*. Mas os outros mortos não reviveram até que se completassem os *mil anos*. Esta é a primeira ressurreição. Bem-aventurado e santo é o que participa da primeira ressurreição!” (v. 4-6). Assim, a primeira ressurreição é a dos crentes na volta de Cristo, que lhes dá um novo corpo para sua existência milenar. A segunda ressurreição é a dos “outros mortos”, ou incrédulos, que ocorrerá no final do milênio.

Principais erros

1. *Assim como a ressurreição de Cristo foi rejeitada, a ressurreição dos crentes foi descartada como mítica e fisicamente impossível.* Essa posição está ligada à negação da existência de milagres, considerados impossíveis por violarem as leis físicas. Também está associada a uma concepção de salvação que é de natureza puramente espiritual, e não diz respeito ao corpo. Assim, a salvação final ocorre na morte, quando a alma deixa o corpo, e a vida eterna não tem nenhum componente físico.

2. *A ressurreição física e a nova corporificação dos crentes tem sido rejeitada com base na crença de que a existência humana é apenas física.* Essa ideia cada vez mais comum é alimentada pela neurociência. Sua identificação da vida humana com o corpo humano significa que, quando o organismo físico — o corpo — deixa de funcionar, a existência humana termina. Segundo esse ponto de vista, não há existência incorpórea de crentes no céu após a morte, e não pode haver. Essa posição contradiz a doutrina bíblica e tradicional do estado intermediário, bem como a doutrina da ressurreição.

APLICANDO A DOUTRINA

Ter sempre em mente a volta de Cristo, a conclusão da nossa salvação com a glorificação e a nossa ressurreição corpórea tem implicações na maneira pela qual vivemos nossa existência terrena como crentes. Como João explica: “Amados, somos filhos de Deus agora, e o que seremos ainda não se manifestou; mas sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele, pois o veremos como ele é. E todo o que tem nele essa esperança purifica a si mesmo, assim como ele é puro” (1Jo 3.2,3). Como discípulos de Cristo, em cuja imagem um dia seremos plenamente transformados, agora nos esforçamos para sermos íntegros, justos, santos, inculpáveis e irrepreensíveis. Felizmente, não temos que confiar em nós mesmos para a santificação contínua. Vamos nos valer, portanto, dos recursos que Deus provê para nosso amadurecimento: a Palavra de Deus, o Espírito de Deus, a comunhão com os irmãos, as disciplinas espirituais e muito mais. E que a esperança de nossa glorificação nos leve a viver à luz de nossa existência eterna.

ENSINANDO A DOUTRINA

Depois de abordar as muitas obras divinas da salvação — união com Cristo, regeneração, justificação, adoção, batismo com o Espírito Santo, santificação e perseverança —, um bom ponto de partida para ensinar essa doutrina é perguntar: “Para onde estão levando todos esses poderosos atos salvíficos?”. Isto é, a aplicação da salvação tem um propósito, visa a um objetivo final, que é a glorificação com a ressurreição corpórea.

Como existe muita confusão a respeito desse tópico, um esclarecimento importante a ser feito é que a suprema esperança da salvação não é que os crentes morram e vivam para sempre com Cristo no céu como almas incorpóreas. Ao contrário, a suprema esperança é a ressurreição física, a nova corporificação dos crentes, que então viverão eternamente no novo céu e na nova terra (um futuro físico).

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Como Deus realizará a ressurreição dos crentes?**
- **Como exatamente serão nossos corpos ressurretos?**
- **Se não somos nada mais que nosso corpo, quando ele deixar de funcionar, a morte significa o fim de nossa existência, de modo que não pode haver vida além desta.**

- **Eu sempre ouvi dizer que
nossa maior esperança é
morrer para que nossa alma
possa estar com Jesus para
sempre no céu.**

Como a única fonte autorizada de conhecimento verdadeiro sobre a glorificação é a revelação divina, o ensino dessa doutrina deve se concentrar nos textos bíblicos e fornecer um exemplo de prudência e humildade adequadas a esse assunto. As pessoas podem se perguntar: “Como Deus realizará a ressurreição dos crentes? E como exatamente serão nossos corpos ressurretos?”. Porém, não há respostas definitivas para perguntas como essas, nem pode haver, exceto o que a Escritura apresenta. Portanto, não se deixe levar por especulações.

Ao mesmo tempo, imaginar o corpo ressurreto pode ser muito bom para os participantes que sofrem com problemas físicos debilitantes e/ou que têm familiares e amigos com essas deficiências. Os que hoje convivem com dor crônica, fadiga debilitante, defeitos físicos ou amputações, e muito mais, podem imaginar um dia vindouro quando Cristo fará novas todas as coisas e lhes dará um novo corpo totalmente perfeito, livre de todo sofrimento.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Para onde estão levando todos os poderosos atos salvíficos de Deus?
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Glorificação: o ato final da salvação
 - B. A esperança da ressurreição
 - C. Jesus como o primeiro a ser ressuscitado e o protótipo da ressurreição dos crentes
 - D. A natureza do corpo ressurreto
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Considerar a ressurreição dos crentes como algo mítico e fisicamente impossível
 - B. Rejeitar a ressurreição física e a nova corporificação dos crentes, acreditando que a existência humana é apenas física
5. Aplicando a doutrina
 - A. Esforçar-se agora para ser inculpável, justo, santo, sem mácula e irrepreensível, mantendo a esperança na futura ressurreição e na existência eterna
 - B. Confiar nos recursos divinos para progredir em maturidade

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “glorification”, “resurrection of people”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “glorification”, “resurrection of the Dead”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “glorificação”, “ressurreição dos mortos”.
- ERICKSON. *Christian theology*. p. 924-9.
- _____. *Teologia sistemática*.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 21.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 42.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 42.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 14.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: um teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 21.
- THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 16.

O JUÍZO FINAL



RESUMO

O juízo final é o futuro veredito público e universal proferido por Cristo, no qual ele avaliará todos os seres humanos e angélicos.

TEMAS PRINCIPAIS

- Esse é o evento culminante chamado “o julgamento do grande trono branco”.
- Ao contrário do julgamento pessoal, que ocorre na morte, o juízo final será um veredito público e abrangerá o mundo inteiro.
- Enquanto alguns situam esse julgamento na volta de Cristo, outros acreditam que ocorrerá no final do milênio.
- O próprio Cristo executará o julgamento, mas seus seguidores também participarão.
- Todos os seres humanos serão julgados.
- Graus de recompensas diferentes serão concedidos aos crentes, e graus de punição diferentes serão dados aos incrédulos.
- Os seres angelicais serão julgados.
- Cristo será justo e imparcial em seu julgamento.

- A sentença será final e eterna.

PASSAGENS-CHAVE

Mateus 25.31-46; João 5.19-29; Atos 10.42; 17.30,31; Romanos 2.1-11; 1Coríntios 3.10-15; 6.1-8; 2Coríntios 5.10; 2Timóteo 4.1; 1Pedro 4.5; Apocalipse 20

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

O juízo final, ou julgamento do grande trono branco (Ap 20.11-15), é o futuro veredito público e universal proferido por Cristo, no qual ele julgará todos os seres humanos e seres angélicos. Todos os seres humanos são julgados quando morrem, mas esse julgamento é pessoal, não público. Ele determina seu destino temporário como pessoas incorpóreas, sendo que os crentes vão para o céu, para estarem com Cristo, e os incrédulos vão para o tormento no inferno. O juízo final, por sua vez, será um evento público em que Cristo julgará todos os seres humanos e seres angelicais e os enviará para o seu destino final e eterno.

O amilenarismo e o pós-milenarismo sustentam que o julgamento do grande trono branco ocorrerá na segunda vinda de Cristo. As duas correntes do pré-milenarismo (histórico e dispensacionalista/pré-tribulacionista) sustentam que esse julgamento ocorrerá no final do milênio. Depois que Satanás fizer seu último esforço desesperado e for definitivamente derrotado, Cristo executará o julgamento final.

No julgamento do grande trono branco, o juiz será o próprio Cristo. Essa é a prerrogativa que lhe foi outorgada por Deus Pai. De alguma forma, Cristo vai envolver seus seguidores nesse julgamento final, uma tarefa para a qual eles serão competentes.

Todos os seres humanos serão julgados e Cristo emitirá duas sentenças: os justos receberão a justiça divina remunerativa — serão recompensados com a vida eterna e receberão graus de recompensas de acordo com suas obras. Os injustos experimentarão a justiça divina retributiva — serão sentenciados a punição consciente e eterna e a graus de castigo de acordo com suas obras.

Os seres angelicais serão julgados, e os seguidores de Cristo estarão envolvidos nessa avaliação. Esse julgamento pode abranger tanto os anjos bons, para recompensá-los pelo seu serviço, quanto os anjos maus ou demônios, para puni-los por sua maldade. Ou talvez seja dirigido apenas aos anjos maus.

Cristo, o juiz, será justo, imparcial e equânime. Ele não mostrará favoritismo em seu julgamento, nem será enganado por aparência ou desempenho, de modo a avaliar erroneamente. Além disso, seu julgamento

tem autoridade total e será final e eterno. Sua sentença permanecerá para sempre e se manifestará no estado final.

Base bíblica

O Antigo Testamento introduz a realidade do juízo final, muitas vezes associado ao “dia do SENHOR” (Jl 2.1,11,31; Sf 1.14). Envolve tanto a destruição divina (Is 13.6,9; Ez 30.3; Jl 1.15; 2.31) como a vingança divina (Jr 46.10; Ob 15). Apesar do tema da destruição, uma certa porção de esperança também está associada aos “últimos dias” (Is 2.20; 9.1; Jr 48.47; 49.39).

O Novo Testamento dá continuidade ao tema. Com a primeira vinda de Cristo, os “últimos dias” começaram (Hb 1.1,2). A descida do Espírito Santo no Pentecostes iniciou esse período (At 2.17-21; citando Jl 2.28-32) extremamente conturbado (1Tm 4.1; 2Tm 3.1). Ainda assim, o dia do Senhor se refere ao futuro, tanto em relação à salvação (1Co 5.5) quanto em relação à destruição (1Ts 5.1-11; 2Ts 2.1-12). O julgamento com respeito à salvação e à destruição pertence a Jesus Cristo. Embora Deus Pai seja o juiz, ele delegou autoridade ao Filho para executar o julgamento (Jo 5.22,27). Aliás, o Senhor “determinou um dia em que julgará o mundo com justiça, por meio do homem que estabeleceu” (At 17.31).

Tanto crentes quanto incrédulos experimentam alguma medida de juízo divino durante sua vida terrena. Quando os crentes são justificados, Deus os declara “não culpados”, “justos”. Ele profere um veredito antecipado, antes do julgamento final (Rm 3.21—4.25). Portanto, os crentes nunca enfrentarão condenação (Rm 8.1).

Os incrédulos, porém, estão em apuros. Eles já vivem sob uma sentença divina de condenação (Jo 3.18). Às vezes, têm uma amostra antecipada da destruição que os aguarda nos sofrimentos e nas dores que suportam. Contudo, mesmo quando têm uma vida fácil, a advertência de Paulo continua válida: “Mas por causa de teu coração duro e impenitente, acumulas ira sobre ti no dia da ira, quando o justo julgamento de Deus será revelado” (Rm 2.5). Um julgamento furioso chegará no dia do Senhor.

Como evento culminante, o dia do Senhor tem seu ápice no julgamento do grande trono branco de Cristo:

Então vi um grande trono branco e o que estava assentado sobre ele. De sua presença a terra e o céu fugiram, e não foi achado lugar para eles. Vi os mortos, grandes e pequenos, em pé diante do trono, e abriram-se livros. Então, abriu-se outro livro, o livro da vida. E os mortos foram julgados pelas coisas que estavam escritas nos livros, segundo as suas obras. O mar entregou os mortos que nele havia, e a morte e o além entregaram também os mortos que neles havia, e foram julgados, cada um segundo as suas obras. A morte e o inferno foram jogados no lago de fogo. Esta é a segunda morte, o lago de fogo. E todo aquele que não se achou inscrito no

livro da vida foi jogado no lago de fogo. (Ap 20.11-15)

O próprio Cristo é aquele que “foi constituído juiz dos vivos e dos mortos” (At 10.42; veja tb. 2Tm 4.1). Ele julgará todos os seres humanos e “retribuirá a cada um segundo suas obras” (Rm 2.6-8). O julgamento de Cristo será aplicado aos vivos e aos mortos, a crentes e a incrédulos.

No caso dos crentes, o veredito divino de justificação já foi apresentado. O crente herda a vida eterna e “não vai a julgamento” (Jo 5.24). Como parte da justiça remunerativa divina, os crentes serão recompensados em diferentes graus (2Co 5.10). Boas obras feitas para a glória de Deus e por amor a ele e a outras pessoas serão ricamente recompensadas. As más obras feitas na carne e para a autopromoção resultarão em uma diminuição da recompensa (1Co 3.12-15).

No caso dos incrédulos, sua falta de fé em Cristo leva à condenação (Jo 3.36). Serão sentenciados a uma punição consciente e eterna. Como parte da justiça divina retributiva, experimentarão graus de castigo de acordo com suas obras, “uma condenação muito maior” (Lc 20.47) para alguns incrédulos e um dia de juízo “mais tolerável” para outros (Mt 11.22,24).

Cristo também julgará os seres angélicos. Certamente, Cristo julgará Satanás e os demônios no “juízo do grande dia” (Jd 6; veja tb. 2Pe 2.4). Ele talvez julgue também os anjos bons (supondo que “anjos”, em 1Co 6.3, refira-se a anjos maus e bons). De alguma forma, os seguidores de Cristo se unirão a ele nesse julgamento final: “os santos julgarão o mundo” e irão “julgar os anjos” (1Co 6.1-8).

Quanto ao tempo desse evento, o amilenarismo e o pós-milenarismo sustentam que o julgamento do grande trono branco ocorrerá na segunda vinda de Cristo. O apoio bíblico está vinculado à interpretação do milênio (Ap 20.1-6) como a atual era da igreja ou uma era de ouro que surgirá durante a era atual. Depois dessa era, Cristo virá novamente, derrotará Satanás e executará o juízo final (Ap 20.7-15).

O pré-milenarismo sustenta que esse juízo final ocorrerá no final do milênio. O argumento depende da interpretação do milênio (Ap 20.1-6) como um período futuro de mil anos. Cristo virá novamente e reinará na terra durante o milênio. No final, Satanás travará uma última batalha, mas será definitivamente derrotado (Ap 20.7-10). Cristo, então, executará o juízo final (Ap 20.11-15).

Deus “julga segundo as obras de cada um, sem discriminação de pessoas” (1Pe 1.17; cf. Rm 2.11). Consequentemente, no julgamento do grande trono branco, os juízos de Jesus serão “verdadeiros e justos” (Ap 16.7; 19.2). Ele não julgará baseado na aparência (Jo 7.24), nem será enganado por mero fingimento (Mt 6.1,5,16,18).

O julgamento do grande trono branco é final e eterno. Será o último e culminante julgamento divino. E o veredito dado permanecerá para sempre: os iníquos “irão para o castigo eterno, mas os justos irão para a vida eterna” (Mt

25.46). A natureza eterna do juízo final dos ímpios será o tópico do próximo capítulo (“O castigo eterno”).

Principais erros

1. *A negação do juízo final.* Uma das principais razões para o liberalismo negar o juízo final é sua rejeição à ideia da justiça retributiva de Deus. Essa posição não reconhece que as Escrituras têm muito a dizer sobre a retribuição divina e o julgamento final de Cristo.

2. *A tendência de especular sobre os detalhes do evento.* Esse extremismo do “fim dos tempos” não reconhece que a Bíblia trata o juízo final com grande reserva. Nesse caso, especular é incorreto e até perigoso.

3. *Confusão sobre o julgamento que os cristãos enfrentarão.* Alguns entendem mal essa doutrina, como se ela estabelecesse dois fundamentos para a justificação: o pronunciamento de Deus da justificação inicial, que é feito com base apenas na fé, e seu veredito de justificação final, que será pronunciado com base nas obras. Essa posição não consegue ver que a justificação é somente pela fé. Boas obras, que são produto e sinal da justificação, são o fruto necessário da fé e também serão avaliadas, não para salvação, mas para recompensa.

APLICANDO A DOUTRINA

Como “todos compareceremos diante do tribunal de Deus”, Paulo nos exorta a deixar de julgar e desprezar nossos irmãos e irmãs. Cada cristão “dará conta de si mesmo a Deus”, por isso devemos deixar de ser obstáculos para os outros e de destruí-los com os nossos julgamentos (Rm 14.10-13).

Cristo nos ordena: “Não ajunteis tesouros na terra [...] mas ajuntai tesouros no céu” (Mt 6.19, 20). Embora o ganho pessoal não seja nossa principal motivação (mas, sim, exaltar a glória de Deus), essa é uma boa motivação para fazermos o bem. Além da vida eterna na presença de Deus, desfrutar das recompensas do nosso trabalho é uma esperança que devemos aguardar com expectativa (Gl 6.9,10).

ENSINANDO A DOUTRINA

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **Por que nunca conversamos sobre esse tópico?**
- **Se já há um julgamento pessoal na morte, por que tem de haver um julgamento**

final?

- **Se nós, crentes, recebemos a vida eterna, que é o maior presente de todos, qual é a importância de sermos recompensados por nossas boas obras?**

Essa doutrina está em sintonia com o desejo humano universal de que o bem seja recompensado e o mal seja punido. É importante ressaltar que a abordagem do cristianismo a esse anseio universal tem algumas diferenças importantes em relação à noção comum (p. ex., a ênfase do evangelho na fé em Cristo para resgatar pessoas más o diferencia do desejo de que todos recebam o que merecem). Ainda assim, pode ser um ponto de contato com os incrédulos que têm um forte senso de justiça. O julgamento do grande trono branco será aquele evento culminante em que os justos, que estão em Cristo, serão recompensados, enquanto os injustos serão condenados. As mesas serão viradas, todos os erros serão corrigidos e a justiça divina será vindicada. Portanto, procure se conectar com o senso de equidade e justiça dos participantes.

Deixe bem clara a diferença entre o julgamento pessoal que ocorre na morte e o julgamento final público. Preste atenção aos participantes que não gostam da ideia de recompensas para os crentes. Uma noção popular é a de que devemos nos preocupar apenas com a glória de Deus e não dar nenhuma importância a bênçãos e ganhos pessoais. Mostre que a própria Bíblia estabelece recompensas pelo serviço fiel como uma boa motivação para os cristãos.

O terrível destino dos ímpios deve estimular a igreja a compartilhar o evangelho com os incrédulos (Rm 10.5-17).

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Discussão do senso universal de equidade e justiça
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Quando ocorrerá o juízo final?
 - B. Cristo, o Juiz
 - C. O julgamento dos crentes
 - D. O julgamento dos incrédulos
 - E. O julgamento dos anjos
 - F. A equidade e justiça do juízo final
 - G. O caráter decisivo e eterno do juízo final
4. Principais erros a serem evitados

- A. A negação do juízo final
 - B. Especular sobre os detalhes desse evento
 - C. Confusão acerca do julgamento que os cristãos enfrentarão
5. Aplicando a doutrina
- A. Evitar ser obstáculo para os outros e destruí-los com os nossos julgamentos
 - B. Ser motivado pela promessa de recompensas futuras no tribunal de Cristo

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “great white throne judgment”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “judgment seat”, “last judgment”.
- _____. *Enciclopédia históricateológica da igreja cristã*. s.v. “julgamento”, “juízo final”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 56.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 56..
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 23.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 56.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 56.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 19.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 29.
- THOENNES. *Life’s biggest questions*. cap. 16.

O CASTIGO ETERNO



RESUMO

O castigo eterno é um dos dois resultados possíveis do juízo final de Cristo (o outro é a vida eterna). Essa sentença contra os ímpios consiste em retribuição consciente no inferno para sempre.

TEMAS PRINCIPAIS

- O juízo final será um veredito público dado por Jesus Cristo e que abrangerá o mundo inteiro.
- Os justos serão recompensados com a vida eterna, mas os ímpios serão sentenciados ao castigo eterno e consciente no inferno/lago de fogo.
- Enquanto alguns situam esse julgamento na volta de Cristo, outros acreditam que ocorrerá no final do milênio.
- Embora seja a posição histórica da igreja, a punição eterna e consciente dos ímpios é contestada por três heresias.
- O universalismo acredita que todas as pessoas serão salvas.
- A imortalidade condicional afirma que os crentes existirão para sempre, mas os incrédulos deixarão de existir quando morrerem.

- O aniquilacionismo defende que, após um período de punição, os iníquos serão destruídos e, portanto, não sofrerão castigo eterno.

PASSAGENS-CHAVE

Daniel 12.2; Mateus 25.31-46; Marcos 9.43-48; 2 Tessalonicenses 1.9; Apocalipse 14.14-20; 20.11-15

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

O capítulo anterior abordou o juízo final, ou julgamento do grande trono branco, de Jesus Cristo. Esse veredito público proferido por Cristo, e que abrange o mundo inteiro consistirá em duas sentenças ao ser pronunciado por Cristo: os justos receberão a justiça divina remunerativa e serão recompensados com a vida eterna. Eles viverão para sempre com o Deus triúno no novo céu e na nova terra. Os ímpios receberão a justiça divina retributiva e serão sentenciados à eterna e consciente punição no inferno. Eles viverão para sempre separados da presença de Deus, sofrendo a vingança divina.

O *amilenarismo* e o *pós-milenarismo* situam esse julgamento na volta de Cristo, como o precursor do estado eterno, seja o de bem-aventurança no novo céu e na nova terra, seja o de retribuição no inferno/lago de fogo. Consequentemente, a punição eterna consciente para os iníquos se segue à volta de Cristo. O *pré-milenarismo histórico* e o *pré-milenarismo pré-tribulacionista ou dispensacionalista* situam esse julgamento após o milênio, como o precursor do estado eterno. Consequentemente, a punição eterna e consciente dos iníquos no inferno/lago de fogo se segue à derrota de Satanás por Cristo no fim do milênio.

Essa posição histórica da igreja raramente foi contestada, mas o século 20 testemunhou o surgimento de ataques mais virulentos contra ela. As concepções erradas são de três tipos:

O *universalismo* é a posição segundo a qual todas as pessoas acabarão por aceitar a salvação, se não durante a vida, então depois da morte. Esse ponto de vista não respeita a morte como o ponto que define o destino humano, com base na fé em Cristo durante a vida. Também prevê algum tipo de evangelismo *post-mortem* pelo qual as pessoas que rejeitaram o evangelho durante sua existência terrena terão nova oportunidade de crer em Cristo e serem salvas.

A *imortalidade condicional* é a posição segundo a qual somente Deus possui imortalidade; ele é intrinsecamente imortal. Os crentes, pela graça de Deus, recebem a vida eterna — a imortalidade — tornando-se participantes de sua

natureza. Os incrédulos, que não têm nem recebem imortalidade, naturalmente morrem. A imortalidade condicional difere do universalismo porque nega que todos serão salvos. Seus proponentes também discordam da posição histórica da igreja porque julgam que essa opinião se baseia na imortalidade da alma, crença que não consideram bíblica. Segundo essa tese, os crentes recebem a imortalidade e os incrédulos deixam de existir.

O *aniquilacionismo* é a posição de que, após a morte, os iníquos serão destruídos como castigo por seus pecados. Difere da imortalidade condicional porque esta sustenta que, após a morte, os incrédulos sofrerão punição por seus pecados por algum tempo, mas depois serão aniquilados. Essa posição aponta a expressão bíblica “destruição eterna” (2Ts 1.9) como indicativa do destino dos ímpios: sua punição é a cessação da existência. Além disso, a imagem do fogo — um elemento destruidor — em associação com o inferno sugere aniquilação, em vez de sofrimento contínuo. Mais ainda, apelando para o princípio legal de que a punição de alguém deve corresponder ao crime, essa posição afirma que a punição eterna dos ímpios seria cruel e injusta. Assim, os ímpios acabarão sendo destruídos depois de um período limitado de castigo.

A igreja tem enfrentado e condenado constantemente essas contestações, sempre mantendo a posição de que os ímpios sofrerão punição consciente e eterna.

Base bíblica

O Antigo Testamento introduz a realidade do castigo eterno quando apresenta uma divisão entre os que receberão a “vida eterna” e os que receberão “vergonha e desprezo eterno” (Dn 12.2) na ressurreição. Jesus usa essa imagem ao descrever o julgamento final: “Esses [os injustos] irão para o castigo eterno, mas os justos irão para a vida eterna” (Mt 25.46). É importante ressaltar que os dois destinos são modificados pelo mesmo adjetivo: tanto a vida quanto o castigo são *eternos*. Da mesma forma, Jesus contrasta o futuro de dois grupos de pessoas: “os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida, e os que tiverem feito o mal, para a ressurreição da condenação” (Jo 5.29).

A Escritura apresenta o inferno como o lugar de aflição e tormento dos ímpios. As expressões associadas a ele — “choro e ranger de dentes” (Mt 8.12; 25.30), “o fogo que nunca se apaga” (Mc 9.43,48), “onde o verme não morre” (Mc 9.48), “a fumaça do seu tormento sobe para todo o sempre, e não têm repouso, nem de dia nem de noite” (Ap 14.11) — ressaltam a natureza dolorosa e punitiva do inferno. De fato, o inferno é, acima de tudo, o lugar de punição para Satanás e os demônios (2Pe 2.4). Secundariamente, torna-se o estado e o lugar dos incrédulos que morreram. Ainda assim, eles não sofrem o castigo integralmente, o que só ocorre após sua ressurreição e o juízo final: “A morte e o inferno foram jogados no lago de fogo. Esta é a segunda morte, o lago de fogo. E todo aquele que não se achou inscrito no livro da vida foi jogado no lago de fogo” (Ap 20.14,15). A eterna e consciente punição dos ímpios começa no inferno e continua no lago de fogo.

Os três maiores desafios à doutrina tradicional tentam mostrar que têm apoio bíblico, mas não conseguem.

O *universalismo* recorre às afirmações bíblicas de que, em Cristo e por meio dele, todos serão justificados e viverão para sempre (Rm 5.18; 1Co 15.22). Também ressalta o ensino bíblico de que um dia todas as coisas estarão sujeitas a Cristo “para que Deus seja tudo em todos” (1Co 15.28). Contudo, os comentários de Paulo se aplicam especificamente não a todos, mas aos crentes: “os que recebem da abundância da graça e da dádiva da justiça” (Rm 5.17), aqueles que têm fé e esperança em Cristo (1Co 15.14,17,19). Quanto à glória de Deus ser “tudo em todos”, mesmo no eterno castigo divino dos ímpios, Deus será glorificado como santo, reto e justo.

Os defensores da *imortalidade condicional* estão certos quando afirmam que somente Deus tem imortalidade; ele é intrinsecamente imortal (1Tm 6.16). Não importa se a concepção tradicional depende do conceito grego de imortalidade da alma, pois é possível fazer uma defesa bíblica da existência eterna de seres humanos. Não por uma propriedade intrínseca, mas por causa da providência de Deus, os seres humanos continuarão a existir para sempre, seja como os justos abençoados com a vida eterna, seja como os injustos amaldiçoados com a destruição eterna (Mt 25.46).

O *aniquilacionismo* interpreta a expressão bíblica “destruição eterna” (Fp 3.19; 2Ts 1.9) como indicativo de que o destino dos ímpios é a cessação da existência. Além disso, aponta para a imagem do fogo — símbolo de destruição — como apoio para a ideia de aniquilação, em vez do sofrimento contínuo. Como resposta, pode-se afirmar que “destruição” não significa necessariamente a cessação da existência. Pelo contrário, pode se referir à natureza retributiva e condenatória do castigo eterno. Além disso, Jesus traçou o paralelo entre a vida eterna e o castigo eterno (Mt 25.46). Se a primeira é existência eterna (abençoada), o segundo deve ser existência eterna (amaldiçoada). Quanto às imagens de fogo, quando Jesus as usou para descrever o inferno, ele modificou a palavra com a expressão “que nunca se apaga” (Mc 9.43-48), indicando que, em relação ao inferno, o fogo não destrói, mas queima continuamente.

Principais erros

Além das três heresias discutidas acima, há dois outros erros ligados a essa doutrina.

1. *A negação do castigo eterno consciente*. Uma razão para isso é a rejeição da justiça divina retributiva porque esse atributo não retrata Deus da maneira que as pessoas querem que ele seja. Outra razão é o princípio legal de que a punição deve corresponder ao crime, com a conclusão de que, como o pecado dos seres humanos é finito, a punição de Deus pelo pecado deles deve ser finita. A igreja respondeu a esse argumento de várias maneiras. Primeiro, essa ideia subestima a enormidade do crime que os seres humanos cometem contra Deus. Segundo, não leva em conta o fato de que os incrédulos no inferno não

deixam de pecar, mas continuam a fazer isso eternamente. Em terceiro lugar, a punição por um crime é determinada de acordo com a dignidade da pessoa contra quem o crime foi cometido. Como o pecado é cometido contra Deus, que é infinitamente grandioso, o pecado merece punição infinita.

2. *Uma alegre expectativa de que os ímpios recebam o castigo eterno.* Em certo sentido, esse sentimento está correto: Deus está certo e age com justiça ao condenar eternamente os pecadores impenitentes. Além disso, essa punição divina corresponde ao senso humano de justiça. O erro está no fato de crentes preferirem que os incrédulos recebam a maldição, em vez da salvação. Como o próprio Deus “não quer que ninguém pereça, mas que todos alcancem arrependimento” (2Pe 3.9) e “deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” (1Tm 2.4), os cristãos devem nutrir o mesmo sentimento. Não importa o quanto tenham sido maltratados, os crentes devem desejar que os autores desses crimes se voltem para Cristo e sejam salvos. Se isso não ocorrer por causa da rejeição do evangelho por parte dos transgressores, então os crentes descansarão contentes com a punição consciente e eterna que Deus impõe aos perversos.

APLICANDO A DOUTRINA

Conhecer o destino dos ímpios deve levar a igreja ao envolvimento missionário com os incrédulos. Devemos tomar a iniciativa de compartilhar o evangelho com aqueles que nos rodeiam. Como igreja, devemos plantar igrejas em nossa cidade e em todo o país. Além disso, como igreja, devemos enviar missionários para todas as partes do mundo, especialmente para povos não alcançados, para que pessoas em todos os lugares possam ouvir as boas-novas, crer em Cristo, ser incorporadas a uma igreja e atrair seus vizinhos, sua nação e o mundo com o evangelho.

O que está em jogo nessa doutrina? A prerrogativa de nosso Deus santo de exercer sua justiça retributiva e punir os portadores de sua imagem que se recusam a honrar seu Filho e se beneficiar da salvação que seu Filho realizou.

ENSINANDO A DOUTRINA

*Questões recorrentes
e temas difíceis*

- **Essa doutrina significa que meu irmão falecido, que duvido que fosse cristão, será castigado para sempre?**
- **Castigo eterno parece ser uma sentença muito pesada para Deus infligir a alguém.**

- **Eu prefiro acreditar que Deus, cuja misericórdia é ilimitada, acabará salvando a todos.**
- **Emocionalmente, não consigo suportar a ideia de que tantas pessoas serão castigadas no inferno eternamente.**

Embora a escatologia fascine a muitos, a discussão sobre a punição consciente e eterna dos iníquos geralmente causa consternação. Assim como a reprovação, essa doutrina diz respeito ao destino eterno de nossos ancestrais, pais, irmãos, esposas, filhos, amigos, colegas de trabalho e muitos outros. Por isso, reconheça as dificuldades e tenha tato ao ensiná-la. Não comprometa a santidade e a justiça de Deus, especialmente a retidão de sua justiça retributiva. Em contrapartida, não permita também que os participantes imaginem Deus como um atormentador sádico. Afinal de contas, as pessoas que ele condena de modo justo à eterna e consciente punição no inferno são portadoras de sua imagem que se recusaram voluntariamente a aceitar seu plano de resgate.

Os participantes provavelmente ficarão surpresos com a quantidade de material bíblico que trata dessa doutrina. É a Bíblia, e não as nossas emoções ou preferências, que deve formar nossa crença sobre esse assunto. Portanto, tenha o cuidado de gastar tempo suficiente estudando o que a Bíblia afirma sobre isso. Reforce essa doutrina, explicando que, historicamente, a igreja defendeu, sem nenhum constrangimento, o castigo consciente e eterno dos iníquos. Aliás, foi somente no século 19 que a doutrina passou a sofrer sérios ataques.

E como ela tem sido atacada! Analise detalhadamente as três grandes contestações — universalismo, imortalidade condicional e aniquilacionismo — e mostre as interpretações equivocadas das passagens bíblicas que seus proponentes usam para justificar suas ideias. Ressalte a descrição de Jesus do julgamento final: “Esses [os injustos] irão para o castigo eterno, mas os justos irão para a vida eterna” (Mt 25.46). Os três principais erros contradizem, de uma maneira ou de outra, o que nosso Senhor afirmou sobre esse assunto.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo
2. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. A natureza do juízo final
 - B. A punição eterna e consciente dos ímpios no inferno/lago de fogo
 - C. Os três maiores desafios à doutrina tradicional

- i. Universalismo
 - ii. Imortalidade condicional
 - iii. Aniquilacionismo
3. Principais erros a serem evitados
- A. Contestar a punição eterna e consciente
 - B. Alegregar-se com a perspectiva do castigo eterno dos ímpios
4. Aplicando a doutrina
- A. Tomar a iniciativa de compartilhar o evangelho com os incrédulos
 - B. Plantar igrejas que plantem igrejas
 - C. Enviar missionários aos povos não alcançados

RECURSOS

- ALLISON. *Theological terms*. s.v. “annihilationism”, “conditional immortality”, “eternal conscious punishment”, “universalism”.
- ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “annihilationism”, “eternal punishment”, “universalism”.
- _____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “aniquilação”, “punição eterna”, “universalismo”.
- ERICKSON. *Christian theology*. cap. 58.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 58.
- GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 23.
- GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 56.
- _____. *Teologia sistemática*. cap. 56.
- HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 19.
- _____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 29.
- THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 16.

O NOVO CÉU E A NOVA TERRA



RESUMO

O estado final e eterno do Universo é o novo céu e a nova terra. Resulta da renovação da decaída criação atual, para a glória de Deus.

TEMAS PRINCIPAIS

- O céu e a terra originais, como Deus os criou, eram muito bons.
- Por causa da queda humana no pecado, Deus amaldiçoou a criação, de modo que ela também foi arruinada.
- O futuro da criação está ligado ao futuro da humanidade redimida.
- Acontecerá uma renovação total de toda a criação, e essa é a esperança para a qual tudo existe.
- Isso pode envolver a destruição do cosmo atual, seguida de sua renovação.
- Não se sabe quando essa renovação ocorrerá.
- Deus criou tudo para a sua glória, e o novo céu e a nova terra exibirão perfeitamente essa glória.

ENTENDENDO A DOUTRINA

Afirmações principais

“No princípio, Deus criou os céus e a terra” (Gn 1.1). Cada elemento dessa criação original, formada segundo o projeto divino, era “muito bom” (Gn 1.31). Ela era fértil, exuberante, bela e estava em harmonia com os primeiros seres humanos, a quem foi dada a responsabilidade de trabalhar nela e mantê-la (Gn 2.8,9,15). Redundava perfeitamente em glória para Deus.

Infelizmente, Adão e Eva se rebelaram contra Deus. Como castigo por sua queda no pecado, Deus amaldiçoou a criação: ela não seria mais um lugar hospitaleiro onde eles habitariam, e sua fecundidade seria gravemente comprometida (Gn 3.17-19,23,24). Desde aquele momento trágico até hoje, a criação não é o que deveria ser. E anseia por renovação.

Embora a criação não tivesse se tornado inútil voluntariamente, Deus a tornou improdutiva em consequência da pecaminosidade humana. O futuro da criação está intimamente ligado à salvação final da humanidade pecadora. Quando o povo redimido de Deus for totalmente libertado do pecado e da corrupção, a criação também será restaurada à sua condição primitiva. Será mais uma vez frutífera, luxuriante, bela e em harmonia com os seres humanos. Mais uma vez redundará imaculadamente em glória para Deus.

Essa renovação do céu e da terra é a suprema esperança de tudo o que existe. Segundo um dos pontos de vista a respeito do assunto, essa consumação será o mesmo cosmo que existe hoje, mas transformado por meio de purgação e purificação. Já segundo outro ponto de vista, esse novo universo surgirá após a destruição total do céu e da terra atuais. Seja como for, o estado eterno do novo céu e da nova terra é a suprema esperança e bênção futura, para a glória de Deus.

Base bíblica

Para contrabalançar a devastação da criação por causa do pecado, o Antigo Testamento apresenta uma esperança de que Deus fará algo novo: ele renovará seu povo. Ele estabelecerá uma nova aliança, prometendo: “Pois crio novos céus e nova terra, e as coisas passadas não serão lembradas nem virão à mente” (Is 65.17). A promessa está centrada na renovação da existência humana, que fica livre do choro, da morte, do trabalho improdutivo e da dor de parto (Is 65.18-24) — uma revogação das maldições originais (Gn 3.14-19). Contudo, há também uma reviravolta para a criação física: “O lobo e o cordeiro pastarão juntos; o leão comerá feno como o boi, e pó será a comida da serpente. Não

farão mal nem dano algum em todo o meu santo monte” (Is 65.25). Essa esperança também é uma revogação da maldição que Deus estabeleceu (Gn 3.17-19).

Paulo fala sobre a maldição que está sobre a criação (Rm 8.18-25). Embora discuta sobretudo a salvação final dos seres humanos, ele faz uma analogia entre o anseio atual da criação de se libertar da corrupção e o desejo atual da humanidade redimida de se libertar do pecado e do sofrimento. Paulo ressalta que não foi a criação que pecou e mereceu o julgamento divino. Em vez disso, refletindo sobre Gênesis 3.17-19, ele explica que a criação foi sujeita à maldição divina como uma punição pelo pecado humano. Assim, a redenção da criação está intimamente ligada à redenção dos seres humanos pecadores: quando eles forem totalmente redimidos, a criação será totalmente renovada.

Como essa renovação da criação ocorrerá é alvo de um debate secundário. Baseados na passagem de 2Pedro 3.7-13, alguns acreditam que esse Universo atual será completamente destruído pelo fogo, e depois substituído por um novo cosmo. Pedro diz que os céus e a terra têm sido “guardados para o fogo”, de modo que “os céus passarão com um bramido, e os corpos celestes, em fogo, derreterão; a terra e as obras que nela há serão expostas”. Se “os céus serão incendiados e dissolvidos, e os corpos celestes, em fogo, derreterão”, a expectativa é de aniquilação do Universo atual. Assim, uma destruição ardente de tudo o que existe será seguida por novo céu e nova terra.

Tomando por base a passagem de Salmos 102.25-27, outros sustentam que Deus alterará ou transformará o Universo existente, em vez de destruí-lo e substituí-lo por um novo. Além disso, a passagem de 2Pedro 3.7-10 faz um paralelo entre o futuro julgamento pelo fogo e o antigo julgamento pela água, quando Deus enviou o Dilúvio. O juízo pela água não aniquilou o mundo existente. Da mesma forma, o juízo pelo fogo não destruirá totalmente o que existe agora. Na verdade, a expectativa não é de *outro* céu e *outra* terra, mas de um *novo* céu e uma *nova* terra.

Quando essa renovação da criação vai ocorrer também é objeto de um debate secundário. Tanto o amilenarismo quanto o pós-milenarismo sustentam que, após a volta de Cristo, a ressurreição e o juízo final, o estado eterno começará. Ou seja, não haverá milênio entre a volta de Cristo e o novo céu e a nova terra. O pré-milenarismo, em suas variedades histórica e dispensacionalista, sustenta que Cristo retornará à terra e estabelecerá seu reino por mil anos. Depois desse milênio, o estado eterno será estabelecido.

Não importa como nem quando, o certo é que um dia o estado atual da criação amaldiçoada será transformado em novo céu e nova terra por meio da renovação de tudo o que existe (Ap 21.1). O povo de Deus receberá a salvação final. Deus residirá novamente no meio de seu povo. Sua glória será resplandecente. É importante ressaltar que o novo céu e a nova terra serão um lugar físico, um novo local, onde Deus e seu povo habitarão para sempre.

1. *Espiritualizar o novo céu e nova terra, minimizando ou negando sua materialidade.* Essa visão gnóstica rejeita a bondade do mundo físico atual e projeta essa rejeição nos futuros céu e terra. Mas o gnosticismo é contestado pelo fato de que Deus criou um mundo físico bom. Assim, a recriação do céu e da terra será condizente com seu projeto e obra originais.

2. *Adotar a cosmovisão secular predominante, segundo a qual a suprema esperança deste mundo é que ele avance para uma forma mais evoluída.* A cosmovisão bíblica é totalmente oposta à cosmovisão naturalista, que geralmente está associada à evolução (veja cap. 12). A verdadeira esperança suprema é que Deus, agindo com justiça, ponha um fim a este mundo arruinado e o renove por sua graça.

3. *Adotar a ideia, muito comum entre os cristãos, de que a maior esperança dos crentes é morrer e ir para junto de Jesus Cristo no céu.* Parte dessa confusão se deve ao fato de que os credos ecumênicos e os credos das principais confissões de fé protestantes não encerram com uma declaração de fé no novo céu e na nova terra. As igrejas precisam corrigir essa omissão e mostrar que a suprema esperança cristã é o estado eterno.

APLICANDO A DOUTRINA

Em vez de estimular a especulação e a improdutiva “mentalidade celestial”, a esperança do novo céu e da nova terra deve promover a maturidade e o trabalho de missões neste mundo arruinado pelo pecado. Pedro exorta os cristãos a viverem em santidade e piedade, usando o tempo que resta para chamar os incrédulos ao arrependimento. Ele também diz que não devemos dar ouvidos aos escarnecedores que zombam dessa esperança, mas, sim, crer na promessa divina, enquanto aguardamos “novos céus e nova terra, nos quais habita a justiça” (2Pe 3.7-13).

O que está em jogo nessa doutrina? O objeto apropriado da esperança do cristão e da igreja. Embora a existência no estado intermediário seja muito melhor do que a nossa existência atual, não se compara com a vida no novo céu e na nova terra. A bem da verdade, a salvação é muito mais do que a redenção individual do pecado, o escape do inferno e a eternidade no céu. Ela abrange todas as coisas, e a redenção da atual criação decaída está intimamente ligada à redenção do povo de Deus.

Questões recorrentes e temas difíceis

- **Por que nunca conversamos sobre esse tópico?**
- **Eu achava que, quando morrêssemos, nós iríamos para o céu e viveríamos lá com Cristo para sempre.**

- **Quais são as semelhanças e diferenças entre o céu e a terra originais e o novo céu e a nova terra?**
- **Como essa esperança do novo céu e da nova terra afeta nossa vida e nossa igreja hoje?**

Como afirmam Gordon Lewis e Bruce Demarest: “Com corpos glorificados, desfrutaremos de um Éden restaurado e aperfeiçoado, um lugar de beleza imaculada e comunhão ininterrupta. [...] O novo céu e a nova terra proporcionarão um ambiente propício aos valores mais preciosos que conhecemos agora — relações justas e amorosas, comunhão, beleza e atividade significativa”.¹

ENSINANDO A DOUTRINA

O objetivo geral de ensinar essa doutrina, a última a ser tratada, é encorajar as pessoas a dirigirem sua esperança para o que Deus fará no futuro. Um elemento-chave, portanto, é tirar o foco de nós mesmos, como indivíduos, e até mesmo de sua igreja, e considerar a renovação de todas as coisas. Portanto, um bom ponto de partida é lançar uma pergunta para discussão: “O que podemos esperar?”.

Talvez as pessoas tenham aversão a essa discussão por causa das ideias estranhas sobre o fim dos tempos inventadas pelas seitas. Outro motivo são as ideias da cultura popular sobre o estado eterno, com os remidos tocando harpas enquanto caminham pelas ruas de ouro — atividades que muitos consideram enfadonhas. É preciso ajudar os participantes a vencerem essa relutância e antipatia. Outros podem querer se envolver em especulações ou até em discussões no debate sobre destruição e transformação. Não permita que isso aconteça.

Embora a Escritura pouco fale sobre esse tópico, ela é a única fonte autorizada de conhecimento verdadeiro sobre o novo céu e a nova terra. Portanto, o ensino dessa doutrina deve se concentrar nos textos bíblicos e dar o exemplo de prudência e humildade adequadas ao assunto. Ao apresentar o panorama geral, a lição irá ajudar a descortinar o plano universal de Deus: criar o cosmos, permitir a Queda (com repercussões na criação), redimir seu povo (com uma estreita ligação com sua criação) e, por fim, consumir sua vontade por meio da renovação da criação.

ESBOÇO DIDÁTICO

1. Resumo

2. Discussão da pergunta: “O que podemos esperar?”
3. Principais afirmações (com apoio bíblico)
 - A. Criação, Queda, redenção e consumação, em sua relação com o céu e a terra atuais e futuros
 - B. O debate entre destruição e transformação
 - C. Como os cristãos devem viver à luz da esperança do novo céu e da nova terra
4. Principais erros a serem evitados
 - A. Espiritualizar o novo céu e nova terra, minimizando ou negando sua materialidade
 - B. Concordar com a cosmovisão secular predominante, segundo a qual a suprema esperança deste mundo é que ele avance para uma forma mais evoluída
 - C. Acreditar que a maior esperança dos crentes é morrer e ir para junto de Jesus Cristo no cé
5. Aplicando a doutrina
 - A. Promover maturidade e missão neste mundo decaído, motivado pela esperança de novo céu e nova terra
 - B. Ter esse estado eterno como o objeto correto da nossa esperança

RECURSOS

ALLISON. *Theological terms*. s.v. “new heaven and new earth”.

ELWELL. *Evangelical dictionary of theology*. s.v. “new creation, new creature”, “new heavens and new earth”.

_____. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. s.v. “nova criação”, “nova criatura”, “novos céus e nova terra”.

ERICKSON. *Christian theology*. cap. 58.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 58.

GRENZ. *Theology for the community of God*. cap. 23.

GRUDEM. *Systematic theology*. cap. 57.

_____. *Teologia sistemática*. cap. 57.

HORTON. *Pilgrim theology*. cap. 19.

_____. *Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos no caminho*. cap. 29.

THOENNES. *Life's biggest questions*. cap. 16.

LEITURAS COMPLEMENTARES

primeira parte

A doutrina da Palavra de Deus

DEYOUNG, Kevin. *Taking God at his word: why the Bible is knowable, necessary, and enough, and what that means for you and me* (Wheaton: Crossway, 2014).

_____. *Levando Deus a sério: por que a Bíblia é compreensível, necessária e suficiente, e o que isso significa para você*. Tradução de Ingrid Rosane de Andrade Fonseca (São José dos Campos: Fiel, 2014). Tradução de: Taking God at his word.

FRAME, John. *The doctrine of the word of God*. A Theology of Lordship (Phillipsburg: P&R, 2010). vol. 4.

_____. *A doutrina da Palavra de Deus*. Uma teologia do senhorio. Tradução de Meire Portes Santos; Márcio Santana Sobrinho (São Paulo: Cultura Cristã, 2013). vol. 4. Tradução de: The doctrine of the Word of God.

WARD, Timothy. *Words of life: Scripture as the living and active word of God* (Downers Grove: IVP Academic, 2009).

_____. *Teologia da revelação: as Escrituras como palavras de vida*. Tradução de A. G. Mendes (São Paulo: Vida Nova, 2017). Tradução de: Words of life.

segunda parte

A doutrina de Deus

FRAME, John. *The doctrine of God*. A Theology of Lordship (Phillipsburg: P&R, 2002). vol. 2.

_____. *A doutrina de Deus*. Uma teologia do senhorio. Tradução de Odayr Olivetti; Vagner Barbosa (São Paulo: Cultura Cristã, 2013). vol. 3. Tradução de: The doctrine of God.

PACKER, J. I. *Knowing God* (Downers Grove: InterVarsity, 1993).

- _____. *O conhecimento de Deus*. Tradução de Cleide Wolf; Rogério Portela (São Paulo: Cultura Cristã, 2014). Tradução de: *Knowing God*.
- REEVES, Michael. *Delighting in the Trinity: an introduction to the Christian faith* (Downers Grove: InterVarsity, 2012).
- _____. *Deleitando-se na Trindade: uma introdução à fé cristã*. Tradução de Josáias Cardoso Júnior (Brasília: Monergismo, 2014). Tradução de: *Delighting in the Trinity*.
- SANDERS, Fred. *The deep things of God: how the Trinity changes everything*. 2. ed. (Wheaton: Crossway, 2017).

terceira parte

A doutrina das criaturas de Deus

- COOPER, John W. *Body, soul, and life everlasting: biblical anthropology and the monism-dualism-nism-dualism debate* (Grand Rapids: Eerdmans, 1989).
- HOEKEMA, Anthony A. *Created in God's image* (Grand Rapids: Eerdmans, 1986).
- _____. *Criados à imagem de Deus*. Tradução de Heber Carlos de Campos (São Paulo: Cultura Cristã, 2018). Tradução de: *Created in God's image*.
- PLANTINGA JR., Cornelius. *Not the way it's supposed to be: a breviary of sin* (Grand Rapids: Eerdmans, 1995).

quarta parte

A doutrina de Deus Filho

- LETHAM, Robert. *The work of Christ*. *Contours of Christian Theology* (Downers Grove: InterVarsity, 1993).
- MACLEOD, Donald. *The Person of Christ*. *Contours of Christian Theology* (Downers Grove: InterVarsity, 1998).
- REEVES, Michael. *Rejoicing in Christ* (Downers Grove: InterVarsity, 2015).
- STOTT, John. *The cross of Christ*. Edição do 20.º aniversário (Downers Grove: InterVarsity, 2006).
- _____. *A cruz de Cristo*. Tradução de João Batista (São Paulo: Vida, 2006). Tradução de: *The cross of Christ*.
- WELLUM, Stephen J. *God the Son incarnate: the doctrine of Christ*. *Foundations of Evangelical Theology* (Wheaton: Crossway, 2016).

quinta parte

A doutrina de Deus Espírito Santo

- COLE, Graham A. *He who gives life: the doctrine of the Holy Spirit*. *Foundations of Evangelical Theology* (Wheaton: Crossway, 2007).

- FERGUSON, Sinclair B. *Holy Spirit*. Contours of Christian Theology (Downers Grove: InterVarsity, 1997).
- _____. *O Espírito Santo*. Tradução de Valter Graciano Martins (Recife: Os Puritanos, 2014).
- HORTON, Michael. *Rediscovering the Holy Spirit: God's perfecting presence in crea-tion, redemption, and everyday life* (Grand Rapids: Zondervan, 2017).
- _____. *Redescobrimdo o Espírito Santo: a presença santificadorara de Deus na criação, na redenção e na vida cotidiana*. Tradução de Rogério Portela; James Reis (São Paulo: Vida Nova, 2018). Tradução de: Rediscovering the Holy Spirit.
- sexta parte
A doutrina da salvação
- DEMAREST, Bruce. *The cross and salvation: the doctrine of the church*. Foundations of Evangelical Theology (Wheaton: Crossway, 1997).
- MURRAY, John. *Redemption accomplished and applied* (1955; reimpr. com prefácio de Carl Trueman, Grand Rapids: Eerdmans, 2015).
- _____. *Redenção consumada e aplicada* (São Paulo: Cultura Cristã, 2010). Tradução de: Redemption accomplished and applied.
- VICKERS, Brian. *Justification by grace through faith: finding freedom from legalism, lawlessness, pride, and despair*. Explorations in Biblical Theology (Phillipsburg: P&R, 2013).

sétima parte
A doutrina da igreja

- ALLISON, Gregg R. *Sojourners and strangers: the doctrine of the church*. Foundations of Evangelical Theology (Wheaton: Crossway, 2012).
- _____. *Eclesiologia* (São Paulo: Vida Nova, 2021).
- CLOWNEY, Edmund. *The church*. Contours of Christian Theology (Downers Grove: InterVarsity, 1995).
- _____. *A igreja*. Tradução de Rubens Castilho; Vagner Barbosa (São Paulo: Cultura Cristã, 2007). Tradução de: The church.
- HAMMETT, John. *Biblical foundations for Baptist churches: a contemporary ecclesiology* (Grand Rapids: Kregel, 2005).
- HORTON, Michael. *People and place: a covenant ecclesiology* (Louisville: Westminster John Knox, 2008).

oitava parte
A doutrina das coisas futuras

ALCORN, Randy. *Heaven* (Carol Stream: Tyndale, 2004).

ERICKSON, Millard J. *A basic guide to eschatology: making sense of the millennium* (Grand Rapids: Baker, 1998).

PETERSON, Robert. *Hell on trial: the case for eternal punishment* (Phillipsburg: P&R, 1995).

Conheça outras obras de
GREGG R. ALLISON



GREGG R. ALLISON (PhD, Trinity Evangelical Divinity School) é professor de Teologia Sistemática no Southern Baptist Theological Seminary, em Louisville, Kentucky. Lecionou Teologia e História da Igreja no Western Seminary, em Portland, e também foi professor adjunto da Trinity Evangelical Divinity School, da Elgin Community College, da Judson College, do Institute of Biblical Studies in Western Europe and the United States e do Re:Train. É pastor da igreja Sojourn Community Church e estrategista teológico da Sojourn Network, rede de plantação de igrejas composta por aproximadamente 30 igrejas locais. É autor de *Teologia histórica: uma introdução ao desenvolvimento da doutrina cristã*, *Teologia e prática da Igreja Católica Romana: uma avaliação evangélica* e *Eclesiologia: uma teologia para peregrinos e estrangeiros*, publicados por Vida Nova.

Table of Contents

1. Capa
2. Rosto
3. Créditos
4. Sumário
5. Agradecimentos
6. Prefácio
7. Introdução à doutrina cristã
8. Primeira Parte - A doutrina da Palavra de Deus
 1. 1. A inspiração da Escritura
 2. 2. A veracidade (inerrância) da Escritura
 3. 3. A autoridade da Escritura
 4. 4. A suficiência e a necessidade da Escritura
 5. 5. A clareza da Escritura
 6. 6. O poder transformador da Escritura
 7. 7. A canonicidade da Escritura
9. Segunda Parte - A doutrina de Deus
 1. 8. A cognoscibilidade e a incompreensibilidade de Deus
 2. 9. Os atributos incommunicáveis de Deus
 3. 10. Os atributos comunicáveis de Deus
 4. 11. A Trindade
 5. 12. Criação
 6. 13. Providência
10. Terceira Parte - A doutrina das criaturas de Deus
 1. 14. Anjos, Satanás e demônios
 2. 15. Seres humanos criados à imagem de Deus
 3. 16. Natureza humana
 4. 17. Pecado
11. Quarta Parte - A doutrina de Deus Filho
 1. 18. A pessoa do Filho de Deus
 2. 19. Os ofícios do Filho de Deus
 3. 20. A obra do Filho de Deus
 4. 21. Ressurreição, ascensão e exaltação
12. Quinta Parte - A doutrina de Deus Espírito Santo

1. 22. A pessoa do Espírito Santo
2. 23. A obra do Espírito Santo
3. 24. Os dons do Espírito Santo
13. Sexta Parte - A doutrina da salvação
 1. 25. Graça comum
 2. 26. Eleição e reprobção
 3. 27. União com Cristo
 4. 28. Regeneração
 5. 29. Conversão
 6. 30. Justificação
 7. 31. Adoção
 8. 32. Batismo com o Espírito Santo
 9. 33. Santificação
 10. 34. Perseverança (com segurança da salvação)
14. Sétima Parte - A doutrina da igreja
 1. 35. A igreja: natureza e marcas
 2. 36. Pureza e unidade da igreja
 3. 37. Disciplina na igreja
 4. 38. Ofícios da igreja
 5. 39. Governo da igreja
 6. 40. Batismo
 7. 41. A ceia do Senhor
 8. 42. Adoração
 9. 43. Missão e ministério
15. Oitava Parte - A doutrina das coisas futuras
 1. 44. A morte e o estado intermediário
 2. 45. A volta de Jesus Cristo
 3. 46. O milênio
 4. 47. A ressurreição
 5. 48. O juízo final
 6. 49. O castigo eterno
 7. 50. O novo céu e a nova terra
16. Leituras complementares
17. Conheça outras obras de Gregg R. Allison
18. Sobre o autor